ISSN: e2183-6671

PÁGINAS a&b

arquivos & bibliotecas

III JABIM

JORNADA DE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS

RUMO À SUSTENTABILIDADE

GRUPIC

Especial

2026 SÉRIE 3

NOTA PRÉVIA

https://doi.org/10.21747/21836671/pagesp2026int

O presente número especial de *Páginas a&b* resulta de uma parceria com o Grupo de Pesquisa em Informação e Comunicação (GRUPIC), liderado pelas Professoras Guilhermina Terra e Thaís Trindade, da Universidade Federal do Amazonas, Brasil. Nele se publica uma seleção de trabalhos apresentados na III Jornada de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia (JABIM), um evento *online* realizado nos dias 14 a 17 de abril de 2026.

O tema do evento - **Arquivos, Bibliotecas e Museus rumo à Sustentabilidade** – bem como a pertinência e a atualidade do mesmo, num tempo em que a convergência ABM (consagrada em inglês como LAM – *Libraries, Archives and Museums*) está na ordem do dia, são razões mais que justificadas para este número especial de *Páginas a&b*, que é da inteira responsabilidade do GRUPIC.

Às Organizadoras, um sincero agradecimento de *Páginas a&b*.

Fernanda Ribeiro

EDITORIAL

https://doi.org/10.21747/21836671/pagesp2026ed

É com grande satisfação que apresentamos neste número especial da revista *Páginas a&b*, trabalhos da III Jornada de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia (III JABIM), realizada de 14 a 17 de abril de 2026, em formato *on-line*, sob a organização do Grupo de Pesquisa em Informação e Comunicação (GRUPIC). Criado em 2019, com o objetivo de servir como espaço de discussão, em prol da melhoria do papel social a ser desenvolvido pelos arquivos, pelas bibliotecas e pelos museus, o Grupo de Pesquisa vem oferecendo várias ações *on-line*, no sentido de trazer para as discussões pessoas das várias partes, por meio da eliminação da barreira física que separa os continentes e as pessoas. Dentre tais ações, cita-se a JABIM, a qual vem se fortalecendo a cada edição. Liderado pelas Prof[as] Doutoras Guilhermina Terra e Thaís Trindade, para a III JABIM, o GRUPIC optou pela temática **"Arquivos, Bibliotecas e Museus rumo à Sustentabilidade"**, devido a urgência de fortalecer a reflexão crítica sobre a função que tais instituições necessitam desempenhar diante dos desafios da contemporaneidade.

Realizada bienalmente, a JABIM visa constituir um espaço de diálogo interdisciplinar entre estudantes, pesquisadores e profissionais da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e áreas afins, de modo a aproximar saberes, experiências e perspectivas que estão sendo realizadas ou os resultados das ações já realizadas, servindo como base para novas experiências e reflexões, em prol da formação dos acadêmicos e caminhos para os profissionais e pesquisadores, rumo à melhoria da qualidade de vida das pessoas que devem ser a base da prática informacional, desempenha pelas instituições supracitadas.

Ao romper as paredes geográficas, a JABIM traz para si esta característica. E com tal característica, o evento favorece, a cada nova edição, o aumento significativo de participantes de diferentes regiões e instituições, tornando a circulação de conhecimentos e fortalecendo redes de interlocução entre pesquisadores, profissionais e estudantes algo extremamente positivo.

Para a III JABIM, buscou-se contribuir ainda mais com os problemas voltadas para a sustentabilidade, pois, mais que nunca os arquivos, as bibliotecas e os museus necessitam assumir o protagonismo social, no sentido de mitigar as consequências que o mundo vem presenciando, em virtude do mal uso dos recursos naturais, por parte da humanidade. A emergência climática, a crescente produção de resíduos, a pressão sobre os recursos naturais e a permanência de desigualdades sociais e culturais colocam às instituições de informação e memória desafios que não podem ser ignorados, haja vista que possuem um papel social claro a cumprir.

Afirma-se isso, pois arquivos, bibliotecas e museus, além de serem instituições voltadas à preservação e à circulação da memória, à produção e à mediação da informação, à educação, à cultura, necessitam estabelecer ações de construção de vínculos com as comunidades em que são partes integrantes, no sentido de despertar a consciência quanto às dimensões ambientais, econômicas, sociais e culturais.

Foi nessa perspectiva que a III JABIM reuniu diferentes formas de produção e compartilhamento do conhecimento, por meio de palestras, minicursos, vídeos de organizações de classe e apresentação de pesquisas acadêmicas, as quais contemplaram relatos de experiências, iniciativas comunitárias, propostas extensionistas e tecnológicas e reflexões interdisciplinares, revelando diferentes possibilidades de atuação de arquivos, bibliotecas e museus diante dos desafios contemporâneos e dos compromissos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A expressiva participação na chamada de trabalhos confirma a pertinência da temática. Foram recebidas **48 submissões**, das quais **33 foram aprovadas**. Entre os trabalhos aprovados, 13 compõem o presente número especial da *Páginas a&b*, enquanto os demais serão publicados sob a forma de capítulos de livro, organizado pelo GRUPIC e publicado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM/Brasil). Dessa forma, a produção decorrente da III JABIM terá diferentes espaços de circulação, contribuindo para ampliar o alcance das discussões iniciadas durante o evento.

Os trabalhos reunidos nesta edição apresentam diferentes olhares sobre a sustentabilidade e suas relações com a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Museologia, a informação, a educação, a acessibilidade, o patrimônio e a cultura.

No campo da Biblioteconomia e da sustentabilidade, Nascimento, Valeriano e Barbalho discutem a biblioteca universitária como agente de sustentabilidade, a partir da produção científica indexada na OpenAlex. Oliveira, Rodrigues e Ribeiro aproximam bibliotecas, inclusão informacional em comunidades quilombolas e ODS. Gonçalez, Guimarães e Bichara apresentam a experiência da biblioteca verde em Domingos Martins, enquanto Cavalcante, Santos, Viana e Terra discutem, em uma revisão narrativa, práticas bibliotecárias e suas contribuições para o desenvolvimento sustentável.

Ainda nesse universo, Moreira, Silva e Lucas apresentam o projeto *Clima de literatura*, desenvolvido com crianças na Biblioteca Pública Hans Christian Andersen, evidenciando as possibilidades de articulação entre literatura, biblioteca e Agenda 2030. Trindade e Fernandes, por sua vez, discutem a educação ambiental e a sustentabilidade na formação de bibliotecários no Norte do Brasil, a partir de um relato de experiência no curso de Biblioteconomia a distância ofertado pela UFAM. Terra, Santos e Llarena retomam a discussão sobre as práticas biblioteconômicas sustentáveis, analisando a aplicabilidade dos ODS pelas bibliotecas, em prol da sustentabilidade.

A Arquivologia também está representada nesta edição por diferentes perspectivas. Costa, Rodrigues e Couto abordam a gestão de desastres em um arquivo universitário diante de evento climático extremo, o qual o arquivo foi vítima das águas, trazendo para o debate a relação entre preservação documental, planejamento institucional e eventos ambientais. Souza e Conduru, por sua vez, apresentam a atuação do Instituto Mapinguari na divulgação da informação ambiental, aproximando informação, território, saberes e sustentabilidade. Ribeiro, Oliveira e Rodrigues analisam ainda o regime de informação e a informação étnico-racial, problematizando os desafios para o alcance dos ODS em instituições arquivísticas.

A edição contempla também reflexões que aproximam patrimônio, tecnologia, acessibilidade e preservação. Oliveira, Souza e Carvalho discutem a preservação sustentável do patrimônio cultural dos jogos eletrônicos, tomando como referência o Sega Channel e a perspectiva da arqueologia digital. Rocha, Anjos e Silva apresentam uma proposta de

elementos de acessibilidade para o padrão de metadados Dublin Core, trazendo para o debate a necessidade de pensar a representação e o acesso à informação a partir de princípios de inclusão e acessibilidade.

Por fim, Lima, Vlaxio e Bessa analisam as potencialidades e os desafios da sustentabilidade em bibliotecas universitárias da Região Norte, sob a perspectiva do planejamento institucional, contribuindo para a compreensão da sustentabilidade como dimensão que precisa integrar a gestão e o planejamento das instituições de informação.

Embora apresentem objetos, métodos e contextos distintos, os trabalhos reunidos neste número especial têm em comum a preocupação com o papel dos arquivos, das bibliotecas e dos museus frente às transformações que atravessam a sociedade. Ao final da leitura, o leitor evidenciará que a sustentabilidade pode ser incorporada às práticas profissionais, aos processos de gestão, à formação, à preservação, à mediação e à democratização do acesso à informação, assumindo diferentes configurações de acordo com os contextos institucionais e sociais. Ademais, a diversidade dos trabalhos publicados contribui para o despertar de uma nova percepção: não existe uma única maneira de praticar a sustentabilidade.

Nessa perspectiva, este número especial não pretende oferecer respostas definitivas para os problemas que estamos enfrentando na atualidade. Mas, esperamos contribuir com os debates que permanecem abertos e necessários, a partir da seguinte questão-problema: **como os arquivos, as bibliotecas e os museus podem transformar seus modos de pensar, planejar e agir diante dos desafios de um mundo que demanda, cada vez mais, responsabilidade, colaboração e compromisso com as gerações presentes e futuras?**

A publicação destes trabalhos representa, também, uma forma de preservar a memória científica da III JABIM. Ao transformar as apresentações realizadas durante o evento em registros permanentes, amplia-se a possibilidade de que ideias, experiências e resultados de pesquisa continuem circulando, sejam retomados em novos estudos e inspirem outras práticas.

Posto isto, agradecemos a todos os autores que confiaram seus trabalhos à III JABIM e a esta publicação, aos avaliadores, palestrantes, estudantes, profissionais, instituições parceiras e demais colaboradores que contribuíram para a realização da Jornada. Agradecemos, especialmente, à revista *Páginas a&b* pela acolhida deste número especial e pela oportunidade de dar continuidade, por meio da publicação científica, ao diálogo construído durante o evento.

Esperamos que esta edição possa fortalecer, ainda mais, as reflexões acerca da sustentabilidade nos âmbitos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, bem como atingir aos profissionais que atuam nos respectivos espaços, de modo a despertar ainda mais o compromisso para com o seu papel social, junto à preservação da memória, da democratização da informação, da valorização da diversidade e da construção de futuros mais justos e sustentáveis, a partir do protagonismo social.

Boa leitura!

Guilhermina de Melo Terra e Thaís Lima Trindade
Líderes do GRUPIC, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil

BIBLIOTECA E SUSTENTABILIDADE: a jornada da biblioteca verde em Domingos Martins

LIBRARIY AND SUSTAINABILITY: the journey of the green library in Domingos Martins

Paula Regina Ventura Amorim Gonçalez | Rachel Cristina Mello Guimarães | Ana Maria da Silva Bichara

https://doi.org/10.21747/21836671/pagesp2026a1

Resumo: Este relato de experiência compartilha as vivências da Biblioteca Municipal Argentina Lopes Tristão, localizada em Domingos Martins/ES, durante seu processo de transformação em uma Biblioteca Verde. O objetivo é torná-la uma instituição mais sustentável, capaz de promover mudanças sociais e ambientais positivas. Para isso, a biblioteca alinhou seus propósitos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse contexto, ampliaram-se suas atividades, consolidando-se como um espaço de experiências voltadas ao letramento e às práticas em Educação Ambiental. A atuação junto à comunidade na área da Educação Ambiental teve início em 2022. Este trabalho tem como objetivo, além de divulgar as ações desenvolvidas, demonstrar a importância de os centros de informação estarem alinhados à Agenda 2030 proposta pela ONU. A pesquisa adotada foi de natureza qualitativa e descritiva, conduzida por meio de um relato de experiência. O registro e a análise foram realizados com base em múltiplas estratégias, como observação direta das atividades, diário de campo, registros fotográficos e questionários aplicados aos usuários da biblioteca. A análise dos dados seguiu uma abordagem descritiva e interpretativa. Ao final, evidencia-se que a Biblioteca Verde, se consolida como agente de mudança em sua comunidade ao promover a educação ambiental. Destaca-se, ainda, a importância de priorizar a formação de bibliotecários como educadores e facilitadores de diálogos sobre práticas sustentáveis, possibilitando sua atuação como agentes de transformação social.

Palavras-chave: Agenda 2030; Bibliotecas Verdes; Educação Ambiental; Práticas Sustentáveis.

Abstract: This experience report shares the experiences of the Argentina Lopes Tristão Municipal Library, located in Domingos Martins, during its transformation process into a Green Library. The aim is to become a more sustainable institution capable of promoting positive social and environmental changes. To this end, the library aligned its objectives with the Sustainable Development Goals (SDGs) of the 2030 Agenda proposed by the United Nations. In this context, its activities were expanded, consolidating the library as a space for experiences focused on literacy and Environmental Education practices. The library's work with the community in the field of Environmental Education began in 2022. This study aims not only to disseminate the actions developed, but also to demonstrate the importance of information centres being aligned with the 2030 Agenda proposed by the United Nations. The research adopted a qualitative and descriptive approach, conducted through an experience report. Data collection and analysis were carried out based on multiple strategies, such as direct observation of activities, field notes, photographic records, and questionnaires administered to library users. Data analysis followed a descriptive and interpretative approach. In conclusion, the Green Library is shown to be consolidated as an agent of change in its community by promoting environmental education. Furthermore, the importance of prioritising the training of librarians as educators and facilitators of dialogue on sustainable practices is highlighted, enabling them to act as agents of social transformation.

Keywords: 2030 Agenda; Green Libraries; Environmental Education; Sustainable Practices.

Introdução

O cenário global contemporâneo é marcado por desafios estruturais significativos, especialmente no que se refere à intensificação da crise climática e ao agravamento das desigualdades sociais. Nesse contexto, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, proposta pela Organização das Nações Unidas em 2015, tem engajado instituições, incluindo as bibliotecas, a incorporarem em seus processos e ações práticas mais sustentáveis, destacando a urgência de iniciativas que minimizem os impactos ambientais e promovam a justiça social.

Atendendo a essas orientações, a Biblioteca Municipal Argentina Lopes Tristão, situada no município de Domingos Martins/ES, na região serrana do estado, a 42 km da capital capixaba, Vitória, aceitou o desafio de alinhar suas práticas institucionais aos princípios da sustentabilidade. O município possui uma população estimada em 38.236 habitantes em 2025, segundo dados do IBGE.

Por se tratar de uma região turística, Domingos Martins conta com expressivo patrimônio natural e cultural, oferecendo experiências singulares de contato com a natureza e com as tradições populares. Nesse contexto, a Biblioteca tem se destacado pela adoção de práticas integradas de Educação Ambiental, sendo a primeira no estado a assumir, como proposta institucional, o conceito de Biblioteca Verde.

Ao aceitar esse desafio, a biblioteca estabeleceu como objetivo principal tornar-se uma instituição mais sustentável, capaz de promover mudanças sociais e ambientais positivas, e definiu os seguintes objetivos específicos:

- Compreender de que maneira as bibliotecas podem contribuir para o cumprimento da Agenda 2030, por meio de iniciativas sustentáveis voltadas à comunidade e à garantia do acesso equitativo à informação;
- Analisar as contribuições da certificação ambiental para o fortalecimento da Educação Ambiental;
- Examinar a implementação das Bibliotecas Verdes e seus impactos na gestão ambiental, na comunidade e na promoção da Agenda 2030.

Dessa forma, este relato de experiência busca apresentar e analisar as práticas adotadas pela Biblioteca Municipal Argentina Lopes Tristão, demonstrando como bibliotecas públicas podem assumir papel estratégico na promoção da sustentabilidade, da educação ambiental e da transformação social em suas comunidades, alinhando-se aos objetivos globais da Agenda 2030.

Referencial teórico

Agenda 2030 e a sustentabilidade nas bibliotecas

Segundo documento das Nações Unidas (ONU, 2015), "[...] a Agenda 2030 se trata de um compromisso global com a transformação social e ambiental, que busca promover um futuro sustentável para todas as pessoas em todas as nações". Nesse contexto, a Federação

Brasileira de Associações de Bibliotecários e Instituições (FEBAB), apoiando a iniciativa, lançou o documento *Bibliotecas por um mundo melhor: Agenda 2030*, no qual são apresentadas ações já implementadas no Brasil em prol da Agenda 2030. O documento relaciona as práticas desenvolvidas pelas bibliotecas com cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Dessa forma, as bibliotecas consolidam-se como pilares da sustentabilidade e da responsabilidade social, atuando como centros de informação, educação e conscientização ambiental. A Agenda 2030 estabelece diretrizes claras para o desenvolvimento sustentável, e as bibliotecas podem funcionar como aliadas estratégicas na disseminação do conhecimento sobre práticas sustentáveis e na promoção da preservação ambiental.

Sachs (2002:67), ao escrever sobre o respeito à diversidade da natureza e a responsabilidade de resguardar as diversidades, apresenta a seguinte definição de desenvolvimento sustentável como um ideal ético, afirmando que: "A partir da ética do respeito à diversidade do fluxo da natureza, emana o respeito à diversidade de culturas e de sustentação da vida, base não apenas da sustentabilidade, mas também da igualdade e da justiça".

A sustentabilidade, conforme destacado na Agenda 2030, não se restringe a pauta ambiental, mas também o fortalecimento das comunidades e a promoção da justiça social. Nesse sentido, ao oferecerem acesso equitativo à informação e ao conhecimento, assim, as bibliotecas contribuem diretamente para o desenvolvimento de sociedades mais justas e sustentáveis. Por meio de programas voltados à leitura e ao acesso a informações sobre questões ambientais, essas instituições promovem a conscientização e incentivam ações concretas em prol da preservação dos recursos naturais.

Para Aulisio (2013:2), "[...] uma verdadeira Biblioteca Verde é aquela que promove a sustentabilidade liderando pelo exemplo, incorporando essa perspectiva em todos os aspectos da biblioteconomia acadêmica". Essa perspectiva é complementada por Miller (2010), que destaca que, para que uma biblioteca se torne sustentável, é necessário adotar uma série de medidas organizadas em quatro etapas: elaboração de um plano de ação; desenvolvimento do projeto arquitetônico; oferta de serviços sustentáveis; e promoção da Educação Ambiental. O autor ainda enfatiza que essa transformação depende do engajamento coletivo da equipe da biblioteca, sendo essencial a criação de um Comitê Verde, responsável por definir ações, programas e projetos voltados à sustentabilidade.

Dessa forma, a atuação do bibliotecário ultrapassa a tradicional gestão da informação, posicionando-o como agente de transformação socioambiental. Entre suas responsabilidades estão a promoção da inclusão social e a disseminação de saberes que fomentem uma convivência harmoniosa com o meio ambiente. Por meio de ações educativas e de parcerias com instituições locais, o bibliotecário pode implementar iniciativas voltadas à Educação Ambiental, abordando temas como consumo consciente, gestão de resíduos e preservação ecológica. Conforme Miller (2010:10), o bibliotecário "deve contribuir de forma ativa para o desenvolvimento sustentável da região em que atua, disseminando a informação ambiental e colocando em prática suas habilidades e competências como gestor de informação e educador ambiental".

No Espírito Santo, a Biblioteca Municipal Argentina Lopes Tristão constitui um exemplo de atuação alinhada aos princípios da sustentabilidade. Bichara (2024: 98), ao descrever o

Programa Biblioteca Sustentável, apresenta a proposta do "Jardim Secreto", que visa transformar a biblioteca em uma Biblioteca Pública Municipal Verde, atendendo aos requisitos estabelecidos para essa transição. A autora ainda discorre sobre as ações necessárias para alcançar esse objetivo: "[...] foi necessário implementar políticas e procedimentos que promovam uma cultura organizacional voltada para a sustentabilidade ambiental, com definição de objetivos e metas específicas nesse sentido".

A atuação do bibliotecário, fundamentada em princípios éticos e no compromisso com a comunidade, é essencial para fomentar uma cultura de responsabilidade socioambiental. Assim, bibliotecas e bibliotecários possuem o potencial de formar cidadãos conscientes, preparados para enfrentar os desafios impostos pela crise ambiental e comprometidos com a construção de um futuro mais sustentável, em consonância com os objetivos da Agenda 2030.

Nesse sentido, é importante que o bibliotecário desenvolva oficinas e atividades educativas sobre temas como reciclagem, consumo consciente, jardinagem urbana e preservação ambiental. Essas ações transformam a biblioteca em um espaço dinâmico de troca de saberes e experiências, não apenas informando, mas também estimulando a formação de um público engajado nas questões socioambientais.

Além disso, estabelecer parcerias com escolas, universidades, ONG e outras instituições é uma estratégia valiosa para ampliar o alcance das ações. A colaboração entre esses atores permite a realização de eventos e campanhas conjuntas, fortalecendo a responsabilidade ambiental coletiva e promovendo ambientes de aprendizado compartilhado. Dessa forma, é possível alcançar um público mais amplo e potencializar o impacto das iniciativas sustentáveis.

Certificação ambiental

Impulsionado por iniciativas voltadas à promoção de práticas responsáveis na construção civil e na gestão de espaços públicos, o Green Building Council Brasil (GBC Brasil), fundado em 2007, consolidou-se como uma organização não governamental comprometida com a disseminação da certificação Leadership in Energy and Environmental Design (LEED). Esse sistema de avaliação, conforme explica o GBC Brasil, tem como objetivo identificar e comunicar a eficiência e o desempenho ambiental de edificações, utilizando um conjunto de créditos ponderados que resultam em diferentes níveis de classificação.

Segundo a Green Building Council Brasil. (GREN..., 2014). a certificação tem a função de identificar e informar a eficiência e o desempenho ambiental do edifício. O sistema de avaliação é baseado em créditos que são ponderados para gerar uma classificação de desempenho ambiental do empreendimento em níveis".

Nos Estados Unidos, as bibliotecas Darien Public Library (Connecticut), a Bronx Public Library (New York) e a Hillside Public Library (Multnomah Country, Oregon), incorporaram a certificação Leadership in Energy and Environmental Design (LEED) em seus projetos arquitetônicos (MILLER, 2010).

Essa adoção evidencia a relevância de integrar critérios de sustentabilidade ao ambiente construído, reforçando a função das bibliotecas como espaços públicos que conciliam eficiência funcional, responsabilidade socioambiental e inovação no uso de recursos.

No Brasil, além do LEED, destaca-se a certificação Alta Qualidade Ambiental (AQUA), emitida pela Fundação Vanzolini.

Essa certificação requer a implementação de um sistema de gestão ambiental abrangente, que contempla desde os aspectos estruturais da edificação até sua relação com o entorno contemplando categorias amplas de qualidade ambiental.

O incentivo à sustentabilidade na construção é fortalecido pelo papel estratégico da Educação Ambiental. Os Centros de Educação Ambiental (CEA) representam iniciativas pedagógicas que, por meio de espaços educativos e de um Projeto Político-Pedagógico estruturado, buscam sensibilizar a sociedade sobre a importância da preservação do meio ambiente. O diretor-presidente do IEMA, Alaimar Fiuza, destaca:

> A Educação Ambiental desempenha um papel fundamental na preservação do nosso planeta. Por isso, é preciso um esforço contínuo e conjunto que envolva os setores público e privado, além da sociedade em geral. Só somando forças seremos capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável, não apenas no presente, mas também pensando nas gerações futuras (FIUZA, 2022).

Assim, a combinação entre certificações como o LEED e o AQUA com iniciativas de educação ambiental não apenas valoriza os espaços físicos, mas também fortalece a conscientização coletiva sobre a preservação ambiental. Essa sinergia é essencial para garantir um desenvolvimento sustentável que respeite o meio ambiente e atenda às necessidades das gerações atuais e futuras.

Vale ressaltar que, mesmo sem uma certificação formal, uma biblioteca pode adotar práticas sustentáveis eficazes. O papel do bibliotecário e de sua equipe é central nesse processo, pois são esses profissionais que podem implementar ações de engajamento comunitário. Assim, mesmo sem selos ou reconhecimentos oficiais, a biblioteca torna-se um espaço de transformação, onde conhecimento e responsabilidade ambiental caminham juntos em benefício da sociedade.

A educação ambiental configura-se como uma demanda crescente em um cenário global marcado pelos impactos das mudanças climáticas e pela intensificação da degradação ambiental. Nesse contexto, as chamadas bibliotecas verdes assumem papel estratégico como agentes de conscientização e difusão de informação qualificada sobre sustentabilidade, contribuindo diretamente para o alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030.

O papel do bibliotecário, por sua vez, transcende a função tradicional de curadoria informacional. Sua atuação abrange também a promoção de uma cultura voltada à preservação ambiental e ao fortalecimento de práticas sociais responsáveis, ampliando o potencial das bibliotecas como espaços de educação e transformação social.

As bibliotecas verdes estão se consolidando como refúgios de aprendizado sobre práticas sustentáveis, oferecendo atividades educativas diversificadas, como exposições, palestras e ações culturais que engajam a comunidade em discussões ambientais.

Além de educar, essas iniciativas trazem benefícios concretos, como a economia de recursos locais, redução de custos operacionais e melhoria da qualidade de vida. Envolver-se em

questões ambientais não é apenas uma responsabilidade social, mas também uma oportunidade de desenvolvimento sustentável e inovação local, haja vista que

> O desenvolvimento sustentável tem na informação ambiental um elemento fundamental para sua viabilização, principalmente em função de alguns princípios [...] o princípio da eficácia no uso de recursos naturais (a informação é necessária para a estruturação de processos produtivos menos perdulários no consumo de energia e matérias-primas); o princípio da diversidade (a informação permite a identificação e a potencialização de mercados e recursos locais); e o princípio da descentralização (sendo a informação utilizada na capacitação dos atores sociais, que têm importantes papéis específicos na construção de uma sociedade sustentável social, econômica e ambientalmente) (VASCONCELOS, 1998:24).

No entanto, a realidade da educação ambiental ainda enfrenta desafios, como o difícil acesso a dados confiáveis, a escassez de fontes atualizadas e a rápida obsolescência da informação, conforme apontado por Somerville (1976, *apud* CARIBÉ, 1992). Nesse cenário, os bibliotecários, com sua expertise em organização e acesso à informação, têm papel essencial como mediadores e articuladores de redes para o compartilhamento de dados e experiências em projetos ambientais.

A Lei Federal nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, reforça a responsabilidade das bibliotecas públicas em colaborar com a formação ambiental da sociedade. As bibliotecas verdes, por sua vez, ocupam um papel central nesse processo, promovendo a disseminação de informações ambientais e mobilizando a comunidade por meio de atividades educativas, culturais e informativas.

Segundo a UNESCO, os benefícios dessas ações incluem a economia de recursos, a redução de custos operacionais, o fortalecimento da educação ambiental e a melhoria da qualidade de vida.

Dessa forma, bibliotecas verdes e bibliotecários tornam-se pilares essenciais na construção de uma sociedade mais consciente e informada sobre os desafios ambientais contemporâneos. A informação, quando bem utilizada, tem o poder de transformar realidades, e a educação ambiental, nesse contexto, representa um instrumento poderoso para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

> Para que a sociedade tenha garantido o acesso à informação de forma efetiva e verdadeira, o conjunto de informações sobre meio ambiente existente deve também atender a critérios técnicos da Ciência da Informação, como nível de acesso à informação, acessibilidade e seus critérios, formas práticas de pesquisa de informação e, sobretudo, dotar as bases de dados de padrões de encontrabilidade informacional (BARROS, 2017:12).

Nesse sentido, as bibliotecas verdes e os profissionais da biblioteconomia configuram-se como pilares fundamentais na construção de uma sociedade mais consciente e informada acerca dos desafios ambientais contemporâneos. A informação, quando devidamente organizada e aplicada, possui o potencial de transformar realidades, e a educação ambiental, nesse contexto, emerge como instrumento estratégico para a consolidação de práticas sustentáveis e para o fortalecimento de uma cultura de responsabilidade socioambiental.

Conscientes de sua responsabilidade social e ambiental, as bibliotecas devem se comprometer com a adoção de estratégias educativas, informacionais e colaborativas que incentivem a preservação ambiental, o uso racional dos recursos e o fortalecimento da cidadania. Assim, mesmo em contextos sem certificação formal, essas instituições podem atuar como verdadeiros centros de transformação, promovendo o engajamento comunitário em prol de um futuro mais equilibrado, justo e sustentável.

Bibliotecas verdes

O conceito de biblioteca verde refere-se a instituições que incorporam práticas sustentáveis em suas operações, levando em consideração os aspectos ambientais, econômicos e sociais. Essas bibliotecas buscam reduzir seu impacto no meio ambiente por meio do uso consciente de energia e água, da adoção de fontes renováveis, da diminuição do consumo de papel, e da promoção da reciclagem e do reuso de materiais.

Mais do que promover adaptações físicas em seus espaços, as bibliotecas verdes assumem um papel estratégico como centros de educação e conscientização ambiental, contribuindo para a formação de uma cultura voltada à sustentabilidade. Exposições, palestras, oficinas e eventos educativos são alguns dos mecanismos utilizados para estimular a reflexão sobre o meio ambiente e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os de energia limpa (ODS 7), cidades sustentáveis (ODS 11), consumo responsável (ODS 12) e ação climática (ODS 13).

Embora muitas bibliotecas verdes estejam associadas a certificações ambientais internacionais, como o selo LEED, uma biblioteca não precisa de certificação formal para ser considerada sustentável. O que define sua atuação é o comprometimento com práticas sustentáveis e a integração desses princípios à oferta de serviços informacionais e educativos.

Internacionalmente, o movimento Green Library teve origem há mais de três décadas nos Estados Unidos e hoje está presente em diversos países. A proposta central é transformar bibliotecas em espaços ambientalmente conscientes, por meio da construção de edifícios sustentáveis, da reestruturação de instalações existentes e da adoção de serviços e práticas com baixo impacto ambiental. Esse movimento se expandiu por meio de fóruns, publicações e ações coletivas e individuais promovidas por bibliotecas públicas, universitárias e comunitárias.

Com a crescente urgência da crise ambiental, é essencial que as bibliotecas brasileiras também se adaptem a essa realidade. Ao adotarem práticas sustentáveis, tornam-se modelos de responsabilidade socioambiental e agentes ativos no desenvolvimento de comunidades mais conscientes e engajadas.

Portanto, as bibliotecas verdes representam mais do que uma tendência: elas simbolizam um compromisso ético e educativo com o futuro do planeta, integrando informação, cidadania e sustentabilidade em um único espaço de transformação.

O Movimento Biblioteca Verde surgiu há mais de três décadas, promovendo uma transformação nas bibliotecas em direção a um modelo sustentável. Este movimento, apoiado por publicações e discussões sobre o papel das bibliotecas na sustentabilidade (ANTONELLI, 2018), levou a bibliotecários e instituições a pensarem em bibliotecas em

ambientes sustentáveis. Neste cenário, há uma ampliação na definição de Bibliotecas, ou seja, Bibliotecas Verdes vão além dos aspectos arquitetônicos. Elas começam a ser vistas como espaços que promovem a sustentabilidade tanto em suas operações quanto nos serviços oferecidos à comunidade (Andrade et al., 2023). Segundo Antonelli (2018) devemos minimizar o impacto ambiental nesses espaços ao mesmo tempo que se promove a preservação do planeta.

Na década de 1990, foi publicada uma edição especial da revista Wilson Library Bulletin dedicada ao tema "Bibliotecas e Meio Ambiente". Em 1991, em razão da crescente relevância da temática, James e Suzanne LeRue publicaram o artigo *The Green Librarian,* no qual apresentam uma análise detalhada sobre formas de promover a sustentabilidade ambiental tanto nas residências quanto nas bibliotecas.

Para a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), uma biblioteca verde e sustentável é aquela que incorpora dimensões ambientais, econômicas e sociais em suas práticas e em seu funcionamento. Conforme a instituição, "a biblioteca verde e sustentável é aquela que considera aspectos ambientais, econômicos e sociais" (INTERNATIONAL..., 2022:1).

Embora seja comum na literatura científica associar as Bibliotecas Verdes a edifícios que seguem critérios de certificação Leadership in Energy and Environmental Design (LEED) e adotam práticas sustentáveis, como a reciclagem, essa concepção deve ser ampliada para abranger também a oferta de serviços e produtos informacionais orientados pelos princípios da sustentabilidade.

Importante ressaltar que o conceito de Biblioteca Verde vai além de edifícios ecologicamente corretos, incluindo baixo custo, eficiência energética e emissões reduzidas de carbono, além de serviços e práticas que contemplem o conceito em sua rotina junto aos usuários (ANDRADE *et al.*, 2023). Verifica-se que não há uma definição única, mas uma série de critérios que cada biblioteca deve atender, para ser considerada verde, considerando a sua localização, o seu entorno, a sua comunidade e sua situação específica (SAHAVIRTA, 2019).

Existem algumas especificidades no contexto brasileiro em relação às bibliotecas verdes, como o forte enfoque na dimensão social e na cidadania, além da emergência do “bibliotecário verde” como agente de transformação socioambiental. Segundo Raulino e Meira (2020) no Brasil, sustentabilidade ambiental e justiça social estão interligadas. As bibliotecas verdes atuam em comunidades vulneráveis como agentes de transformação, promovendo práticas como economia circular, hortas comunitárias e reciclagem para fortalecer a segurança alimentar.

Diante disso, o papel do profissional da informação no Brasil está sendo redefinido, com o surgimento do “bibliotecário verde” como educador ambiental. Esse profissional gerencia informações ecológicas e desenvolve projetos que aproximam a comunidade da preservação de biomas nativos, como a Mata Atlântica e o Cerrado, conforme discutido em eventos da área (FEDERAÇÃO..., 2024).

Outro fator relevante é que a maioria das bibliotecas públicas brasileiras ocupa edifícios antigos ou históricos, o que impede a construção de novas estruturas sustentáveis. Por isso, utiliza-se o *retrofit*, com adaptações tecnológicas que melhoram a eficiência energética e hídrica sem comprometer o patrimônio arquitetônico (CARDOSO e MACHADO, 2017).

Nesse cenário, os critérios para bibliotecas verdes precisam levar em conta a singularidade de cada comunidade, considerando diferenças geográficas, culturais, sociais e econômicas de cada uma. Portanto, a definição e os critérios para bibliotecas verdes não devem ser muito rígidos e restritos, mas sim focados no impacto ambiental e na sensibilização ambiental específicos de cada situação, incluindo: princípios do escritório verde, economia sustentável, serviços de biblioteca sustentáveis, sustentabilidade social, gestão ambiental e compromisso com objetivos ambientais gerais, como por exemplo, orientado pelos "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, pelo Acordo Climático de Paris e pelos certificados e programas ambientais relacionados" (INTERNATIONAL..., 2022:1). Além disso, é necessário que a biblioteca tenha uma estratégia clara de sustentabilidade e comunique seus esforços para reduzir seu impacto no meio ambiente (SAHAVIRTA, 2019).

Procedimentos metodológicos

Como percurso metodológico para orientar a consolidação da Biblioteca Municipal como uma instituição comprometida com a sustentabilidade e a promoção de transformações sociais e ambientais positivas, adotou-se uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, desenvolvida na modalidade de relato de experiência. Essa escolha metodológica fundamenta-se na necessidade de sistematizar e socializar práticas vivenciadas em um contexto específico, possibilitando não apenas o registro das ações implementadas, mas também a análise crítica dos processos desenvolvidos e dos resultados alcançados.

Do ponto de vista epistemológico, o estudo ancora-se em perspectivas que reconhecem a interdependência entre meio ambiente e sociedade, compreendendo a educação ambiental como um processo social, crítico e participativo. Essa orientação epistemológica sustenta a adoção de metodologias participativas, nas quais os usuários da biblioteca são considerados sujeitos ativos do processo educativo, contribuindo para a construção coletiva do conhecimento por meio da articulação entre teoria e prática.

O programa *Biblioteca Sustentável: Jardim Secreto* constituiu o eixo estruturante das ações analisadas, orientando tanto a implementação das práticas quanto os princípios metodológicos do estudo. Suas diretrizes contemplam a realização de ações educativas concretas, aliadas à promoção da reflexão crítica acerca dos impactos socioambientais das atividades desenvolvidas pela biblioteca no contexto comunitário.

O registro e a análise da experiência foram realizados por meio de diferentes estratégias de acompanhamento, incluindo observação direta das atividades, elaboração de diário de campo, produção de registros fotográficos, que possibilitaram uma análise qualitativa.

A análise dos dados seguiu uma abordagem descritiva e interpretativa, buscando compreender os impactos das práticas sustentáveis na rotina institucional da biblioteca, o nível de engajamento da comunidade e os principais desafios enfrentados ao longo do processo. Essa análise permitiu identificar elementos que contribuíram para o fortalecimento da consciência ambiental, bem como limitações e possibilidades de aprimoramento que podem orientar futuras ações e projetos no âmbito da educação ambiental.

Resultados e discussões

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos, a Biblioteca Municipal Argentina Lopes Tristão tem se tornado um Centro de Educação Ambiental, reconhecido pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), e lançou o programa *Biblioteca Sustentável: Jardim Secreto*. Este programa visa sensibilizar colaboradores e usuários sobre práticas de consumo consciente e valorização do meio ambiente, além disso,

A partir do programa supracitado, foram promovidas pela biblioteca, ações como por exemplo:

Oficinas de Educação Ambiental: Com atividades práticas, como hortas urbanas e compostagem, a biblioteca promove a conexão entre a comunidade e a natureza.

Campanhas de Sensibilização: Através de atividades e eventos, a biblioteca instiga discussões sobre questões ambientais, integrando a educação ambiental nas rotinas dos usuários. As atividades incluem oficinas, contação de histórias, cinema e palestras, reforçaram a necessidade de um olhar crítico sobre a sustentabilidade e evidenciaram a importância do engajamento comunitário na construção de um futuro mais sustentável.

Projeto de Reciclagem: A iniciativa encaminhou mais de uma tonelada e meia de materiais recicláveis durante seu primeiro ano, reforçando o compromisso com a minimização de resíduos.

Banhos de Floresta: Uma oportunidade para as pessoas se desconectarem do ritmo acelerado da vida urbana e se reconectarem com a natureza, promovendo o bem-estar e a conexão com o meio ambiente através de caminhadas e experiências sensoriais na floresta.

Leitura, Escrita e Meio Ambiente: Inspirado pela fusão entre o meio ambiente, leitura e escrita, esse projeto visa promover uma conexão íntima entre a comunidade local e a natureza exuberante que a cerca.

EcoLab Escritores: adota a metodologia de laboratórios de experimentação e inovação cidadã, promovendo a aprendizagem colaborativa por meio da identificação de desafios locais, da criação coletiva de soluções e da prototipagem de projetos. A iniciativa integra arteterapia, leitura, escrita criativa, educação ambiental, tecnologia e robótica, estimulando crianças e jovens a pesquisar, criar e desenvolver soluções para sua comunidade. O projeto conecta cultura local, saberes tradicionais, ciência e tecnologia, fortalecendo o protagonismo juvenil, a criatividade e a cidadania.

Diante desse cenário, a proposta busca integrar elementos fundamentais, como arteterapia, leitura, escrita, meio ambiente, tecnologia de informação e comunicação, aulões preparatórios para o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), aliados à metodologia de laboratórios de experimentação e inovação cidadã, como uma abordagem inovadora e transformadora para promover a inclusão, empoderamento e preparação para o futuro desses jovens.

Considerações finais

A adoção de epistemologias críticas e de metodologias participativas refletiu-se diretamente nos resultados alcançados pela Biblioteca Municipal Argentina Lopes Tristão, evidenciando o potencial das bibliotecas públicas como agentes de transformação social e ambiental em seus territórios. A compreensão da educação ambiental como um processo integrado, coletivo e contextualizado possibilitou que as ações desenvolvidas ultrapassassem o caráter informativo, promovendo experiências formativas significativas e socialmente engajadas.

As práticas educativas implementadas demonstraram impactos concretos na ampliação da consciência ambiental dos usuários, no fortalecimento do vínculo entre a biblioteca e a comunidade e no estímulo à participação ativa dos sujeitos envolvidos. A integração entre teoria e prática, princípio orientador das ações, favoreceu a construção de saberes críticos relacionados à sustentabilidade, ao consumo consciente, à gestão de resíduos, à justiça social e à valorização do território.

Nesse contexto, a biblioteca deixou de ser percebida apenas como um espaço de acesso à informação para se consolidar como um ambiente educativo dinâmico, no qual o conhecimento é produzido de forma colaborativa e aplicado à realidade local. As atividades desenvolvidas reforçaram o papel da biblioteca como mediadora de processos educativos voltados à formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos.

A atuação institucional também evidenciou alinhamento com as diretrizes globais de sustentabilidade propostas pela Organização das Nações Unidas, especialmente no que se refere aos princípios da Agenda 2030, ao articular educação ambiental, inclusão social e desenvolvimento sustentável. Esse alinhamento contribuiu para o reconhecimento da biblioteca como referência local em práticas de educação ambiental e sustentabilidade.

Dessa forma, os resultados apontam que as escolhas epistemológicas e metodológicas adotadas foram determinantes para a consolidação da biblioteca como um espaço de empoderamento social, reflexão crítica e ação coletiva. Ao integrar educação, informação e sustentabilidade, a Biblioteca Municipal Argentina Lopes Tristão reafirma o protagonismo das bibliotecas públicas na promoção da cidadania responsável, da preservação ambiental e da construção de um futuro mais justo e sustentável.

Apesar dos resultados alcançados, é importante reconhecer algumas limitações desta pesquisa. O estudo concentrou-se na experiência de uma única biblioteca pública, o que limita a generalização dos resultados para outros contextos institucionais e territoriais. Além disso, a análise baseou-se predominantemente em dados qualitativos relacionados às ações desenvolvidas e às percepções dos participantes, não contemplando indicadores quantitativos de longo prazo capazes de mensurar, de forma mais precisa, os impactos das práticas de educação ambiental na comunidade.

Como perspectiva para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos comparativos entre bibliotecas públicas e comunitárias que desenvolvam iniciativas voltadas à educação ambiental e à sustentabilidade. Recomenda-se, ainda, investigar os impactos dessas ações em diferentes públicos, bem como analisar sua contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Também se destaca a relevância de pesquisas que explorem processos de certificação ambiental em bibliotecas e a

consolidação do conceito de Bibliotecas Verdes em diferentes realidades socioculturais, ampliando a compreensão sobre o papel dessas instituições na promoção da cidadania ambiental e do desenvolvimento sustentável.

Referências bibliográficas

ALUÍSIO, George
2013 Green libraries are more than just buildings. *Electric Green Journal*. [Em linha]. 35:1 (2013). [Consult. 25 fev. 2026]. Disponível em: https://escholarship.org/uc/item/3x11862z.

ANTONELLI, Monika
2008 The Green library movement: an overview of green library literature and actions from 1979 to the future. [Em linha]. 27 (2008). [Consult. 25 fev. 2026]. Disponível em: https://escholarship.org/uc/item/39d3v236.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos
2017 Sustentabilidade ambiental e direito de acesso à informação verdadeira: de Estocolmo aos dias atuais. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 13 (2017) 2.923-2.940. [Consult. 26 fev. 2026]. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3397.

BICHARA, Ana Maria da Silva
2024 Vamos falar sobre bibliotecas verdes? In *O protagonismo dos bibliotecários apixabas na na construção de espaços de inovação*. Org. Alessandra Monteiro Patuzzo Caetano... *et al.* [Em linha]. Campina Grande/PB: Ampla 2024, p. 94-103. [Consult. 25 fev. 2026]. Disponível em: https://ampllaeditora.com.br/books/2024/10/ProtagonismoBibliotecariosCapixabas.pdf.

CARDOSO, Nathalice Bezerra; MACHADO, Elisa Campos
2017 Bibliotecas verdes e sustentáveis no Brasil. *Transinformação*. [Em linha]. 29:2 (2017) 141-149. [Consult. 24 jun. 2026]. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/7dRCtJTvNCHqMzSJQbfMqYy/?format=pdf.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale
1992 Subsídios para um sistema de informação ambiental no Brasil. *Ciência da Informação*. 21:1 (1992) 40-45.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES
1992 "Bibliotecário verde": conceito do profissional que promove a educação ambiental. In CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 30º, São Paulo, 1992 - *Anais*. [Em linha]. São Paulo: FEBAB, 2024. [Consult. 24 jun. 2026]. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3331.

FIUZA, A. M. R.
2023 *Espírito Santo tem mais dez Centros de Educação Ambiental reconhecidos pelo Iema: Entrevista concedida à Assessoria de Comunicação do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), 23 out. 2023*. [Em linha]. Cariacica: IEMA. 2023. [Consult. 25 fev. 2025]. Disponível em: https://iema.es.gov.br/Not%C3%ADcia/espirito-santo-tem-mais-nove-centros-de-educacao-ambiental-reconhecidos-pelo-iema.

GREEN BUILDING COUNCIL BRASIL
2014 *Certificação LEED*. [Em linha]. São Paulo: GBC Brasil, 2014. [Consult. 25 fev. 2026]. Disponível em: http://www.gbcbrasil.org.br/sobre-certificado.php.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS
2021 *IFLA Green Library Award 2021 shortlist: Green Library Project "A Responsible Library as Promoter of Environmental Awareness"*. [Em linha]. Haia: IFLA, 2021. [Consult. 25 fev. 2024]. Disponível em: https://www.ifla.org/ensulib-announces-6th-ifla-green-library-award-2021-shortlist-green-library-project-a-responsible-library-as-promoter-of-environmental-awareness/.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
[20--] *Cidades e Estados: Domingos Martins (ES)*. [Em linha]. Rio de Janeiro: IBGE, [20--]. [Consult. 25 fev. 2026]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/domingos-martins.html.

MILLER, Kathryn
2010 *Public Libraries Going Green*. Chicago: American Library Association, 2010.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL
2015 *Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. [Em linha]. Brasília: Nações Unidas Brasil, 2015. [Consult. 25 maio 2026]. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf.

SACHS, Ignacy
2002 *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Garamound, 2002.

SAHAVIRTA, Harri
2019 *Set the wheels in motion: clarifying green library as a goal for action*. [Em linha]. Haia: IFLA, 2019. [Consult. 25 fev. 2026]. Disponível em: https://library.ifla.org/id/eprint/2568/1/166-sahavirta-en.pdf.

RAULINO, Cleide Elis da Cruz; MEIRA, Roberta Barros
2020 O Conhecimento que tem origem no verde: o movimento green library e a Agenda 2030. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 16 (2020) 1-21. [Consult. 24 jun. 2026]. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/1352/1219/5266.

VASCONCELOS, C. R. de
1998 *O Papel das ONGs brasileiras na produção e disseminação de informação ambiental*. Rio de Janeiro: IBICT, 1998.
Dissertação de mestrado em Ciência da Informação - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Paula Regina Ventura Amorim Gonçalez | paula.goncalez@ufes.br
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil

Rachel Cristina Mello Guimarães | rachel.guimaraes@ufes.br
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil

Ana Maria da Silva Bichara | anamasda@terra.com.br
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil

A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE SUSTENTABILIDADE: dimensões temáticas a partir da produção científica indexada na Openalex

UNIVERSITY LIBRAY AS AN AGENT OF SUSTENTABILITY: thematic dimensions based on scientific production indexed in Openalex

Mateus Rebouças Nascimento | Renata Bezerra Valeriano | Célia Regina Simonetti Barbalho

https://doi.org/10.21747/21836671/pagesp2026a2

Resumo: A sustentabilidade informacional tem sido discutida como abordagem para integrar organização, acesso e preservação da informação às demandas das bibliotecas universitárias. Este artigo objetiva discutir a biblioteca universitária como agente de sustentabilidade, sistematizando dimensões temáticas de atuação no ensino superior. Metodologicamente, realizou-se estudo descritivo e exploratório, com análise bibliométrica e temática de artigos indexados na OpenAlex, entre 2016 e 2025, processados no VOSviewer. Os resultados identificaram 146 temáticas distribuídas em seis *clusters*, com 1.989 links entre os termos analisados. Destacaram-se, pela centralidade, *world wide web*, com 272 ocorrências, *knowledge management*, com 217, e *sustainability*, com 191. A análise permitiu sistematizar dimensões formativas, técnico-infra-estruturais e organizacionais, envolvendo competência em informação, bibliotecas digitais, preservação digital, transformação digital e gestão do conhecimento. Conclui-se que a sustentabilidade informacional depende da articulação entre preservação, arquitetura da informação, gestão do conhecimento e compromissos ético-sociais, orientando práticas sustentáveis e integradas nas bibliotecas universitárias.

Palavras-chave: Bibliotecas universitárias; Recursos informacionais; Sustentabilidade informacional.

Abstract: Informational sustainability has been discussed as an approach to integrating the organisation, access, and preservation of information with the demands of university libraries. This article aims to discuss the university library as an agent of sustainability, systematising thematic dimensions of action in higher education. Methodologically, a descriptive and exploratory study was conducted, with bibliometric and thematic analysis of articles indexed in OpenAlex between 2016 and 2025, processed in VOSviewer. The results identified 146 themes distributed across six clusters, with 1,989 links among the analysed terms. In terms of centrality, world wide web, with 272 occurrences, knowledge management, with 217, and sustainability, with 191, stood out. The analysis enabled the systematisation of formative, technical-infrastructural, and organisational dimensions, involving information literacy, digital libraries, digital preservation, digital transformation, and knowledge management. It concludes that informational sustainability depends on the articulation among preservation, information architecture, knowledge management, and ethical-social commitments, guiding sustainable and integrated practices in university libraries.

Keywords: University libraries; Information resources; Informational sustainability.

Introdução

As bibliotecas universitárias (BU) integram, de modo estrutural, a dinâmica do ensino superior, pois sustentam processos de ensino, pesquisa, extensão e inovação ao viabilizarem acesso, organização e uso da informação científica. No entanto, a biblioteca universitária não se define apenas pela guarda de acervos. Seu sentido institucional se

amplia quando é compreendida como espaço de orientação, aprendizagem e construção de conhecimento, especialmente em contextos de grande volume de informações.

A universidade pode contar com uma única biblioteca ou com várias unidades, dependendo do seu porte e das suas necessidades. Além disso, modificações ao longo do tempo podem influenciar a forma como esse serviço de informação é oferecido. Ao considerar o papel formativo da biblioteca universitária, essas questões tornam-se especialmente relevantes, pois estão diretamente ligadas à sua responsabilidade de definir e implementar produtos e serviços voltados à comunidade acadêmica, bem como de contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao uso da informação.

Essa compreensão se fortalece quando se assume a biblioteca universitária como uma combinação de pessoas, coleções e instalações, cuja finalidade é auxiliar a comunidade universitária no processo de transformação da informação em conhecimento. Com as transformações tecnológicas, as bibliotecas universitárias assumem "também a responsabilidade pela preservação de longo prazo de objetos digitais, sejam eles digitalizados ou nato-digitais" (ANDRADE, MACÊDO e CUNHA, 2026:3).

Nesse contexto, o papel das bibliotecas universitárias torna-se ainda mais decisivo, pois essas instituições atuam em um ambiente de mudanças contínuas, marcado por transformações tecnológicas e por reconfigurações em suas práticas de atuação. É nessa vertente que a temática da sustentabilidade assume valor estratégico para pensar esses ambientes informacionais. No recorte deste artigo, sustentabilidade é compreendida em seu sentido ativo, pois "advém da ação feita para conservar, manter, proteger, nutrir, alimentar, fazer prosperar, subsistir, viver" (SCHNEIDER *et al.*, 2023:2), sendo aplicada, no contexto da informação, por meio da sustentabilidade informacional.

Trata-se de reconhecer que práticas sustentáveis, no campo informacional, se materializam quando a biblioteca fortalece seus produtos e serviços, visando mitigar o conjunto de desequilíbrios ambientais interconectados que afetam o funcionamento natural dos ecossistemas que permeiam seu coletivo, envolvendo biodiversidade, clima global, dentre outras esferas (Silva, 2024). Nessa perspectiva, a biblioteca universitária pode ser entendida como agente de sustentabilidade ao atuar na formação de competências para o uso crítico da informação, na mediação de recursos científicos e na oferta de serviços que qualificam o encontro entre utilizadores e conhecimento.

Ao mesmo tempo, por ser um organismo em constante mudança, a biblioteca universitária demanda acompanhamento crítico de suas funções e das temáticas que atravessam a pesquisa e a prática profissional, de modo a responder às transformações do seu ambiente institucional, alinhando suas práticas ao vínculo com organizações, agentes, comunidades e meios integrados ao monitoramento de processos que favorecem a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SIQUEIRA, TRINDADE e TRINDADE, 2022).

No contexto brasileiro, as bibliotecas universitárias são discutidas de forma recorrente em espaços científicos especializados que reúnem pesquisas e experiências profissionais, contribuindo para a atualização do campo e para a identificação de demandas emergentes. A circulação desses debates evidencia que a biblioteca universitária vem sendo convocada a enfrentar desafios de gestão, serviços, recursos e formação, ao mesmo tempo em que reafirma sua missão educativa e social. A observação das temáticas também contribui para o reconhecimento de tendências, lacunas e prioridades, permitindo compreender como se

configuram, na prática e na pesquisa, diferentes frentes de atuação das bibliotecas universitárias.

Diante desse cenário, observa-se que, embora a literatura discuta a atuação das bibliotecas universitárias em relação à sustentabilidade, ainda há uma lacuna na sistematização das dimensões temáticas que articulam sustentabilidade informacional, gestão do conhecimento, competência em informação, preservação digital e infraestrutura informacional no contexto do ensino superior. Assim, o problema que orienta este estudo consiste em compreender: quais dimensões temáticas estruturam a atuação da biblioteca universitária como agente de sustentabilidade informacional a partir da produção científica indexada na OpenAlex?

Neste artigo, entende-se por dimensões temáticas de atuação um conjunto de eixos que organizam, de forma integrada, áreas recorrentes e estratégicas do trabalho da biblioteca universitária, permitindo observar como se articulam práticas, serviços, competências profissionais e relações com a comunidade universitária. Em vez de tratar ações de modo fragmentado, a abordagem por dimensões busca oferecer um quadro de referência para compreender e orientar a atuação da biblioteca universitária em direção à educação, ao acesso e à inclusão, como pilares de uma sustentabilidade informacional no ensino superior.

Assim, o artigo tem como objetivo geral discutir a biblioteca universitária como agente de sustentabilidade, sistematizando dimensões temáticas de atuação no contexto do ensino superior. Como objetivos específicos, busca-se: contextualizar a biblioteca universitária e a sustentabilidade informacional; analisar dimensões temáticas que estruturam a atuação da biblioteca universitária como agente de sustentabilidade; e indicar implicações para o fortalecimento de ações e serviços informacionais orientados à sustentabilidade.

A pesquisa dialoga com o conceito de sustentabilidade ao abordar a biblioteca universitária como agente ativo na promoção da sustentabilidade informacional, compreendida como a capacidade de garantir acesso, uso crítico, preservação e circulação do conhecimento ao longo do tempo. Nesse sentido, a proposta articula-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, especialmente o ODS 4 – Educação de Qualidade, ao contribuir para o desenvolvimento de competências informacionais e apoio aos processos de ensino e aprendizagem.

Biblioteca universitária e sustentabilidade informacional

A sustentabilidade, quando pensada no contexto de unidades de informação, não se limita ao debate ambiental. No campo das bibliotecas universitárias, ela pode ser compreendida como a capacidade institucional de sustentar, ao longo do tempo, condições de acesso, uso qualificado e apropriação crítica da informação, garantindo que a comunidade universitária consiga transformar informação em conhecimento e, com isso, fortalecer práticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Os preceitos sustentáveis propõem-se ir além da ideia de duração, no sentido de consolidar modos de racionalidade, gestão, articulação de atividades, antecipação de situações, resistência a prospecções coletivas (BRIDGLAND e WHITEHEAD, 2005). Essa compreensão se aproxima de uma leitura ampliada do papel das bibliotecas, segundo a qual

ela se constitui como instrumento de educação universal, ao reunir e difundir recursos de ensino e disseminar o conhecimento, identificando suas necessidades e limitações.

Para melhor compreensão do papel estratégico das bibliotecas universitárias na promoção da sustentabilidade, é fundamental, primeiramente, revisitar o conceito de que fundamenta todas as ações. Este conceito não é novo, mas sua aplicação em ambientes de informação e educação requer uma interpretação precisa. A Fig. 1 ilustra de forma clara e concisa a estrutura central do pensamento sustentável, conforme definido originalmente no Relatório Brundtland de 1987 e adaptado aqui para representar a dinâmica entre as demandas da comunidade acadêmica e as responsabilidades de longo prazo.

Fig. 1 – Sustentabilidade na perspectiva de necessidades e limitações

Fonte: Elaborado pelos autores utilizando a ferramenta Canva (2026).

A Fig. 1 destaca o desenvolvimento sustentável como um equilíbrio dinâmico entre necessidades e limitações. No centro, enfatiza-se a formulação segundo a qual é preciso atender às demandas do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras, indicando que sustentabilidade não se reduz a uma meta pontual, mas a um processo contínuo de ajuste e responsabilidade. Ao explicitar a noção de harmonia entre capacidades atuais e futuras, a representação visual ajuda a compreender por que o conceito emerge, historicamente, associado à gestão e preservação ambiental, e depois se expande para outros campos que também lidam com recursos finitos, prioridades e continuidade de condições ao longo do tempo, estando relacionada "tanto nos contextos empresarial e governamental, acadêmico e na sociedade" (FRANÇA, SILVA e MENDONÇA, 2024:3).

Em uma perspectiva informacional, a sustentabilidade é compreendida no âmbito de "recursos informacionais que facilitam a integração, conscientização e participação em objetivos globais e no fortalecimento do processo de transformação da sociedade e de tecnologias sustentáveis da informação" (BARBALHO, INOMATA e FERNANDES, 2021:19). Na dimensão do desenvolvimento sustentável, cada pessoa é considerada um

usuário e um provedor de informação. A necessidade de informação surge, portanto, em todos os níveis, desde os tomadores de decisão nos níveis nacional e internacional até o nível individual.

Para que as bibliotecas universitárias atuem efetivamente como agentes de sustentabilidade, é necessário compreender a informação não apenas como um recurso a ser gerenciado, mas como o próprio alicerce sobre o qual se constrói uma cultura sustentável. Essa compreensão multifacetada exige a análise de diferentes abordagens metodológicas. A Fig. 2 apresenta três dimensões fundamentais que conectam a informação à sustentabilidade, oferecendo um roteiro claro para a estruturação de ações e políticas dentro das bibliotecas universitárias.

Fig. 2 – Dimensões da Sustentabilidade com a Informação

Fonte: Elaborado pelos autores utilizando a ferramenta Canva (2026).

A Fig. 2 sistematiza três abordagens essenciais para compreender o papel da informação sustentável, as quais são diretamente aplicáveis à gestão e aos serviços das bibliotecas universitárias. Cada dimensão aborda a informação sob uma perspectiva única, formando um conjunto coeso para a ação estratégica.

No primeiro nível, a informação aparece como recurso estratégico para monitoramento, indicadores e tomada de decisão, aproximando-se de uma lógica de gestão do desenvolvimento sustentável. No segundo, a sustentabilidade informacional desloca o foco para dimensões cognitivas e sociais, enfatizando diversidade de fontes, disponibilidade e acesso ao longo do tempo, ponto particularmente relevante para bibliotecas universitárias. No terceiro, a durabilidade informacional evidencia a dimensão técnica da preservação e das infraestruturas, necessária para manter conteúdos íntegros e acessíveis, mas insuficiente, por si só, sem mediação e políticas de acesso que garantam uso qualificado da informação.

Sob a perspectiva da sustentabilidade informacional, a função formativa da biblioteca universitária torna-se central. Souza e Valentim (2023:2) afirmam que a informação é um elemento fundamental "a ser administrado pelas organizações, e é necessário buscar alternativas para organizá-la, disponibilizá-la e reutilizá-la de maneira eficiente e eficaz,

justificando a importância da gestão voltada para a sustentabilidade". Assim, a biblioteca deve alinhar seus serviços à formação de habilidades e competências informacionais com foco sustentável.

Geraldo e Pinto (2021:17) destacam que "[...] a sustentabilidade precisa ser pensada e desenvolvida de modo amplo e implementada em uma perspectiva mundial, envolvendo todo o planeta". No contexto das bibliotecas universitárias, oferece uma "base essencial para o alcance do desenvolvimento sustentável, que vai desde o provimento de acervos físicos até a possibilidade de o indivíduo desenvolver sua competência informacional mediante o uso de ferramentas tecnológicas" (ARAUJO e ARAUJO, 2021:10).

A sustentabilidade informacional também se manifesta no modo como a biblioteca organiza serviços de orientação e mediação. Entre os serviços considerados essenciais, destacam-se o empréstimo e o serviço de referência, cuja finalidade envolve orientar, informar e disponibilizar ao usuário, no menor tempo possível, os serviços da biblioteca. Silva (2024:7) destaca que estes espaços podem "desenvolver projetos educacionais que fomentem a competência crítica em informação, capacitando estudantes e pesquisadores a avaliar e utilizar fontes confiáveis sobre a crise ambiental".

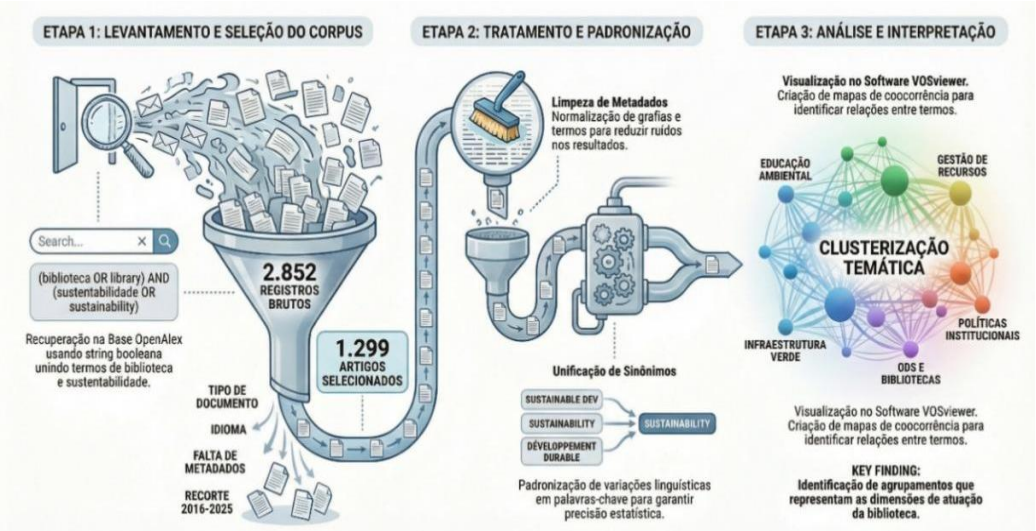
Assim, ao articular acesso, mediação, desenvolvimento de competências e condições institucionais de trabalho, a biblioteca universitária pode ser compreendida como agente de sustentabilidade informacional. Essa atuação se expressa na continuidade e na qualidade das ações que garantem acesso ao conhecimento, orientam o uso crítico da informação e favorecem inclusão acadêmica, sustentando trajetórias formativas e práticas científicas mais consistentes.

Procedimentos metodológicos

Este estudo adota abordagem quantitativa e qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, com base em análise temática por meio de software bibliométrico. A opção metodológica justifica-se por permitir identificar, organizar e analisar tendências temáticas e padrões de relacionamento em uma produção científica delimitada, contribuindo para compreender como a biblioteca universitária vem sendo tratada em diálogo com a sustentabilidade.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas metodológicas apresentadas na Figura 3: levantamento e seleção do corpus, tratamento e padronização dos dados, análise e interpretação.

Fig. 3 – Etapas metodológicas da pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores com auxílio do NotebookLM (2026).

O levantamento foi realizado na base OpenAlex, selecionada por sua ampla abrangência documental e pela maior possibilidade de recuperar registros provenientes de diferentes países e áreas do conhecimento. A escolha da base justifica-se, ainda, por sua maior capacidade de incluir periódicos e produções científicas que nem sempre estão representados em bases comerciais como Scopus e Web of Science, especialmente no que se refere a publicações de acesso aberto, periódicos regionais e produções vinculadas ao Sul Global. Essa característica mostra-se pertinente ao objetivo da pesquisa, uma vez que o estudo busca mapear dimensões temáticas da sustentabilidade informacional em bibliotecas universitárias a partir de uma cobertura mais ampla e diversificada da produção científica.

A estratégia de busca foi formulada em inglês, combinando variações terminológicas de biblioteca universitária a descritores relacionados à sustentabilidade. Assim, utilizou-se a seguinte estratégia de busca: ("university library" OR "academic library" OR "research library" OR "higher education library" OR "college library" OR "university libraries" OR "academic libraries" OR "research libraries") AND (sustainability OR "sustainable development" OR "sustainable development goals" OR SDG OR SDGs OR "environmental sustainability" OR "social sustainability").

Essa formulação buscou ampliar a recuperação de artigos ao contemplar variações frequentes de nomeação do objeto e do tema, preservando a aderência ao recorte do estudo. O recorte temporal compreendeu os últimos dez anos, considerando o período de 2016 a 2025, conforme a disponibilidade de indexação na base.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos publicados no período definido (2016-2025). Foram excluídos documentos que não se enquadrassem como artigo científico, registros fora do recorte temporal, publicações em outros idiomas e itens com ausência de metadados mínimos para análise no VOSviewer.

Na etapa de coleta, a aplicação da estratégia de busca na OpenAlex resultou em um total de 2.852 documentos recuperados. Após a triagem inicial e a aplicação dos critérios de

inclusão e exclusão, foram removidos 1.201 documentos por não atenderem ao recorte temporal e 352 documentos por não atenderem ao tipo documental. Ao final, o *corpus* foi composto por 1.299 artigos científicos que constituíram a base para o tratamento dos dados e para a análise de temáticas no VOSviewer.

Os registros selecionados foram exportados da OpenAlex em formato compatível com tratamento e conversão para importação no VOSviewer. Na etapa de tratamento, procedeu-se à limpeza e padronização dos metadados com o objetivo de reduzir ruídos. Essa etapa incluiu a normalização de termos e grafias, unificação de sinônimos e variações linguísticas em palavras-chave.

A análise de temáticas e a visualização da rede foram realizadas no software VOSviewer. Foram elaborados mapas de coocorrência a partir de palavras-chave. Definiu-se o mínimo de 7 ocorrências para inclusão de termos nas visualizações, buscando equilíbrio entre abrangência e legibilidade. Em seguida, aplicou-se a clusterização para identificação de agrupamentos temáticos, interpretados como dimensões de discussão relacionadas à atuação da biblioteca universitária na sustentabilidade.

Por fim, os resultados foram interpretados de forma articulada ao referencial teórico do estudo, relacionando os clusters e os termos centrais às dimensões temáticas de atuação da biblioteca universitária como agente de sustentabilidade, totalizando 146 temáticas, distribuídas em 6 clusters com 1.989 links conectados entre eles.

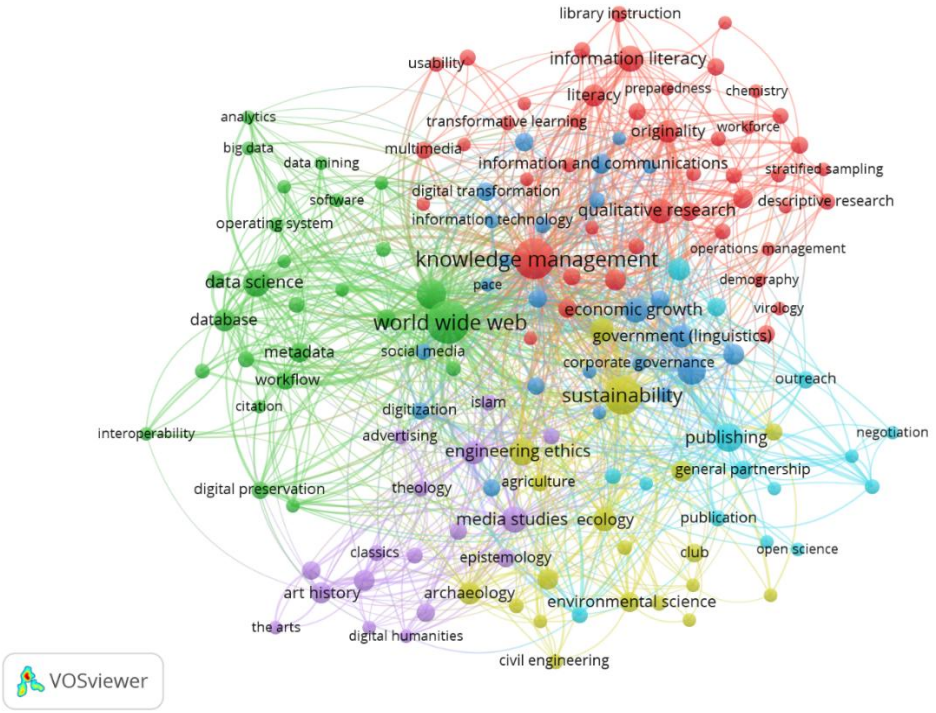
Resultados e discussões

A Fig. 4 apresenta o mapa de conhecimentos sobre bibliotecas universitárias e sustentabilidade gerado no VOSviewer, configurado com o mínimo de 7 ocorrências. Observa-se uma estrutura temática interconectada, com um núcleo denso e diferentes agrupamentos (clusters) distribuídos ao redor desse centro, o que indica a coexistência de frentes de discussão complementares para compreender a relação entre bibliotecas universitárias e sustentabilidade no período analisado.

No conjunto, três temáticas se destacam pela centralidade na rede, tanto pelo número de ocorrências quanto pela força total de ligação: world wide web (272 ocorrências), knowledge management (217 ocorrências) e sustainability (191 ocorrências). Esses nós centrais ajudam a explicitar a densidade do núcleo do grafo e sugerem eixos estruturantes do domínio analisado. A temática de sustentabilidade opera como conceito organizador e agregador, enquanto as questões relacionadas à gestão do conhecimento aproximam a discussão de planejamento, continuidade e efetividade institucional, reforçando a sustentabilidade como capacidade de sustentar ações informacionais no tempo.

A centralidade de *knowledge management* evidencia que a gestão do conhecimento constitui uma dimensão estratégica da sustentabilidade informacional em bibliotecas universitárias. Nesse contexto, gerir conhecimento envolve criar condições para que a produção de conhecimento, os processos institucionais, as experiências profissionais e os saberes organizacionais sejam registrados, preservados, compartilhados e reutilizados. Assim, repositórios institucionais, políticas de metadados, documentação de fluxos de trabalho e práticas de curadoria contribuem para assegurar a continuidade dos serviços ofertados à comunidade universitária.

Fig. 4 – Mapa de conhecimentos sobre bibliotecas universitárias e sustentabilidade



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A leitura dos clusters permite interpretar a rede a partir de dimensões temáticas relacionadas à atuação das bibliotecas universitárias. Uma primeira dimensão, de caráter formativo e educativo, se evidencia pela presença de termos ligados a competências, aprendizagem e orientação, com destaque para *information literacy* (56 ocorrências) e *library instruction* (13 ocorrências). Esse agrupamento sugere que, quando bibliotecas universitárias são discutidas na temática, uma das perspectivas é a educação e desenvolvimento de competências informacionais, situando a biblioteca como espaço de mediação e apoio à autonomia acadêmica e ao uso qualificado da informação.

A presença de *information literacy* reforça a competência em informação como prática de sustentabilidade. Ao desenvolver habilidades de busca, avaliação, uso ético e comunicação, a biblioteca universitária contribui para a autonomia de seus usuários. Essa atuação torna-se sustentável porque favorece o uso crítico de fontes, o enfrentamento da desinformação, a apropriação do conhecimento científico e a atuação em ambientes informacionais cada vez mais complexos.

A segunda dimensão se organiza em torno de infraestrutura informacional, continuidade de serviços e manutenção de ambientes digitais, aproximando sustentabilidade de condições técnico-informacionais. Termos como *digital library* (86 ocorrências), *digital preservation* (18 ocorrências) e *digital curation* (8 ocorrências) compõem um eixo que remete a organização, curadoria e preservação de conteúdos e serviços digitais. Esse resultado reforça uma compreensão de sustentabilidade informacional ligada à garantia de continuidade e confiabilidade do acesso, destacando que sustentabilidade, nesse âmbito, envolve assegurar integridade, permanência e condições de reutilização da informação nas bibliotecas universitárias.

Além dessas dimensões, a rede evidencia uma articulação entre sustentabilidade e processos de reconfiguração institucional. A presença de *digital transformation* com 19 ocorrências indica que a relação entre bibliotecas universitárias e sustentabilidade envolve mudanças em processos, reorganização de serviços e adaptação a ecossistemas informacionais em rápida transformação. Nesse sentido, a transformação digital deve ser compreendida como reconfiguração das formas de organizar, preservar, mediar e disponibilizar a informação, exigindo planejamento institucional, formação profissional e atualização contínua dos serviços bibliotecários.

A Fig. 5 permite discutir a sustentabilidade informacional a partir de práticas que, no contexto da biblioteca universitária, se materializam como frentes complementares de atuação. Destaca-se a dimensão da preservação digital, conforme analisado nos clusters mapeados, indicando que a sustentabilidade envolve garantir continuidade, legibilidade e acesso futuro a acervos digitais, coleções eletrônicas e, sobretudo, à produção científica e institucional sob sua responsabilidade. Nesse sentido, estratégias como migração de formatos, emulação e metadados de preservação se conectam diretamente ao papel da biblioteca na manutenção da memória acadêmica e na oferta de informação confiável ao longo do tempo.

Fig. 5 – Práticas de sustentabilidade informacional

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Destaca-se que a sustentabilidade informacional depende de decisões estruturais de organização e disponibilização. Ao enfatizar a arquitetura da informação sustentável, com sistemas escaláveis, interoperáveis e economicamente viáveis, o resultado reforça que a biblioteca universitária precisa ter infraestruturas e processos capazes de manter serviços de forma consistente, evitando soluções pontuais que não se sustentam no médio e longo prazo.

A arquitetura da informação sustentável pode ser compreendida como o planejamento de ambientes, fluxos, estruturas e sistemas informacionais capazes de organizar, representar,

recuperar e disponibilizar conteúdos de forma consistente ao longo do tempo. Sua relação com a Organização do Conhecimento manifesta-se no uso de metadados, vocabulários controlados, taxonomias, padrões de descrição e critérios de classificação que favorecem a recuperação e a interoperabilidade, sendo esta última um elemento central, pois permite a comunicação entre repositórios, catálogos, bases de dados e plataformas digitais, ampliando a circulação, a preservação e o reuso do conhecimento.

A gestão do conhecimento como prática de sustentabilidade na biblioteca universitária se traduz na criação e consolidação de repositórios institucionais, na documentação de processos e na transferência de conhecimento para a comunidade acadêmica. Aqui, a sustentabilidade informacional se relaciona com a capacidade da biblioteca de apoiar a circulação do conhecimento produzido na universidade, fortalecendo ensino, pesquisa, extensão e inovação, e contribuindo para que esse conhecimento seja registrado, recuperável e reutilizável.

Além das dimensões técnico-organizacionais, a Fig. 5 destaca que a sustentabilidade informacional, no âmbito da biblioteca universitária, envolve compromissos éticos e sociais. A menção a acesso à informação, responsabilidade informacional, privacidade e segurança aponta para questões que atravessam diretamente a atuação bibliotecária, sobretudo quando a biblioteca se posiciona como mediadora do acesso e promotora de inclusão informacional. Isso implica não apenas disponibilizar conteúdos, mas garantir condições de uso responsável, proteção de dados e confiança nos serviços oferecidos.

Por fim, incorporam-se considerações ambientais e materiais, como otimização de sistemas, racionalização do armazenamento e gestão do ciclo de vida das infraestruturas digitais. Em bibliotecas universitárias, a ampliação de repositórios, plataformas digitais, catálogos on-line, bases de dados e serviços em rede aumenta a dependência de servidores, equipamentos, energia, conectividade e políticas de preservação. Desse modo, a sustentabilidade informacional também envolve decisões sobre manutenção de equipamentos, atualização de sistemas e uso responsável de recursos computacionais. Essa dimensão material evidencia que a continuidade dos serviços digitais depende de infraestruturas tecnológicas sustentáveis, economicamente viáveis e ambientalmente responsáveis.

Considerações finais

O estudo discutiu a biblioteca universitária como agente de sustentabilidade a partir do conceito de sustentabilidade informacional. Ao retomar o objetivo norteador do artigo, os resultados pontuam que a sistematização de dimensões temáticas de atuação é um caminho para compreender a sustentabilidade na biblioteca universitária para além do recorte ambiental, incluindo continuidade de serviços, confiabilidade de acervos e mediação de práticas formativas orientadas à comunidade universitária.

A contextualização da relação entre biblioteca universitária, formação acadêmica e mediação da informação se confirma pela presença de uma dimensão formativa no corpus analisado, associada ao desenvolvimento de competências e a práticas de orientação. A análise das dimensões temáticas, conduzida à luz do referencial adotado e das temáticas mapeadas, evidenciou ainda uma dimensão técnico-infraestrutural, vinculada a bibliotecas digitais, curadoria e preservação, e uma dimensão organizacional, relacionada a

planejamento e gestão do conhecimento, reforçando a biblioteca como unidade que articula condições educativas, técnicas e institucionais para sustentar o acesso e o uso da informação.

Nesse sentido, a sustentabilidade informacional se mostra dependente da articulação entre frentes complementares, com destaque para preservação digital e arquitetura da informação sustentável como condições de legibilidade, integridade e acesso continuado. A gestão do conhecimento se materializa no fortalecimento de repositórios, documentação e circulação do conhecimento institucional, enquanto as dimensões ética e social, envolvendo acesso, privacidade, segurança e responsabilidade informacional, reafirmam que práticas sustentáveis exigem escolhas orientadas por direitos, confiabilidade e inclusão.

A contribuição original do estudo está em propor a sustentabilidade informacional como eixo integrador das dimensões formativas, técnico-infraestruturais, organizacionais e ético-sociais da atuação bibliotecária. Essa formulação amplia a compreensão da biblioteca universitária como agente de sustentabilidade, ao demonstrar que sua atuação não se restringe à gestão de acervos ou à adoção de tecnologias, mas envolve a continuidade de serviços, a gestão do conhecimento e a mediação crítica do acesso à informação.

Como implicações para a atuação profissional, o estudo sugere que bibliotecas universitárias podem orientar seu planejamento a partir dessas dimensões, evitando ações fragmentadas e fortalecendo políticas e práticas integradas que sustentem serviços, formação e preservação no longo prazo.

Como limites da pesquisa, reconhece-se que os resultados refletem o recorte temporal e uma única base de dados utilizada, indicando, para pesquisas futuras, a necessidade de ampliar a análise dos clusters e comparar diferentes bases de dados e contextos institucionais, de modo a refinar a compreensão das dimensões de atuação da biblioteca universitária como agente de sustentabilidade informacional.

Referências bibliográficas

ANDRADE, M. de C.; MACÊDO, P. L. P.; CUNHA, J. A.
2026 Biblioteca universitária e preservação digital: estratégias no repositório institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Ciência da Informação Express*. [Em linha]. 7 (2026) e154. [Consult. 1 mar. 2026]. Disponível em: https://cienciadainformacaoexpress.ufla.br/index.php/revista/article/view/154.

ARAÚJO, E. S.; ARAÚJO, N. C.
2021 Inovação e sustentabilidade nas bibliotecas universitárias de Alagoas. *Revista ACB*. [Em linha]. 26:3 (2021) 1-13. [Consult. 2 mar. 2026]. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1828.

BARBALHO, C. R. S.; INOMATA, D. O.; FERNANDES, T. B. (org.)
2021 *Sustentabilidade informacional em ecossistemas de conhecimentos*. [Em linha]. Manaus: EDUA, 2021. *E-book*. [Consult. 1 mar. 2026]. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/5856/6/Ebook_Sustentabilidade_informacional.pdf.

BRIDGLAND, A.; WHITEHEAD, M.
2005 Perspectives on information literacy in the "e" environment: an approach for sustainability. *The Journal of Academic Librarianship*. [Em linha]. 31:1 (2005) 54--59. [Consult. 20 fev. 2026]. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0099133304001533.

FRANÇA, G. E. de; SILVA, H. de F. N.; MENDONÇA, A. T. B. B.
2024 Sustentabilidade na era da informação e do conhecimento: uma revisão sistemática. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 22 (2024) e024005. [Consult. 2 mar. 2026]. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8674223.

GERALDO, G.; PINTO, M. D. de S.
2021 Aspectos epistemológicos da Ciência da Informação e a construção conceitual da sustentabilidade informacional. In *Sustentabilidade informacional em ecossistemas de conhecimentos*. Org. C. R. S. Barbalho, D. O. Inomata e T. B. Fernandes. [Em linha]. Manaus: EDUA, 2021, p. 24-38. *E-book*. [Consult. 1 mar. 2026]. Disponível em:https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/5856/6/Ebook_Sustentabilidade_informacional.pdf.

SCHNEIDER, E. M.; CARVALHO, G. A. de; WALKER, M. R.; BACH, R. C.
2023 A Sustentabilidade presente nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) a partir da Educação Ambiental (EA): revisão bibliográfica. In SUSTENTARE; WIPIS, Campinas, 2023 – *Anais*. Campinas: [s. n.], 2023.

SILVA, T. E. da
2024 A Biblioteca universitária e a promoção da sustentabilidade e da informação ambiental: um relato de experiência da Biblioteca Central do Centro de Ciências da Matemática e da Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro. In CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 30º, Recife, 2024 – *Anais*. [Em linha]. Recife: FEBAB, 2024. [Consult. 26 fev. 2026]. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3492.

SIQUEIRA, T. G. de S.; TRINDADE, T. T.; TRINDADE, T. de O.
2022 Biblioteca universitária 2 em 1: desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 18 (2022) 1-17. [Consult. 24 fev. 2026]. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1693.

SOUZA, C. B. dos S. de; VALENTIM, M. L. P.
2023 Sustentabilidade informacional e gestão de bibliotecas universitárias públicas no Brasil: uma breve reflexão. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 22º, Florianópolis, 2023 – *Anais*. [Em linha]. Florianópolis: FEBAB, 2023. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://portal.febab.org.br/snbu2023/article/view/2744.

Mateus Rebolsas Nascimento | mateus.reboucas@ufr.edu.br
Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Brasil

Renata Bezerra Valeriano | renata@ufr.edu.br
Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Brasil

Célia Regina Simonetti Barbalho | simonetti@ufam.edu.br
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil

BIBLIOTECAS E INCLUSÃO INFORMACIONAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: análise entre o caderno PNLL e os objetivos de desenvolvimento sustentável

LIBRARIES AND INFORMATION INCLUSION IN QUILOMBOLA COMMUNITIES: analysis between the PNLL notebook and the sustainable development goals

Bianca Rodrigues de Oliveira | Kátia de Oliveira Rodrigues | Roseli Leal Ribeiro

https://doi.org/10.21747/21836671/pag0000x00

Resumo: O acesso à informação é fundamental para a promoção da equidade social em territórios historicamente marcados por processos de exclusão, como os das comunidades quilombolas. O objetivo é analisar o papel das políticas públicas voltadas ao acesso à leitura e à informação na promoção da inclusão informacional em comunidades quilombolas, com ênfase na atuação das bibliotecas enquanto equipamentos culturais e informacionais. Trata-se de pesquisa qualitativa, documental, cujo corpus inclui o Decreto nº 4.887/2003, o Caderno do Plano Nacional do Livro e da Leitura de 2014, o texto de Consulta Pública do PNLL 2025-2035 e documentos da Agenda 2030. A análise evidenciou que o PNLL 2014 e o documento de consulta pública reafirmam o compromisso de promoção da leitura e diminuição das desigualdades sociais, especialmente em articulação com o ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 10 (Redução de Desigualdades) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). Conclui-se que a inlclusão informacional em comunidades quilombolas está relacionada à existência de instituições informacionais territoriais, que possibilitam não só o acesso ao livro, mas também sua apropriação social.

Palavras-chave: Inclusão informacional; Políticas públicas; Agenda 2030; Comunidades Quilombolas.

Abstract: Access to information is fundamental for promoting social equity in territories historically marked by processes of exclusion, such as those of quilombola communities. The objective is to analyze the role of public policies aimed at access to reading and information in promoting informational inclusion in quilombola communities, with an emphasis on the role of libraries as cultural and informational resources. This is a qualitative, documentary research study, whose corpus includes Decree No. 4,887/2003, the 2014 National Book and Reading Plan booklet, the text of the Public Consultation of the PNLL 2025-2035, and documents from the 2030 Agenda. The analysis showed that the PNLL 2014 and the public consultation document reaffirm the commitment to promoting reading and reducing social inequalities, especially in articulation with SDG 4 (Quality Education), SDG 10 (Reduced Inequalities), and SDG 16 (Peace, Justice and Strong Institutions). It is concluded that informational inclusion in quilombola communities is related to the existence of territorial informational institutions, which enables not only access to books, but also their social appropriation.

Keywords: Informational inclusion; Public policies; 2030 Agenda; Quilombola communities.

Introdução

O acesso à informação é fator determinante para a promoção da equidade social e o exercício da cidadania em sociedades como a brasileira, pautadas por desigualdades estruturais. No que se refere ao Brasil, essa discussão ganha contornos ainda mais relevantes frente as condições históricas de exclusão das comunidades tradicionais, a exemplo das comunidades quilombolas. Sobre a democratização do acesso ao livro e à leitura, as bibliotecas constituem-se como um equipamento cultural e informacional de

promoção da inclusão informacional e do desenvolvimento social nos territórios em situação de vulnerabilidade. A biblioteca pode ocupar lugar estratégico na mediação da informação, compreendida como uma ação voltada à construção de sentidos e à apropriação da informação pelos sujeitos, uma vez que "[...] a mediação da informação tem origem nas interações sociais e nas mediações simbólicas" (Gomes, 2014, p. 156). No campo da Ciência da Informação, as bibliotecas constituem-se como espaços sociais de mediação cultural e informacional, atuando na democratização do acesso à informação, na preservação da memória social e na difusão dos bens culturais. Nesse contexto, a inclusão informacional relaciona-se à ampliação das possibilidades de acesso, uso e apropriação da informação por grupos historicamente vulnerabilizados, contribuindo para o desenvolvimento social e para o fortalecimento da participação cidadã (Alves, 2020).

A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, aprovada em 2015 pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), expressa a ambição de construção de sociedades mais justas e inclusivas como compromisso universal, pautando na redução das desigualdades sociais e no fortalecimento das instituições eficazes os seus princípios orientadores. A esse respeito, entendem que o acesso à informação se torna um princípio incorporador às ações para o alcance das metas definidas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial no que se refere à promoção de educação inclusiva e equitativa (ODS 4), à redução das desigualdades (ODS 10) e à consolidação de instituições públicas comprometidas com a garantia de direitos (ODS 16).

No âmbito das políticas públicas nacionais voltadas à promoção do acesso à leitura e à informação, o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) configura-se como um importante estratégias para a articulação de ações relacionadas à democratização do acesso à informação. Embora existam estudos sobre políticas públicas de leitura, bibliotecas e comunidades quilombolas, observa-se ainda reduzida produção científica no campo da Ciência da Informação que relacione inclusão informacional, Agenda 2030 e políticas de leitura voltadas às comunidades quilombolas a partir da análise do PNLL. Diante do exposto, este estudo tem a seguinte pergunta de partida: como as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura se articulam aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na promoção do acesso à informação em comunidades quilombolas? Para responder, definiu como objetivo, analisar o papel das políticas públicas voltadas ao acesso à leitura e à informação na promoção da inclusão informacional em comunidades quilombolas, com ênfase na atuação das bibliotecas enquanto equipamentos culturais e informacionais.

Referencial teórico

O debate sobre a sustentabilidade social e a inclusão informacional em territórios quilombolas pressupõe, em primeiro lugar, o reconhecimento desses grupos como sujeitos históricos e políticos, cuja formação está diretamente vinculada a processos de resistência e conservação de seus próprios modos de vida. Deste modo, o conceito de quilombo não pode ser analisado somente em sua dimensão histórica relacionada à fuga das pessoas escravizadas, pois o seu sentido tem se transformado ao longo do tempo. Como destaca Arruti (2008), o conceito atual de quilombo é produto de "disputas simbólicas e normativas" no âmbito tanto acadêmico quanto jurídico e político, sendo este entendido como grupos aqueles que resistiram à manutenção e reprodução de seus modos característicos de vida em um determinado espaço. Essa leitura revela que as comunidades

quilombolas não se configuram como vestígios dispersos de um passado escravista (Cunha; Albano, 2017), mas os coletivos estruturados em relações sociais, culturais e territoriais específicas, cuja identidade é edificada sobre a base de vivências e valores comuns.

Ainda segundo Cunha e Albano (2017), após um longo período de apagamento histórico com o processo de escravização, a população quilombola acabou sendo esquecida, contudo, voltou a ser lembrada junto ao Estado, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A partir de então passaram a ser juridicamente (re)conhecidas como "comunidades remanescentes de quilombos". Sendo este um ponto central para tornarem-se destinatárias de políticas públicas de direitos historicamente negados. Os autores afirmam que:

> as comunidades quilombolas, após regulamentações oficiais, a reorganização política local teve como um de seus traços marcantes o uso das manifestações culturais para produzir e comunicar significados capazes de comprovar a remanescência e identidade quilombola, uma condição colocada pelo Estado para o **acesso às políticas públicas**. Tal processo, enxergado pela ótica da etnogênese, ao mesmo tempo que faz avançar a luta quilombola por representatividade e cidadania, pode potencialmente ultrapassar seus usos instrumentais, gerando novas dignidades e perspectivas de futuro (Cunha; Albano, 2017, p. 155, grifo nosso).

O reconhecimento constitucional é um marco significativo, contudo, a implementação dos direitos territoriais e sociais dessas comunidades só começa a ocorrer de forma mais estruturada a partir da regulamentação do artigo 68 da Lei de Disposições Constitucionais Transitórias (LDCT). Arruti (2008) aponta que a retomada das ações para o reconhecimento legal dos territórios ocupados pelos quilombolas ocorre somente com a publicação do Decreto nº 4.877, de 20 de novembro de 2003, que reinstaura a efetividade desse dispositivo constitucional e estabelece diretrizes para sua implementação. Tal decreto torna o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) responsável pelos processos de regularização territorial e incorpora o direito à autoidentificação como princípio e parâmetro para a identificação das comunidades quilombolas (Arruti, 2008).

Este decreto atribui ao INCRA a responsabilidade pelo processo de regularização fundiária, incorporando ainda o princípio do autoreconhecimento como critério para a identificação de comunidades quilombolas. Além disso, ao estabelecer que as terras podem ser expropriadas e tituladas coletivamente, utilizando o nome de entidades representativas, este órgão ampliou o conceito jurídico de terra para incluir o território, entendendo-o não apenas como a área ocupada no momento da titulação, mas também como o lugar onde ocorre a reprodução social, cultural e econômica desses grupos (Arruti, 2008).

No âmbito das políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas, que o direito ao território precede o direito a outros direitos fundamentais, em função dos quais a continuidade física, social e cultural desses grupos em seus espaços de vida está condicionada ao alcance do reconhecimento territórial. O processo de certificação das comunidades como remanescentes quilombolas, seguido da titulação de seus territórios, constitui o núcleo de uma política que reconhece e redistribui, por meio da concessão de um território, algo que historicamente lhe foi negado (Capinan, 2009).

Nesse caso, a garantia de território não se limita apenas aos direitos fundiários, mas impacta diretamente o acesso às **políticas públicas** nas áreas de educação, saúde e

infraestrutura, visto que a permanência no território é um pré-requisito para a implementação de planos de desenvolvimento local. A própria identidade étnico-racial passa a assumir um caráter político, uma vez que "tornou-se uma identidade racial e, sobretudo, política que permitiu ao grupo conquistar direitos identitários e territoriais" (Capinan, 2009, p. 9).

Nessa perspectiva, o território não deve ser compreendido apenas como espaço físico de permanência e reprodução social, mas também como espaço de circulação, mediação e apropriação da informação. A ausência de equipamentos culturais e informacionais em comunidades quilombolas contribui para o aprofundamento das desigualdades informacionais, limitando o acesso aos direitos sociais e à participação cidadã. Assim, a cidadania informacional relaciona-se à capacidade dos sujeitos de acessar, utilizar e se apropriar da informação para atuar criticamente em seus contextos sociais e territoriais, corroborando com as autoras Sousa, Santos e Jesus (2020, p. 2), ao afirmarem que as bibliotecas e salas de leitura são "ambientes propícios para promover atividades de mediação da cultura, da informação e da leitura", contribuindo para a preservação da identidade social e para o desenvolvimento social das comunidades.

A ampliação do acesso às políticas públicas em territórios quilombolas ultrapassa a provisão de infraestrutura básica, envolve também a implementação de equipamentos culturais e informacionais que contribuam para o fortalecimento das capacidades locais. Nesse contexto, as bibliotecas públicas e comunitárias assumem papel estratégico no apoio ao desenvolvimento social dessas comunidades, ao atuarem como espaços de mediação da informação, preservação da memória e promoção do acesso ao conhecimento.

Ao viabilizar o acesso aos recursos informacionais e a práticas de leitura, tais equipamentos contribuem para a ampliação das oportunidades educacionais e para o fortalecimento da participação social, elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável em territórios marcados por desigualdades históricas. Nesta perspectiva, as bibliotecas configuram-se não apenas como espaços de difusão cultural, mas como instrumentos de inclusão informacional e promoção da equidade no acesso à informação (Shera, 1977).

No plano internacional, o debate acerca da promoção de condições mais equitativas de desenvolvimento ganha novos contornos a partir da Agenda 2030, aprovada em 2015 pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), que estabelece um compromisso global com a construção de sociedades mais justas e sustentáveis. A referida Agenda surge em substituição aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ampliando o foco para o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, social e ambiental. Nessa perspectiva, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) passam a orientar a formulação de políticas públicas voltadas à superação de desigualdades estruturais, assumindo como princípio o compromisso de não deixar ninguém para trás. Conforme destaca a ONU (2015, p. 1), tais objetivos visam "concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas".

O acesso à informação passa a ser compreendido como elemento transversal ao desenvolvimento sustentável, contribuindo para a erradicação da pobreza, ampliação das oportunidades educacionais e promoção da inclusão social. Conforme aponta a Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas (IFLA) (2015, p. 13), "ascomunidades que têm acesso a informação oportuna e relevante para todos, estão melhor posicionadas para erradicar a pobreza e a desigualdade, melhorar a agricultura,

proporcionar educação de qualidade e apoiar as pessoas em matéria de saúde, cultura, investigação e inovação".

Para garantir o acesso à informação muitas iniciativas coletivas são realizadas em nosso país, na tentativa de suprir as necessidades informacionais dos seus sujeitos. Um exemplo disso é o prelúdio das bibliotecas comunitárias está vinculado ao histórico de omissão do Estado em assegurar o acesso universal aos bens culturais e informacionais em especial em regiões periféricas e de vulnerabilidade social (Martin, 2022). Esses equipamentos culturais se afirmam como iniciativas coletivas para preencher lacunas estruturais no acesso à informação, à leitura e à cultura, ganhando a configuração de alternativas sociocomunitárias às bibliotecas públicas tradicionais. Por isso, as bibliotecas comunitárias podem ser conceituadas como:

> espaços de leitura que surgiram por iniciativa das comunidades e são gerenciados por elas, ou ainda aqueles espaços que, embora não tenham sido iniciativas das próprias comunidades, voltem-se para atendê-las. São locais que preservam sua natureza de uso público e comunitário em sua essência, tendo como princípio fundamental a participação de seu público nos processos decisórios e avaliativos (Alves, 2020, p. 8).

Este conceito torna claro que estas bibliotecas são maneiras de organização social focalizadas na produção, intercâmbio e documentação de conhecimento local, através de processos de aprendizagem coletiva que ajudam a estabelecer uma memória social situada. As bibliotecas comunitárias se diferenciam de outras formas de cultura em decorrência do processo de constituição pela e não para a comunidade, pelo vínculo muito forte que estes equipamentos culturais mantêm com os sujeitos e os territórios em que estão inseridos. Ao assumir o papel de promover o acesso à informação em ambientes caracterizados por desvantagens sociais, as bibliotecas comunitárias funcionam como instrumentos mediadores informacionais e culturais (Alves, 2020), contribuindo para o desenvolvimento da cidadania e da participação social de comunidades historicamente excluídas.

É importante destacar que embora bibliotecas públicas e bibliotecas comunitárias compartilhem o compromisso com a democratização do acesso à informação e à cultura, distinguem-se quanto à sua estrutura organizacional e vínculo institucional. As bibliotecas públicas integram a administração estatal e são mantidas pelo poder público, enquanto as bibliotecas comunitárias possuem maior articulação com as demandas e práticas sociais da própria comunidade, fortalecendo relações de pertencimento e participação coletiva. Conforme Mota *et al.* (2001), as bibliotecas comunitárias estabelecem "maior vínculo entre a biblioteca e seu público", tornando-se parte integrante da comunidade.

Contudo, para além do compromisso firmado globalmente para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável faz-se necessário a adoção de estratégias que dialoguem com realidades locais e socioculturais dos territórios. Tal entendimento desloca o debate do campo normativo para o campo das práticas sociais, demandando de instituições que possam mediar o acesso a recursos informacionais e fomentar processos de aprendizagem continuada no fazer das comunidades.

Neste cenário, as bibliotecas configuram-se como equipamentos culturais e informacionais estratégicos para o concretizar dos princípios da Agenda 2030 em contextos historicamente assinados por processos de exclusão social, racial e econômica, como é destacado no *Guia*

Bibliotecas & Agenda 2030 (2020). De acordo com este documento, a biblioteca pública deve ser vista como um "ponto de acesso local ao conhecimento", o que demonstra que o acesso à informação não se limita à divulgação de conteúdos, mas que também de se criar condições materiais e simbólicas para que as pessoas possam entender, se apropriar e fazer uso da informação em suas decisões, as quais impactam diretamente em suas condições de vida. O acesso e uso de informação constitui instrumento de combate às desigualdades estruturais, pois potencializa a consciência social e política dos indivíduos e dos grupos, tornando-os atores sociais elegíveis, além de ampliar sua capacidade de participação na esfera econômica.

No referido guia é apresentado a Mandala dos 5P, como mostrado na Figura 1.

Figura 1 – Mandala 5PS

Fonte: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) (2020).

Que correspondem aos objetivos e metas em cinco grandes áreas:

- Pessoas (ODS 1, 2, 3, 4, 5 e 10)
- Planeta (ODS 6, 7, 12, 13, 14 e 15)
- Prosperidade (ODS 8, 9 e 11)
- Paz (ODS **16**)
- Parceria (ODS 17)

Corroborando com o que foi apresentado no documento da FEBAB Silva, Geraldo e Pinto (2021), esclarecem que as bibliotecas comunitárias se configuram como "espaço social de acesso à informação, leitura e cultura", constituindo-se como ambientes privilegiados de socialização do conhecimento e de promoção de mudanças sociais. Essa ação torna-se particularmente relevante quando analisada sob a perspectiva das metas da Agenda 2030, como o ODS 4, que visa garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade; o ODS 10, sobre a redução das desigualdades; e o ODS 16, sobre a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas por meio de instituições eficazes e participativas (Silva; Geraldo; Pinto, 2021). Ao tornar o acesso à informação e à leitura mais acessível, as bibliotecas contribuem para o empoderamento social, econômico e político de grupos historicamente marginalizados, independentemente de fatores como origem étnico-racial, condição socioeconômica ou localização geográfica.

Quadro 1 – ODS e perspectivas para as comunidades quilombolas

ODS	Objetivo	Perspectivas para as comunidades quilombolas
ODS 1 – Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	O acesso à informação contribui para criar competências informacionais que favorecem o acesso aos direitos sociais.
ODS 4 – Educação de qualidade	Assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida	Promover práticas de leituras e mediação da informação nas comunidades são instrumentos que estão em consonância com o ODS 4. Como por exemplo oficinas de empoderamento digital, rodas de leitura e/ou conversas.
ODS 5 – Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	Projetos de leitura e acesso à informação desenvolvidos em bibliotecas comunitárias podem favorecer a autonomia informacional de mulheres quilombolas, ampliando sua participação social e educacional. Além disso, a escolha assertiva do acervo pode trazer mais representatividade feminina para as mulheres e meninas da comunidade gerando mais potência para o seu repertório1.
ODS 10 – Redução das desigualdades	Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles	A democratização do acesso pode contribuir as lacunas da falta de informação. As mediações propostas por bibliotecários também são um grande aliado neste processo, preservando o descrito por Cunha (2003) acerca do papel social da pessoa bibliotecária.
ODS 16 – Paz, justiça e	Promover sociedades pacíficas e inclusivas, proporcionar acesso	Partimos da inclusão e acesso como direitos fundamentais dos sujeitos e neste aspecto as

[1] Sugerimos a leitura da matéria elaborada por Inácio França, ver em: https://marcozero.org/no-sul-da-bahia-bibliotecas-comunitarias-estimulam-educacao-antirracista-na-primeira-infancia/.

instituições eficazes	à justiça e construir instituições eficazes e inclusivas	bibliotecas atuam como equipamentos necessários para essa inclusão.

Fonte: adaptado da Organização das Nações Unidas (2015) e Silva, Geraldo e Pinto (2021).

Considerando a transversalidade do acesso à informação no cumprimento das metas estabelecidas pela Agenda 2030, apresenta-se, no Quadro 1, o alinhamento entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as contribuições potenciais das bibliotecas comunitárias[2] para a promoção da inclusão informacional em comunidades quilombolas.

No contexto das políticas públicas nacionais voltadas à promoção do acesso à informação, o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) é uma das principais estratégias institucionais para ampliar o acesso ao livro e a formação de leitores. O Plano foi instituído pelo Governo Federal, por meio dos Ministérios da Cultura e da Educação, em 2006, e foi elaborado para coordenar ações relacionadas à promoção da leitura e à consolidação de bibliotecas em todo o país.

Conforme destacado por Alves (2020, p. 19), o PNLL: "surgiu justamente com o objetivo de integrar os programas, projetos e ações sobre livro, leitura, literatura e biblioteca, que com o Decreto n. 7.559, de 1º de setembro de 2011, instituiu-se como uma política de Estado para a área". Nesse sentido, o Plano constitui um avanço nas políticas culturais ao reconhecer a necessidade de integração entre diferentes segmentos da sociedade, como instituições públicas e privadas, mediadores de leitura e organizações da sociedade civil para a promoção do acesso ao livro, à leitura e à informação (Alves, 2020). Tal articulação expressa a compreensão de que o acesso ao livro e à leitura é imprescindível para o exercício da cidadania e redução das desigualdades sociais. Além de estabelecer linhas de ação para a democratização do acesso aos bens culturais escritos e para o aumento de unidades de bibliotecas, o PNLL consolida a importância destes espaços como instrumentos de inclusão cultural e educacional (Alves, 2020). A proposta participativa do Plano, baseada na interlocução com diversos setores da sociedade, também revela a importância atribuída às bibliotecas como instrumentos para a realização de ações de formação de leitores em nível nacional.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa descritiva, sendo desenvolvida a partir da pesquisa documental e bibliográfica, com o objetivo de analisar o papel das políticas públicas voltadas ao acesso à informação na promoção da inclusão informacional em comunidades quilombolas, com ênfase na atuação das bibliotecas enquanto equipamentos culturais e informacionais. A escolha deste método se justifica pela necessidade de compreender como o assunto vem sendo discutido nos documentos normativos acerca das políticas públicas.

[2] Embora os documentos estejam se referindo a biblioteca comunitária, os ODS podem alinhar-se a todas as tipologias de biblioteca.

O *corpus* da pesquisa consiste em documentos de políticas e diretrizes institucionais referentes aos direitos territoriais e ao acesso à informação em comunidades quilombolas, como o Decreto nº 4.887/2003, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e o Caderno do PNLL (2014) e o texto de consulta pública do novo PNLL. Também foram analisadas produções científicas da Ciência da Informação e das Ciências Sociais como área correlata. Para a análise dos documentos, foi utilizado o procedimento da análise documental em sua vertente de caráter comparativo, orientada pelo método dedutivo, mediante a elaboração de categorias analíticas definidas a priori, esta constituiu-se por: "papel das bibliotecas", "mediação da leitura", "territorialização", "profissionais da informação", "preservação cultural" e "participação social". "Com base nessas categorias, os documentos foram lidos sistematicamente, e os termos identificados foram posteriormente organizados em um quadro comparativo (Quadro 2) o que permitiu a identificação de convergências e divergências entre os instrumentos.

É importante mencionar que este estudo está em sua fase preliminar e a principal motivação para realização é a incipiência das publicações que abordem as comunidades quilombolas. Em pesquisa realizada na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), com os termos: "Agenda 2030"; "comunidade quilombola"; "comunidades quilombolas"; "ODS"; Objetivo do Desenvolvimentos Sustentável; "Objetivos do Desenvolvimentos Sustentável"; "sustentabilidade"; quilombola; "quilombolas" e emprego do operador booleano AND, com o recorte temporal de 1962 a 2026. Como evidenciou ausência de produções na referida base de dados, decidiu- se por recorreu-se ao Google Acadêmico para conseguir alcançar resultado mais positivo.

Resultados e discussões

Os resultados evidenciaram que no Caderno do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), edição de 2014, as políticas públicas voltadas ao livro e à leitura no Brasil são orientadas pela compreensão de que a formação de uma sociedade leitora constitui

condição essencial para a promoção da inclusão social. Conforme apresentado na introdução do documento, tais diretrizes consideram: "o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania" (Brasil, 2014, p. 3).

Nesta edição o PNLL reconhece que o acesso aos bens culturais, entre eles o livro e a leitura, está diretamente relacionado à garantia de condições dignas de vida e à construção de uma organização social mais justa, situando as bibliotecas como equipamentos fundamentais para a mediação do conhecimento. Tal perspectiva torna-se ainda mais evidente ao estabelecer como um de seus objetivos: "[...] assegurar a implantação, modernização e qualificação de espaços [...] de modo a garantir serviços de qualidade em bibliotecas escolares e nas de acesso público" (Brasil, 2014, p. 24).

Além disso, no âmbito do Eixo 1 – Democratização do Acesso, o documento prevê a: "implantação de novas bibliotecas de acesso público [...] e criação de bibliotecas comunitárias (periferias urbanas [...] zonas rurais, ONGs etc.)" (Brasil, 2014, p. 27) e, no Eixo 2 – Fomento à Leitura e à Formação de Mediadores, destaca a realização de: "atividades de leitura em comunidades tradicionalmente excluídas (indígenas, **quilombolas** etc.)" (Brasil, 2014, p. 30, grifo nosso). Esses elementos indicam que, ao menos em sua formulação, o PNLL (2014) contempla a necessidade de territorialização das

ações de leitura, reconhecendo as especificidades socioculturais de grupos historicamente marginalizados, como os quilombolas.

Em especial no que foi tratado no Eixo 1 do referido plano Coelho e Segura (2024, p. 1), as bibliotecas desempenham papel essencial na preservação da herança cultural e na promoção do direito à cidadania dessas comunidades, atuando como: "espaço de resistência e afirmação dos direitos desses grupos, que historicamente enfrentam grandes desafios sociais".

Assim, ao reunir diversos saberes e registros culturais, as bibliotecas se estabelecem como instituições detentoras da memória coletiva e individual, auxiliando na manutenção das tradições e no fortalecimento das identidades culturais quilombolas. Silveira (2010, p. 68) vem destacar essas instituições como "lugares de memórias" e conceitua como:

> [...] espaços físicos e/ou simbólicos que surgem no exato momento em que constatamos a impossibilidade de nossas memórias reter voluntariamente a totalidade das experiências humanas. Em função disso, fazem ressaltar a necessidade de se criar arquivos; museus; bibliotecas; coleções; monumentos; organizar celebrações públicas e pronunciar elogios funerários como recurso de articulação social dos insumos concebidos para representar coletivamente as ações que vivenciamos no mundo e que imprimimos sobre o mundo.

Observa-se também que as diretrizes apresentadas no texto provisório do novo PNLL ainda carecem de mecanismos concretos de financiamento, monitoramento e participação social, podendo comprometer sua efetividade em territórios vulnerabilizados. Nesse sentido, conforme apontado no documento elaborado pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) (2025, p. 5): "o compromisso assumido pelo governo e pela sociedade brasileira só terá real impacto quando essas medidas alcançarem os territórios, as comunidades e os sujeitos que constroem e vivenciam a cultura literária".

Essa constatação evidencia que a universalização do acesso ao livro não implica, necessariamente, na inclusão informacional dos sujeitos, principalmente em comunidades quilombolas, evidenciando as lacunas históricas no acesso à informação, em também desconformidade com os princípios de equidade estabelecidos pela Agenda 2030.

O Quadro 2 sistematiza os principais elementos de convergência e divergência entre os documentos analisados. A comparação entre os documentos foi realizada à luz dos ODS, especialmente no que se refere à promoção de educação inclusiva e equitativa (ODS 4), à redução das desigualdades (ODS 10) e ao fortalecimento de instituições eficazes (ODS 16).

Quadro 2 – Análise

Categorias	ODS	PNLL (2014)	PNLL (2025-2035) (provisório)	Contribuições FEBAB
Papel das bibliotecas	ODS 16 – Instituições eficazes	Espaços estratégicos de formação	Menção secundária às bibliotecas	Inserção explícita das bibliotecas como eixo estruturante

		leitora e acesso à informação		
Mediação da leitura	ODS 4 – Educação de Qualidade	Ênfase na atuação institucional	Centralidade no acesso ao livro	Crítica à distribuição de acervos sem mediação
Territorialização	ODS 10 – Redução das Desigualdades	Ampliação do acesso em regiões vulneráveis	Diretrizes generalistas	Implementação de políticas territorializadas
Profissionais da informação	ODS 4 – Educação de Qualidade	Mediação implícita	Ausência de menção à atuação da pessoa bibliotecária	Necessidade de profissionais qualificados
Preservação cultural	ODS 10 – Redução das Desigualdades	Incentivo à diversidade cultural	Ênfase em práticas digitais	Inclusão de acervos representativos
Participação social	ODS 16 – Instituições eficazes	Articulação com sociedade civil	Avaliação técnica centralizada	Escuta ativa das comunidades

Fonte: As autoras (2026)

A comparação entre as versões do PNLL permite identificar não apenas diferenças de abordagem, mas também limites na proposta mais recente. Enquanto o documento de 2014 apresenta diretrizes mais explícitas quanto à territorialização das ações e ao papel das bibliotecas como espaços estratégicos de mediação da leitura e da informação, a proposta 2025-2035 tende a apresentar formulações mais generalistas, com menor centralidade atribuída a essas instituições. Esse deslocamento pode ser complexo, principalmente em contextos como o das comunidades quilombolas, para as quais a presença de equipamentos culturais e informacionais e de mediadores qualificados é um elemento basilar para materialização das políticas públicas.

Além disso, apesar dos avanços normativos observados na formulação do PNLL, a análise dos documentos institucionais evidencia a persistência de entraves estruturais que dificultam a implementação efetiva das políticas públicas de leitura em contextos socioterritoriais específicos.

Esses elementos do Plano indicam que, ao menos em sua formulação, o PNLL (2014) contempla a necessidade de territorialização das ações de leitura. No entanto, a análise do texto disponibilizado na Consulta Pública ao PNLL 2025-2035 aponta para uma reformulação das diretrizes da política, orientada por novos arranjos institucionais e mudanças tecnológicas no campo da leitura, mesmo quando o documento reafirma o compromisso com a diversidade e com a redução das desigualdades sociais, observa-se que a centralidade atribuída às bibliotecas enquanto instituições mediadoras do acesso à informação aparece de forma difusa, sobretudo quando comparada às diretrizes explicitadas na versão de 2014.

O documento da consulta pública ressalta a necessidade de: "priorizar, nas políticas culturais, grupos vulnerabilizados para reduzir desigualdades estruturais na sociedade brasileira" (Brasil, 2025, p. 17).

Ademais, a sistematização do Quadro 2 também permite observar que no âmbito do ODS 4 as orientações do PNLL (2014) destacam a formação de mediadores e o trabalho com as bibliotecas escolares como estratégias para promoção de competências leitoras, já o texto provisório do PNLL 2025-2035 tem maior foco no acesso ao livro em desfavor de atividades de mediação. Tal mudança torna-se especialmente significativa se analisada à luz da função social da biblioteca como uma instituição intermediária que fornece acesso à informação, conforme argumentado por Shera (1977), na medida em que esses ambientes são percebidos como agentes que facilitam a conexão entre indivíduos e fontes de informação no contexto social.

Sobre o ODS 10, infere-se que em certa forma as ações direcionadas para a promoção da leitura com territorialização estão contidas de forma mais generalista no novo plano e se encontravam explicitas no plano de 2014, isso talvez prejudique sua eficácia em comunidades historicamente marginalizadas, como comunidades quilombolas. Essa conclusão convergente é com a perspectiva de Capinan (2009), que aponta para a necessidade de reconhecimento das especificidades socioculturais dos territórios quilombolas para a articulação de políticas públicas no acesso à informação como direito condicionado à garantia de direitos territoriais e à permanência na seus lugares. Na dimensão institucional (ODS 16), a falta de referência clara à participação de profissionais de informação no documento em consulta indica fragilidade na construção de infraestruturas informacionais que garantam o acesso universal à informação. Conforme argumenta Cunha (1978), a atuação da pessoa bibliotecária constitui elemento central na mediação informacional, contribuindo para a preservação da memória social e para a promoção da cidadania em contextos marcados por desigualdades históricas.

Considerações finais

Os resultados desta pesquisa obtidos a partir da análise entre o Caderno do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), em edição atualizada de 2014, e o texto disponibilizado para a Consulta Pública do PNLL 2025-2035, à luz da Agenda 2030 indicam que embora ambas as versões do Plano reafirmem o compromisso com a promoção da leitura e com a redução das desigualdades sociais, observa-se que a efetividade das políticas públicas voltadas ao acesso à leitura e à informação, particularmente em comunidades quilombolas, mostra-se relacionada à presença de instituições informacionais territorializadas[3], capazes de promover não apenas o acesso material ao livro, mas também sua apropriação social pelos sujeitos. Tais constatações reforçam a importância da atuação de bibliotecas públicas e comunitárias na promoção da inclusão informacional e na ampliação das oportunidades educacionais em territórios marcados por desigualdades históricas e o fortalecimento das metas e objetivos dispostos no ODS.

[3] Neste trabalho, utiliza-se a expressão "instituições informacionais territorializadas" para designar equipamentos culturais e informacionais cuja atuação se estrutura a partir das dinâmicas sociais, culturais e históricas dos territórios onde estão inseridos.

Por fim, ressalta-se que este estudo apresenta resultados preliminares e integra uma investigação em desenvolvimento, cujo aprofundamento prevê a ampliação do escopo analítico para outras políticas públicas e a realização de pesquisa de campo com comunidades quilombolas, com vistas à identificação de suas demandas informacionais em contextos socioterritoriais específicos.

Referências Bibliográficas

ALVES, M. de S.
2008 Biblioteca comunitária: conceitos, relevância cultural e políticas. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação. [Em linha]. 16 (2008) 1-29, 2020. [Consult. 5 fev. 2026]. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1. 2020.

ARRUTI, J. M.
2008 Quilombos. In *Raça: perspectivas antropológicas*. Org. O. Pinho. Campinas: Ed. UNICAMP; Salvador: Edufba, 2008. p. 1-33.

BRASIL
2024 Decreto nº 12.166, de 5 de setembro de 2024. Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, e altera o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, e o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992. [Em linha]. Diário Oficial da União*:* seção 1, Brasília, DF, ano 142, n. 173, p. 9, 6 set. 2024a. [Consult. 9 fev. 2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-026/2024/decreto/D12166.htm.

BRASIL
2003 Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Diário Oficial da União*:* seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 227, p. 1-3, 21 nov. 2003.

BRASIL
2025 Ministério da Cultura. *Retorno das contribuições da sociedade Novo Plano Nacional de Cultura*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2025.

BRASIL
2014 Ministério da Educação. *Caderno do PNLL Edição atualizada e revisada em 2014*. Brasília, DF: MEC, 2014.

BRASIL
2024 Presidência da República. *Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ao seu alcance*. [Em linha]. Brasília, DF: Presidência da República, 2024b. [Consult. 15 fev. 2025]. Disponível em: https://www.itaipuparquetec.org.br/wp-content/uploads/2024/10/Agenda-2030-links.pdf.

NCAPINAN, U. B.
2009 O quilombo que remanesce: estudo de caso acerca dos impactos da política de certificação e de titulação do território sobre a identidade étnica dos quilombos remanescentes Barra e Bananal em Rio de Contas, Bahia. Salvador: UFBA, 2009. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, apresentada à Universidade Federal da Bahia.

COELHO, A. K. S.; SEGURA, L. R.
2024 Bibliotecas comunitárias quilombolas: espaços de memória, identidade e cidadania. Florianópolis: UFSC, 2024. Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia, apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina.

CUNHA, F. G.; ALBANO, S. G.
2017 Identidades quilombolas: políticas, dispositivos e etnogêneses. Latino América, México. 64 (2017) 153-184, 2017. [Consult. 30 jan. 2026]. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1665857417300066?ref=pdf_download &fr=RR-2&rr=9d58c90bbb900c61.

CUNHA, M. B. da
1978 O papel do bibliotecário na sociedade brasileira. REB: Revista da Escola de Biblioteconomia e Documentação. 7:1 (1978) 7-26.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES
2020 *Guia bibliotecas e Agenda 2030*. São Paulo: FEBAB, 2020.

GOMES, H. F.
2014 Tendências da mediação da informação. Perspectivas em Ciência da Informação. 19 (2014) 151-163.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.
2003 *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTIN, R. V.
2022 Quilombolas e o aumento da vulnerabilidade na pandemia e os resultados refletidos a partir da educação. o caso da Escola Quilombola José Raimundo da Costa de Aquiraz-CE. In Os direitos Humanos dos Vulneráveis, Marginalizados e Excluídos. Coord. A. A. T. Cançado e C. B. Leal. Fortaleza: Expressão Gráfica e Ed., 2022. p. 337-356.

MOTA, A. de O. et al.
2003 B*iblioteca São Jerônimo: centro de valorização da cidadania e o programa de bibliotecas FUST*. [*S. l.: s. n.*], 2003.

SHERA, J.
1977 Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. Ciência da Informação. [Em linha]. 6:1 (1977) [Consult. 5 jan. 2026]. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f7/Epistemologia_social%2C_sem%C3%A2ntica_geral_e_biblioteconomia_%28Cionline_92%29.pdf.

SILVA, D. P. da; GERALDO, G. PINTO, M. D. de S.
2021 Aproximação das bibliotecas comunitárias com a Agenda 2030: contribuições para o desenvolvimento sustentável. Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação. [Em linha]. 14 (2021) 1-20, 2021. [Consult. 5 fev. 2026]. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/551/512.

SILVEIRA, F. J. N. da
2010 Biblioteca, memória e identidade social. Perspectivas em Ciência da Informação. [Em linha]. 15:3 (2010). [Consult. 4 fev. 2024]. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/4jq9Fg66W6sYQ3XxTMSbCRD/?format=html&lang=pt.

SOUSA, A. C. M. de; SANTOS, R. do R.; JESUS, I. P. de
2020 Mediação da cultura, da informação e da leitura para o protagonismo social. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação. 16 (2020) 1-20.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Bianca Rodrigues de Oliveira | bianca75300@gmail.com
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Kátia de Oliveira Rodrigues | katiarodrigues10@gmail.com
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Roseli Leal Ribeiro | lyleal@gmail.com
Universidade Federal da Bahia, Brasil

BIBLIOTECAS E SUSTENTABILIDADE: uma revisão narrativa da literatura sobre práticas bibliotecárias e contribuições para o desenvolvimento sustentável

LIBRARIES AND SUSTAINABILITY: a narrative review of the literature on library practices and contributions to sustainable development

Evandro Santos Cavalcante | Emerson Magalhães dos Santos | Matheus Alexandre Soeiro Viana | Guilhermina de Melo Terra

https://doi.org/10.21747/21836671/pagesp2026a4

Resumo: objetiva-se analisar como as práticas biblioteconômicas e as contribuições voltadas para a sustentabilidade estão sendo abordadas na literatura científica. Compreende-se que as bibliotecas, enquanto espaços de mediação da informação, possuem o papel social de contribuir para o desenvolvimento do meio em que são parte integrante, de modo a melhorar a qualidade de vida das comunidades em que se inserem. Nesse contexto, a sustentabilidade ganha lugar de destaque, sobretudo pelos eventos catastróficos que o mundo vem passando. Assim, as bibliotecas necessitam contribuir com o desenvolvimento sustentável não apenas por meio da adoção de práticas ambientalmente responsáveis em sua gestão e infraestrutura, mas também mediante ações educativas, culturais e informacionais voltadas às comunidades. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvida mediante revisão narrativa da literatura. O levantamento foi realizado na base de dados SciELO, entre janeiro e março de 2026, considerando os critérios de inclusão e exclusão. A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que as ações voltadas à sustentabilidade, por parte das bibliotecas, apresentam caráter multidimensional, envolvendo aspectos ambientais, sociais, culturais, educativos e informacionais. Verificou-se que a contribuição das bibliotecas para a sustentabilidade perpassa a ideia de redução do consumo de recursos, abrangendo a mediação da informação, a formação dos usuários, a sensibilização socioambiental e a articulação com os ODS. Conclui-se que a sustentabilidade, mesmo existente nas bibliotecas, necessita ser ampliada para os demais tipos, pois não cabe apenas às bibliotecas públicas e comunitárias tal responsabilidade.

Palavras-chave: Agenda 2030; Bibliotecas; Sustentabilidade; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Abstract: the objective of this study is to analyse how library practices and contributions focused on sustainability are being addressed in the scientific literature. It is understood that libraries, as spaces for information mediation, have a social role in contributing to the development of the environment of which they are an integral part, to improve the quality of life of the communities in which they operate. In this context, sustainability takes on a prominent role, especially considering the catastrophic events the world has been experiencing. Thus, libraries need to contribute to sustainable development not only by adopting environmentally responsible practices in their management and infrastructure but also through educational, cultural, and informational initiatives aimed at communities. This is a bibliographic study with a qualitative approach and descriptive nature, conducted through a narrative review of the literature. The survey was carried out in the SciELO database between January and March 2026, considering the inclusion and exclusion criteria. Data analysis was performed using content analysis. The results show that sustainability initiatives undertaken by libraries are multidimensional in nature, involving environmental, social, cultural, educational, and informational aspects. It was found that libraries' contribution to sustainability goes beyond the idea of reducing resource consumption, encompassing information mediation, user education, socio-environmental awareness, and alignment with the SDGs. It is concluded that sustainability, even though it exists in libraries, needs to be expanded to other types of libraries, as this responsibility does not fall solely on public and community libraries.

Keywords: 2030 Agenda; Libraries; Sustainability; Sustainable Development Goals.

Introdução

Quando se fala em sustentabilidade, afirma-se que tal variável vem se tornando, cada vez mais, elemento central das discussões contemporâneas, no que concerne ao desenvolvimento, qualidade de vida e futuro das sociedades, sobretudo, quando se pensa nas mudanças climáticas e suas consequências.

Nessa perspectiva, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável representa um importante marco internacional. Com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, tem-se a articulação entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais. Trazendo para o contexto das bibliotecas, acrescenta-se a dimensão cultural, devido o papel social que necessitam desempenhar junto à sociedade.

A Agenda se torna fundamental para a prática biblioteconômica, pois o acesso à informação e ao conhecimento constitui condições primordiais aos indivíduos, quanto à compreensão dos problemas, avaliação das alternativas, participação das decisões e atuação sobre o contexto em que estão inseridos, em prol da melhoria da qualidade de vida não só deles, mas também de toda a comunidade.

Posto isto, afirma-se que as bibliotecas devem ser compreendidas como instituições com possibilidades de atuação diante dos desafios da sustentabilidade. Por meio da organização, preservação, disponibilização e mediação das informações, enquanto espaços informacionais, tais instituições não só aproximam o conhecimento da sociedade, mas também se tornam estruturas que permitem a conservação da história e memória para as gerações futuras.

Assim, a contribuição para a sustentabilidade nos dias atuais, garantirá que as gerações futuras continuem com tais práticas, por meio da continuação da adoção de técnicas e serviços sustentáveis, da compreensão acerca da necessidade de manter o planeta saudável, por meio da mitigação das práticas poluentes, bem como pelo apoio à produção e circulação de conhecimentos relacionados ao tema.

Nesse sentido, a ideia de biblioteca sustentável perpassa às ações exclusivas de utilizar menos água, economizar energia ou reduzir o consumo de papel. Apesar dessas práticas serem relevantes, não reduzem a prática desses espaços, haja vista que segundo Cardoso e Machado (2017), as bibliotecas verdes e sustentáveis no Brasil são aquelas que além de relacionar a sustentabilidade às características físicas das bibliotecas, incluem à gestão de recursos e à informação ambiental, com vistas ao desenvolvimento sustentável, a partir das dimensões ambientais, econômicas, sociais e culturais tanto pela ação de guarda, quanto pelas ações realizadas diretamente com a comunidade, por meio de ações proativas, ou seja, antecipando-se à oferta de atividades para a solução de problemas locais, sentidos pelos membros da comunidade em que se encontra inserida, pois, não basta que a informação sobre sustentabilidade exista; é necessário considerar as condições pelas quais ela chega aos sujeitos, é compreendida e pode ser apropriada.

No campo da Ciência da Informação, tal ação se enquadra na mediação da informação, defendida por Almeida Júnior (2015) como sendo uma ação de interferência realizada pelo profissional da informação, de forma implícita ou explícita e em diferentes contextos, a fim dos sujeitos que receberão tais informações de apropriem dela, de modo a transformá-la

em conhecimento. Isto implica frisar que a mediação, desta forma, passa a constituir uma dimensão importante, no que concerne à atuação bibliotecária.

Diante desse contexto, este estudo resultou da seguinte pergunta de partida: como as práticas biblioteconômicas e as contribuições voltadas para a sustentabilidade são abordadas na literatura científica? Para isso, desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, organizada como revisão narrativa da literatura, permitindo reunir diferentes contribuições teóricas e estudos sobre bibliotecas, sustentabilidade, Agenda 2030 e mediação da informação, buscando identificar aproximações, recorrências e possibilidades de atuação, haja vista que se objetivou analisar como as práticas biblioteconômicas e as contribuições voltadas para a sustentabilidade estão sendo abordadas na literatura científica.

Mediação da informação e atuação bibliotecária

Quando se trata em compreender como as bibliotecas podem contribuir com a questão da sustentabilidade, torna-se necessário concebê-las dentro do contexto da Ciência da Informação, mais precisamente no campo da mediação da informação, uma vez que não se pode afirmar que, diante da ampliação da produção e circulação de conteúdos, os membros da sociedade terão condições de acessar às informações, de modo a avaliá-las, apropriá-las e utilizá-las em prol da melhoria de vida e do seu contexto atual e futuro, haja vista que cada sujeito irá interpretar tal informação segundo suas necessidades e visões de mundo.

Capurro e Hjørland (2007), frisam, nesse sentido, que a informação canha vários conceitos, tornando os processos de conhecimento e comunicação consequência da perspectiva de cada sujeito. Assim, a informação não deve ser compreendida como algo que possui significado inteiramente independente dos sujeitos e das situações em que é utilizada, bem como a atuação da biblioteca não pode ser padronizada, considerando os usuários como uma grande massa passiva.

A informação irá significar algo individual para cada usuário, mesmo que a biblioteca oferte uma programação para um grupo com as mesmas características, pois cada usuário ao passar por grupos sociais diferentes acabará tanto transmitindo informações, quanto recebendo novas e, mudando sua forma de ver e agir no mundo. Portanto, a mesma informação transmitida para vários usuários não produzirá o mesmo sentido. Desta forma, a atuação do bibliotecário não pode se limitar apenas em colocar a documentação à disposição dos usuários. É nesse sentido que a mediação da informação ganha centralidade.

Posto isto, Almeida Júnior (2015) afirma que a mediação da informação ocorre tanto diante do usuário, quanto longe dele, quando o bibliotecário está estabelecendo as atividades meio, isto é, recebimento, preparação e disponibilização da documentação para a comunidade. Por esta razão, o autor apresenta dois tipos de mediação: a explícita (ação direta) e a implícita (ação indireta).

Embora distintas em sua forma de manifestação, afirma-se que ambas acabam interferindo nas condições de acesso e uso da informação. Por isso, torna-se necessário ao profissional da informação conhecer o público, cuja ação se destina, deixando o bibliotecário de ser visto como aquela pessoa que apenas guarda documentos, passando a ser aquela pessoa que, de fato, oferece informações que atendem as necessidades da comunidade, além de oferecer

atividades em prol do bem-estar ambiental, econômico, social e cultural. Corroborando com o exposto, Almeida Júnior e Santos Neto (2014), ao analisarem as relações entre mediação da informação e organização do conhecimento, afirmam que a mediação defendida aqui perpassa o fazer bibliotecário como aquele restrito apenas às situações de contato direto com os usuários, pois para oferecer programações que irão despertar o interesse desses usuários, ao ponto dos mesmos se envolverem com ela, com o objetivo de mudarem suas atitudes, em prol da sustentabilidade. Para isso, os processos informacional e comunicacional devem ir ao encontro das necessidades da clientela, o que para os autores se voltam para a mediação implícita, bem como se afirma que essa perspectiva modifica, por completo, a compreensão do papel do bibliotecário, junto à comunidade a qual deve atender.

Posto isto, afirma-se que as ações técnicas não serão substituídas, pelo contrário, continuarão sendo a base do fazer bibliotecário, defende-se o fortalecimento da ação social à atuação do bibliotecário, pois as atividades técnicas podem garantir mudanças positivas, por parte dos usuários, em prol da melhoria da qualidade de vida da comunidade em que integra e, consequentemente, do planeta.

Por esta razão, Gomes (2014) não concebe a mediação de forma reduzida a relação individual entre bibliotecário e usuário. Para a autora, o ato de mediar consiste em um processo que envolve sujeitos, instituições, linguagens, tecnologias, documentos e contextos sociais, ou seja, as dimensões dialógica, estética, formativa e ética se enraízam à mediação da informação, já que para a autora, a ação mediadora está relacionada ao desenvolvimento do protagonismo social, dependendo diretamente da consciência do bibliotecário acerca do papel que necessita desenvolver.

Tornar os usuários pessoas reflexivas e críticas, no sentido de melhor atuar na sociedade, bem como ampliar tal atuação a toda a comunidade que se encontra inserido faz parte do protagonismo social. Para isso, o bibliotecário necessitará, também, estabelecer uma ação educativa voltada para o despertar da competência em informação, junto aos usuários. Dudziak (2003) compreende a competência em informação como um processo relacionado à aquisição de conhecimentos, habilidades e valores necessários para lidar com a informação e com a aprendizagem.

Para isso, a informação necessita se tornar algo democrático, a partir da eliminação das barreiras econômicas, tecnológicas, educacionais, culturais, linguísticas e cognitivas que podem comprometer o despertar dessa competência. A biblioteca, portanto, só conseguirá estabelecer a ação mediadora, à medida que contribuir com a redução dessas barreiras, pois, sem elas, os usuários conseguirão se enxergar nas programações e, sobretudo, apropriarem-se das informações, transformando-as em conhecimento, já que é por este que a transformação social ocorrerá. Corroborando com o exposto, Almeida Júnior (2015) coloca a apropriação em lugar central da mediação, por envolver a relação ativa entre o sujeito e a informação, resultando na produção de novos conhecimentos, dúvidas e necessidades informacionais.

A mediação no espaço das bibliotecas necessita, portanto, ser concebido como um processo dinâmico, no qual informação, conhecimento e novas perguntas se articulam, trazendo a consciência dos usuários acerca de algo. Por isso que a inclusão dos ODS às atividades biblioteconômicas, permitirá mudanças de posturas e construção de novos conhecimentos, sobretudo, no que tange aos problemas ambientais e sociais que estão afetando o planeta

como um todo, tais como mudanças climáticas, desigualdades sociais, consumo sustentável, preservação ambiental e demais focos que influenciam diretamente no contexto atual e futuro.

Isso implica frisar que o bibliotecário deverá estar preparado para atuar em um ambiente informacional complexo. Quanto ao seu perfil, citam-se Brandão e Borges (2021), as quais defendem que o profissional mediador da informação precisa se envolver com a comunidade a atender, ao ponto de identificar as necessidades da clientela, bem como os fatores ambientais, econômicos, sociais, políticos e culturais que necessitarão ser trabalhados, junto aos usuários, com vistas à consciência da população, de modo a atuarem de forma crítica, proativa e protagonista.

Assim, a atuação bibliotecária não pode ser concebida como um processo linear, pois assim como o contexto social sofre alterações, as práticas biblioteconômicas serão alteradas na mesma proporção, tornando o processo ainda mais complexo, no que diz respeito à ação mediadora. Tal compreensão estabelece uma relação direta com a temática deste estudo, haja vista que, se a sustentabilidade depende também da capacidade dos sujeitos de compreender problemas, acessar conhecimentos, avaliar informações e participar de processos coletivos, as bibliotecas precisam desempenhar práticas que contribuam para o despertar da consciência populacional.

Destarte, para o cumprimento do papel social exigido na contemporaneidade, não basta as bibliotecas disseminarem conteúdos relacionados aos ODS. Elas necessitam ofertar ações capazes de transformar tais conteúdos em ações práticas, em prol da sustentabilidade, além de incorporar práticas sustentáveis às suas gestões, pois só assim se tornarão espaços mediadores.

Bibliotecas e sustentabilidade

A discussão sobre a relação entre as bibliotecas e sustentabilidade se torna relevante, pois os impactos relacionados ao desenvolvimento sustentável não estão restritos aos grandes sistemas de produção, às políticas governamentais ou às decisões empresariais. Pelo contrário, devem fazer parte das práticas das instituições que apresentam a informação como base de suas ações, como é o caso dos espaços biblioteconômicos.

Com base em Jochumsen e Mathiasson (2022), observa-se que a discussão sobre o papel a ser desempenhado pelas bibliotecas, diante do desenvolvimento sustentável, envolve tanto suas práticas internas, quanto sua relação com as comunidades que devem atender, retirando igualmente como já mencionado anteriormente, que a ideia de biblioteca sustentável necessita está associada, exclusivamente, a edifícios ambientalmente eficientes. Atuação sustentável perpassa a ideia de seguimento de regras internas que levem à economia de recursos. Atuação sustentável deve levar ao protagonismo social.

De fato, uma biblioteca que amplia o acesso à informação, disponibilizando recursos educacionais, promovendo atividades culturais e oferecendo oportunidades de aprendizagem, em vistas à construção do conhecimento estará atuando nas dimensões contempladas nos ODS. Ademais, a inclusão da sustentabilidade às práticas biblioteconômicas se relaciona com a possibilidade de fortalecer capacidades individuais e coletivas, bem como possibilita a ampliação de oportunidades de participação dos

membros da comunidade, já que a biblioteca se encontra inserida nela, oportunizando assim, a eliminação de barreiras, dando condições de acesso à informação, educação, cultura, tecnologia e recursos.

Nesse segmento, cita-se a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), a qual defende a ideia de que as bibliotecas, devido seu papel social, desempenham uma contribuição transversal para os ODS, sobretudo, no que concerne a sua capacidade de ampliar o acesso equitativo à informação, às tecnologias e à educação. Ao mencionar a variável "equitativa", frisa que as ofertas supracitadas se darão conforme a necessidade de cada usuário, ou seja, "tratar diferente os diferentes", no sentido de todos possuírem os mesmos direitos, de forma literal.

Por esta razão, a biblioteca passa a ser concebida como um espaço de democratização do acesso ao conhecimento e de fortalecimento das possibilidades de aprendizagem, com vistas à construção do conhecimento. Isso implica afirmar que a sustentabilidade nas bibliotecas necessita ser pensada, a partir da prática de acessibilidade, permitindo que todos os usuários, com suas diversas características e necessidades possam ter acesso físico, informacional, tecnológico e cultural.

A experiência estudada por Silva e Karpinski (2019) demonstra justamente a possibilidade dessa articulação entre estrutura, práticas e ações. Segundo os autores é possível uma biblioteca ampliar o alcance da sustentabilidade para além da administração interna. Adotar a sustentabilidade em suas ações internas, além de ser relevante, pode servir como base das ações a serem oferecidas aos diversos públicos. Acrescentando-se a isso, por meio de literatura especializada, materiais educativos, documentos institucionais, dados públicos e outros recursos relacionados às questões ambientais e sociais, a biblioteca pode trabalhar diretamente com os usuários onde, pela dimensão dialógica, discutir esses conteúdos e relacioná-los às situações vivenciadas em seu território, a fim de conscientizar os públicos quanto à importância da mudança de atitude para com o planeta, o qual já estão dando respostas à relação de maus tratos que a humanidade vem estabelecendo para com ele.

Isso implica afirmar que, enquanto instrumento mediador da informação, a biblioteca necessita criar condições para o despertar dessa consciência. Por isso que a sustentabilidade também pode ser incorporada ao desenvolvimento das coleções a serem divulgadas à comunidade, conforme as suas necessidades informacionais e processos linguísticos, a fim de garantir a efetivação da comunicação bilateral, pois só assim, será possível garantir a dimensão dialógica com qualidade.

À medida que a biblioteca trazer para a comunidade temas que vão ao encontro de suas necessidades, ou seja, aos problemas reais e urgentes, o envolvimento da comunidade ocorrerá de forma natural. É isso que se espera dos espaços biblioteconômicos, independentemente de sua natureza. Isso implica afirmar que tais ações não cabem apenas às bibliotecas públicas e comunitárias. Identificar problemas presentes em seu entorno e selecionar, entre as diferentes possibilidades de atuação, aquelas que respondam de maneira mais adequada às necessidades de seus usuários deve fazer parte da missão organizacional de todo e qualquer tipo de biblioteca, pois as organizações em que estão inseridas fazem parte do território, portanto, tais bibliotecas possuem um papel social a cumprir.

Essa compreensão reforça a importância da biblioteca como equipamento cultural situado no território. Sua contribuição para a sustentabilidade não decorre apenas de suas características físicas, mas também de sua capacidade de estabelecer relações com escolas, universidades, organizações sociais, órgãos públicos e outros atores locais, trazendo para suas ações as memórias locais, os conhecimentos locais, os valores e crenças da comunidade. Segundo Terra (2013), ao trazer os elementos locais, a biblioteca não só garantirá a maior participação dos públicos, já que passarão a se enxergar nelas, mas também acabará por se transformar em patrimônio local, ou seja, elemento pertencente daquela comunidade. Por isso que a dimensão cultural não pode ser negligenciada.

Essa perspectiva é coerente com a revisão realizada por Jochumsen e Mathiasson (2022), que identificou a dimensão cultural entre as diferentes formas pelas quais a sustentabilidade aparece na literatura sobre bibliotecas. O reconhecimento dessa dimensão impede que sustentabilidade seja tratada apenas como sinônimo de eficiência ambiental e permite incorporar questões relacionadas à diversidade, à identidade, à memória e à participação cultural.

Cardoso e Machado (2017) já defendiam a ideia de que as bibliotecas necessitam ser consideradas junto às políticas públicas, no sentido de garantirem investimentos nas suas construções ou modernizações, de modo a incorporar os princípios de sustentabilidade não só nos prédios, mas também nos seus serviços e nas suas práticas, de maneira a produzir efeitos positivos no desenvolvimento das regiões onde essas instituições estão inseridas.

Nesse processo, a biblioteca pode assumir uma posição que ultrapassa a ideia de ser apenas uma instituição que precisa reduzir seus próprios impactos ambientais, passando a constituir um espaço onde a comunidade tenha acesso a conhecimentos, às discussões sobre problemas locais, passando a ter suas vozes ouvidas, de modo a criarem ações que possam mitigar tais problemas, passando a para participar da vida social da comunidade, tornando possível o cumprimento de alguns ODS. A relação entre bibliotecas e sustentabilidade é assim que deve ser compreendida.

Mediação da informação para sustentabilidade

Conforme discutido até aqui, afirma-se que a relação entre bibliotecas e sustentabilidade necessita ser compreendida além da ideia de instituições que resolveram adotar práticas ambientalmente responsáveis em seus espaços físicos. Com base no papel social exigido às bibliotecas na contemporaneidade, cabe a tais espaços informacionais permitir o acesso às informações, tecnologias e educação de forma equitativa, necessitando para isso eliminar as barreiras físicas, econômicas, tecnológicas, educacionais, culturais, linguísticas e cognitivas.

Com a perspectiva de tratar diferente os diferentes, no sentido de garantir o acesso equitativo da informação, cita-se a dimensão mediadora como um fator extremamente relevante, pois permite compreender que entre a informação disponível e sua utilização pelos usuários existe um processo marcado por relações, escolhas, contextos e diferentes possibilidades de interpretação.

Cabe salientar que não existe mediação neutra, ou seja, quando o bibliotecário oferece uma ação, além de visar envolver os membros da comunidade para tratar de temas voltados para

a sustentabilidade, auxiliando-os a compreender os problemas do território e identificar as possibilidades de participação na melhoria desse contexto, o bibliotecário acaba por interferir nos caminhos pelos quais os sujeitos encontram, interpretam e utilizam as informações. A própria literatura da área reconhece que essa mediação está presente tanto nas situações de contato direto com o usuário, quanto nas atividades realizadas sem sua presença imediata, como seleção, organização e representação da informação, já que em relação à sustentabilidade, é notório que os problemas socioambientais contemporâneos não se apresentam de maneira simples ou isolada (Almeida Júnior, 2015).

Posto isso, Capurro e Hjørland (2007) argumentam que o conceito de informação não pode ser analisado de maneira desvinculada dos contextos em que é utilizado, pois, a informação será interpretada segundo o contexto ambiental, econômico, social, político e cultural de cada comunidade, ou seja, em comunidades distintas, o mesmo foco apresentado será interpretado em diferentes sentidos, resultando em diferentes ações, as quais poderão ser positivas para a preservação do meio ambiente ou negativas. Por isso, a mediação precisa considerar essas diferenças para que a informação não permaneça distante da experiência dos sujeitos, sobretudo, quando o grupo social tente a gerar ações negativas à sustentabilidade. É esse papel que se espera da biblioteca, enquanto mediadora da informação.

Para isso, Gomes (2020) defende a ideia de que a efetividade da ação mediadora do bibliotecário dependerá da consciência acerca do seu papel de mediador, acerca da importância de sua atuação e da sua capacidade de construir condições para o diálogo, a problematização e a apropriação da informação, pois só assim será possível a construção do conhecimento. Quando essa perspectiva é aproximada da sustentabilidade, torna-se possível perceber que a ação de mediação não pode assumir o formato de uma simples transmissão de conteúdos previamente definidos, pois necessitará despertar o senso crítico dos usuários.

Ao ser citado o processo comunicacional na forma “bilateral”, entende-se como sendo aquele em que os próprios usuários apontam a temática que necessitam discutir, com base nos problemas resultantes da ação humana junto ao meio ambiente. Nesse tipo de comunicação, as imagens do Emissor e Receptor são substituídas pela imagem de Sujeitos Comunicacionais onde, ao mesmo tempo que o sujeito recebe a mensagem, automaticamente, assume o lugar do emissor, apresentando o novo contexto que será trabalhado e não mais apenas o *feedback*.

Diante desse contexto, a mediação da informação para a sustentabilidade passa a assumir, diferentes configurações. Assim, a ação responsável pelo despertar da consciência acerca da temática que está sendo trabalhada pode ser realizada, por meio de oficinas, rodas de conversa, exposições, clubes de leitura, campanhas educativas, produção de materiais informativos, atividades de educação ambiental, encontros com pesquisadores e representantes comunitários, além de ações realizadas em ambientes digitais, constituem possibilidades que podem ser adaptadas às características de cada biblioteca. O importante não será qual atividade realizar, mas sim a capacidade de estabelecer a dimensão dialógica entre bibliotecário e usuários.

A questão da mediação da informação e desenvolvimento sustentável, segundo Silva (2025), vem se tornando cada vez mais presente na literatura. Para o autor, novas dimensões para pensar essa relação, destacando aspectos comunicativos, institucionais,

valorativos, metodológicos e públicos da mediação estão sendo propostas de forma significativa. O fator positivo do exposto, volta-se à mudança da visão da mediação tradicional. Conforme a Ciência da Informação, a mediação da informação necessita fortalecer cada vez mais os vínculos entre bibliotecas e comunidades.

Essa nova forma de conceber a mediação da informação reforça a compreensão do que representa o protagonismo social citado no item anterior. Gomes (2020) relaciona a mediação consciente à apropriação da informação e à tomada de consciência, a partir das atividades que envolvam o bibliotecário e os usuários, tornando esses conscientes de seu papel transformador, junto à comunidade em que integram, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de todos os membros do território.

Desse modo, a contribuição das bibliotecas para a sustentabilidade não se encerra na existência de coleções sobre meio ambiente ou na realização de campanhas relacionadas aos ODS. Ela pode ser fortalecida quando este espaço informacional cria condições para que a informação seja encontrada, compreendida, avaliada, discutida e apropriada. Nessa perspectiva, o bibliotecário atua não só como organizador de recursos informacionais, mas também como profissional que participa da construção das condições de acesso ao conhecimento e do desenvolvimento da autonomia informacional dos sujeitos.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvida a partir de uma revisão narrativa da literatura, a qual foi estabelecida a partir dos seguintes descritores: “Bibliotecas”, “Bibliotecas Verdes”, “Sustentabilidade”, “Agenda 2030”, “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, “ODS”, “Competência em Informação” e “Mediação da Informação”, os quais foram trabalhados por meio dos operadores booleanos AND e OR, junto à base de dados SciELO, no período de janeiro a março de 2026.

Justifica-se a pesquisa bibliográfica por se buscar reunir e discutir conhecimentos já produzidos na literatura científica acerca do tema, buscando abordar sobre a atuação das bibliotecas diante dos desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável. A revisão narrativa foi adotada, devido a apresentação de seu caráter mais amplo, em relação à revisão sistemática ou exaustiva da produção científica, como defendido por Rother (2007).

Dentre os critérios de inclusão, o estudo priorizou as publicações disponíveis exclusivamente na base de dados SciELO, nos idiomas português e inglês, artigos publicados no período de 2017 a 2025. Quanto aos critérios de exclusão, foram desconsideradas as publicações em anais de eventos, que se apresentaram em duplicidade e não disponíveis na íntegra.

Para o processo de análise dos dados levantados se deu por meio do estabelecimento de categorias, a fim de melhor obter a análise e a apresentação dos resultados. Para a análise dos dados, utilizou-se, assim, a técnica de análise de conteúdo defendida por Bardin.

Resultados e discussões

Com o propósito de melhor apresentar os resultados estudados, este item tomou por base o modelo de Bardin, portanto, a partir das seguintes categorias:

Sustentabilidade na gestão e na infraestrutura das bibliotecas

Os artigos analisados evidenciaram as ações realizadas pelas bibliotecas, a fim de contribuir com a redução do consumo de recursos, à eficiência energética, à gestão de resíduos, ao uso racional de água e papel e à adoção de soluções que reduzam os impactos ambientais das atividades institucionais, ou seja, esta categoria se voltou para ação interna das bibliotecas, enquanto organizações. Essa perspectiva é identificada por Moreno *et al.* (2022) que afirmam que a sustentabilidade vem sendo incorporada à gestão das bibliotecas por diferentes caminhos, não se restringindo às características físicas dos edifícios.

Seguindo essa mesma direção, a publicação de Cardoso e Machado (2017) discute acerca da necessidade de construção ou manutenção de bibliotecas já existentes a incorporação de *design* dos edifícios, bem como a gestão de recursos naturais e ambientais e a educação ambiental como prática desses espaços, pois para as autoras a ideia de biblioteca sustentável não se volta apenas para uma construção ambientalmente eficiente, mas ao conjunto de decisões que orientam o funcionamento da instituição.

Para Brasil e Santana (2022), a existência de práticas ambientais realizadas de forma isoladas não é suficiente para caracterizar uma política institucional de sustentabilidade. Para os autores, as bibliotecas só conseguirão êxito à medida que receberem mais investimentos, articulação institucional e participação de diferentes setores apresentavam maior dificuldade de implementação.

Ações educativas, culturais e informacionais

Os estudos confirmaram que as bibliotecas estão desenvolvendo ações direcionadas à sensibilização, à educação e à participação das comunidades em que se encontram inseridas, por meio de atividades que conseguem executar a dimensão dialógica, tais como: oficinas, palestras, exposições, campanhas, projetos de leitura, atividades de educação ambiental e outras iniciativas destinadas a aproximar os usuários de temas relacionados à sustentabilidade.

No artigo de Silva *et al.* (2022), a relação entre biblioteca, educação ambiental e mediação da informação é apresentada como sendo o tripé que vem conseguindo não só a disseminação da informação, mas também de sua apropriação. Segundo os autores, tal fato vem sendo obtido por meio de encontros, rodas de conversa, diálogos, trocas de experiências e construção de conhecimentos relacionados às questões ambientais.

Resgatando Chaves e Cardona (2022), observa-se que o artigo mantém o foco nas bibliotecas escolares, apresentando as diferentes possibilidades de incorporação da sustentabilidade às atividades desenvolvidas pelas mesmas. Dentre as ações, citam-se: projetos de leitura, campanhas, espaços temáticos, atividades relacionadas aos ODS e iniciativas voltadas à literacia da informação e ambiental.

Mediação da informação e formação dos usuários

Nesta categoria o foco de estudo se voltou para a questão da mediação da informação, por fazer parte do campo da CI e, portanto, base desse estudo.

Os estudos demonstram que os bibliotecários, com o objetivo de contribuírem para o despertar da consciência dos membros da comunidade, a partir da apresentação de temas voltados à sustentabilidade, mas que afetam diretamente a comunidade, acabam exercendo a mediação da informação, pois para ter o envolvimento dos usuários, as atividades necessitam ir ao encontro das suas necessidades informacionais, sociais e culturais.

Essa constatação dialoga diretamente com Almeida Júnior (2015), para quem a mediação da informação envolve uma ação de interferência voltada à apropriação da informação pelo sujeito, a partir do processo dialógico e envolvimento de todos os sujeitos envolvidos. Nesse sentido, a contribuição da biblioteca para a sustentabilidade está não só na existência de documentos, bases de dados ou materiais informacionais sobre os ODS, mas também na mediação que favorece sua apropriação.

O artigo de Silva *et al.* (2022) também traz uma relação entre biblioteca, educação ambiental e mediação da informação, ao citar as ações das bibliotecas, a partir de questões climáticas, energia, consumo, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável são acompanhadas por grande volume de conteúdos, nem sempre produzidos ou apresentados de maneira confiável.

Já no artigo de Belluzzo (2020) essa relação agrega a competência em informação às atividades dos bibliotecários, em prol da cidadania e à aprendizagem ao longo da vida, destacando a importância de formar sujeitos capazes de acessar, avaliar e utilizar a informação de maneira consciente.

Como demonstrado nas categorias supracitadas as práticas sustentáveis desenvolvidas pelas bibliotecas assumem caráter multidimensional, aparecendo tanto internamente, quando se trata da gestão e infraestrutura, quanto externamente, quando as ações se voltam para os mais diversos públicos.

A análise permitiu identificar que as bibliotecas não devem mais ser concebidas como espaços frios e distantes da comunidade, com o objetivo apenas de guardar os documentos. Enquanto espaços mediadores da informação, as bibliotecas necessitam se assumir como instrumentos para promover a sustentabilidade, em prol da melhoria da qualidade de vida da comunidade em que se encontram inseridas, pois fazem parte delas. Nessa perspectiva, agir de forma sustentável é importante, mas deve ser a base da ação biblioteconômica.

Considerações finais

Como objetivo, o estudo visou analisar como as bibliotecas vêm incorporando às suas práticas questões voltadas para a sustentabilidade, de modo a melhorar a qualidade de vida das comunidades em que são partes integrantes e, consequentemente, do planeta, o qual vem demonstrando os resultados catastróficos resultantes das ações humanas ao longo dos tempos.

Para isso, optou-se pela pesquisa bibliográfica, junto à base de dados SciELO, onde foi possível identificar que a relação entre bibliotecas e sustentabilidade apresenta caráter amplo e multidimensional, envolvendo aspectos ambientais, econômicos, sociais, culturais, educativos e informacionais.

Os estudos analisados demonstram que a questão da sustentabilidade se encontra presente em nível interno e externo das bibliotecas, por isso que estas não pode defender a ideia de que a biblioteca estará contribuindo com o meio ambiente porque apresenta diretrizes voltadas para a redução de recursos, em prol da preservação e conservação de tais recursos para esta geração e para as futuras.

As práticas sustentáveis passam a ser aquelas em que as bibliotecas, enquanto espaços de mediação da informação, desempenham junto aos usuários ações educativas, culturais e informacionais desenvolvidas com o objetivo de contribuir como despertar da consciência à questão ambiental, por parte dos usuários, a partir da incorporação da Agenda 2030 em suas práticas, uma vez que cada questão a ser trabalhada se relaciona com um dos ODS que se relacionam às necessidades concretas dos territórios e às condições de vida das comunidades atendidas.

Assim, reforça-se que a contribuição das bibliotecas para a sustentabilidade não deve ser reduzida à adoção de práticas ambientalmente responsáveis em seus espaços físicos, pois o papel social que as mesmas necessitam cumprir na contemporaneidade perpassa tal ideia, embora importantes, mas devem ser concebidas apenas como base para o fazer biblioteconômico, pois, assim como a sustentabilidade representa algo complexo, a prática das bibliotecas também o são, afinal envolve o desafio de aproximar informação, conhecimento, sujeitos e território.

Referências bibliográficas

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de
2015 Mediação da informação: um conceito atualizado. In *Mediação oral da informação e da leitura*. Org. Sueli Bortolin, João Arlindo Santos Neto, Rovilson José da Silva. Londrina: ABECIN, p. 9-32.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de; SANTOS NETO, João Arlindo dos
2014 Mediação da informação e a Organização do Conhecimento: interrelações. *Informação & Informação*. [Em linha]. 19:2 (2014) 98-116. [Consult. 15 jan.2026]. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista
2020 Competência em informação: das origens às tendências. *Informação & Sociedade: Estudos*. [Em linha]. 30:4 (2020) 1-28. [Consult. 25 jan. 2026]. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/57045/.

BRANDÃO, Gleise da Silva; BORGES, Jussara
2021 O Perfil do mediador da informação no século XXI: competências necessárias. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21º, 2021 – *Anais*. [Em linha]. Rio de Janeiro: ANCIB, 2021. [Consult. 15 jan. 2026]. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/2138.

BRASIL, Heloisa dos Santos; SANTANA, Antônio Cordeiro de
2022 A Sustentabilidade ambiental em bibliotecas universitárias públicas, localizadas em Belém, PA: realidades e desafios. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 51:1 (2022) 67-84. [Consult. 15 jan. 2026]. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5581.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger
2007 O Conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 12:1 (2007) 148-207. [Consult. 17 nov. 2025]. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22360.

CARDOSO, Nathalice Bezerra; MACHADO, Elisa Campos
2017 Bibliotecas verdes e sustentáveis no Brasil. *TransInformação*. [Em linha]. 29:2 (2017) 141-149. [Consult. 15 jan. 2026]. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/7dRCtJTvNCHqMzSJQbfMqYy/?format=html&lang=pt&ilang=pt_BR.

CIDADES, Olga; CHAVES, Margarida; CARDONA, Fábio S.
2022 *Guia de boas práticas ambientalmente sustentáveis em bibliotecas escolares*. Palmela: Município de Palmela, 2022.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana
2003 Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 32:1 (2003) 23-35. [Consult. 13 jan. 2026]. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/xDBTqDKvmcsvMnmwLWprjmG/?format=html&lang=pt&ilang=pt_BR.

GOMES, Henriette Ferreira
2014 A Dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. *Informação & Informação*. [Em linha]. 19:2 (2014) 46-59. [Consult. 20 nov. 2025]. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994.

GOMES, Henriette Ferreira
2020 Mediação da informação e protagonismo social: relações com as dimensões da apropriação da informação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 25 (2020) 1-17. [Consult. 27 jan. 2026]. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644.

JOCHUMSEN, Henrik; MATHIASSON, Mia
2022 Libraries, sustainability and sustainable development: a review of the research literature. *Journal of Documentation*. [Em linha]. 78:6 (2022) 1.278-1.304. [Consult. 12 jan. 2026]. Disponível em: https://www.emerald.com/jd/article-abstract/78/6/1278/432876/Libraries-sustainability-and-sustainable?redirectedFrom=fulltext.

MORENO, Edinei Antônio [et al.]
2022 Abordagem da sustentabilidade no contexto da gestão de bibliotecas: revisão da literatura internacional. *RDBCI*. [Em linha]. 20 (2022). e022025. [Consult. 16 jan. 2026]. Disponível em: https://edubase.sbu.unicamp.br/items/1e6ccfe2-919b-42b9-a168-55fa93224c3a/full.

ROTHER, Edna Terezinha
2007 Revisão sistemática X revisão narrativa. *Editorial: Acta Paulista de Enfermagem*. [Em linha]. 20:2 (2007) V-VI. [Consult. 11 fev. 2026]. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/i/2007.v20n2/.

SILVA, Danielle Pinho; KARPINSKI, Cezar
2019 Ações e práticas sustentáveis na Biblioteconomia: Biblioteca Univali Campus Balneário Camboriú. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 24:3 (2019) 169-193. [Consult. 13 jan. 2026]. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/JZzRTFsyh7j55P8dxQxMTSm/?format=html&lang=pt&ilang=pt_BR.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho
2025 Abordagens sobre mediação da informação: proposta de novas dimensões na perspectiva do desenvolvimento sustentável. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*. [Em linha]. 16 (2025) e-219414. [Consult. 11 fev. 2026]. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/pt_BR/article/view/219414/.

SILVA, Eddie Carlos Saraiva da [et al.]
2022 Biblioteca, projetos socioambientais e educação: sugestões de práticas lúdicas para a mediação da informação ambiental. *Revista Bibliomar*. [Em linha]. 21:1 (2022) 47--61. [Consult. 15 jan. 2026]. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/18433.

TERRA, Guilhermina de Melo Terra
2013 *Atuação do museu enquanto sistema aberto: uma realidade possível*. [Em linha]. Porto, 2013. [Consult. em 20 jan. 2026]. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br.
Tese de doutorado em Museologia - Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Evandro Santos Cavalcante| evanscc@hotmail.com
Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil

Emerson Magalhães dos Santos| emerson.santos@ifal.edu.br
Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil

Matheus Alexandre Soeiro Viana | matheus.soeiro@outlook.com
Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil

Guilhermina de Melo Terra | guilherminaterra@ufam.edu.br
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil

CLIMA DE LITERATURA: diálogos sobre a agenda 2030 com crianças na Biblioteca Pública Hans Cristian Andersen

CLIMATE OF LITERATURE: dialogues on the 2030 agenda with children at the Hans Cristian Andersen Public Library

Renata de Oliveira Moreira | Elisangela Alves da Silva | Fábio Roberto Lucas

https://doi.org/10.21747/21836671/pagesp2026a5

Resumo: Este artigo analisa como as práticas de mediação de leitura orientadas à justiça social, climática e ambiental podem transformar a biblioteca pública em polo de engajamento comunitário. O estudo tem como campo empírico o projeto *Clima de Literatura: Literatura e Desenvolvimento Sustentável*, desenvolvido na Biblioteca Pública Municipal Hans Christian Andersen, em São Paulo. Fundamentado na perspectiva ecocrítica e nos estudos de mediação de leitura, o trabalho adota a pesquisa-ação como abordagem metodológica. Os resultados, sustentados em registros do diário de campo, transcrições de falas de participantes e produções simbólicas coletivas, evidenciam que a mediação literária pode criar condições para o repovoamento dos imaginários infantis — compreendido como a reconstrução simbólica das formas de perceber e se relacionar com o mundo, deslocando visões antropocêntricas em direção à interdependência entre humanos e natureza. Conclui-se que a biblioteca pública desempenha papel estratégico na formação de sujeitos capazes de reconhecer e reivindicar outras formas de existência e cuidado.

Palavras-chave: Biblioteca pública; Ecocrítica; Mediação de leitura; Repovoamento dos imaginários.

Abstract: This article examines how reading mediation practices oriented toward social, climate, and environmental justice can transform the public library into a hub of community engagement. The empirical field is the *Clima de Literatura: Literature and Sustainable Development* project, carried out at the Hans Christian Andersen Municipal Public Library in São Paulo. Grounded in ecocritical theory and reading mediation studies, the research adopts an action-research methodology. Results, supported by field diary records, participant speech transcriptions, and collective symbolic productions, show that literary mediation can create conditions for the repopulation of children's imaginaries — understood as the symbolic reconstruction of ways of perceiving and relating to the world, shifting anthropocentric views toward an understanding of interdependence between humans and nature. It is concluded that the public library plays a strategic role in fostering subjects capable of recognizing and claiming other forms of existence and care.

Keywords: Public library; Ecocriticism; Reading mediation; Repopulation of imaginaries.

Introdução

A contemporaneidade é marcada pela emergência climática que, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2023), constitui uma crise direta dos direitos da infância. Estima-se que 1 bilhão de crianças resida em áreas de alto risco climático, enfrentando interrupções na aprendizagem e impacto no bem-estar. Diante disso, educação e cultura se tornam essenciais para formar pessoas com pensamento crítico, que consigam entender e enfrentar os problemas socioambientais que já se apresentam.

No entanto, observa-se uma lacuna persistente na abordagem desses temas nas práticas de mediação cultural, embora a produção literária destinada às infâncias tenha se aberto mais

a essas temáticas nos últimos anos. Pouco se explora, contudo, como a mediação de leitura orientada à fruição e à partilha sensível — e não à instrução — pode contribuir para a (re)construção dos imaginários infantis em torno das questões socioambientais.

Resta, então, a questão: de que forma a mediação de leitura realizada em espaços como a biblioteca pública pode mobilizar esse debate, para além de uma abordagem meramente educativa?

O projeto *Clima de Literatura: Literatura e Desenvolvimento Sustentável* surgiu de uma inquietação profissional acerca da necessidade de abordar os grandes temas contemporâneos com as crianças e seus responsáveis, tendo como ponto de partida a literatura destinada à infância, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A iniciativa buscou integrar a Agenda 2030 da ONU à prática cotidiana da Biblioteca Pública Municipal Hans Christian Andersen, em São Paulo, partindo da premissa de que a literatura possui a capacidade metafórica de tornar "visíveis" os perigos ambientais e sociais que, de outra forma, seriam abstratos para o público infantojuvenil.

O objetivo deste artigo é analisar como as práticas de mediação cultural orientadas à justiça social, climática e ambiental podem transformar a biblioteca pública em um polo de engajamento comunitário. Estrutura-se a discussão a partir da fundamentação teórica sobre mediação de leitura e ecocrítica, da descrição dos procedimentos metodológicos adotados e da análise qualitativa e quantitativa dos resultados colhidos a execução do projeto.

A pergunta norteadora investiga como a mediação de leitura – neste contexto, parafraseando Krenak (2019), que nos convida a contar histórias como forma de adiar o fim do mundo – contribui para o (re)povoamento dos imaginários infantis, entendido aqui como a reconstrução simbólica das formas de perceber e se relacionar com o mundo, deslocando a visão da natureza como mero recurso para uma compreensão de interdependência vital.

Referencial teórico: mediação de leitura e ecocrítica

A base teórica deste estudo articula a mediação de leitura à ecocrítica, buscando compreender o papel do livro literário em tempos de crise ambiental.

O papel social das bibliotecas públicas na crise climática

As bibliotecas públicas consolidam-se como parceiras estratégicas nos esforços globais contra a crise climática por ocuparem uma posição singular de confiança junto às suas comunidades.

Conforme as diretrizes da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (INTERNATIONAL..., 2025), a disponibilização de coleções e exposições temáticas atua como um catalisador para o engajamento inicial, abrindo caminho para programas educativos mais profundos e parcerias com o setor público, escolas e a sociedade civil.

Essa compreensão dialoga com a noção de responsabilidade social da Ciência da Informação, que permite analisar as bibliotecas como espaços de mediação nos quais os processos de produção, organização e circulação da informação se traduzem em regimes de apropriação cultural no espaço social urbano.

A partir dessa perspectiva, cabe às unidades de informação o compromisso de promover inclusão, participação democrática e emancipação: ao reconhecer os saberes locais, as experiências comunitárias e as múltiplas formas de conhecimento sobre o ambiente, as bibliotecas contribuem para uma ecologia de saberes que articula ciência, cultura, acervo e memória social.

O acervo, nesse enquadramento, constitui um campo de possibilidades; e a mediação, um processo ético, estético e político que reconhece o leitor como sujeito ativo e a biblioteca como espaço vivo de trocas, aprendizagens e pertencimento. Iniciativas voltadas à educação climática e à promoção da leitura literária podem ser entendidas, assim, como estratégias de fortalecimento da resiliência comunitária e de construção de uma cidadania ambiental crítica.

Em contextos de inclusão, garantir o direito à leitura literária significa assegurar mais que acesso ao livro: oferecer condições efetivas de fruição cultural, participação cidadã e redução das desigualdades, em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

O relatório da IFLA (2025) destaca, ainda, que a eficácia dessas ações está atrelada à capacidade de abordar aspectos locais da sustentabilidade, aproximando o tema do cotidiano dos cidadãos e ampliando o impacto das iniciativas no território atendido.

A partir dessa perspectiva, a Biblioteca Pública Municipal Hans Christian Andersen pode ser considerada um espaço de experimentação para essa prática no contexto paulistano: ao disponibilizar o acervo completo do Clube do Livro ODS da ONU — ponto de partida do projeto *Clima de Literatura* —, transforma o acesso à informação em convite ao diálogo comunitário e ao fortalecimento da cidadania climática.

A ecocrítica e a literatura como diálogo ético

A literatura infantil, quando lida sob a lente da ecocrítica, permite explorar a relação humano-natureza sem cair no didatismo moralizante. Westling (2012) argumenta que poetas e romancistas utilizam uma linguagem conotativa e metafórica para questionar o lugar do ser humano no mundo, tornando visíveis e sensíveis os perigos ambientais que poderiam ser ignorados em discursos técnicos.

Essa abordagem é central para o projeto, pois a ficção opera como um espaço de ensaio ético: a partir da experiência das personagens, o leitor pode antecipar situações, avaliar escolhas e construir referenciais para sua própria ação no mundo, conforme propõe Reyes (2021). Nesse processo, as crianças podem vivenciar pela literatura situações de crise, resistência e alteridade, elaborando seus próprios posicionamentos a partir dessas experiências.

A noção de "ficar com o problema", proposta por Haraway (2023:14), oferece um enquadramento teórico produtivo para pensar a mediação de leitura em bibliotecas

públicas. Trata-se de recusar tanto o derrotismo diante da crise quanto as narrativas de salvação tecnológica ou messiânica, optando por encarar a realidade presente e agir a partir dela, construindo, como propõe a autora, novos parentescos entre espécies e formas de vida.

A biblioteca pública, nesse sentido, constitui um ecossistema singular para essa prática: espaço de acesso irrestrito, aberto à diversidade de públicos, no qual a mediação de leitura cria condições para que os sentidos sejam construídos coletivamente.

Como nos lembra Cosson (2009), é na prática social da leitura — compartilhada, discutida e vivida coletivamente — que se consolidam, de fato, os processos de formação do leitor literário. Assim, como em um ecossistema natural em que cada ser contribui para a manutenção de um todo compartilhado, são as experiências de mediação cultural vivenciadas na biblioteca que sustentam esse processo de construção coletiva de sentidos.

O ato de contar histórias — aqui reconfigurado na prática da mediação de leitura — consolida-se, portanto, como uma forma de resistência que dialoga com a provocação de Krenak (2019) sobre adiar o fim do mundo. Ao preservar a potência da narrativa e do encontro literário, a mediação de leitura sustenta o imaginário como condição simbólica para a construção de outras formas de convivência e cuidado.

A ecocrítica e a literatura como diálogo ético

A mediação é compreendida como a criação de condições para que a literatura seja vivida em profundidade, afastando-se de qualquer pretensão puramente pedagógica ou utilitária. Como destacam Bajour (2023) e Petit (2019), o valor da escuta e o respeito ao silêncio são pilares no processo de formação leitora, permitindo que os sentidos da obra possam emergir da experiência do próprio leitor.

Nesse cenário, a figura do mediador, conforme discute Munita (2024), assume o papel de um leitor experiente que compartilha seu próprio engajamento com a obra, criando uma comunidade de leitores onde a palavra circula livremente.

Essa oferta de recursos simbólicos é o que possibilita ao sujeito reconstruir seu mundo interior e fortalecer seus laços com o coletivo (PETIT, 2024), transformando o espaço da biblioteca no que Bajour (2023) denomina como uma cartografia de encontros.

No contexto deste projeto, mediar não significa ensinar os ODS como conteúdo curricular, mas facilitar um encontro em que livros que mobilizam temáticas relacionadas aos ODS são os protagonistas. Essa distinção é fundamental: enquanto a educação normativa orienta-se pela transmissão de saberes predefinidos, a mediação cultural, tal como a compreendem Bajour (2023), Petit (2019) e Munita (2024), parte da escuta, do engajamento com a obra e da construção coletiva de sentidos.

A leitura literária é, em si mesma, um exercício de aprendizagem — não pela transmissão de valores e regras, mas porque mobiliza pensamentos e desloca certezas. Palavras e imagens podem confirmar visões de mundo, e também subvertê-las: criam sentidos novos e muitas vezes inesperados para questões que pareciam consolidadas (DAHER e FARIAS, 2023).

O mediador atua, assim, como ponte para que temas como água, refúgio, direito à educação e enfrentamento criativo de crises possam ser experienciados e não apenas ensinados. A mediação se exerce, portanto, como um gesto de hospitalidade e escuta ativa, em que o acolhimento da voz da criança é tão fundamental quanto a própria narrativa literária.

Procedimentos metodológicos

Este estudo configura-se como pesquisa-ação, com abordagem qualitativa baseada em observação participante, diário de campo e análise das produções simbólicas das crianças. Essas produções, como desenhos, falas registradas e outros registros oriundos das oficinas criativas, são examinadas a partir de dois eixos analíticos preliminares, em desenvolvimento no âmbito de pesquisa de mestrado em curso.

O primeiro eixo investiga a presença ou ausência de uma percepção hierárquica da relação entre ser humano e natureza, identificando se os registros reproduzem uma visão antropocêntrica ou se apontam para formas de interdependência e cuidado. O segundo busca indícios de deslocamento do olhar em relação às questões socioambientais, compreendido como ampliação da sensibilidade e da capacidade de perceber o mundo de forma relacional. Tais eixos são orientados pelo referencial ecocrítico que fundamenta o projeto e estão sujeitos a refinamento ao longo do processo investigativo, em consonância com o caráter processual e reflexivo da pesquisa-ação.

O campo empírico é a Biblioteca Pública Municipal Hans Christian Andersen, primeira biblioteca infantil da região leste da cidade de São Paulo, onde se desenvolve o projeto analisado.

Inspirada na abordagem triangular para o ensino das artes (MACHADO, 2010) a proposta é orientada por trilhas temáticas e estrutura-se em um conjunto articulado de atividades destinadas a diferentes públicos: encontros de leitura voltados a famílias e escolas; oficinas criativas para crianças; formações direcionadas a educadores e profissionais que atuam com a infância; e rodas de conversa com especialistas para discutir temáticas relacionadas às questões climáticas, abertas à comunidade em geral.

A opção pela pesquisa-ação fundamenta-se na compreensão de que tal metodologia visa não só à análise de uma realidade, mas à sua transformação. Conforme Thiollent (2011:7), trata-se de um procedimento que busca elucidar “problemas sociais e técnicos considerados cientificamente e socialmente relevantes, por meio da atuação conjunta de pesquisadores e participantes diretamente ou indiretamente envolvidos na situação investigada".

Nessa mesma direção, Barbier (2007) afirma que a pesquisa-ação implica uma intervenção deliberada na realidade, orientada por um duplo propósito: promover mudanças concretas e produzir conhecimento sobre essas transformações. Tal perspectiva metodológica exige dos pesquisadores uma postura dinâmica, marcada pela multiplicidade de papéis assumidos no processo investigativo.

Barbier (2007) observa que o pesquisador transita entre posições diversas — ora agente da ação ou sujeito afetado por ela; protagonista ou colaborador — evidenciando o caráter relacional e processual da pesquisa-ação. Desse modo, pesquisa e ação aparecem como

aspectos inseparáveis, reforçando o papel da biblioteca pública enquanto lugar de criação de conhecimento, transformação social e exercício da cidadania.

Curadoria e trilhas temáticas

O ponto de partida para a seleção das obras que compuseram o projeto foi o Clube de Leitura ODS da ONU - Capítulo Brasil, que abrange 175 títulos publicados entre 2016 e 2020. Diante de um catálogo tão potente, foi preciso fazer escolhas para definir o recorte adequado ao tempo de execução do projeto, de dez meses.

Para isso, nos valemos do que defende a bibliotecária e intelectual francesa Geneviève Patte (2012:94): "Selecionar não quer dizer restringir, muito pelo contrário. Selecionar significa valorizar". Assim, decidimos expandir também essa base com livros publicados entre 2020 e 2025 para incluir novas discussões sobre crise climática e justiça social, uma vez que a produção sobre essas temáticas cresceu de forma significativa nos últimos anos.

Entre os critérios de seleção das obras, considera-se seu potencial de suscitar diálogos, como defende Bajour (2012). Busca-se que o próprio texto contribua para a elaboração de possíveis respostas e instigue novas perguntas, orientando intervenções que ampliem os sentidos sem encerrá-los.

A reflexão sobre os critérios de seleção de obras para o público infantil encontra respaldo em *bell hooks* (2019), que destaca a literatura infantil como espaço decisivo de interlocução com as crianças. Para a autora, é fundamental atentar aos conteúdos, perspectivas e valores que atravessam os livros oferecidos, sobretudo porque educadores e mediadores atuam como curadores do universo simbólico ao qual os leitores em formação terão acesso. Tal responsabilidade implica examinar criticamente o acervo disponibilizado, assegurando que ele contemple múltiplas vozes, experiências e modos de existência.

Nesse sentido, a noção de bibliodiversidade assume centralidade na definição dos critérios de escolha — e encontra respaldo no campo do Desenvolvimento de Coleções. Como destaca Vergueiro (1989), a Política de Desenvolvimento de Acervos constitui o instrumento responsável por definir os critérios que orientam a seleção, aquisição e manutenção das coleções.

Aplicada ao contexto da curadoria literária para crianças, essa perspectiva orienta a garantia de diversidade de autores, ilustradores, editoras, formatos e materialidades, promovendo o direito da criança ao acesso a diferentes repertórios culturais. Como afirma Costa (2022:119), "a bibliodiversidade está relacionada também com a defesa das diversidades culturais, étnicas, raciais e de gênero".

Em consonância com essa perspectiva, Luz (2024) reforça que a constituição de um acervo plural exige atenção às múltiplas expressões identitárias e estéticas que compõem o campo literário, assegurando às crianças a possibilidade de contato com distintas narrativas, imaginários e posicionamentos sociais. Assim, a bibliodiversidade é entendida não só como critério técnico de composição de coleção, mas como princípio ético e político orientador da mediação de leitura e da formação de leitores críticos.

A curadoria foi realizada por uma equipe de três especialistas em literatura infantil, que também atuam como mediadoras de leitura: a idealizadora do projeto, com experiência em

mediação e pesquisa no campo da ecocrítica; a bibliotecária responsável pela unidade, com conhecimento do acervo e dos públicos atendidos; e uma educadora pesquisadora de literatura infantil e formadora de professores na área de pedagogia.

A seleção das 41 obras que compõem o projeto orientou-se por seis critérios curatoriais articulados entre si: protagonismo infantil nas obras; diversidade estética e de materialidade; potencial de suscitar diálogo; bibliodiversidade, compreendida como diversidade de vozes, experiências e modos de existência; diálogo com a perspectiva ecocrítica, identificado pela presença de uma relação humano-natureza não hierárquica; e potencial de mediação com diferentes públicos — famílias, escolas e educadores.

Esses critérios operaram como um conjunto intencional: cada obra foi avaliada pela equipe curatorial em sua capacidade de mobilizar, simultaneamente, dimensões estéticas, éticas e políticas. A organização em dez trilhas temáticas, cada uma ancorada em uma data ou evento do calendário socioambiental, garantiu que a diversidade de abordagens se articulasse a um percurso coerente ao longo dos dez meses de execução do projeto.

Quadro 1 – Quadro sintético das trilhas temáticas

Trilha temática	Ancoragem no calendário	ODS mobilizados	Nº de obras
Povos originários	Agosto Indígena, SP	10, 12, 15	4
Águas	Dia Mundial dos Rios (23/set)	4, 6, 12	4
Educação	Dia dos Professores (15/out)	3, 4, 8, 16	4
Clima	COP 30 no Brasil (nov/2025)	1, 11, 13, 17	4
Travessias	Dia Internacional do Imigrante (18/dez)	1, 8, 10, 16	4
Cidades	Aniversário de SP (25/jan)	11, 12, 13	5
Passarinhada	Desafio Toda Ave Conta (fev)	4, 12, 15	4
Mulheres	Dia Internacional da Mulher (8/mar)	5	4
Janelas	Dia Mundial da Criatividade (21/abr)	1, 4, 9, 11, 17	4
Bicharada	Dia Internacional da Biodiversidade (22/mai)	15	4

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do projeto (2025).

Instrumento de coleta e análise

A coleta de dados ocorre por meio da observação dos participantes nos encontros de leitura, oficinas e diálogos com especialistas. São realizados registros em diário de campo com as respostas leitoras dos participantes, e analisados os produtos criativos das crianças. Neste artigo, serão apresentadas as discussões acerca da produção das crianças *Manifesto pelos Rios* e dos achados no encontro de leitura para famílias do livro *Eu devia estar na escola* (2024).

Resultados e discussões

O projeto teve início em agosto de 2025, com a realização das atividades da trilha temática *Povos Originários*. As atividades ao público foram concluídas entre maio de 2026, com as rodas de leitura da trilha *Bicharada*.

Como afirma Petit (2019), a experiência literária não deve ser reduzida a uma finalidade pedagógica ou utilitária, mas sim compreendida como um direito ao imaginário que permite ao sujeito ressignificar sua presença no coletivo. A partir dessa perspectiva, é possível afirmar que os resultados indicam: a integração entre acervo, espaço e mediação produz efeitos que transcendem a dimensão instrumental do ato leitor, atingindo a consciência cidadã.

Instrumentos de coleta e análise

A biblioteca passou por uma significativa revitalização informacional, principalmente no que se refere à ampliação do acervo promovida pelo projeto. Como observa Petit (2009), o encontro com o livro depende de mediações significativas; a simples disponibilização das obras não garante, por si só, o acesso efetivo à leitura. Nesse contexto, diversas ações foram planejadas e implementadas ao longo do projeto.

Quadro 2 – Indicadores quantitativos

Indicador	Detalhamento
Público-alvo atendido diretamente	Cerca de 600 pessoas entre crianças, seus núcleos familiares e educadores
Expansão do acervo (títulos)	187 obras (175 Clube ODS ONU + 12 BRAW Amazing Bookshelf)
Volume total de exemplares	Aproximadamente 350 novos livros (duplicata do acervo disponível)
Encontros de leitura	20 sessões (10 voltadas para famílias e 10 para escolas)
Oficinas criativas	04 oficinas (temas: "Plantar a Palavra" e "Aquarelando Histórias")
Encontros com especialistas	03 encontros (Temas: "Família, Escola e Clima", "Juventude e Clima" e “Escutar a infância”)
Formação em Mediação	02 oficinas (foco em mediação de leitura e primeiríssima infância)
Vivências sensoriais	1 atividade (foco em crianças e famílias)
Total de ações culturais	30 atividades presenciais realizadas na biblioteca

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do projeto (2025-2026)

Um dos aspectos inovadores do projeto consistiu na catalogação temática vinculada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com a identificação correspondente nas etiquetas físicas dos livros. Essa estratégia ampliou as possibilidades de recuperação da

informação por educadores e mediadores, qualificando o uso pedagógico do acervo e favorecendo percursos de leitura orientados por questões socioambientais.

Compreende-se a catalogação, conforme Nascimento e Sousa (2021), como prática de representação da informação em seus aspectos físicos e de conteúdo, voltada para a organização e o uso dos recursos informacionais nas bibliotecas.

O catálogo, produto central desse processo, configura-se como canal mediador entre os materiais informacionais e os usuários: organiza e apresenta os recursos disponíveis no acervo, viabiliza a busca e recuperação da informação e contribui para a difusão do conhecimento, a preservação da memória e o funcionamento eficiente dos serviços oferecidos pela unidade de informação. Além de sua dimensão técnica, a catalogação constitui uma forma de mediação da informação, uma vez que interfere nos processos de busca e recuperação e atua como atividade intermediária entre o acervo e os leitores.

Nessa perspectiva, a vinculação temática aos ODS evidencia uma biblioteconomia socialmente comprometida, na qual a organização do conhecimento não é concebida como neutra, mas orientada por finalidades formativas e cidadãs.

Como alerta Almeida Júnior (2009), diante da impossibilidade de neutralidade do processo de mediação, o mediador deve atentar para que a interferência não se converta em manipulação — pois tanto o mediador quanto o mediado mobilizam suas experiências e conhecimentos prévios ao longo do processo. O acervo estruturado dessa forma transforma-se em instrumento de intervenção cultural, ampliando o acesso à informação qualificada e promovendo a leitura como prática emancipatória.

Discussão qualitativa: justiça social e empatia

Um dos achados do projeto refere-se ao potencial da literatura em promover justiça social ao ativar processos de empatia e consciência territorial. Durante a mediação de *Eu devia estar na escola* (2024) — obra construída a partir dos relatos de crianças que vivenciam operações policiais nas favelas da Maré, no Rio de Janeiro —, registrou-se intensa mobilização entre os participantes do bairro do Tatuapé, zona leste de São Paulo, território onde se localiza a biblioteca.

Os registros do diário de campo e as falas colhidas durante a sessão evidenciam a natureza dessa resposta. Uma participante adulta descreveu a experiência nos seguintes termos: "de repente a gente é colocado em frente a um livro assim. Não queria ouvir sobre isso. [...], mas quando a gente ouve isso, tem vontade de chorar muito, porque é um tipo de privilégio, as nossas crianças não vivem essa realidade".

Outra participante, oriunda de cidade do interior, relatou: "fiquei impressionada de muitas formas [...] é uma realidade que a gente não vive nas cidades de interior [...] eles deram uma lição de cidadania. É uma lição para nós, adultos. Se a gente não batalhar por coisas melhores no nosso país, vai continuar como está".

A consciência territorial emergiu de forma espontânea na fala de uma criança participante: "Ainda bem que essa não é a nossa cidade", enunciado que revela, ao mesmo tempo, o reconhecimento de uma realidade distante e o estranhamento diante dela. A empatia, por sua vez, manifestou-se na fala de uma participante adulta, que articulou com precisão o

movimento provocado pela mediação: "às vezes a gente tem vontade de se afastar disso, só que se todo mundo fizer dessa forma, se afastar dessa realidade que é deles, tudo fica como está. [...]". Como foi importante eles serem ouvidos, contarem com sua voz.

A experiência evidenciou que a literatura opera como dispositivo de deslocamento territorial do olhar: ao entrar em contato com realidades marcadas por violência de Estado e precarização de direitos, crianças e adultos foram levados a confrontar desigualdades historicamente naturalizadas no espaço urbano.

Esse movimento manifestou-se de forma concreta nas produções simbólicas realizadas após a mediação. Entre as crianças, os registros revelam uma articulação espontânea entre a narrativa do livro e a percepção de direitos: uma criança escreveu "eu queria que todas as crianças pudessem ir à escola e que não tivessem medo de sair de casa"; outras enunciaram, em desenhos e palavras, direitos como crescer seguro, brincar livremente, ter proteção e saúde física e mental.

Entre os adultos, o deslocamento assumiu uma dimensão cívica explícita: uma participante registrou que "as crianças que escreveram o livro me deixaram emocionadas e penso que elas conseguiram dar uma lição de cidadania"; outra listou direitos fundamentais como educação, alimentação, saúde, moradia.

Tais registros evidenciam que a mediação ampliou a compreensão sobre o direito à educação e à segurança, explicitando como determinadas populações são sistematicamente expostas a contextos de vulnerabilidade.

Esse resultado reforça a perspectiva de Munita (2024), que reconhece o mediador como agente político-cultural capaz de tensionar imaginários e ampliar horizontes éticos na formação leitora, papel que, neste episódio, se concretizou pela criação de condições para que crianças e adultos elaborassem, cada um a seu modo, suas próprias compreensões sobre direitos, pertencimento e cidadania a partir de um ambiente acolhedor e de escuta.

Ressignificação da natureza: "O Manisfesto pelos Rios"

A oficina de criação *Manifesto pelos Rios*, realizada na Virada Sustentável 2025 como uma atividade extra do projeto *Clima de Literatura*, atuou como dispositivo de transição de um imaginário extrativista para um imaginário relacional.

O ponto de partida para a oficina foi a leitura de trechos de livros que compõem a trilha das águas: *O que é um rio?* (2023) e *Diários das águas* (2022), entrelaçados à metáfora do rio como avô (Watu), baseada na cosmologia Krenak (2019).

As respostas ao exercício "se eu fosse um rio, o que eu gostaria e não gostaria" demonstraram que a mediação literária pode convidar crianças e adultos a se reconhecerem como parte da natureza. Esse processo de identificação é o alicerce para o que se define aqui como justiça climática na infância.

Nesse contexto, a noção de justiça ambiental implica o direito a um meio ambiente saudável, seguro e produtivo para todos, devendo ser considerado em sua totalidade, o que inclui as dimensões ecológicas, sociais, políticas, estéticas e econômicas (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009). Para o projeto, tal conceito refere-se às condições em que esse

direito pode ser exercido livremente, preservando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, bem como a dignidade e a autonomia das comunidades.

A justiça climática na infância pressupõe que as crianças sejam reconhecidas como sujeitos de direitos plenos, cujas necessidades e identidades não podem ser negligenciadas (THE LANCET..., 2024). Sob essa ótica, a justiça não é mera proteção contra desastres, mas a garantia de condições para que a autonomia e a dignidade das futuras gerações sejam respeitadas. O manifesto coletivo apresentado a seguir é um exercício de cidadania climática, onde o direito de existir e de coexistir de todos os seres é reivindicado por aqueles que herdarão o planeta.

As atividades do projeto foram realizadas com autorização institucional da Biblioteca Pública Municipal Hans Christian Andersen e com consentimento dos responsáveis pelas crianças participantes. O manifesto apresentado a seguir é uma produção coletiva, elaborada em grupo durante a oficina, sem identificação individual de seus autores, preservando, assim, a identidade de todas as crianas envolvidas:

> Nós, crianças da Biblioteca Hans Christian Andersen, nos reunimos para escutar os rios, que, assim como nós, são parte da natureza. Os rios não gostaria de ser depósitos de lixo, de ficar presos e serem desperdiçados. Eles gostariam de ser tratados com respeito. Também gostaria de correr livros, de ter ao seu redor mais pessoas, animais, flores e beleza. Nós, como crianças da cidade gostaríamos de criar memórias bonitas nas águas dos rios. E se você fosse um rio, gostaria de quê?

A experiência evidencia que o contato com a leitura literária possibilita deslocamentos que ultrapassam a compreensão racional dos temas ambientais, mobilizando dimensões afetivas e éticas. Nesse sentido, o manifesto vai além de uma produção simbólica; se configura como expressão de um posicionamento diante do mundo, revelando a potência da mediação de leitura na formação de sujeitos capazes de reconhecer e reivindicar outras formas de relação com a natureza.

Considerações finais

Historicamente, dominar a leitura e a escrita é como ter um passaporte social, que possibilita a participação em circuitos intelectuais e de circulação de ideias. Tal compreensão evidencia que as bibliotecas não são espaços neutros, mas espaços de mediação simbólica, tensionadas entre processos de elitização e democratização do saber.

É nesse horizonte que se insere o projeto *Clima de Literatura: Literatura e Desenvolvimento Sustentável*, ao reafirmar a biblioteca pública como território estratégico para a implementação da Agenda 2030, desde que a organização da informação esteja articulada a uma mediação cultural crítica.

Ao posicionar o acervo bibliográfico como dispositivo pedagógico intencional, a proposta supera a concepção do livro como mero objeto material, compreendendo-o como instrumento para formação crítica, ampliação do repertório simbólico e articulação entre literatura, sustentabilidade e multiculturalismo.

O alcance dos objetivos iniciais — entre eles, a constituição de um acervo temático e o engajamento de cerca de 600 participantes — confirma o potencial das unidades de informação para fomentar consciência socioambiental e participação cidadã.

Ao aproximar a leitura literária do debate socioambiental, o projeto dialoga com a urgência contemporânea da reconfiguração das relações entre sociedade e meio ambiente, especialmente diante da responsabilidade intergeracional na preservação dos recursos naturais.

A literatura abre caminho para que os desafios do tempo presente sejam sentidos e pensados, não apenas explicados. As obras literárias funcionam como convites ao diálogo, criando espaços de conversa em que as crianças desenvolvem formas de cuidar e se relacionar com o mundo que podem acompanhá-las ao longo da vida.

Responde-se à questão de partida afirmando que a mediação de leitura se evidencia como prática capaz de criar condições para o repovoamento dos imaginários. Compreende-se aqui esse processo como a reconstrução simbólica das formas de perceber e se relacionar com o mundo, deslocando visões antropocêntricas em direção a perspectivas fundadas na interdependência entre humanos e natureza.

O conceito articula-se ao referencial de Haraway (2023), para quem construir novos parentescos entre espécies é condição para habitar o presente de forma responsável, e ao de Krenak (2019), que propõe o imaginário como prática de resistência e de manutenção da vida. A expressão encontra evidência concreta nos resultados do projeto: no manifesto coletivo em que as crianças se reconhecem como parte dos rios, e na mobilização ética provocada pelo encontro com realidades de vulnerabilidade socioambiental.

Do ponto de vista das contribuições para a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, o estudo oferece evidências de que a biblioteca pública pode operar como território de mediação cultural crítica, para além de sua função tradicional de organização e disseminação da informação.

A curadoria bibliográfica orientada pela bibliodiversidade e pela justiça socioambiental configura-se como prática ética e política, capaz de ampliar o repertório simbólico de comunidades historicamente sub-representadas nos acervos.

A mediação de leitura, por sua vez, demonstra potencial como dispositivo de formação de imaginários, resultado que aponta para a necessidade de aprofundamento teórico e metodológico desse campo no âmbito da pesquisa em informação e cultura.

O projeto conclui as atividades abertas ao público em junho de 2026 e prevê o registro sistematizado da experiência em publicação de acesso aberto, reunindo reflexões conceituais, percursos do projeto e produções das crianças, de modo a ampliar a circulação das discussões e inspirar outras práticas no campo da mediação de leitura.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campello de A.; BEZERRA, Gustavo das Neves
2009 *O Que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo F.
2009 Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*. [Em linha]. 2:1 (2009). [Consult. 13 fev. 2026]. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170.

BAJOUR, Cecilia
2023 *Cartografia dos encontros: literatura, silêncio e mediação*. Lauro de Freitas: Solisluna; São Paulo: Selo Emília, 2023.

BAJOUR, Cecilia
2012 *Ouvir nas entrelinhas: o valor da escuta nas práticas de leitura*. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

BARBIER, René
2007 *A Pesquisa-ação*. Brasília: Liber Livro, 2007.

COSSON, Rildo
2009 *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2009.

COSTA, Renata
2022 *Leitura cria mundos: um projeto sobre democratização do livro*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2022.

DAHER, Juliana; FARIAS, Fabíola
2023 *O Livro das perguntas*. Belo Horizonte: Ed. das Autoras, 2023.

HARAWAY, Donna J.
2023 *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno*. Trad. Ana Luiza Braga. São Paulo: n-1 edições, 2023.

HOOKS, Bell
2019 *E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS
2025 *How libraries engage in climate communication and education: key findings and recommendations*. [Em linha] Haia: IFLA, 2025. [Consult. 10 agosto de 2025]. Disponível em: https://repository.ifla.org/items/7007fa48-4387-4701-8c01-35ffecdb313c.

KRENAK, Ailton
2019 *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

THE LANCET CHILD & ADOLESCENT HEALTH
2024 Child-centred climate action cannot wait. *The Lancet Child & Adolescent Health*. [Em linha] 8:7 (2024) 467. [Consult. 10 fev. 2026]. Disponível em: https://www.thelancet.com/child-adolescent.

LUZ, Ananda
2025 Infâncias e leituras: a representatividade negra e indígena na literatura infantil. In *Infâncias e leituras*. Org. Marcia Licá. São Paulo: Pulo do Gato, 2025, p. 114-144.

LUZ, Ananda; MALZONI, Isabel
2024 *Eu devia estar na escola*. São Paulo: Editora Caixote, 2024.

MACHADO, Regina
2010 Sobre mapas e bússolas: apontamentos a respeito da abordagem triangular. In *Abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais*. Org. Ana Mae Barbosa, Fernanda Pereira da Cunha. São Paulo: Cortez, 2010, p. 64-79.

MUNITA, Felipe
2024 *Eu, mediador(a): mediação e formação de leitores*. Lauro de Freitas: Solisluna; São Paulo: Selo Emília, 2024.

NASCIMENTO, Ana Paula de Jesus; SOUSA, Ana Claudia Medeiros de
2021 A Catalogação enquanto uma ação indireta de mediação da informação. *Biblionline*. 17:3 (2021) 65-83.

PATTE, Geneviève
2012 *Deixem que leiam*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

PETIT, Michèle
2024 *Somos animais poéticos: a arte, os livros e a beleza em tempos de crise*. São Paulo: Editora 34, 2024.

PETIT, Michèle
2019 *Ler o mundo: experiências de transmissão cultural nos dias de hoje*. São Paulo: Editora 34, 2019.

PETIT, Michèle
2009 *Os Jovens e a leitura: uma nova perspectiva*. São Paulo: Editora 34, 2009.

REYES, Yolanda
2021 *A Substância oculta dos contos: as vozes e narrativas que nos constituem*. São Paulo: Pulo do Gato, 2021.

ROMEU, Gabriela
2022 *Diário das águas: flashes e fragmentos de uma viagem pela infância dos rios*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2022.

THIOLLENT, Michel
2011 *Metodologia da pesquisa-ação*. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNICEF
2023 *Índice de risco climático para as crianças: resumo executivo*. Nova York: UNICEF, 2023. [Em linha] [Consult. 20 de outubro de 2025]. Disponível em: https://www.unicef.org/reports/climate-crisis-child-rights-crisis.

VAICENAVICIENE, Monika
2023 *O Que é um rio?* Trad. Guilherme da Silva Braga. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.

VERGUEIRO, Waldomiro de C. S.
1989 *Desenvolvimento de coleções*. São Paulo: Polis, 1989.

WESTLING, Louise
2012 Literature and ecology. In *Teaching ecocriticism and green cultural studies*. Org. Greg Garrard. Londres: Palgrave Macmillan, 2012.

Renata de Oliveira Moreira | rossi.renata@gmail.com
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil

Elisangela Alves da Silva | elis.alves.silva@gmail.com
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Brasil

Fábio Roberto Lucas | frlucas@pucsp.br
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NA FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS NO NORTE DO BRASIL: relato de experiência no curso de Biblioteconomia EaD da UFAM

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND SUSTAINABILITY IN LIBRARIAN EDUCATION IN NORTHERN BRAZIL: an experience report from the UFAM distance learning librarianship programme

Thaís Lima Trindade | Tatiana Brandão Fernandes

https://doi.org/10.21747/21836671/pagesp2026a6

Resumo: O artigo relata a experiência da disciplina *Seminário Temático II: Educação Ambiental e Sustentabilidade*, ofertada no curso de Biblioteconomia a distância da Universidade Federal do Amazonas, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Trata-se de um relato de experiência de abordagem qualitativa, fundamentado na observação participante, análise documental e nas interações registradas no ambiente virtual de aprendizagem. A disciplina envolveu 64 estudantes distribuídos em 10 polos dos estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia, incluindo acadêmicos indígenas de Santa Isabel do Rio Negro. Os conteúdos abordaram Educação Ambiental, Sustentabilidade, Agenda 21, Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, articulados à formação bibliotecária e ao contexto amazônico. Os resultados evidenciaram elevado engajamento discente, fortalecimento do pensamento crítico, valorização dos saberes tradicionais e ampliação da compreensão sobre o papel das bibliotecas no desenvolvimento sustentável. Também foram identificados desafios relacionados à conectividade, interculturalidade e permanência estudantil na Educação a Distância.

Palavras-chave: Biblioteconomia EaD; Educação Ambiental - Biblioteconomia; Sustentabilidade - - Biblioteconomia.

Abstract: This article reports on the experience of the course *Thematic Seminar II: Environmental Education and Sustainability*, offered within the Distance Learning Librarianship Programme at the Federal University of Amazonas (UFAM), under the framework of the Open University of Brazil System (UAB). The study is an experience report based on a qualitative approach, grounded in participant observation, document analysis, and interactions recorded in the virtual learning environment. The course involved 64 students distributed across 10 learning centres located in the states of Amazonas, Acre, Roraima, and Rondônia, including Indigenous students from Santa Isabel do Rio Negro. The course content addressed Environmental Education, Sustainability, Agenda 21, the 2030 Agenda, and the Sustainable Development Goals (SDGs), articulated with librarianship education and the Amazonian context. The results revealed high levels of student engagement, strengthened critical thinking, appreciation of traditional knowledge, and an expanded understanding of the role of libraries in sustainable development. Challenges related to Internet connectivity, interculturality, and student retention in distance education were also identified.

Keywords: Library and Information Science Distance Education; Environmental Education in Library and Information Science; Sustainability in Library and Information Science.

Introdução

No contexto das transformações contemporâneas da sociedade da informação, marcadas pela intensificação do uso das tecnologias digitais, pela ampliação do acesso ao conhecimento e pelas crescentes demandas sociais por inclusão e sustentabilidade, a formação em Biblioteconomia assume um papel estratégico. Mais do que preparar profissionais para a organização e mediação da informação, torna-se necessário formar

sujeitos críticos, capazes de atuar frente aos desafios sociais, culturais e ambientais que caracterizam o mundo atual (SILVA, 2015).

Nesse cenário, a expansão do ensino superior, por meio da modalidade a distância, tem se configurado como uma importante alternativa para a democratização do acesso à educação, especialmente em regiões historicamente marcadas por desigualdades estruturais, como a região Norte do Brasil (MELIM, 2025). A Educação a Distância (EaD) possibilita não apenas o acesso, mas também a permanência de estudantes em seus territórios de origem, favorecendo a formação de profissionais comprometidos com as realidades locais.

A realidade amazônica, por sua extensão territorial, diversidade cultural e complexidade socioambiental, apresenta desafios específicos para a formação acadêmica, exigindo propostas pedagógicas que considerem suas particularidades. A presença de comunidades tradicionais, em especial indígenas, quilombolas e ribeirinhos, aliada às questões ambientais globais, como a preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais, reforça a necessidade de uma formação interdisciplinar e contextualizada. Nesse sentido, a inserção da Educação Ambiental e da Sustentabilidade nos currículos da graduação em Biblioteconomia torna-se essencial para a formação de profissionais capazes de atuar de maneira crítica e transformadora em seus territórios (MENEZES, 2018).

O curso de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), ofertado em parceria com o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), insere-se nesse contexto como uma iniciativa voltada à interiorização do ensino superior e à formação de bibliotecários qualificados para atender às demandas regionais. Com polos distribuídos em diferentes estados da região Norte, o curso possibilita o acesso à formação acadêmica a estudantes de localidades diversas, promovendo a integração de múltiplos saberes e múltiplas experiências.

É nesse cenário que se insere a disciplina *Seminário Temático II: Educação Ambiental e Sustentabilidade*, concebida com o objetivo de promover discussões interdisciplinares sobre Educação Ambiental, Sustentabilidade, Agenda 21, Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), fomentando o pensamento crítico dos discentes acerca das questões socioambientais contemporâneas.

O presente relato pretende estabelecer uma relação direta com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, de modo a incorporar, no processo formativo, princípios voltados à sustentabilidade socioambiental. Entende-se que a proposta da disciplina destaca a importância da formação de profissionais da informação comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Por isso, encontram-se alinhados aos ODS, que servem como diretrizes orientadoras para a atuação crítica e responsável no contexto amazônico.

É válido pontuar entre os ODS contemplados, o ODS 4 - Educação de Qualidade, haja vista que a disciplina almeja promover um acesso à educação superior por meio da modalidade a distância, contribuindo para a democratização do ensino na região Norte. Ademais, incentiva o pensamento crítico, a interdisciplinaridade e a valorização da diversidade cultural, para que assim a experiência formativa fortaleça práticas educativas inclusivas e equitativas. Sabe-se que tais atitudes são essenciais para a formação de cidadãos conscientes e preparados para enfrentar os desafios contemporâneos.

É importante considerar ainda o ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, porque destaca o papel das bibliotecas como espaços de promoção da cultura, da memória e da

educação ambiental. Esse objetivo reafirma que a formação de bibliotecários com a perspectiva da sustentabilidade contribui para o fortalecimento das comunidades locais. Assim sendo, incentivam-se ações de preservação do patrimônio cultural e natural, com foco nas especificidades da região amazônica e nos saberes das populações tradicionais e indígenas.

Outrossim, outro objetivo de grande relevância é o ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima, considerando que a disciplina aborda a sustentabilidade e o uso racional dos recursos naturais, promovendo a conscientização ambiental dos discentes. Por meio dos conhecimentos desenvolvidos nas disciplinas, estimulam-se reflexões sobre os impactos das ações humanas no meio ambiente e incentivam-se usos de práticas sustentáveis, tanto no âmbito profissional quanto na vida cotidiana dos estudantes.

Por fim, o presente artigo também considera o ODS 10 - Redução das Desigualdades, como importante ao avultar a importância da interiorização do ensino superior e da inclusão de estudantes de diferentes contextos sociais e culturais, incluindo populações indígenas. Fica evidente que, quando se possibilita acesso à formação acadêmica em múltiplos polos distribuídos na região Norte, contribui-se para a redução das desigualdades educacionais e para o fortalecimento do desenvolvimento regional sustentável.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo relatar a experiência de oferta da referida disciplina no âmbito do curso de Biblioteconomia EaD da UFAM, analisando seus impactos no processo formativo dos discentes, bem como sua contribuição para a construção de uma formação alinhada às demandas da região amazônica. Busca-se, ainda, evidenciar as potencialidades e os desafios da educação a distância em contextos geograficamente dispersos e culturalmente diversos, destacando a importância de práticas pedagógicas que valorizem a interdisciplinaridade, a diversidade cultural e o compromisso com a sustentabilidade.

Referencial teórico

A Educação Ambiental e a Sustentabilidade vêm se configurando como eixos fundamentais para a formação profissional em diversas áreas do conhecimento, especialmente em cursos como o de Biblioteconomia, área em que a gestão da informação e o acesso ao conhecimento desempenham papel estratégico no desenvolvimento social e cultural. Essa formação crítica e interdisciplinar é essencial para que o bibliotecário possa atuar como agente promotor de práticas sustentáveis e transformadoras, particularmente em contextos socioambientais complexos, como o da Amazônia.

O *e-book*, *O Curso nacional de Biblioteconomia na modalidade a distância* – UAB/CAPES: concepção, trajetória e desafios (BOTTENTUIT, RAMOS e BRITO, 2021) destaca que a concepção do curso nacional de Biblioteconomia foi desenvolvida de forma colaborativa, envolvendo professores e especialistas de diversas regiões do país, com o apoio do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Essa construção coletiva buscou garantir um padrão nacional de qualidade e articular os conhecimentos técnicos, científicos e sociais necessários à formação de profissionais aptos a lidar com desafios complexos de informação e gestão cultural. O curso integra a interdisciplinaridade como elemento central da formação,

preparando bibliotecários para atuar em diferentes contextos sociais, culturais e ambientais, incluindo os desafios específicos da Amazônia (BESSA *et al.*, 2021).

A discussão sobre Educação Ambiental ultrapassa a simples transmissão de conhecimentos sobre preservação da natureza. Para Loureiro (2012:73), a Educação Ambiental constitui "[...] uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes capazes de possibilitar o entendimento da realidade de vida e a atuação consciente e responsável de atores sociais". Nessa perspectiva, o processo educativo busca promover mudanças de valores e comportamentos que contribuam para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

De modo semelhante, Carvalho (2017) enfatiza que a Educação Ambiental constitui um campo de formação comprometido com a cidadania e com a participação social, estimulando a reflexão sobre os impactos das ações humanas nos ecossistemas e sobre a necessidade de construção de alternativas sustentáveis. Tal compreensão reforça a importância da inserção de conteúdos socioambientais na formação universitária, especialmente em cursos voltados à gestão do conhecimento e à mediação da informação, como a Biblioteconomia.

Segundo Xavier *et al.* (2023), a Educação Ambiental é compreendida como um processo educativo que desenvolve consciência crítica e atitudes transformadoras, permitindo que os discentes compreendam a relação entre sociedade e meio ambiente. Essa perspectiva é essencial no contexto amazônico, onde a diversidade cultural e ambiental exige profissionais capazes de reconhecer e valorizar saberes tradicionais, incluindo os dos povos indígenas e das comunidades ribeirinhas. A disciplina *Seminário Temático II: Educação Ambiental e Sustentabilidade* evidencia essa abordagem ao incluir discussões sobre os impactos socioambientais locais e a importância da preservação do patrimônio natural e cultural da região.

A compreensão da sustentabilidade também demanda uma análise crítica dos modelos tradicionais de desenvolvimento. Nesse sentido, Leff (2015) argumenta que a crise ambiental contemporânea exige uma transformação das formas de produção do conhecimento e das relações entre sociedade e natureza. Para o autor, a construção de uma racionalidade ambiental implica reconhecer que "[...] a crise ambiental é, sobretudo, uma crise do conhecimento" (LEFF, 2015:191). Essa perspectiva evidencia que os problemas ambientais não podem ser compreendidos apenas sob enfoques técnicos ou econômicos, mas requerem abordagens interdisciplinares capazes de integrar diferentes formas de saber e modos de relação com o ambiente.

Para Leff (2015), a sustentabilidade pressupõe o reconhecimento da pluralidade de saberes existentes nas diferentes sociedades, especialmente aqueles produzidos por populações tradicionais e povos indígenas. Ao discutir a diversidade cultural como elemento central da sustentabilidade, Leff (2015:287) afirma que "[...] a sustentabilidade emerge do reconhecimento da diversidade cultural e da valorização dos saberes locais". Essa perspectiva possui especial relevância para a Amazônia, região caracterizada pela coexistência de múltiplos sistemas de conhecimento e por uma rica diversidade sociocultural. A valorização desses saberes contribui para a construção de alternativas de desenvolvimento compatíveis com a conservação ambiental e com a promoção da justiça social.

Outro importante autor do campo da sustentabilidade é Sachs (2009), que defende o conceito de ecodesenvolvimento como estratégia capaz de integrar crescimento econômico, conservação ambiental e inclusão social. Segundo o autor, o desenvolvimento sustentável deve considerar simultaneamente dimensões econômicas, sociais, ecológicas, culturais e territoriais. Tal compreensão é particularmente pertinente para a região amazônica, onde os desafios ambientais estão profundamente relacionados às desigualdades sociais e às disputas pelo uso dos recursos naturais.

A Agenda 21 e a Agenda 2030 constituem importantes marcos internacionais para a promoção do desenvolvimento sustentável. Elaborada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, a Agenda 21 propôs diretrizes para a construção de sociedades mais sustentáveis em âmbito global, nacional e local. Posteriormente, a Agenda 2030 ampliou esse compromisso ao estabelecer 17 ODS, voltados à integração das dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento. Embora apresentem contextos históricos distintos, ambas as iniciativas compartilham princípios relacionados à participação social, à preservação ambiental, à redução das desigualdades e à promoção da cidadania, constituindo referenciais importantes para a atuação das bibliotecas e dos profissionais da informação.

A experiência no curso EaD da UFAM permite ainda a ampliação do acesso à educação superior em regiões remotas, fortalecendo a interiorização do ensino e contribuindo para a formação de profissionais que compreendam as especificidades sociais e ambientais da Amazônia (UNIVERSADADE..., 2020). O polo de Santa Isabel do Rio Negro, composto por alunos indígenas das etnias Baré, Tariano, Tuyuca e Tukano, é um exemplo da importância de integrar saberes locais e tradicionais à formação acadêmica. A interação entre diferentes perspectivas culturais enriquece o debate e contribui para uma compreensão mais ampla das questões ambientais e de sustentabilidade.

No âmbito da Biblioteconomia, as discussões sobre sustentabilidade têm ganhado destaque nas últimas décadas. A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (INTERNATIONAL..., 2015) reconhece que as bibliotecas desempenham papel estratégico para o alcance dos ODS, especialmente por meio da democratização do acesso à informação, da promoção da educação ao longo da vida e do fortalecimento da participação cidadã. As bibliotecas são compreendidas como instituições capazes de contribuir para a construção de comunidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis.

Nesse contexto, emerge o conceito de bibliotecas sustentáveis ou *green libraries*, que envolve não apenas a adoção de práticas ambientalmente responsáveis na gestão dos espaços físicos, mas também o desenvolvimento de ações educativas voltadas à conscientização ambiental das comunidades atendidas (ANTONELLI, 2008). As bibliotecas passam a ser reconhecidas como ambientes de aprendizagem, inovação e mobilização social, capazes de promover discussões sobre sustentabilidade, mudanças climáticas, consumo consciente e preservação do patrimônio natural e cultural.

Além disso, a formação em Biblioteconomia, ao incorporar temas de Educação Ambiental e Sustentabilidade, fortalece o papel das bibliotecas como espaços de mediação da informação e promoção da cidadania. Em regiões amazônicas, as bibliotecas assumem um papel estratégico na disseminação de informações sobre conservação ambiental, educação científica e cultura local, contribuindo para o desenvolvimento regional e para a sensibilização socioambiental da população. A Biblioteconomia sustentável implica em

uma gestão eficiente de recursos informacionais, além de promover ações educativas, culturais e ambientais que atendam às necessidades específicas da comunidade local (BESSA *et al.*, 2021).

Outro aspecto relevante é o estímulo à interdisciplinaridade e à integração entre ensino, pesquisa e extensão, conforme destacado nos documentos institucionais do curso (UNIVERSIDADE..., 2020). Essas práticas favorecem a construção de conhecimento crítico e reflexivo, preparando os discentes para enfrentar os desafios regionais e atuar de forma responsável em contextos socioambientais complexos. A participação em palestras, atividades práticas e discussões multidisciplinares contribui para o desenvolvimento de competências técnicas e sociais, reforçando o compromisso ético e ambiental dos futuros bibliotecários.

A articulação entre Biblioteconomia, Educação Ambiental e Sustentabilidade também encontra respaldo na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente nos ODS relacionados à educação de qualidade, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis e ação contra a mudança global do clima. Ao promover o acesso à informação, a inclusão social e a formação cidadã, as bibliotecas contribuem diretamente para a implementação desses objetivos em diferentes contextos sociais.

Portanto, a experiência relatada não apenas promove a compreensão dos conceitos de Educação Ambiental e Sustentabilidade, mas também fortalece a formação de bibliotecários aptos a atuar de maneira crítica, inclusiva e socialmente responsável, especialmente no contexto amazônico, onde a diversidade cultural, ambiental e social exige profissionais com visão ampla, interdisciplinar e sensível às demandas da região.

Procedimentos metodológicos

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência de natureza qualitativa, desenvolvido a partir da oferta da disciplina *Seminário Temático II: Educação Ambiental e Sustentabilidade*, vinculada ao curso de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância da UFAM, no âmbito do Sistema UAB. A escolha do relato de experiência fundamenta-se em sua capacidade de sistematizar vivências e promover reflexões críticas sobre práticas pedagógicas desenvolvidas em contextos específicos, contribuindo para a produção e socialização de conhecimentos oriundos da prática educacional (MUSSI, FLORES e ALMEIDA, 2021).

A abordagem qualitativa mostrou-se adequada por possibilitar a compreensão dos processos formativos, das interações entre docentes e discentes e das percepções construídas ao longo da disciplina, considerando as especificidades socioculturais da Amazônia. O estudo fundamenta-se ainda na observação participante, uma vez que uma das autoras atuou diretamente na condução da disciplina, acompanhando as atividades desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem e nos encontros síncronos. Dessa forma, buscou-se analisar criticamente as estratégias pedagógicas adotadas, os resultados alcançados e os desafios identificados durante a experiência formativa (GIL, 2022).

Contexto do curso e da disciplina

O curso de Bacharelado em Biblioteconomia da UFAM apresenta carga horária total de 2.895 horas, regime de matrícula semestral por créditos e tempo de integralização entre oito e doze períodos. A primeira turma do curso iniciou em 2021/2 e, para a disciplina em questão, foram considerados 64 alunos distribuídos em 10 polos nos estados do Amazonas (Itacoatiara, Coari, Maués, Parintins, Santa Isabel do Rio Negro, Tabatinga e Manacapuru), Acre (Rio Branco), Roraima (Boa Vista) e Rondônia (Ariquemes). Destaca-se que o polo de Santa Isabel do Rio Negro contou com 11 alunos indígenas, pertencentes às etnias Baré, Tariano, Tuyuca e Tukano, representando um relevante componente cultural para a experiência pedagógica.

A disciplina teve carga horária de 60 horas, com início em 19 de agosto de 2024 e término em 14 de dezembro de 2024, organizada em quatro unidades temáticas:

- Educação Ambiental – História, conceitos, princípios e objetivos;
- Legislação Ambiental Brasileira e Política Nacional de Educação Ambiental;
- Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável;
- Biblioteconomia, Agenda 21 e Agenda 2030: desenvolvimento sustentável em contextos globais, nacionais e locais.

As atividades pedagógicas foram estruturadas para favorecer a interdisciplinaridade, a valorização da diversidade cultural e o desenvolvimento do pensamento crítico dos discentes.

Procedimentos de ensino-aprendizagem

A disciplina foi ofertada na modalidade a distância, utilizando a plataforma Moodle, disponibilizada pelo Centro de Educação a Distância (CED) da UFAM. O planejamento pedagógico contemplou diferentes estratégias e recursos metodológicos, visando atender à heterogeneidade dos alunos e à diversidade cultural da região amazônica:

- Aulas síncronas: encontros remotos ao vivo para apresentação de conteúdos, debates e esclarecimento de dúvidas;
- Aulas gravadas: disponibilizadas para estudo assíncrono, garantindo flexibilidade de acesso;
- Atividades avaliativas: fóruns de discussão, trabalhos individuais e coletivos, estudos de caso;
- Materiais didáticos em PDF e audiovisuais: textos, vídeos, *sites*, artigos, legislações e *e-books* de referência;
- Palestras externas: ministradas por especialistas, com temáticas relacionadas à Educação Ambiental, Sustentabilidade e bibliotecas, visando ampliar o repertório crítico e prático dos discentes.

O desenho metodológico adotado permitiu a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, incentivando os alunos a refletirem sobre questões socioambientais e práticas sustentáveis aplicáveis no contexto amazônico e nas bibliotecas em que irão atuar.

Coleta de dados

Para a construção do relato de experiência, foram utilizados múltiplos instrumentos de coleta de dados, permitindo uma análise qualitativa aprofundada do processo educativo:

- Observação participante: registros das interações dos alunos nas aulas síncronas e nos fóruns de discussão;
- Análise documental: planos de aula, materiais didáticos, avaliações e trabalhos produzidos pelos estudantes;
- *Feedback* espontâneo dos alunos: obtido durante discussões em aula, realização das avaliações e interações na plataforma Moodle, fornecendo percepções valiosas sobre o aprendizado e engajamento;
- Registro das palestras: análise do impacto das palestras ministradas pelos especialistas Nathalice Cardoso e Thiago Giordano Siqueira sobre o engajamento e aprendizado dos alunos;
- Análise do contexto regional: consideração das especificidades socioambientais e culturais dos polos amazônicos, com atenção especial ao polo indígena de Santa Isabel do Rio Negro.

Os dados analisados foram produzidos durante o período de oferta da disciplina, compreendendo registros de participação nas aulas síncronas, interações nos fóruns de discussão, atividades avaliativas desenvolvidas pelos estudantes, documentos pedagógicos da disciplina e registros das palestras realizadas.

Análise dos dados

A análise dos dados ocorreu por meio de análise interpretativa, buscando identificar padrões de participação, temas recorrentes nas interações dos estudantes, evidências de aprendizagem e contribuições relacionadas à Educação Ambiental, Sustentabilidade e realidade amazônica. Os dados foram organizados em categorias temáticas construídas a partir dos objetivos da disciplina e dos elementos emergentes observados durante sua execução:

Descrição detalhada das atividades, interações e produções dos alunos;
Reflexão crítica sobre os resultados, relacionando-os com os objetivos da disciplina, políticas institucionais da UFAM e diretrizes do curso nacional de Biblioteconomia;
Identificação de contribuições significativas das experiências locais e saberes tradicionais para a compreensão de sustentabilidade e educação ambiental;
Síntese das práticas pedagógicas e metodológicas bem-sucedidas, bem como desafios enfrentados na implementação da disciplina em polos remotos.

Quadro 1 – Abordagem metodológica: Relato de experiência

ITEM	DESCRIÇÃO
Tipo de estudo	Relato de experiência, com abordagem qualitativa, focado na descrição, análise e reflexão sobre os processos pedagógicos e resultados obtidos na disciplina Seminário Temático II: Educação Ambiental e Sustentabilidade.
Contexto do curso	Curso de Bacharelado em Biblioteconomia EaD da UFAM, carga horária total de 2.895h, regime semestral por créditos, tempo de integralização de 8 a 12 períodos. Primeira turma (2021/2), composta por 64 alunos distribuídos em 10 polos nos estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. Destaque para o polo indígena de Santa Isabel do Rio Negro (AM).
Disciplina	Seminário Temático II: Educação Ambiental e Sustentabilidade, 60h, realizada de 19/08/2024 a 14/12/2024. Quatro unidades temáticas: 1. Educação Ambiental – História, conceitos, princípios e objetivos; 2. Legislação Ambiental Brasileira e Política Nacional de Educação Ambiental; 3. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável; 4. Biblioteconomia e Agenda 21 (Global, Nacional e Local).
Procedimentos de ensino-aprendizagem	- Modalidade EaD, plataforma Moodle (CED/UFAM); - Aulas síncronas (apresentação de conteúdos, debates, fórum de discussão e esclarecimento de dúvidas); - Aulas gravadas para estudo assíncrono; - Atividades avaliativas: fóruns, trabalhos individuais e coletivos, estudos de caso, quizzes on-line; - Materiais em PDF, audiovisuais e e-books de referência; - Palestras externas por especialistas, ampliando repertório crítico e prático.
Coleta de dados	- Observação participante: registros das interações em aulas síncronas e fóruns. - Análise documental: planos de aula, materiais didáticos, avaliações e trabalhos dos estudantes; - Feedback espontâneo dos alunos: obtido naturalmente durante discussões, avaliações e interações na plataforma Moodle; - Registro das palestras ministradas pelos especialistas - Análise do contexto regional, considerando as especificidades socioambientais e culturais dos polos amazônicos.
Análise dos dados	- Descrição detalhada das atividades, interações e produções dos alunos; - Reflexão crítica dos resultados em relação aos objetivos da disciplina e políticas institucionais; - Identificação das contribuições das experiências locais e saberes tradicionais; - Síntese das práticas pedagógicas bem-sucedidas e desafios enfrentados.

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Essa abordagem metodológica permitiu capturar a complexidade do processo educativo em um curso EaD voltado à formação de bibliotecários na região amazônica, evidenciando os impactos da disciplina na construção de competências críticas, sociais e ambientais. O Quadro 1 sintetiza a abordagem metodológica aplicada.

Como apresentado, o relato de experiência está fundamentado na observação direta, na análise documental e no feedback espontâneo dos alunos, buscando promover a credibilidade e o rigor acadêmico aliado à realidade do ensino EaD no contexto amazônico. Embora a experiência seja específica para a primeira turma do curso EaD da UFAM, acredita-se que os procedimentos descritos oferecem visões replicáveis para disciplinas similares em contextos de diversidade cultural e geográfica, especialmente em regiões remotas da Amazônia.

Resultados e discussões

A disciplina *Seminário Temático II: Educação Ambiental e Sustentabilidade* contou com 64 alunos distribuídos em 10 polos na primeira turma do curso de Biblioteconomia EaD da UFAM. A distribuição geográfica incluiu sete polos no Amazonas, nos municípios: Itacoatiara, Coari, Maués, Parintins, Santa Isabel do Rio Negro, Tabatinga e Manacapuru, um polo em Roraima, em Boa Vista, um no Acre, em Rio Branco, e um em Rondônia, em Ariquemes. Destaca-se o polo de Santa Isabel do Rio Negro (AM), formado por 11 alunos indígenas das etnias Baré, Tariano, Tuyuca e Tukano, cuja participação proporcionou um rico intercâmbio de saberes tradicionais e de experiências culturais que impactaram diretamente a discussão sobre sustentabilidade e educação ambiental.

O engajamento dos alunos foi observado de forma contínua, tanto nas aulas síncronas quanto nos fóruns de discussão e atividades avaliativas. O feedback foi espontâneo, surgindo naturalmente durante debates em aula, por meio de comentários nos fóruns e de interações na plataforma Moodle. Essa participação ativa permitiu perceber que os discentes desenvolveram uma compreensão crítica de temas como preservação ambiental, sustentabilidade e papel social das bibliotecas, contextualizando-os com a realidade local.

Esse processo de reflexão pode ser observado em manifestações dos próprios estudantes. Um discente do polo de Tabatinga destacou: "Antes da disciplina, eu associava sustentabilidade apenas à preservação ambiental. Hoje compreendo que ela também envolve questões sociais, culturais e econômicas que afetam diretamente nossa comunidade".

Os alunos interagiram de forma significativa em atividades que incentivavam a aplicação prática do conhecimento, como estudos de caso dos impactos socioambientais e elaboração de projetos sustentáveis no contexto biblioteconômico. A diversidade cultural dos polos, especialmente a presença de alunos indígenas, enriqueceu os debates e contribuiu para a valorização dos saberes locais, promovendo uma perspectiva interdisciplinar e inclusiva.

A contribuição dos estudantes indígenas revelou-se particularmente significativa para o desenvolvimento das discussões. Um acadêmico do polo de Santa Isabel do Rio Negro observou: "A gente vê que coisas que aprendemos com nossos avós e pais sobre o uso dos recursos da floresta já seguem princípios discutidos como sustentabilidade".

Durante a disciplina, foram realizadas duas palestras externas com especialistas da área, ampliando o repertório crítico e prático dos alunos:

- Bibliotecários rumo à sustentabilidade - abordou metodologias de ensino voltadas à Educação Ambiental e sustentabilidade e estratégias de aplicação em contextos biblioteconômicos;

- Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade em bibliotecas universitárias: conceitos, caminhos e compromissos - explorou práticas de sustentabilidade em bibliotecas, os ODS e a Agenda ONU 2023, destacando projetos que promovem preservação ambiental, acessibilidade à informação e integração comunitária, especialmente realidades locais.

As palestras geraram discussões reflexivas e estimularam os alunos a propor soluções aplicáveis às bibliotecas de seus polos, reforçando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

As palestras também estimularam os estudantes a refletirem sobre a atuação profissional do bibliotecário. Um dos participantes do polo de Itacoatiara registrou: "Percebi que a biblioteca pode ser muito mais do que um espaço para empréstimo de livros; ela pode contribuir para a conscientização ambiental e para o fortalecimento da comunidade".

As discussões sobre a Agenda 21 e a Agenda 2030 permitiram aos estudantes compreender a evolução das políticas internacionais voltadas ao desenvolvimento sustentável e refletir sobre a contribuição das bibliotecas para o alcance dos ODS. Os debates evidenciaram a relação entre o acesso à informação, a educação ambiental e a promoção de comunidades mais sustentáveis, aproximando os conteúdos estudados da futura atuação profissional dos discentes.

O quadro a seguir sintetiza as unidades, objetivos e a relação direta com a realidade amazônica:

Quadro 2 – Unidades, objetivos e relação da disciplina com a realidade amazônica

UNIDADE	CONTEÚDO/OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REALIDADE AMAZÔNICA
1 – Educação Ambiental: História, Conceitos, Princípios e Objetivos	- Compreender conceitos e princípios da Educação Ambiental; - Refletir sobre o papel da educação para a defesa do patrimônio natural e cultural.	- Permite aos alunos identificar desafios ambientais locais, como preservação da floresta amazônica, rios e biodiversidade; - Valoriza saberes tradicionais das comunidades locais e indígenas.
2 – Legislação Ambiental Brasileira e Política Nacional de Educação Ambiental	- Conhecer políticas e leis ambientais, incluindo a Política Nacional de Educação Ambiental e a Lei de Crimes Ambientais.	- Proporciona compreensão das normas que regem a proteção ambiental na Amazônia; - Permite aos alunos refletir sobre a aplicação da lei em comunidades ribeirinhas, aldeias indígenas e cidades amazônicas.

3 – Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável	- Conceitos de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável; - Uso racional de recursos naturais.	- Conecta o aprendizado com a realidade amazônica, destacando a necessidade de uso sustentável dos recursos naturais; - Estimula projetos que consideram as práticas de comunidades tradicionais e o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação ambiental.
4 – Biblioteconomia, Agenda 21 e Agenda 2030	- Articulação da Biblioteconomia com políticas de desenvolvimento sustentável; - Compreender os princípios da Agenda 21 e da Agenda 2030; - Conhecer os ODS e sua relação com as bibliotecas; - Refletir sobre a contribuição dos profissionais da informação para o desenvolvimento sustentável.	- Incentiva a criação de bibliotecas como espaços de educação ambiental; - Permite aos alunos propor ações que respeitem a cultura local, incentivando leitura, preservação ambiental e integração com saberes indígenas e tradicionais.

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os resultados apontam que a disciplina conseguiu articular teoria e prática de forma eficaz, promovendo aprendizado significativo e contextualizado para a região amazônica. A participação ativa dos alunos, o uso de metodologias diversificadas e o incentivo ao diálogo intercultural permitiram:

> Fortalecer a consciência ambiental: os alunos relacionaram conceitos de sustentabilidade com problemas e soluções locais;
> Valorizar saberes tradicionais: especialmente no polo indígena, em que os alunos compartilharam conhecimentos de suas comunidades;
> Estimular o pensamento crítico: os trabalhos e discussões refletiram compreensão das políticas públicas e da legislação ambiental, aplicada à realidade amazônica;
> Promover integração interdisciplinar: a conexão entre Biblioteconomia, educação ambiental e sustentabilidade ampliou a perspectiva dos alunos sobre o papel social do bibliotecário.

Apesar dos resultados positivos observados ao longo da disciplina, a experiência também evidenciou desafios inerentes à oferta de cursos na modalidade EaD no contexto amazônico. Um dos principais obstáculos esteve relacionado às limitações de acesso à internet em diversos municípios atendidos pelo curso. Em alguns polos, especialmente aqueles localizados em áreas mais remotas do Amazonas, os estudantes relataram dificuldades de conexão durante os encontros síncronos, instabilidade no acesso à plataforma Moodle e limitações para o download de materiais didáticos e participação em atividades que demandavam maior consumo de dados. Essas condições exigiram flexibilização de prazos, disponibilização de materiais em diferentes formatos e o fortalecimento das atividades assíncronas como estratégia de permanência estudantil.

A presença de acadêmicos indígenas contribuiu significativamente para a riqueza dos debates, mas também demandou atenção às diferentes formas de compreensão dos conceitos trabalhados na disciplina. Em determinados momentos, observou-se a necessidade de mediação pedagógica para aproximar conceitos acadêmicos de sustentabilidade e educação ambiental às concepções tradicionais de cuidado com o território, manejo dos recursos naturais e transmissão de conhecimentos ancestrais, presentes no cotidiano dos alunos. Além disso, as distintas experiências de vida dos estudantes de todos os polos geraram perspectivas variadas sobre desenvolvimento sustentável, exigindo estratégias didáticas que valorizassem o diálogo intercultural e o respeito à diversidade de saberes.

A evasão também constituiu um aspecto relevante da experiência. Dos 64 estudantes inicialmente matriculados, quatro não concluíram a disciplina. Embora o índice de permanência possa ser considerado satisfatório diante das características geográficas e sociais dos polos envolvidos, a situação evidencia desafios recorrentes da EaD, como dificuldades de acesso tecnológico, conciliação entre estudo, trabalho e responsabilidades familiares, além das condições específicas enfrentadas por estudantes residentes em localidades de difícil acesso. Tais fatores reforçam a necessidade de políticas institucionais permanentes voltadas ao acompanhamento acadêmico, ao apoio pedagógico e à inclusão digital dos discentes.

Os resultados da disciplina evidenciam a contribuição da Educação Ambiental para a formação crítica dos estudantes, corroborando a perspectiva de Loureiro (2012) de que a educação deve promover a compreensão das relações entre sociedade e meio ambiente. A valorização dos saberes tradicionais, especialmente nas contribuições dos estudantes indígenas, dialoga com a racionalidade ambiental proposta por Leff (2015), ao reconhecer a importância da diversidade cultural na construção da sustentabilidade. Além disso, as reflexões desenvolvidas pelos discentes reforçam a concepção de Sachs (2009) acerca do caráter multidimensional do desenvolvimento sustentável e evidenciam o potencial das bibliotecas como espaços de educação, cidadania e transformação social, em consonância com as diretrizes da IFLA (INTERNATIONAL..., 2015).

Dessa forma, a experiência demonstra que a integração entre Biblioteconomia, Educação Ambiental e Sustentabilidade favorece a formação de profissionais da informação mais sensíveis às demandas socioambientais e culturais na Região Norte do Brasil.

Considerações finais

O relato de experiência da disciplina *Seminário Temático II: Educação Ambiental e Sustentabilidade* evidencia a relevância da inserção de temáticas socioambientais na formação em Biblioteconomia, especialmente no contexto da EaD na região Norte do Brasil. A disciplina possibilitou a construção de um espaço formativo pautado na interdisciplinaridade, no pensamento crítico e na valorização da diversidade cultural, contribuindo para a formação de profissionais mais conscientes de seu papel social.

A experiência mostrou-se particularmente significativa por estar inserida em um contexto marcado por desafios estruturais, geográficos e socioculturais, característicos da região amazônica. A distribuição dos polos em quatro estados distintos (Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia) evidencia a complexidade logística e pedagógica envolvida na oferta do curso,

exigindo estratégias didáticas flexíveis e sensíveis às diferentes realidades locais. As distâncias geográficas, as limitações de acesso à internet em algumas localidades e as especificidades culturais dos discentes demandaram adaptações constantes no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse cenário, a modalidade EaD se consolidou como uma importante ferramenta de democratização do acesso ao ensino superior, permitindo que estudantes de regiões remotas pudessem participar de uma formação acadêmica qualificada. No entanto, essa modalidade também revelou desafios, como a necessidade de maior acompanhamento pedagógico, incentivo à participação ativa e superação de barreiras tecnológicas.

Destaca-se, ainda, a riqueza proporcionada pela diversidade cultural dos polos, especialmente no caso do polo de Santa Isabel do Rio Negro, composto por estudantes indígenas de diferentes etnias. Essa diversidade contribuiu significativamente para o aprofundamento das discussões, revisitando perspectivas baseadas em saberes tradicionais e experiências locais, fundamentais para a compreensão da sustentabilidade no contexto amazônico.

Outro aspecto relevante foi a articulação entre teoria e prática, promovida por meio das atividades da disciplina e das palestras ministradas, que permitiram aos discentes refletir sobre a aplicação dos conceitos de Educação Ambiental e Sustentabilidade em suas realidades.

Dessa forma, a experiência relatada reforça a importância de propostas pedagógicas que considerem as especificidades regionais, especialmente na Amazônia, onde os desafios socioambientais são intensos e a diversidade cultural é um elemento central. A formação em Biblioteconomia, ao incorporar esses aspectos, contribui para a construção de profissionais capazes de atuar de forma ética, crítica e comprometida com o desenvolvimento sustentável, ao articular educação, inclusão e compromisso com a sustentabilidade na região amazônica.

Por fim, recomenda-se que futuras ofertas da disciplina ampliem ainda mais as estratégias de integração entre os polos, incentivem o compartilhamento de experiências locais e fortaleçam ações de pesquisa e extensão voltadas às demandas das comunidades amazônicas. Tais iniciativas podem potencializar ainda mais o impacto social dos cursos de Biblioteconomia, seja na modalidade EaD ou mesmo presencial, consolidando-o como um importante instrumento de transformação educacional e regional.

Referências bibliográficas

ANTONELLI, Monika
2008 The Green library movement: an overview and beyond. *Electronic Green Journal*. 1:27 (2008) 1-11. [Consult. 13 jan. 2023]. Disponível em: https://green.nd.edu/assets/24828/escholarship_uc_item_39d3v236.pdf.

BESSA, Amanda de Queiroz [et al.]
2021 Presença do BIBEAD na Amazônia Ocidental: um relato de experiência. In *O Curso nacional de Biblioteconomia na modalidade a distância – UAB/CAPES: concepção, trajetória e desafios*. Org. Aldinair Martins Bottentuit, José de Alimatéia de Aquino Ramos, Rosa Zuleide Lima de Brito. Brasília: CFB, 2021, p. 43-76.

BOTTENTUIT, Aldinair Martins; RAMOS, José de Alimatéia de Aquino; BRITO, Rosa Zuleide Lima de
2021 *O Curso nacional de Biblioteconomia na modalidade a distância – UAB/CAPES: concepção, trajetória e desafios*. Brasília: CFB, 2021, p. 43-76.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura
2017 *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 7 ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS
2015 *Access and opportunity for all: how libraries contribute to the United Nations 2030 Agenda*. Haia: IFLA, 2015. [Consult. 13 mar. 2016]. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/access-and-opportunity-for-all-pt.pdf.

LEEF, Enrique
2015 *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo
2012 *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MELIN, Juliana Iglesias
2025 O Avanço do ensino de graduação a distância no Brasil e a agenda dos aparelhos privados de hegemonia. *Revista Educação em Foco*. [Em linha]. 30 (2025) e30082. [Consult. 15 fev. 2026]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/402110524_O_O_AVANCO_DO_ENSINO_DE_GRADUACAOA_DISTANCIA_NO_BRASIL_E_A_AGENDA_DOS_APARELHOS_PRIVADOS_DE_HEGEMONIA.

MENEZES, Yasmin
2018 *Esforços em educação ambiental nos cursos de graduação em Biblioteconomia do Brasil: análise curricular*. [Em linha]. Brasília, 2018. [Consult. 16 jan. 2026]. Disponível em: https://bdm.unb.br/handle/10483/22731.
Monografia de graduação em Biblioteconomia - Curso de Biblioteconomia, Universidade de Brasília.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fabio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de
2021 Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional*. [Em linha]. 17:48 (2021) 60-77. [Consult. 5 jan. 2026]. DOI: https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010.

SACHS, Ignacy
2009 *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho da
2015 Percepções conceituais sobre mediação da informação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*. [Em linha]. 6:1 (2015) 93-108. [Consult. 5 jan. 2026]. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v6i1p93-108.

UNIVERSADADE FEDERAL DO AMAZONAS
2020 *Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia Modalidade a Distância*. Manaus: UFAM, 2020.

XAVIER, Catarina Maria Ramalho [et al.]
2025 Práticas educativas integradas no curso de Biblioteconomia EaD da UFAM. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 23ª, São Paulo, 2025 – *Anais*. [Em linha]. São Paulo: FEBAB, 2025. [Consult. 13 mar. 2026]. Disponível em: https://portal.febab.org.br/snbu2025/article/view/3599/3484.

Agradecimentos

As autoras agradecem à CAPES pelo apoio à oferta do curso de Biblioteconomia na modalidade a distância, no âmbito do Sistema UAB, bem como ao CED da UFAM, pelo suporte técnico e pedagógico, contribuindo para a democratização do ensino superior e para a formação de profissionais na região Norte do Brasil.

Thaís Lima Trindade | thais.lmtrindade@gmail.com
Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Brasil

Tatiana Brandão Fernandes | taybrafer@ufam.edu.br
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil

ENTRE O RISCO E A PRESERVAÇÃO: gestão de desastre em um arquivo universitário diante de evento climático extremo

BETWEEN RISK AND PRESERVATION: disaster management in a university archive in the face of an extreme climate event

Arlene Xavier Santos da Costa | Andreia de Freitas Rodrigues | Priscila de Oliveira Dias de Couto

https://doi.org/10.21747/21836671/ pagesp2026a7

Resumo: Eventos climáticos extremos têm provocado impactos significativos sobre acervos documentais, evidenciando fragilidades institucionais relacionadas à gestão de riscos, à preservação e ao reconhecimento do papel estratégico dos arquivos. Este artigo apresenta um estudo de caso situacional da atuação da equipe do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora diante de um sinistro causado por forte tempestade em um arquivo setorial, ocorrido em janeiro de 2025. A partir de abordagem qualitativa e análise documental, são discutidas as ações emergenciais, corretivas e preventivas adotadas, bem como os resultados alcançados em termos de recuperação do patrimônio documental, fortalecimento da gestão arquivística e ampliação do acesso à informação. Os resultados são analisados à luz da competência em informação do arquivista e de sua relação com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, evidenciando contribuições dos arquivos para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: Arquivos; Competência em informação; Eventos climáticos extremos; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Abstract: Extreme climate events have caused significant impacts on documentary collections, revealing institutional vulnerabilities related to risk management, preservation practices, and the recognition of the strategic role of archives. This article presents a situational case study of the actions undertaken by the Central Archive team of the Federal University of Juiz de Fora in response to a disaster caused by a severe storm in a departmental archive in 2025. Using a qualitative approach and documentary analysis, the study discusses the emergency, corrective, and preventive measures adopted, as well as the results achieved in terms of the recovery of documentary heritage, the strengthening of archival management, and the expansion of access to information. The results are analysed in light of the archivist's information literacy and its relationship with the United Nations 2030 Agenda, highlighting the contributions of archives to the Sustainable Development Goals.

Keywords: Archives; Information literacy; Extreme climate events; Sustainable Development Goals.

Introdução

Eventos climáticos extremos têm se intensificado nas últimas décadas, produzindo impactos diretos sobre os territórios, as instituições e os bens culturais. Alterações nos regimes de precipitação, elevação das temperaturas médias e aumento da frequência de tempestades severas configuram um cenário de crescente vulnerabilidade, especialmente para acervos documentais, que dependem de condições ambientais estáveis para sua preservação. Nesse contexto, sinistros provocados por infiltrações, alagamentos e variações abruptas de temperatura tornam-se riscos recorrentes para arquivos, bibliotecas e museus, exigindo novas abordagens de gestão, prevenção e resposta a desastres.

Os acervos documentais não permanecem alheios a essas transformações. A intensificação dos eventos climáticos extremos tem acelerado processos de degradação dos suportes informacionais e evidenciado fragilidades institucionais relacionadas à infraestrutura, à gestão de riscos e à ausência de planos preventivos adequados. Para os profissionais da informação, esse cenário impõe desafios que ultrapassam a aplicação de técnicas tradicionais de conservação, demandando competências ampliadas, capazes de articular preservação, acesso à informação, sustentabilidade e responsabilidade social.

No âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), tais desafios se articulam às diretrizes estabelecidas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2022-2027)[1], que reconhece a gestão documental e a preservação digital como dimensões estratégicas da governança universitária. Ao prever a institucionalização de políticas de gestão e preservação documental, bem como a implantação de soluções tecnológicas voltadas à guarda permanente e ao acesso à informação, o PDI atribui ao Arquivo Central um papel estruturante na garantia da memória institucional, da transparência e do suporte à tomada de decisão.

No verão de 2025, a cidade de Juiz de Fora (MG) foi atingida por um evento climático extremo com tempestades severas, ocasionando infiltrações e danos em diferentes edificações[2]. Nesse contexto, uma sala de guarda documental pertencente a uma unidade acadêmica da Universidade Federal de Juiz de Fora sofreu um sinistro provocado pela entrada de águas pluviais, afetando diretamente um acervo institucional até então pouco tratado do ponto de vista arquivístico. A ocorrência mobilizou a equipe do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (ACUFJF), dando início a um processo contínuo de recuperação documental, diagnóstico arquivístico e revisão das práticas institucionais de gestão de riscos.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível refletir sobre o papel dos arquivos e dos profissionais da informação frente às mudanças climáticas, bem como sobre sua responsabilidade na implementação de agendas globais de sustentabilidade. A Agenda 2030[3] da Organização das Nações Unidas (ONU) oferece um referencial importante ao reconhecer o acesso à informação, a preservação da memória e o fortalecimento institucional como elementos centrais para o desenvolvimento sustentável.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar a atuação do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora diante de um sinistro causado por evento climático extremo formado por chuva intensa, ventanias e alagamentos, discutindo suas implicações para a gestão de desastres em arquivos e sua relação com a competência em informação do arquivista no contexto da Agenda 2030.

---

[1] Disponível em: https://www2.ufjf.br/pdi/wp-content/uploads/sites/249/2025/09/PDI-2022-27-Revisado-2025.pdf. Acesso em: 23 mar. 2026.

[2] No dia 05 de janeiro de 2025, um forte temporal atingiu a cidade de Juiz de Fora provocando ventanias, alagamentos, interrupção no fornecimento de energia elétrica. Disponível em: https://jfinforma.com/2025/01/06/chuva-intensa-causa-alagamentos-e-quedas-de-arvores-em-juiz-de-fora/. Acesso em: 20 jun. 2026.

[3] Plano de ação global composto por objetivos, metas e indicadores para a erradicação da pobreza, proteção do planeta e garantia de prosperidade até o ano 2030. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 5 fev. 2026.

Paralelamente às ações técnicas, a experiência evidenciou a necessidade de ampliar o diálogo entre os arquivos e a pauta climática. Em 2025, por ocasião da 19ª edição da Primavera dos Museus, cujo tema foi *Museus e mudanças climáticas*, o Arquivo Central promoveu ações de difusão e reflexão sobre os impactos das mudanças climáticas nos acervos. Entre essas iniciativas, destaca-se a divulgação de entrevista com pesquisadora da área de climatologia da própria instituição, cujas análises apontam tendências regionais de aumento das temperaturas, alterações nos padrões de precipitação e maior recorrência de eventos extremos, reforçando a urgência de estratégias de mitigação e adaptação.

Cássia de Castro Martins Ferreira é professora do Curso de Geografia e Coordenadora do Laboratório de Climatologia e Análise Ambiental da UFJF[4] (LabCAA), que possui relevante trabalho de monitoramento climático local e regional. Em entrevista concedida à equipe do ACUFJF no Boletim Informativo Arquivos e Mudanças Climáticas em setembro de 2025[5], a pesquisadora destaca que o LabCAA tem identificado, por meio de suas séries históricas e pesquisas, sinais consistentes das mudanças climáticas na região e na cidade de Juiz de Fora como a tendência de aumento das temperaturas médias anuais e sazonais; alterações nos padrões de precipitação; elevação da ocorrência de eventos extremos; ampliação dos efeitos das ilhas de calor urbanas; e mudanças nos indicadores de conforto térmico (FERREIRA, 2025:2). A respeito do questionamento sobre reversão no processo de alterações climáticas, Ferreira comenta que não totalmente, mas que buscar formas de mitigar e ao mesmo tempo adaptar seria um caminho (FERREIRA, 2025:2)

Por fim, a professora defende que profissionais de todas as áreas de atuação precisam estar preparados para lidar com a realidade tanto com a realidade já presente quanto a que virá em consequência das mudanças climáticas. O que exige responsabilidade com a sustentabilidade, integração entre as diversas áreas do conhecimento e novas formas de relacionamento entre os sujeitos e o ambiente que habitam.

Apresentamos um estudo de caso situacional da atuação da equipe do ACUFJF no trabalho de recuperação de um acervo institucional que sofreu um sinistro, em andamento. E a relação do evento climático causador do sinistro, o papel e compromisso dos arquivos com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

Referencial teórico

Nos órgãos públicos, o trabalho dos arquivistas, embora fundamental, tende a ser invisibilizado diante das demandas urgentes das áreas meio e fim. Gestores responsáveis por segurança do trabalho, mapeamento de riscos e elaboração de planos institucionais raramente incorporam os setores de arquivos na construção de suas estratégias. Esse distanciamento torna-se particularmente evidente em situações de sinistro, como

[4] Disponível em: https://www2.ufjf.br/arquivocentral/boletim-informativo/. Acesso em: 5 fev. 2026.

[5] FERREIRA, Cássia de C. M. [Entrevista concedida ao ACUJFJ]. **Boletim Informativo Arquivo Central UFJF**, Juiz de Fora, n. 1, p. 2, set. 2025. Disponível em: https://www2.ufjf.br/arquivocentral/wp-content/uploads/sites/135/2025/09/BI-01-ACUFJF.pdf.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.

incêndios, inundações, proliferação de agentes biológicos ou perda de dados, quando a ausência de integração prévia compromete a resposta institucional.

Diante desse cenário, impõe-se uma questão central: qual é o papel dos profissionais da informação na prevenção de desastres e na atuação pós-evento? Essa reflexão evidencia que o compromisso com a agenda climática deve anteceder os desastres, exigindo a inserção ativa de arquivistas, conservadores e demais profissionais da informação nas discussões sobre mudanças climáticas. Trata-se de reconhecer que esses atores não apenas são afetados pelos eventos extremos, mas também desempenham papel estratégico na mitigação de seus impactos sobre os acervos e a memória institucional.

Competência em informação e a Agenda 2030

A relação entre arquivos e a Agenda 2030 tem sido discutida a partir do reconhecimento da informação como direito humano fundamental e como recurso estratégico para o desenvolvimento sustentável. Conforme Santos, Pinto e Vitorino (2022:132), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aproximam o cotidiano arquivístico das agendas globais, evidenciando o papel da informação na promoção da transparência, da cidadania e da governança.

Historicamente, essa relação remonta ao pós-Segunda Guerra Mundial, com a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, que consagrou o direito à informação. Ao longo das décadas seguintes, especialmente com o avanço das tecnologias digitais e a ampliação do fluxo informacional, intensificaram-se as demandas por políticas informacionais e pelo acesso equitativo à informação. Nesse contexto, destaca-se a aprovação da Declaração Universal sobre Arquivos pela UNESCO, em 2011, como marco na ampliação do papel social dos arquivos.

Paralelamente, a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável, a partir da década de 1980, introduziu novas dimensões ao debate informacional. É nesse cenário que emerge a noção de sustentabilidade informacional, entendida como um constructo interdisciplinar que articula gestão, acesso, uso e preservação da informação sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável. Assim, a informação deixa de ser apenas um recurso técnico e passa a ser compreendida como elemento estratégico para a equidade social, a transparência e a participação cidadã.

Nesse contexto, a competência em informação assume papel central. Para Belluzzo (2019:15), as transformações tecnológicas exigem o desenvolvimento de competências que ultrapassem o domínio técnico, envolvendo o uso crítico, ético e contextualizado da informação. Gasque (2013:5) amplia essa discussão ao definir competência em informação como a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes para agir de forma eficaz em contextos informacionais. A autora diferencia esse conceito de alfabetização e letramento informacional, compreendendo-os como etapas complementares de um processo mais amplo.

No campo da Arquivologia, a competência em informação se apresenta de maneira intrínseca ao exercício profissional, uma vez que as práticas arquivísticas contemporâneas demandam não apenas domínio técnico, mas também capacidade crítica diante da complexidade dos fluxos informacionais digitais. Nesse sentido, a atuação do arquivista

envolve a mediação da informação, a garantia de seu acesso qualificado e sua utilização socialmente orientada.

Essa perspectiva se articula diretamente com os ODS, especialmente no que se refere à promoção de instituições eficazes, à redução das desigualdades e ao fortalecimento da cidadania. Santos, Pinto e Vitorino (2022:34) destacam que a competência em informação do arquivista se desenvolve nas dimensões técnica, ética, estética e política, contribuindo para o uso qualificado da informação em contextos sociais, políticos e ambientais.

Além disso, os arquivos configuram-se como infraestrutura essencial para o desenvolvimento sustentável, ao garantir memória, transparência e evidências para a formulação de políticas públicas. Nesse sentido, a atuação arquivística opera tanto no apoio à administração pública quanto na promoção do exercício da cidadania.

Um exemplo prático dessa articulação é o documento apresentado à ONU pelo National Archives of Australia (2018)[6], que relaciona as contribuições dos arquivos aos ODS, evidenciando o papel dos arquivos no acesso à informação, na preservação do patrimônio, na inovação digital e na promoção da transparência. As contribuições destacadas reforçam a centralidade da informação como recurso estratégico para o desenvolvimento sustentável.

O documento relaciona os arquivos com cinco dos dezassete ODS, conforme destacamos, resumidamente, no quadro a seguir, que foi elaborado a partir do conteúdo do texto citado. Para atender a finalidade deste artigo, evidenciamos as contribuições que tangenciam os desafios em nossa realidade nas instituições no Brasil (Quadro 1). Trazemo-las a este artigo por se tratar de um exemplo aplicado de competência em informação, que mais a frente norteará a elaboração de um quadro de resultados do trabalho que a equipe do ACUFJF realizou pós desastre.

Quadro 1 - Contribuição dos Arquivos para os ODS na perspectiva do National Archives of Australia (2018)

Objetivo	Contribuições do arquivo
ODS 4 – Educação de qualidade	Acesso à informação para pesquisadores e estudantes; orientações on-line sobre práticas de gestão da informação; preservação e proteção do patrimônio cultural; capacidade de fornecer, em colaboração com outros órgãos, dados e conjuntos de dados desagregados de alta qualidade para planejamento e execução.
ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura	Acesso online à informação e aos dados; fonte confiável e autorizada de informação e dados; profissionais qualificados da informação, conservadores, curadores e equipe de referência; inovação no acesso e na reutilização da informação digital.

[6] Documento disponível em: https://www.aph.gov.au/DocumentStore.ashx?id=8404886b-a61c-40b3-815c-c8d54538cf90&subId=564591. Acesso em: 3 fev. 2026.

ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis	Melhoria da prestação de serviços com informações oportunas e de qualidade; evidências das atividades e da tomada de decisão governamental; preservação e proteção do patrimônio cultural; reutilização da informação digital e redução de estoques de papel.
ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes	Acesso público à informação sobre a sociedade; identidade legal, direitos e garantias; orientações online sobre práticas de gestão da informação.
ODS 17 – Parcerias e meios de implementação	Parcerias com a indústria, arquivos, museus, bibliotecas e galerias; rede global de arquivos; compartilhamento de informações e práticas.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026)[7].

Podemos observar que as contribuições propostas são relacionadas com o acesso e a qualidade do acesso à informação no auxílio para cumprimento das metas dos ODS. Identificamos também as contribuições voltadas para proteção do patrimônio, redução no uso de papel e reuso da informação digital.

Archival literacy e a dimensão crítica dos arquivos

O termo *archival literacy* pode ser traduzido como competência arquivística que, de modo geral, são habilidades de buscar informações, relacionar fontes a contexto e estabelecer cadeias de custódias e "se relaciona com a capacidade dos usuários de aplicar as habilidades de busca de evidências e de informação" (CAVALCANTE e FURTADO, 2021:4). De modo mais específico, no escopo da Arquivologia, *archival literacy* é definido como conjunto de habilidades necessárias para localizar, interpretar e usar arquivos, manuscritos e outros tipos de fontes primárias únicas e não publicadas (SANTOS e FURTADO, 2021:2), sendo o termo 'Competência Arquivística', uma vertente da *Information Literacy*. Embora seja um conceito com origem na Biblioteconomia, conforme demonstra Dudziak (2003) em *Information literacy: princípios, filosofia e prática*, o termo derivado *archival literacy* se apresenta como uma forma específica da competência em informação, voltada às características próprias dos arquivos.

Enquanto a competência em informação aborda o uso crítico de diferentes fontes, o *archival literacy* enfatiza a compreensão de princípios arquivísticos, como proveniência, contexto de produção e organização documental. Essa abordagem amplia a dimensão crítica do uso da informação ao reconhecer os arquivos como construções sociais, atravessadas por relações de poder.

Observamos também na literatura o uso a expressão *Archival Intelligence*. Na perspectiva de Cavalcante e Furtado (2021:19) se apresenta com uma vertente da competência em informação sendo caracterizada como uma mediação entre arquivo e seu usuário em uma relação de ensino e aprendizado teóricos, práticos. As autoras defendem que a Inteligência

[7] O uso da ferramenta ChatGPT – OpenAI no quadro 1 restringiu-se ao apoio à tradução e à organização textual, não substituindo a análise, interpretação e responsabilidade intelectual das autoras.

Arquivística eleva o nível de conhecimento, gestão, economia e eficácia tanto na produção quanto na destinação dos documentos (CAVALCANTE e FURTADO, 2021:19)

Em nossa perspectiva, entre o termo *archival literacy* pode ser entendida em um sentido mais amplo de letramento arquivístico, o que significa dizer que não somente o profissional arquivista responsável pela custódia e processamento técnico da documentação é o único responsável pela informação. Nessa configuração o usuário também é um ator com relevante papel sobre as escolhas a respeito das informações. Se importam, se deverão ser preservadas, esquecidas, sujeitas a riscos ou passíveis de ações preventivas.

Dessa forma, a atuação do arquivista ultrapassa a dimensão técnica, assumindo um papel educativo, social e político, voltado à mediação da informação, à promoção da transparência e ao fortalecimento da democracia, em consonância com os princípios da Agenda 2030.

Preservação e recuperação como respostas a desastres em arquivos

No plano conceitual, adotamos, em nosso artigo, as definições de restauração, conservação e preservação conforme apresentados no *Dicionário de Terminologia Arquivística* (BELLOTTO e CAMARGO, 2012) e por Cassares (2000). Não pretendemos, contudo, aprofundar a discussão teórica desses termos, mas destacar que tais categorias devem ser compreendidas como construções conceituais dinâmicas, sujeitas a revisões históricas e reinterpretações em consonância com as transformações nos paradigmas científicos e nas práticas institucionais. Nesse contexto, o conceito de preservação, trata de uma noção mais abrangente, capaz de englobar o conjunto de ações aplicadas ao acervo em questão.

Comentando de modo não aprofundado, restauração é o conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos/químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico (CASSARES, 2000:15), são procedimentos específicos para recuperação e reforço de documentos deteriorados e danificados (BELLOTTO e CAMARGO, 2012:149). Conservação é o conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar [sic] o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos: higienização, reparos, acondicionamento (CASSARES, 2000:15). E, preservação é o conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribui direta ou indiretamente para a manutenção da integridade dos materiais ou objetos (CASSARES, 2000:15), protegendo-os da destruição, degradação, dissociação, roubo. Trata da prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico (BELLOTTO e CAMARGO, 2012:153).

Essas ações incluem procedimentos como organização física, tratamento arquivístico, higienização e acondicionamento — característicos da conservação, bem como a digitalização e outras estratégias voltadas à mitigação de danos e à ampliação do acesso. Uma vez que, conforme veremos na metodologia, não foram realizados procedimentos invasivos, próprios da restauração, o que se alinha às diretrizes contemporâneas que priorizam intervenções mínimas e preventivas.

No âmbito deste artigo, optamos pelo uso do termo “recuperação”, ainda que, plenamente conscientes de que este não configure como um conceito formalmente consolidado na

literatura arquivística, embora já apareça em diversas publicações da área, especialmente associadas a contextos de emergência e resposta a desastres.

Autores como Ritzenthaler (2010), ao tratar da salvaguarda de documentos danificados por água e fogo, utilizam o termo *recovery* para designar o conjunto de ações imediatas voltadas à estabilização e salvamento de acervos. De modo semelhante, Elder e Ogden (1997), em manuais voltados à conservação de emergência, empregam a noção de recuperação no âmbito das estratégias pós-sinistro. No contexto institucional, diretrizes do International Council on Archives e da International Federation of Library Associations and Institutions também recorrem ao termo ao abordar planos de contingência e ações emergenciais em arquivos e bibliotecas[8].

Nesse sentido, o termo "recuperação" é aqui compreendido como parte do escopo da preservação, designando um conjunto de práticas técnicas emergenciais voltadas à mitigação de danos e à estabilização de acervos após eventos críticos, reforçando sua pertinência no contexto contemporâneo de intensificação de riscos.

A atuação do ACUFJF no contexto da agenda 2030

A atuação do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (ACUFJF) pode ser compreendida à luz dessas discussões, especialmente no que se refere à competência em informação aplicada a contextos de crise. A ocorrência de um sinistro climático em um acervo institucional, em 2025, evidenciou os limites de abordagens exclusivamente técnicas e a necessidade de uma atuação integrada e transversal.

Até então, as ações preventivas estavam concentradas no controle interno dos ambientes de guarda, sem articulação efetiva com políticas institucionais mais amplas de gestão de riscos. O evento extremo, no entanto, consolidou o posicionamento do arquivo no centro das discussões ambientais, destacando sua relevância estratégica conforme o PDI 2022--2027.

A resposta ao desastre envolveu não apenas procedimentos técnicos de conservação, mas também ações relacionadas à organização, recuperação e salvaguarda da informação, evidenciando competências alinhadas aos ODS, especialmente no que tange à preservação do patrimônio cultural e ao acesso à informação.

Além disso, o episódio revelou a necessidade urgente de implementação de planos de gestão de riscos voltados a eventos climáticos extremos, bem como o fortalecimento da comunicação institucional e da transformação digital como estratégias de resiliência.

Nesse contexto, o ACUFJF passa a ocupar uma posição ativa na agenda climática, deslocando-se de uma condição reativa para uma atuação estratégica no desenvolvimento sustentável. As ações desenvolvidas demonstram que os arquivos podem contribuir

[8] Em Mary Lynn Ritzenthaler (2010:15), a referência a *recovery* aparece explicitamente no contexto de estabilização pós-desastre (especialmente danos por água e fogo). No manual organizado por Rebecca A. Elder e Sherelyn Ogden (1997:7-10), o termo aparece associado a *disaster recovery* e ações emergenciais. Documentos do International Council on Archives (2016:12-18) e da International Federation of Library Associations and Institutions (2010:25-28) utilizam o termo no âmbito de planejamento e resposta a desastres.

diretamente para a mitigação dos impactos das mudanças climáticas, por meio da gestão qualificada da informação.

Por fim, compreende-se que a emergência climática impõe novos desafios às instituições e que os arquivos não estão à margem desse processo. Ao contrário, a informação constitui um ativo fundamental para subsidiar ações, políticas e decisões em todas as áreas do conhecimento, reafirmando o papel social dos arquivos na contemporaneidade.

Procedimentos metodológicos

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, estruturada como estudo de caso situacional, conforme Robert K. Yin (2001). Essa estratégia é adequada para a investigação de fenômenos contemporâneos inseridos em contextos reais, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

A unidade de análise corresponde à atuação da equipe do Arquivo Central de uma instituição pública de ensino superior diante de um sinistro ocasionado por infiltração de águas pluviais em um arquivo setorial. O evento afetou diretamente o acervo documental institucional, sendo analisado como um caso único, por evidenciar condições críticas de vulnerabilidade documental e respostas institucionais em contexto de risco.

A escolha do caso justifica-se por seu caráter revelador, ao evidenciar, simultaneamente, condições de vulnerabilidade documental e a operacionalização, em situação crítica, de diretrizes institucionais previamente estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2022-2027) da UFJF, especialmente aquelas relacionadas à gestão documental, preservação digital e acesso à informação.

O PDI 2022-2027 da UFJF explicita a centralidade da gestão documental e da preservação digital como dimensões estratégicas da governança universitária, atribuindo ao Arquivo Central papel fundamental na formulação de políticas, implementação de sistemas de preservação e garantia do acesso à informação. Ao prever a institucionalização de políticas de gestão e preservação documental em meio digital, bem como a implantação de soluções tecnológicas voltadas à guarda permanente e ao acesso a documentos, o PDI desloca a atuação arquivística de uma dimensão operacional para uma função estruturante da transparência, da memória institucional e da tomada de decisão.

Nesse sentido, o caso do ACUFJF não se configura apenas como um exemplo empírico, mas como expressão concreta de diretrizes institucionais alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, especialmente no que tange à promoção de instituições eficazes, à preservação do patrimônio informacional e ao fortalecimento do acesso público à informação.

O estudo configura-se como uma análise pós-desastre, centrada na avaliação das ações emergenciais, corretivas e preventivas adotadas após o evento. O acervo atingido era composto predominantemente por documentos administrativos acumulados ao longo de décadas, armazenados sem organização arquivística sistematizada e em condições inadequadas de preservação, o que contribuiu para a intensificação dos danos. Esse

contexto demandou decisões técnicas e estratégicas relacionadas à salvaguarda, avaliação e destinação documental.

A coleta de dados foi realizada por meio de múltiplas fontes de evidência, em consonância com o princípio de triangulação proposto por Yin (2001), incluindo: análise documental; observação direta; e exame de relatos técnicos produzidos pela equipe do Arquivo Central. O *corpus* documental compreendeu registros administrativos, relatórios de ocorrência, planos de contingência, comunicações institucionais e demais documentos internos elaborados ou revisados após o sinistro.

Para a organização e interpretação dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo temática, conforme Laurence Bardin (2016), desenvolvida em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A partir desse procedimento, foram definidas categorias analíticas *a priori* e emergentes, relacionadas a: mudanças nos processos de planejamento e atuação do Arquivo Central; desenvolvimento de práticas de competência em informação no contexto arquivístico; e contribuições dos arquivos para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Como estratégia metodológica, foram adotados procedimentos de triangulação de fontes, análise sistemática do corpus documental e explicitação das etapas analíticas, visando garantir a confiabilidade e a consistência interpretativa dos resultados. Destacado, contudo, como limitação do estudo, o fato de se tratar de um caso único, o que não permite generalizações estatísticas, mas que possibilita generalizações analíticas, conforme argumenta Yin (2001).

A articulação com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi realizada de forma analítica e interpretativa, relacionando as ações e aprendizagens decorrentes do sinistro com os ODS, especialmente aqueles vinculados à construção de instituições eficazes, à gestão sustentável de recursos, à redução de riscos de desastres e ao fortalecimento de capacidades institucionais. Nessa perspectiva, a atuação do Arquivo Central é compreendida como expressão de práticas orientadas à resiliência institucional, ao acesso à informação e à preservação da memória.

No que se refere à delimitação conceitual, este estudo adota o termo preservação. As ações analisadas incluem organização física, tratamento arquivístico, higienização, acondicionamento e digitalização, articulando práticas associadas à conservação. Ressaltamos que não foram realizados procedimentos de restauração. Considerando o contexto de sinistro que motivou a intervenção, adotamos o termo recuperação para designar o conjunto de ações emergenciais voltadas à estabilização e ao salvamento do acervo, em consonância com diretrizes de instituições como o International Council on Archives e a International Federation of Library Associations and Institutions, sendo compreendida, neste trabalho, como parte do escopo da preservação.

Por fim, o estudo evidencia que o evento analisado contribui para a ressignificação da competência em informação dos arquivistas, compreendida como um conjunto de saberes e práticas voltados à tomada de decisão em contextos de risco, à produção de conhecimento institucional e ao planejamento estratégico para a prevenção de desastres em acervos documentais. Tal perspectiva reforça o papel dos arquivos no desenvolvimento de práticas informacionais críticas, éticas e socialmente responsáveis, especialmente diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Resultados e discussões

Os resultados apresentados decorrem de uma análise pós-desastre das ações desenvolvidas pela equipe do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (ACUFJF), após o sinistro ocasionado por infiltração de águas pluviais em um arquivo setorial no início de 2025. A experiência permitiu não apenas a recuperação de parte significativa do acervo documental afetado, mas também a identificação de fragilidades institucionais e a reconfiguração das práticas arquivísticas frente a cenários de risco climático.

O acervo atingido era composto predominantemente por documentos administrativos acumulados ao longo de décadas, armazenados em condições inadequadas, sem organização arquivística sistematizada e sem controle ambiental. Esse contexto contribuiu para a intensificação dos danos provocados pela tempestade e exigiu da equipe decisões técnicas e estratégicas quanto à priorização da salvaguarda documental, à avaliação e à destinação dos documentos.

No âmbito técnico, as ações de conservação e estabilização emergencial resultaram em um baixo índice de perda documental, mesmo diante da gravidade dos danos iniciais. Documentos em diferentes suportes foram recuperados por meio de procedimentos físicos e químicos, tornando-se aptos à aplicação de tratamentos arquivísticos posteriores. Paralelamente, as atividades de diagnóstico, avaliação e seleção documental possibilitaram a elaboração de instrumentos de gestão, como Guia de Transferência, Guia de Recolhimento e Listagem de Eliminação de Documentos, além da reorganização do arquivo corrente da unidade acadêmica.

Os resultados evidenciam que as ações desenvolvidas se inserem no campo da preservação, envolvendo práticas de organização, higienização, acondicionamento e digitalização do acervo. Tais intervenções, alinhadas a abordagens contemporâneas de mínima intervenção, priorizando a estabilização dos documentos e a mitigação de danos, sem a realização de procedimentos de restauração. A centralidade das ações se dá nas estratégias de recuperação, entendidas como ações emergenciais implementadas em resposta ao sinistro, voltadas ao salvamento e à reestabilização do conjunto documental. Essa abordagem evidencia a articulação entre práticas de conservação e medidas emergenciais, conforme orientações difundidas por organismos internacionais como o International Council on Archives e a International Federation of Library Associations and Institutions, reforçando a pertinência do enquadramento da recuperação no domínio mais amplo da preservação.

Os documentos de guarda permanente recolhidos ao ACUFJF encontram-se em processo contínuo de conservação preventiva, arranjo e descrição, com vistas à difusão e ao acesso. Destacamos ainda o desenvolvimento de um projeto de catalogação e digitalização com a participação de estudantes da própria instituição, bem como a realização de testes com o *software* AtoM (*Access to Memory*), visando à disponibilização do acervo com metadados qualificados. Essas ações ampliam as possibilidades de acesso à informação e reforçam o papel do arquivo como infraestrutura informacional estratégica.

A análise das ações desenvolvidas evidencia que a atuação da equipe arquivística extrapolou a dimensão técnica, mobilizando um conjunto de competências em informação fundamentais para o enfrentamento do contexto de risco. Dentre essas competências, destacam-se: a capacidade de análise contextual em situações críticas; a tomada de decisão baseada em evidências; a articulação entre conhecimentos técnicos e contextuais; a

produção e comunicação de informações institucionais; e o uso ético e estratégico da informação para subsidiar ações de preservação e acesso.

A partir dessa perspectiva, foi possível relacionar as ações e resultados obtidos aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), 13 (Ação contra a mudança global do clima), 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e 17 (Parcerias e meios de implementação). O mapeamento dessas relações, bem como das competências em informação mobilizadas, é apresentado no Quadro 2.

No que se refere ao ODS 11, os resultados evidenciam a contribuição dos arquivos para a preservação do patrimônio documental e para a redução da vulnerabilidade dos acervos frente a eventos climáticos extremos. Em relação ao ODS 13, destaca-se a incorporação da pauta climática no planejamento institucional do arquivo, com vistas ao desenvolvimento de estratégias de mitigação e adaptação. No âmbito do ODS 16, as ações desenvolvidas reforçam o papel dos arquivos na garantia do acesso à informação, na transparência institucional e na produção de evidências para a tomada de decisão. Por fim, no que concerne ao ODS 17, observa-se o fortalecimento de parcerias institucionais e a ampliação das capacidades técnicas por meio da articulação entre ensino, pesquisa e prática profissional.

Além dos resultados técnicos e institucionais, a experiência do sinistro promoveu uma inflexão na forma de atuação da equipe do ACUFJF, evidenciando a necessidade de integração entre gestão de riscos, competência em informação e sustentabilidade informacional. A atuação frente ao desastre deslocou o arquivo de uma posição reativa para uma postura mais estratégica, alinhada aos desafios contemporâneos impostos pelas mudanças climáticas e às diretrizes da Agenda 2030.

Inspiradas na proposta de contribuição dos Arquivos para os ODS do National Archives of Australia (Quadro 1), e com base na análise pós-desastre das ações desenvolvidas, foi possível sistematizar sua relação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustável, bem como identificar as competências em informação mobilizadas pela equipe arquivística, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Mapeamento das ações do ACUFJF, resultados e competências em informação no contexto dos ODS

ODS	Ações desenvolvidas	Resultados	Competências em informação mobilizadas
ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	Ações emergenciais de conservação e estabilização de documentos atingidos por infiltração; recuperação de diferentes suportes; reorganização do arquivo corrente e recolhimento ao Arquivo Central.	Baixo índice de perda documental; salvaguarda do patrimônio documental institucional; redução da vulnerabilidade do acervo frente a novos eventos extremos.	Análise contextual de risco; tomada de decisão em situações críticas; priorização informacional para salvaguarda documental; aplicação de conhecimentos técnicos em preservação.

ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima	Reflexão institucional sobre impactos climáticos nos acervos; incorporação da pauta climática no planejamento do arquivo; desenvolvimento de práticas voltadas à mitigação de riscos.	Ampliação da resiliência institucional; inserção do arquivo na agenda climática; fortalecimento de estratégias preventivas frente a eventos extremos.	Leitura crítica de cenários ambientais; articulação entre informação e contexto climático; produção de conhecimento institucional para adaptação e mitigação.
ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	Diagnóstico arquivístico; avaliação, seleção e destinação documental; elaboração de instrumentos (Guias e Listagem de Eliminação); tratamento técnico do acervo permanente; organização para acesso. Participação no PDI 2022-2027.	Fortalecimento da gestão documental; aumento da transparência institucional; garantia de acesso à informação e preservação de evidências administrativas e históricas. Metas, indicadores e planos de ação no PDI 2022-2027	Organização e representação da informação; uso ético e estratégico da informação; produção de evidências para tomada de decisão; comunicação informacional qualificada. AC como agente estratégico de governança informacional no PDI.
ODS 17 - Parcerias e meios de implementação	Projeto de catalogação e digitalização com estudantes; uso do software AtoM para difusão; participação em eventos acadêmicos e profissionais.	Integração entre ensino e prática arquivística; ampliação da difusão do acervo; fortalecimento de redes de cooperação e compartilhamento de conhecimento.	Colaboração interdisciplinar; mediação e difusão da informação; uso de tecnologias para acesso; compartilhamento de práticas e saberes informacionais.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Apresentamos abaixo uma representação, em forma de linha do tempo, da evolução das ações da equipe no tratamento do acervo afetado pelo sinistro. É possível perceber que a preocupação inicial foi com a recuperação física do acervo. Ao longo do desenvolvimento do trabalho de tratamento da massa documental, as perspectivas da difusão e acesso ganharam espaço, possibilitando o planejamento de ações que aliam a preservação do acervo físico com o auxílio da transformação digital com procedimentos de digitalização de documentos permanentes e inserção de descrição e objetos digitais no *software* AtoM (Fig. 1).

A participação da equipe em eventos acadêmicos e profissionais ao longo do período analisado contribuiu para o intercâmbio de experiências, o aprofundamento teórico e o fortalecimento do diálogo com a comunidade arquivística. Essas atividades reforçaram a compreensão de que a gestão de desastres em arquivos não se limita à resposta emergencial, mas envolve processos contínuos de aprendizagem, planejamento e atuação estratégica, nos quais a competência em informação se consolida como elemento central para a resiliência institucional e para a contribuição efetiva dos arquivos aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Fig. 1 - Linha do tempo da atuação do ACUFJF após o sinistro

Fonte: Imagem obtida por ferramenta de captura de linha do tempo da atuação do ACUFJF após o sinistro, elaborado e atualizado para o presente artigo pelas autoras (2026). As fotografias usadas são de autoria de Andreia de Freitas Rodrigues e são do seu arquivo pessoal (Rodrigues, 2026).

Considerações finais

A análise desenvolvida neste estudo evidencia que os impactos de eventos climáticos extremos sobre acervos documentais não podem ser compreendidos como ocorrências isoladas, mas como manifestações de vulnerabilidades institucionais historicamente construídas. No caso analisado, o sinistro ocorrido em 2025 atuou como elemento revelador dessas fragilidades, ao expor a ausência de políticas estruturadas de gestão de riscos, a inadequação das condições de guarda documental e a limitada inserção dos arquivos nos processos decisórios institucionais.

A partir de uma abordagem de avaliação pós-desastre, foi possível não apenas examinar as ações emergenciais, corretivas e preventivas adotadas pela equipe do Arquivo Central da UFJF, mas também compreender os efeitos dessas ações na reconfiguração das práticas arquivísticas e no reposicionamento estratégico do arquivo no âmbito institucional. Os resultados demonstram que a atuação empreendida extrapolou a dimensão técnico-operacional, promovendo o fortalecimento da gestão documental, a ampliação do acesso à informação e a produção de instrumentos que qualificam a tomada de decisão e a transparência institucional.

Nesse contexto, destaca-se o papel central da competência em informação do arquivista, compreendida como um conjunto articulado de conhecimentos, habilidades e atitudes mobilizados em situações complexas e de risco. As evidências empíricas indicam que competências como análise contextual, tomada de decisão baseada em evidências, mediação e comunicação da informação, bem como articulação interdisciplinar, foram

fundamentais para a condução das ações e para a construção de respostas institucionais mais eficazes. Tais competências, quando analisadas à luz do conceito de *archival literacy*, reforçam a dimensão crítica da atuação arquivística, evidenciando o papel do arquivista como agente ativo na produção, interpretação e uso social da informação.

A articulação entre as ações desenvolvidas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável permitiu evidenciar a contribuição concreta dos arquivos para a Agenda 2030, especialmente no que se refere aos ODS 11, 13, 16 e 17. Os resultados demonstram que os arquivos atuam como infraestruturas informacionais estratégicas para a preservação da memória, a mitigação de riscos, o fortalecimento da governança e a promoção do acesso à informação, contribuindo diretamente para a construção de instituições mais resilientes, transparentes e sustentáveis.

Além disso, a experiência analisada evidencia a importância da integração entre as diretrizes institucionais — como aquelas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2022-2027) da UFJF — e as práticas arquivísticas, reforçando o papel do Arquivo Central como agente estruturante da governança universitária. A incorporação da pauta climática ao planejamento institucional do arquivo representa um avanço significativo na transição de uma atuação reativa para uma abordagem preventiva e estratégica.

Por fim, conclui-se que, diante da intensificação das mudanças climáticas, os arquivos e os profissionais da informação são convocados a assumir um papel cada vez mais ativo na gestão de riscos, na produção de conhecimento institucional e na implementação de práticas alinhadas ao desenvolvimento sustentável. Nesse cenário, a informação consolida-se como um ativo estratégico, e a atuação arquivística, orientada por competências críticas e socialmente comprometidas, revela-se fundamental para a construção de respostas institucionais capazes de enfrentar os desafios contemporâneos e garantir a preservação da memória coletiva.

Referências bibliográficas

AUSTRÁLIA. National Archives
2018 *United Nations Sustainable Development Goals (SDG): Submission 73*. [Em linha]. 2018 [Consult. 20 jun. 2026]. Disponível em: https://share.google/PqS05YObP9sLKvZxX.

BARDIN, Laurence
2016 *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELLOTTO, H.; CAMARGO, A. M.
2012 *Dicionário brasileiro de Terminologia Arquivística*. 3ª ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012.

BELLUZZO, Regina Celia Baptista
2019 Transformação digital e competência em informação: reflexões sob o enfoque da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Revista Conhecimento em Ação*. 4 (2019).

CASSARES, N.C.
2000 *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do estado e Imprensa Oficial, 2000. (Projeto como fazer; nº 15).

CAVALCANTE, Rodrigues Celineide. FURTADO, Renata Lira
2021 Panorama sobre Archival Intelligence no cenário internacional. *Ágora: Arquivologia em debate*. 31:63 (jul./dez. 2021) 1-23,

DUDZIAK, Elisabeth Adriana
2003 Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*. 32:1 (2003) 23-35.

ELDER, Rebecca A.; OGDEN, Sherelyn (org.)
1997 *Preservation of library and archival materials: a manua*l. 2nd ed. Andover: Northeast Document Conservation Center, 1997.

FERREIRA, Cássia de C. M.
2025 [Entrevista concedida ao ACUJFJ]. *Boletim Informativo Arquivo Central UFJF*. [Em linha]. 1 (2025) 2. [Consult. 20 jun. 2026]. Disponível em: https://www2.ufjf.br/arquivocentral/wp-content/uploads/sites/135/2025/09/BI-01-ACUFJF.pdf.

GASQUE, K. C. G. D.
2013 Competência em Informação: conceitos, características e desafios: [Entrevista cedida]. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*. [Em linha]. 2:1 (2013) 5-9. [Consult. 05 fev. 2026]. Disponível em: http://www.atoz.ufpr.br.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE
2023 *Climate Change 2023: Synthesis Report*. Geneva: IPCC, 2023.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES
2016 *Emergency planning and response for archives*. Paris: ICA, 2016.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS
2010 *Principles for the care and handling of library material*. The Hague: IFLA, 2010.

RITZENTHALER, Mary Lynn
2010 *Preserving archives and manuscripts*. 2nd ed. Chicago: Society of American Archivists, 2010.

SANTOS, Felipe César Almeida dos; FURTADO, Renata Lira
2021 Archival literacy: estreitando as relações da Competência em Informação e a Arquivologia. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. 17:nº esp. V Seminário de Competência em Informação (2021) 1-18.

SANTOS, Luana Lobo dos; PINTO, Marli Dias de Souza
2022 Os Arquivos e a implementação da Agenda 2030 da ONU sob a ótica da UNESCO. In *A Função social da Arquivologia na contemporaneidade*. Org. Camila Schwinden Lehmkuhl... [*et al.*]. Florianópolis: AAESC, 2022, p. 133-150.

SANTOS, Luana Lobo dos; PINTO, Marli Dias de Souza; VITORINO, Elizete Vieira
2022 Arquivistas e o desenvolvimento sustentável: uma abordagem sobre a competência em informação do arquivista na implementação da Agenda 2030. *Informação & Informação*. 27:2 (2022) 26-48.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
2024 *Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2027*. [Em linha]. Juiz de Fora: UFJF, 2024. [Consult. 23 mar. 2026]. Disponível em https://www2.ufjf.br/pdi/wp-content/uploads/sites/249/2025/09/PDI-2022-27-Revisado-2025.pdf.

YIN, Robert K.
2001 *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Arlene Xavier Santos da Costa | costa.arlene@ufjf.br
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil

Andreia de Freitas Rodrigues | andreia.freitas@ufjf.br
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil

Priscila de Oliveira Dias de Couto | priscila.dias@ufjf.br
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil

ENTRE SABERES E TERRITÓRIOS: a atuação do Instituto Mapinguari na divulgação da informação ambiental

BETWEN KNOWLEDGE AND TERRITORIES: the role of Instituto Mapinguari in the dissemination of environmental information

Renan Ismael Martins de Souza | Marise Teles Conduru

https://doi.org/10.21747/21836671/pagesp2026a8

Resumo: O artigo analisa a divulgação da informação ambiental pelo Instituto Mapinguari, articulando ciência e saberes tradicionais para mitigar o distanciamento entre academia e sociedade. O objetivo é analisar as ações e produtos informacionais da instituição. Metodologicamente, realizou-se um estudo de caso do site institucional, identificando produções digitais como cartilhas e a história em quadrinhos (HQ) *A Voz da Foz*, utilizada em praças públicas de Belém e Ananindeua. Os resultados evidenciam que produtos acessíveis combinados à mediação dialógica expandem o alcance da informação e promovem a apropriação social do conhecimento pelas comunidades locais. O estudo contribui para a Ciência da Informação ao propor um modelo de mediação que articula saberes científicos e tradicionais, enriquecendo discussões sobre fluxos informacionais e democratização do conhecimento em contextos de vulnerabilidade socioambiental. Conclui-se que o Instituto fortalece o conhecimento sobre a realidade amazônica, consolidando a informação como ferramenta de cidadania.

Palavras-chave: Amazônia; Divulgação científica; Informação ambiental; Mediação da informação.

Abstract: The article analyses how the Mapinguari Institute promotes the dissemination of environmental information by connecting scientific knowledge with traditional knowledge. It starts from the problem of the gap between academic production and the general population, highlighting the need for information mediation. In this context, the guiding research question is to understand how environmental information produced by the Mapinguari Institute is disseminated, with the overall objective of analysing the Institute's main actions and informational products for this purpose. The study is based on a case study of the Institute's official website, identifying projects, initiatives, and digital outputs such as booklets, manifestos, and comic books. Among these, the comics *A Voz da Foz* stands out, having been used as a mediation tool by Clube HQ in public squares in Belém and Ananindeua. The results show that the combination of accessible materials and dialogical mediation fosters environmental awareness and the appropriation of information. It is concluded that the Mapinguari Institute contributes to increasing public understanding of the Amazonian reality, thereby promoting the democratisation of knowledge.

Keywords: Amazon; Scientific dissemination; Environmental information; Information mediation.

Introdução

Os saberes tradicionais são transmitidos de gerações em gerações por meio de narrativas orais, sendo praticados em seus territórios, no cotidiano de suas vivências. Tais práticas e conhecimentos estão presentes no tempo além dos registros escritos, apenas na preservação da memória e do fazer ancestral. Atualmente, na era digital, com a presença de tecnologias e bases digitais que "guardam informação", os saberes tradicionais resistem ao tempo. Nesse contexto, existem termos como a Informação ambiental, que está presente desde o ensino básico ao ensino superior.

Ao pensar na informação ambiental no âmbito escolar, mais especificamente para o público infantojuvenil (ensinos fundamental e médio), observa-se que a temática se encontra presente em suas diretrizes e bases curriculares, tendo em vista a sua importância social. O ensino sobre a informação ambiental na educação básica cria uma rede colaborativa no qual gera resultados significativos na comunidade escolar, do bairro ou unicamente na casa de cada aluno, ou seja, a mediação em sala de aula gera pequenos multiplicadores que ampliam a sensibilização ambiental, seja com projetos práticos no espaço escolar ou pequenas ações diárias em suas casas.

Em paralelo, ao pensar sobre a informação ambiental dentro do âmbito acadêmico, é nítida uma crescente produção científica nas últimas décadas, além dos eventos internacionais referentes ao tema para a discussão e apresentação de dados e resultados com a finalidade de prevenção ou mudança de fatos danosos ao meio ambiente. Todavia, apesar de relevantes os avanços das pesquisas dentro das instituições de ensino, tais informações acabam não ultrapassando os muros das instituições, limitando-se aos pesquisadores e agentes da área, tendo em vista a sua interdisciplinaridade (PHILIPPI JUNIOR *et al.*, 2000), podendo ser encontrada em diversas áreas do conhecimento e essa dispersão também é limitante no que se refere a sua divulgação.

Nesse contexto, surgem movimentos e organizações não governamentais (ONG) que atuam na divulgação ambiental, ou seja, levando informações relevantes às comunidades e demais espaços, descentralizando esses conhecimentos, apresentado como exemplo principal o Instituto Mapinguari, que é uma ONG, fundada em 2015 e sediada no Amapá, dedicada à defesa, preservação e conservação do meio ambiente. A Instituição foca na consolidação de áreas protegidas, valorização de comunidades tradicionais e promoção do desenvolvimento sustentável através de pesquisa e educação ambiental (INSTITUTO..., 2025c).

O Instituto tem apoiado e executado ações de defesa, preservação e conservação do meio ambiente, bem como incentivado a promoção do desenvolvimento sustentável da região norte. Desde sua fundação, o Instituto Mapinguari busca a consolidação e fortalecimento de áreas protegidas, reconhecendo o papel fundamental das comunidades tradicionais na proteção da biodiversidade e seus territórios (ASSESSORIA..., 2023).

Em um recorte geográfico e temporal, a região Amazônica nos últimos anos vivenciou questões ambientais graves (FERNANDES, MINORI e SILVA, 2025). Apesar disso, instituições com o objetivo de mudar essa realidade, auxiliando na sensibilização e na preservação dos saberes locais, atuando nas comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas, além dos bairros periféricos nas capitais, vistos como "marginalizados", visando combater o racismo ambiental, definido por Bullard (2002:2), como: "políticas, práticas ou diretrizes ambientais que afetam diferentemente ou de forma desvantajosa (seja intencionalmente ou não)".

Nesse cenário, o presente trabalho tem como questão norteadora de pesquisa saber: como ocorre a divulgação da informação ambiental produzida no Instituto Mapinguari? Para isso, tem-se por objetivo geral analisar as principais ações e produtos informacionais do Instituto para a divulgação da informação e como objetivos específicos:

a) Identificar as principais ações, projetos e linhas de atuação do Instituto Mapinguari voltados à proteção, pesquisa e educação ambiental;

b) Analisar as produções digitais feitas pelo Instituto Mapinguari como produtos informacionais de divulgação científica do conhecimento ambiental;

c) Realizar a mediação da informação ambiental, utilizando a HQ *A Voz da Foz*, do Instituto Mapinguari.

Como percurso metodológico, esta pesquisa é caracterizada como exploratória, descritiva e documental, sendo realizado um estudo de caso no Instituto Mapinguari, no que se refere ao seu papel de gerador e divulgador da informação ambiental. Também foi realizada ação de mediação da informação pelo Clube HQ Belém, utilizando a HQ *A Voz da Foz*, do referido Instituto.

Assim, este artigo está estruturado em seis seções, sendo nesta introdução apresentada a contextualização do tema e questão de pesquisa, os objetivos e percurso metodológico. Na seção 2 aborda-se o referencial teórico, em que se explica a mediação da informação e o entendimento sobre a informação ambiental. Na seção 3 tem-se os procedimentos metodológicos usados para a realização da pesquisa, enquanto na seção 4 traz-se os projetos e ações de divulgação científica do Instituto Mapinguari, na seção 5 os resultados da ação de mediação realizada pelo Clube HQ e na seção 6 as considerações finais. Por último, são apresentadas as referências dos documentos que fundamentaram a pesquisa.

Referencial teórico

Observando a cronologia referente às questões ambientais apresentada por Duarte (2022:111-128), é possível analisar diversas conferências climáticas internacionais, as quais têm por objetivos principais discutir a extração de recursos naturais, emissão de gases poluentes na atmosfera e consequências prejudiciais à população de forma geral, destacando a Conferência de Estocolmo, em 1972, como a precursora, e a Conferência das Partes (COP), que acontece anualmente desde 1995. Essa apresentação temporal é relevante para demonstrar a importância dessas conferências e os resultados que beneficiam (ou não) o mundo, além de apresentar produções científicas e de divulgação da informação ambiental entre os países.

Entre os assuntos e acordos discutidos nas últimas décadas, destaca-se a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, que representa um compromisso global em prol de um modelo de desenvolvimento que seja economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente equilibrado. Essa agenda é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem alcançadas até 2030 (PORTO e PAVÃO, 2025).

Em 1987, na conferência da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi apresentado um dos primeiros conceitos de desenvolvimento sustentável, entendido como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades" (COMISSÃO..., 1991:46).

Ainda que o conceito proposto em 1987 idealize uma espécie de utopia, o texto também discorre sobre as diferentes interpretações, levando em consideração a realidade de cada país, sendo refletido durante as conferências climáticas até o presente, nas quais debatem,

entre tantos temas, a sustentabilidade e a informação ambiental. Outro conceito necessário é sustentabilidade, que é definido por Medeiros (2022) como:

> Princípio da busca pelo equilíbrio entre a disponibilidade dos recursos naturais e a exploração deles por parte da sociedade. Busca pelo equilíbrio entre o suprimento das necessidades humanas e preservação dos recursos naturais, não comprometendo as próximas gerações. O conceito de sustentabilidade é complexo, pois atende a um conjunto de variáveis interdependentes, mas podemos dizer que deve ter a capacidade de integrar as questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais.

Nesse sentido, tendo sido consolidado em 2002 (BODNAR, PASSOS e SILVA, 2016), o termo sustentabilidade apresenta similaridades com o desenvolvimento sustentável, porém, suas diferenças são visíveis na sua aplicabilidade, sendo o primeiro o objetivo final (o estado de equilíbrio) e o segundo o processo ou a estratégia para alcançar esse equilíbrio, o que demanda maior acesso às informações ambientais a respeito da sustentabilidade e seus processos.

De acordo com Arnold (2019), a informação ambiental é qualquer informação escrita, visual, sonora, eletrônica ou registrada em qualquer outra forma material, tendo como características, ser útil, efetiva, verdadeira, completa, clara, compreensível, acessível, oportuna, célere, organizada e contínua. Em definição teórica, a informação ambiental é completa e acessível, todavia, em prática seu acesso possui entraves que resultam em "desconhecimento" de tais informações importantes para a sociedade civil.

Segundo Jardim (2012), ao discorrer sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011 que regulamenta o direito constitucional dos cidadãos de obter dados dos órgãos públicos, estabelecendo a transparência pública como regra, permitindo que qualquer pessoa solicite e/ou consulte informações governamentais de forma gratuita e sem necessidade de justificativa, destaca a sua importância no quesito de transparência informacional à sociedade. Todavia, o autor contesta:

> As possibilidades de minimizar essa defasagem entre a LAI [...] e as condições reais de acesso à informação não estão contempladas no dispositivo legal. O cenário informacional do Estado brasileiro, exceções à parte, encontra-se, em geral, aquém das demandas da LAI e das possibilidades de fazer face aos direitos de acesso à informação por parte da sociedade. Sem uma agenda voltada para a definição e implementação de políticas públicas de informação, tendem a resultados limitados as iniciativas e práticas que pretendem garantir o acesso à informação regulado pela Lei de Acesso à Informação (LAI) depende de iniciativas e práticas que garantam sua efetivação. No entanto, o debate sobre as condições necessárias para assegurar esse direito ainda se mostra frágil e insuficiente, tanto no âmbito do Estado quanto no meio acadêmico (JARDIM, 2012:19-20).

Nesse sentido, Andrade e Gobbi (2026), em sua pesquisa teórico-documental, destacam a relação das narrativas visuais na divulgação científica contemporânea, "compreendida como o conjunto de práticas de mediação pública do conhecimento científico em contextos digitais", argumentado que tais formatos não apenas ampliam o alcance da ciência, evidenciando que tal relação reconfigura critérios de legitimidade, engajamento e

circulação do conhecimento, inserindo a ciência em disputas estruturais por atenção, visibilidade e justiça informacional, isto é, acesso justo e equitativo à informação, garantindo que ninguém seja marginalizado devido à sua classe, raça, gênero ou origem (SILVA e ALVES, 2025).

Por esse viés, de acordo com Jardim (2012), os parâmetros legais estabelecidos por lei não suprem as necessidades informacionais da sociedade, sendo necessário uma atuação de incitava dos poderes públicos. É nesse cenário que surgem alternativas de divulgação científica como apresentados por Andrade e Gobbi (2026), destacando o alcance e a circulação do conhecimento científico, com a finalidade de suprir o entrave da transparência de informação, visando a justiça informacional.

Ao tratar-se de informação ambiental, os dados são múltiplos (assim como qualquer outra informação produzida na década atual), entretanto, esse acesso e disseminação tornam-se inviáveis em determinados casos, como apresentam Guerreiro, Vasconcellos e Condurú (2021:32) ao analisarem a disponibilidade e acesso de dados ambientais de órgãos públicos federais, comprovando que, "a oferta não significa transparência, mas que uma série de critérios precisam ser levados em consideração", ou seja, apenas dispor os dados brutos sem um devido refinamento não é suficiente para a disseminação e apropriação da informação por outros órgãos ou pessoas físicas.

Segundo Leff (2001), o pensamento entre homem e natureza, como formação social, se constrói a partir de seu discurso teórico, mas se expressa na realidade por meio de mudanças sociais que se refletem em transformações do conhecimento e suas aplicações em novas formas de organização do conhecimento e suas aplicações em novas formas de organização social e produtiva. Nesse sentido, o autor também destaca que "a crise ambiental é uma crise do conhecimento", exatamente, porque se trata do "desconhecimento do conhecimento; da concepção do mundo e do domínio da natureza que geram a falsa certeza de um crescimento econômico sem limites, até a racionalidade instrumental e tecnológica".

De acordo com Gomes (2020), a respeito dos dispositivos e seus acessos à informação, destacando o papel do mediador e da mediação como elos necessários para uma apropriação da informação, a autora enfatiza o dialogismo nas ações interacionistas da mediação explícita, havendo a possibilidade de mesclar outros suportes informacionais, visando o acesso à informação, principalmente a informação cultural e da leitura. Ademais, Gomes (2015) também destaca a importância da difusão e apropriação cultural por meio das bibliotecas, ressignificando seu papel social, tendo em vista sua interação com os usuários, relacionando a sua "urgência" informacional com o dever na transparência e justiça informacional (ANDRADE e GOBBY, 2026; JARDIM, 2012).

Em proposta de relacionar ciência e os saberes locais, Diegues (2019) afirma que, é preciso, antes de tudo, "reconhecer-se a existência dos territórios das comunidades tradicionais, de seus conhecimentos e práticas como formas igualmente válidas de se representar e manejar a sociobiodiversidade", apresentando o modelo denominado etnoconservacionista, sendo uma concepção etnográfica atrelado a conservação dos saberes sociais e ambientais, destacando a interação com as realidades comunitárias e suas práticas de conservação.

Segundo Witkoski (2007), como resultado de uma pesquisa extensa e imersiva, afirma que os povos tradicionais amazônicos (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) possuem uma vasta

experiência na utilização e conservação da biodiversidade dos ambientes terra, floresta e águas, onde trabalham e vivem. Do ponto de vista originário, Kopenawa e Albert (2015) destacam no livro *A Queda do Céu*, a defesa da floresta como entidade viva e crítica ao extrativismo, apresentando as vivências de Davi Kopenawa, da comunidade Yanomami e de outras comunidades originárias, em relação aos processos impostos pelos centros urbanos, sem legitimar os saberes locais. Nesse aspecto:

> O saber ambiental não caminha num sentido unificador, ou seja, no entendimento de que uma disciplina "ambiental" conseguiria solucionar os problemas da atualidade, pelo contrário, projeta o trabalho interdisciplinar como uma ferramenta metodológica adequada para a construção do conhecimento. Esse saber dá voz a outros atores sociais, além dos especialistas, procurando não esterilizar o conhecimento, entendendo que a hibridação com as várias formas de conhecimento é importante para o enfrentamento dessa empreitada (PITANGA, 2015:170).

Nesse contexto de acesso à informação ambiental, produzida no âmbito universitário, compreende-se que, "como na maioria das universidades brasileiras, o conhecimento produzido é restrito ao meio acadêmico, sendo divulgado principalmente em eventos científicos nacionais e internacionais, os quais não são frequentados pela população em geral" (SANTOS e TALGATTI, 2023:23), isto é, tais avanços científicos e inovações que podem beneficiar a comunidade acabam não sendo compartilhados, não havendo uma apropriação dessas informações.

Em complemento, Silva e Reis (2023), ao analisarem a interdisciplinaridade e apropriação da informação, na perspectiva da Ciência da Informação, afirmam que "as materializações da informação, das manifestações culturais e do acesso ao conhecimento e, os modos de educar ou entender a educação permitem a construção do bem comum e da dignidade da pessoa humana", enfatizando também a importância da interdisciplinaridade para a expansão do olhar semiótico para apropriação da informação.

Segundo Barros (2017:2.937), a informação é:

> O fundamento para uma decisão livre e aquele que dispõe de mais recursos informacionais tem melhores condições de fazer uma avaliação melhor sobre determinado risco ambiental. Mesmo hoje, embora o volume de informação tenha acumulado consideravelmente, torna-se cada vez mais difícil de ser processada, organizada e assimilada pela sociedade. Isso é um problema grave, pois informação desorganizada gera desinformação. Para tal desafio, as Bibliotecas e os Bibliotecários precisam assumir o protagonismo da história atual em relação à proteção do meio ambiente, contribuindo estrategicamente para atingir os objetivos e as metas do Desenvolvimento Sustentável.

Nesse sentido, Barros (2017) discorre sobre as questões de acesso à informação ambiental e apresenta as Bibliotecas e os Bibliotecários como agentes para enfrentar esse entrave, seja por ações práticas de mediação explícita ou implícita nos espaços internos ou externos das unidades de informação. Por esse viés, entende-se por mediação da informação:

> Toda ação de interferência realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou

> coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JUNIOR, 2015:25).

Cabe destacar, ainda, a mediação implícita que ocorre em ações não diretas de interferência junto aos usuários, mas que promovem a informação para os diversos públicos, de acordo com suas áreas de interesse, tendo como definição de Almeida Junior (2009:93):

> a mediação implícita, ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física imediata dos usuários. Nesses espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação. A mediação explícita, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição sine qua non para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos a distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação.

Portanto, as ações de mediação, voltadas à temática ambiental, tornam-se essenciais, tendo em vista o difícil acesso supracitado, sendo necessária uma interferência direta e indireta que divulgue as informações de forma social, ou seja, que expanda para além dos muros das instituições, alcançando bairros periféricos e demais comunidades, fortalecendo a democracia da informação em suas práxis. De acordo com Gomes e Pereira (2024:9):

> [...] a práxis bibliotecária se manifesta como a materialização desse compromisso social. Ela não se restringe apenas à organização e disseminação de informações, mas se engaja ativamente na transformação da realidade social através do acesso democrático ao conhecimento. A práxis implica em práticas e ações que não apenas refletem as necessidades da comunidade, mas também as transformam de maneira positiva.

Assim, fica nítida a importância do acesso democrático à informação e a necessidade de mecanismos ativos que impulsionem a divulgação das informações, visando sua apropriação pela sociedade civil de forma geral, ressaltando um direito garantido por lei que ainda sofre por barreiras burocráticas.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória, descritiva e documental. De acordo com Gil (2017), foram utilizados recursos bibliográficos e pesquisas em outras fontes, como o site oficial do Instituto que reforçam a importância e detalham as ações do Instituto. Também foi realizada pesquisa bibliográfica física que teve como locus a Biblioteca do Centro de Memória da Amazônia da Universidade Federal do Pará (CMA/UFPA), tendo em vista seu rico acervo referente à historicidade da sociedade Amazônica, além da pesquisa bibliográfica digital, na busca de artigos e outros trabalhos referentes ao Instituto Mapinguari.

Ademais, buscou-se entender sobre o acesso às informações ambientais por pessoas da comunidade Amazônica, e como o Instituto realiza a divulgação dessas informações. A pesquisa deu ênfase às ações e projetos disponibilizados no site oficial do Instituto, visando

um maior acesso remoto dessas ações. No site foram analisados os produtos digitais disponíveis, de produção do Instituto, sendo realizada uma leitura documental em cada um dos livros digitais com o objetivo de entender os meios de divulgação e conteúdo informacional.

Tal análise das produções digitais deu-se por uma leitura na íntegra, analisando sua temática, formato e palavras-chave. Por seguinte, foi selecionada a HQ *A Voz da Foz* pelo seu formato em quadrinhos, que aproxima os leitores de diferentes idades, para realizar dois bate-papos, sendo um no município de Ananindeua, durante a segunda Feira Literária de Ananindeua (FLIANANIN) e o segundo na praça Batista Campos, em Belém. Para os encontros, foi pensado o seguinte roteiro: a) apresentação do Coletivo Clube HQ; b) apresentação da HQ e de sua temática; c) a leitura compartilhada de três histórias da HQ; d) pergunta aos participantes "O que a Voz da Foz disse a você?".

Para a identificação das percepções do público, foram realizados dois momentos de diálogo coletivo. A ação envolveu 15 participantes, majoritariamente composto por jovens do município de Ananindeua. Visando atender aos preceitos éticos da pesquisa com seres humanos, assegurou-se o caráter voluntário da participação e a garantia de sigilo quanto à identidade dos participantes, cujos depoimentos foram codificados (Participante 1, Participante 2).

Em suma, como terminologia metodológica, foi realizada uma comparação da definição de mediação com as ações realizadas pelo Instituto, pretendendo confirmar ou não, se as práticas tinham correlação com a teoria proposta pela Ciência da Informação. Em análise ao site oficial do Instituto, foram verificados seus objetivos, linhas de atuação, projetos realizados e produtos digitais como meio de divulgação científica, descritos no decorrer deste artigo.

Resultados e discussões

De acordo com o histórico do Instituto Mapinguari (2025c), inicialmente, entre os anos de 2010 e 2013, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN/Revecom) - Reserva criada com o objetivo de desenvolver atividades de Educação Ambiental e pesquisas em ecossistemas naturais dos quais se destacam as florestas (várzea, terra firme, etc.) e suas diferentes faunas (INSTITUTO..., 2025c) - realizou algumas ações no estado do Amapá. Nessas atividades, formou-se um grupo de acadêmicos com o objetivo de contribuir voluntariamente com a RPPN. Após alguns anos de atuação voluntária, por conta de entraves financeiros, políticos e ambientais, a RPPN encerrou suas atividades. Diante deste desafio, o grupo de voluntários decidiu se mobilizar para apoiar a reserva e, assim, fundaram o Movimento Pró-Revecom (MPR).

O MPR atuou entre 2013 e 2014, participando de audiências, visitas técnicas e campanhas na internet até que a Reserva superasse aquele desafio. Nesse período, o Movimento ganhou notoriedade e passou a ser convidado para palestras e parcerias. Diante do crescimento e da ausência de uma organização socioambiental mais atuante no Estado, o Instituto Mapinguari começou a ganhar forma. Em 2014, foram realizadas articulações para a criação de uma organização da sociedade civil no Amapá, que resultou na fundação do Instituto Mapinguari, em 2015, envolvendo órgãos públicos, universidades e pessoas engajadas com a causa ambiental. Desde sua fundação, a organização tem sido conduzida

por jovens profissionais que buscam atuar seguindo o tripé da Proteção, Pesquisa e Educação Ambiental.

Essa tríade de atuação se relaciona com a mediação da informação ambiental, pois para ocorrer a mediação da informação ambiental é preciso entender o meio ambiente de forma holística, a fim de se ter embasamento de sua proteção e preservação, o que, por meio da educação ambiental pode haver a sensibilização e troca, interação entre as pessoas sobre os saberes ambientais, relacionando as ideias de Leff (2001) e Almeida Junior (2015).

O Instituto se dedica a preservar a vitalidade e a integridade da Amazônia por meio de uma abordagem abrangente e integrada, sistematizando e divulgando a informação ambiental, que tem como característica, segundo Arnold (2019), a utilidade, a forma compreensiva em que é repassada, além de ser oportuna aos que se interessam ou vivem na região. Reconhecendo a singularidade deste bioma, as linhas de atuação e os objetivos são voltados para atender às necessidades específicas da região e das comunidades, como se observa no Quadro 1.

Quadro 1 – Objetivos e linhas de atuação

Objetivos	Linhas de Atuação
Propósito: lutar pela preservação da Amazônia, buscando o estabelecimento de relações justas e equitativas, respeitando a autonomia dos povos e seus conhecimentos tradicionais.	Comunicação Comunitária
	Bacias Hidrográficas
	Fortalecimento Comunitário
Visão: Ser reconhecido nacionalmente como uma instituição sólida, inovadora e transparente em sua atuação pelo desenvolvimento socioambiental na Amazônia.	Sistemas Alimentares
	Advocacy
	Áreas Protegidas
Missão: promover o desenvolvimento socioambiental através de estratégias de proteção, pesquisa e educação ambiental.	Mudanças Climáticas
	Educação Ambiental
	Educomunicação

Fonte: Instituto Mapinguari (2025b).

Na próxima seção são apresentados projetos e ações do Instituto, em que é possível destacar a mediação implícita utilizada pelo Instituto Mapinguari, no que diz respeito aos produtos de divulgação científica, no planejamento de atividades e produções acadêmicas, ratificando a definição de Almeida Junior (2009) quando destaca que essa mediação ocorre em ações que promovem a informação aos usuários em potencial.

Projetos e iniciativas

Em cumprimento aos seus objetivos, o Instituto realiza ações que incentivem a cultura e a consciência ambiental, dando protagonismo aos moradores da comunidade, realizando uma troca de saberes, ou seja, levando informação, mas também aprendendo, e disseminando os saberes locais. De exemplo, é possível citar o “Amazônia Terra Preta”, um espaço de celebração da Amazônia negra, que vem sendo realizado desde 2021 e agora se consolida como uma programação do calendário de lutas da população negra amazônida,

buscando promover a integração e consolidação das lutas raciais atreladas a questões ambientais e climáticas.

Outros segmentos são as questões de cultivo e valorização dos pequenos produtores, pois ao falar sobre preservação ambiental e mudanças climáticas, é necessário falar e ouvir aqueles que atuam diretamente com a terra. Nesse contexto, destacam-se o projeto *Quilombos Guardiões de Sementes* e as campanhas *#DestravaPEAPOS* e *Agroecologia no Prato*, que ressaltam a importância da soberania alimentar, o combate à emergência climática e a promoção da saúde, buscando promover a discussão sobre a distribuição e acesso à alimentação, estimulando a implementação da assistência técnica agroecológica na agricultura familiar. Ao todo, foram identificados 10 projetos e iniciativas dispostos no site do Instituto, sendo relacionados no Quadro 2.

Quadro 2 – Projetos e iniciativas realizados pelo Instituto Mapinguari

Nome	Resumo
Quilombos Guardiões de Sementes	Projeto que busca fortalecer as capacidades organizacionais das comunidades quilombolas, promovendo o enfrentamento a desafios que se apresentem sobre suas produções rurais.
#DestravaPEAPOS	Campanha para resgatar o texto do Projeto de Lei (PL) que estabelece a criação da Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e Sociobiodiversidade (PEAPOS)
Agroecologia no Prato	Campanha com objetivo de tornar a agroecologia amplamente difundida no Amapá, destacando sua importância para a construção da soberania alimentar
Festival Nossa Amazônia	Busca realizar mobilizações transversais dentro do território através de um eixo formativo com base nas discussões sobre o enfrentamento da crise climática
Amazônia Terra Preta	Espaço de celebração da Amazônia negra, buscando promover a integração e consolidação das lutas raciais atreladas a questões ambientais e climáticas.
Quilombos Urbanos	Busca a valorização do capital ambiental, cultural e socioeconômico das Áreas Protegidas e seus habitantes.
Projeto Cuíra	O projeto de formação de juventude protagonista nos manguezais amazônicos, visando a valorização do modo de vida, contando com a conscientização para o cuidado com os recursos naturais.
Manifesto Jovens Vozes da Amazônia para o Planeta	Manifesto que visa apresentar ao mundo as bases que acreditamos ser essenciais para o futuro de todos que dependem da sociobiodiversidade deste bioma. Inspirando-se nos rios da Amazônia
Gestão de resíduos sólidos para a comunidade da APA da Fazendinha	Foi realizada a instalação de 28 *containers* de lixo, mutirão de limpeza, palestras e a apresentação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para a comunidade.

Nome	Resumo
Projeto MOSUC	Motivação e Sucesso na Gestão de Unidades de Conservação Federais – MOSUC, tem por objetivo identificar soluções inovadoras para os principais desafios de gestão dentro da questão financeira, entre outras propostas.

Fonte: Instituto Mapinguari (2025d).

Assim, é possível identificar a relevância social das ações realizadas e apoiadas pelo Instituto, estando ligadas às comunidades no sentido de disseminar informações, na criação de campanhas e a promoção cultural, estabelecendo uma relação interacionista, ou seja, ações que utilizam como base a interação social, entre os agentes mediadores e a comunidade, sendo um processo simbiótico, no qual ambos aprendem e trocam saberes de forma mútua. Ademais, é importante ressaltar que todos as ações e iniciativas são feitas em parceria com outras instituições e agentes que promovem de forma coletiva tais atividades, reforçando o interacionismo (RODRIGUES, 2023), entre as organizações e a comunidade amazônica.

Em análise as atividades supracitadas, é possível notar a dimensão social, ou seja, a interferência direta da equipe do Instituto nas comunidades. Outro fator que corrobora são os resultados apresentados pelo Instituto e também pelas comunidades em seus cotidianos, dentro da agricultura familiar, utilizando os conhecimentos adquiridos para facilitar o manejo e plantio, além de ampliar as suas visões a respeito de seus diretos e deveres como cidadãos amazônidas.

Nesse contexto, destacam-se as práticas de pesquisa, ensino e proteção realizadas pelo Instituto Mapinguari, tendo como exemplos: a pesquisa e propagação da agroecologia em comunidades quilombolas (Moura; Guedes; Formigosa; Balieiro; Lima; Silva, 2024); ações de formação e capacitação de agricultores (Silva; Moura; Balieiro; Lima; Guedes; Almeida, 2024); e na disseminação artística amazônica (MASCARENHAS e SILVA, 2024).

Em resultado de algumas das ações, o Instituto, com o objetivo de preservar e disseminar os conhecimentos adquiridos, realiza a produção de cartilhas, manifestos, resultados de pesquisas e entre outros produtos de forma digital descritos na próxima seção. Isso ratifica a ponderação de Guerreiro, Vasconcellos e Condurú (2021) ao se referirem à transparência da informação por organizações, pois o Instituto se preocupa em compartilhar informação promovendo a apropriação da informação.

Produções digitais

Com o objetivo de preservar e disseminar as informações obtidas em pesquisas e ações com a comunidade, o Instituto elabora produtos digitais (cartilhas, manifestos, histórias em quadrinhos) e os disponibiliza no *site* oficial, visando uma maior divulgação das ações e da importância da preservação da informação. Ao todo foram identificadas oito produções disponibilizadas, em formato digital, no acervo digital do Instituto, apresentados no Quadro 3, com seus títulos, formatos e palavras-chave.

Quadro 3 – Relação de produtos digitais disponíveis no *site* do Instituto Mapinguari

Título	Formato	Palavras-chave
A Voz da Foz	História em quadrinhos	Ecologia; Meio ambiente; Conservação e Proteção
Jovens Vozes da Amazônia para o Planeta	Manifesto	Juventude; Preservação; Direitos Humanos
#DestravaPEAPOS	Cartilha	Agroecologia; Políticas públicas; desenvolvimento rural
Por que não é uma boa ideia explorar petróleo na Margem Equatorial	Cartilha	Exploração de petróleo; Foz do Amazonas; Biodiversidade
Plantas Tradicionais	Cartilha	Quilombos; Agricultura familiar; Saberes originários
Pesquisa de escuta da população amapaense sobre desafios e oportunidades para o Amapá	Resultado de Pesquisa	Pesquisa social; Territórios; Meio ambiente
E depois da COP30	Manifesto	COP30; Políticas públicas; Conservação e Proteção
Carta Vozes Amazônicas	Manifesto	Amazônidas; Povos originários; Crise climática

Fonte: Instituto Mapinguari (2025a).

Nesse aspecto, o Instituto destaca-se ao visibilizar as vozes dos moradores locais, desde o mais jovem ao mais velho, tendo como resultado as produções digitais, que podem ser acessadas de qualquer dispositivo com acesso à Internet.

Fig. 1 – Capas de algumas produções do Instituto Mapinguari

Fonte: Instituto Mapinguari (2025a).

Tal ação é também um paralelo às produções científicas feitas em instituições que, apesar da maioria serem disponibilizadas em bases de dados abertas, seu acesso majoritário é feito pelo público acadêmico. Logo, medidas como a criação de cartilhas (Fig. 1) e demais produtos informacionais de acesso gratuito são um diferencial democrático de divulgação da informação. São ações que aproximam a ciência aos saberes locais, reforçado por Diegues (2019), Pitanga (2015) e Witkoski (2007).

É notória a relevância das produções acadêmicas em bases de dados por uma questão de credibilidade e autenticidade, entretanto, a discussão presente é: de que maneira é possível disseminar essas informações para além dos muros e suas barreiras técnicas/linguísticas das bases acadêmicas? Em reformulação, de que maneira os conhecimentos ambientais discutidos dentro das instituições podem ser conhecidos pelas pessoas externas à comunidade acadêmica? Tais perguntas possuem várias respostas em diferentes formatos, mas nesse contexto, o Instituto Mapinguari demonstra de forma prática como divulga as informações ambientais, somadas aos saberes das comunidades em que atuam, preservando e divulgando o conhecimento da região norte do Brasil.

Dentre as produções disponíveis no site do Instituto, foi selecionada a produção *A Voz da Foz*, pelo seu formato de história em quadrinhos (HQ), sendo um suporte acessível e instigante para todas as idades. Werneck e Carvalho (2012) argumentam que as HQ não apenas facilitam a compreensão de conceitos científicos, mas também encorajam o leitor a refletir sobre os impactos das práticas humanas no meio ambiente e as implicações éticas da ciência. Nesse sentido, após a escolha, foi realizado o planejamento de uma ação utilizando a obra, descrito na próxima seção.

Mediação sem fronteiras

Ao realizarem suas ações e produzirem produtos e informações sendo disponibilizados de acesso gratuito, o Instituto Mapinguari avança cumprindo suas missões e objetivos, servindo de referência a outros institutos, mas também para a comunidade que é atendida e beneficiada por esses projetos. Em última ação, realizada no Circuito Amazônico de Quadrinhos em 2025, o Instituto Mapinguari, em parceria com quadrinistas de vários estados do Norte, produziu uma coletânea de histórias em quadrinhos sobre a exploração de petróleo na Amazônia, a qual foi distribuída de forma gratuita em diversas capitais (incluindo Belém).

Em primeiro momento, como resultado da análise dos produtos digitais produzidos pelo Instituto Mapinguari, destacou-se o intitulado *A Voz da Foz: o lucro é deles, o prejuízo é nosso* (Fig. 2), o qual possui um formato de histórias em quadrinhos. A obra foi escolhida entre os produtos digitais do Instituto como um dos exemplos de instrumento de divulgação científica e sensibilização ambiental por seu formato (HQ) e, pois, propõe alertar sobre as consequências da exploração de petróleo na foz do rio Amazonas, baseado em dados e pesquisas do Instituto Mapinguari, por meio de nove histórias em quadrinho que levantam o debate do tema, além de enfatizar a importância das narrativas dos produtores da região Norte. O projeto conta com a parceria dos quadrinistas do Coletivo Iukytáias e a supervisão e apoio do grupo Norte em Quadrinhos e do Instituto Mapinguari.

Fig. 2 – Capa da HQ *A Voz da Foz*

Fonte: Silva, Guedes e Lima (2025).

Em paralelo, em Belém o projeto Clube HQ surge em 2024 com o objetivo de fomentar a cultura regional por meio das histórias em quadrinhos, realizando encontros temáticos mensais em espaços culturais na cidade de Belém e região. Cada encontro possui um tema e uma história em quadrinho a ser debatida, porém a leitura prévia do quadrinho não é obrigatória para a participação do bate-papo. Por seguinte, na falta de um espaço físico próprio e pensado na disseminação dos locais culturais e literários, cada encontro é realizado em lugar diferente como livrarias, bibliotecas públicas, espaços abertos públicos e entre outros espaços semelhantes (SOUZA e CASTRO, 2024).

Nesse viés, o Clube HQ utilizou a história em quadrinhos *A Voz da Foz: o lucro é deles, o prejuízo é nosso* para mediar dois bate-papos em praças públicas com o objetivo de dialogar com os participantes sobre a questão ambiental, o que fica expressa a mediação da informação de Almeida Júnior (2015), quando se refere em ter profissionais atuando de forma a debater a informação, de modo a buscar a sua apropriação para atender suas necessidades informacionais. A escolha desse produto justifica-se pelo seu formato em quadrinhos, que aproxima os leitores de diferentes idades, criando uma conexão com o suporte e as informações relacionadas. O primeiro bate-papo ocorreu na praça Tancredo Neves, em Ananindeua, durante a segunda FLIANANIN (Fig. 3). O segundo encontro ocorreu na praça Batista Campos, em Belém. Em ambos os encontros se obteve a presença de pessoas de diferentes idades, classes e gêneros, fazendo a socialização entre os participantes.

Fig. 3 – Encontro realizado na Praça Tancredo Neves

Fonte: acervo pessoal dos autores (2025)

Durante os encontros foram feitas discussões sobre as temáticas abordadas na história em quadrinhos (exploração do petróleo na Amazônia, descarte irregular do lixo, poluição, etc.), fazendo questionamento aos participantes, no objetivo de entender como enxergavam essas problemáticas e quais eram suas opiniões referentes aos temas. Tendo em vista as diferentes idades dos participantes, cada pergunta foi adequada sem modificar o seu objetivo, fazendo uma mediação plural e democrática, sendo defendida por Jorge (2005) ao realizar um estudo com base em Vigotskii (2001), a autora conclui "pela importância essencial da mediação dialógica nas práticas culturais, envolvendo relações intergeracionais destinadas à constituição dos sujeitos e veículos efetivos entre idosos, crianças e jovens", corroborando com Freire (2019) e Bortolin (2010), no que diz respeito a uma mediação democrática.

Por fim, ao final de cada encontro, após os diálogos, foi realizada uma pergunta a todos: "O que a Voz da Foz disse a você?", nesse momento cada participante pode escrever o seu entendimento sobre a mensagem transmitida na história em quadrinhos e como poderia usar essa informação para o futuro. Tendo o caráter voluntário da participação, entre os 15 participantes, sete participantes fizeram registros escritos de suas respostas (apresentados no Quadro 4), os demais apenas verbalizaram, também contribuído com o diálogo.

Quadro 4 – Respostas dos participantes após a leitura e diálogo sobre *A Voz da Foz*

Participantes	Respostas
P.01	Percebi que tenho pouco conhecimento do meio ambiente e sobre a exploração do petróleo
P.02	Fala sobre a importância da preservação do ambiente em que vivemos
P.03	Sobre o meio ambiente e a degradação das águas que prejudica a saúde dos seres vivos
P.04	Sobre o meio ambiente, sobre a preservação e a ganância das grandes empresas

P.05	A importância de não apenas possuir conhecimento, mas de se mobilizar com o intuito de fazer algo a respeito dos impactos ambientais e de incentivar as pessoas ao redor
P.06	Sobre como a gente pode ajudar mais a nossa Amazônia
P.07	Me fez entender sobre a degradação do petróleo nos oceanos e como isso afeta as vidas marinhas, e como nós eleitores temos o dever de divulgar e informar a população, preservando o meio ambiente e a vida dos animais.

Fonte: Clube HQ Belém (2025).

Essas respostas constituem o registro empírico direto das percepções dos participantes. Para a sistematização dos resultados, optou-se pela metodologia de transcrição literal das respostas escritas pelos participantes, garantindo a fidedignidade e a integridade de suas manifestações, sem interferências ou correções gramaticais por parte dos pesquisadores, visando preservar a autenticidade das vozes e os sentidos atribuídos por eles durante a atividade prática.

Dadas as respostas, é possível compreender elementos como o reconhecimento da própria limitação informacional (P.01); a sensibilização ambiental, ao citar a "Importância da preservação" e "Degradação das águas", demonstrando compreensão temática e assimilação conceitual; e mobilização e reflexão crítica, enfatizando que mediação não é apenas transmitir informação, mas provocar produção de sentido e posicionamento, gerando uma interferência suprindo uma necessidade informacional (ALMEIDA JUNIOR, 2015).

As respostas apresentadas demonstram que a história em quadrinhos somada a mediação realizada é capaz de sensibilizar o senso crítico, com participantes de diferentes idades, destacando a relevância social e cultural do locus amazônico. Portanto, as produções do Instituto Mapinguari, como forma de divulgação científica, somada a mediação do Clube HQ, são referências para outras organizações e suas produções que atravessam fronteiras geográficas, atingindo outros estados e cidades da região norte do Brasil.

Nesse contexto, a pesquisa dialoga com o conceito de sustentabilidade ao apresentar a integração entre as questões ambientais, sociais e culturais, especialmente ao mesclar ciência, saberes tradicionais e práticas comunitárias na Amazônia. O estudo demonstra que a sustentabilidade não se limita à preservação ambiental, mas envolve também justiça socioambiental, acesso à informação e valorização dos conhecimentos locais, promovendo uma relação equilibrada entre sociedade e natureza, sendo corroborado por Krenak (2019), no qual afirma que a sustentabilidade não deve ser apenas uma técnica de manutenção de recursos para o consumo, mas uma mudança profunda de paradigma social.

Dessa forma, é possível visualizar de forma geral alguns ODS contemplados pelo Instituto Mapinguari e pela ação do Clube HQ, sendo eles:

> **ODS 4 (Educação de Qualidade):** ao promover a divulgação científica e a mediação da informação ambiental por meio de produtos acessíveis (como cartilhas e HQs) e ações educativas em espaços públicos.

ODS 10 (Redução das Desigualdades): ao divulgar o acesso à informação ambiental, especialmente para comunidades periféricas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas.

ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis): ao realizar ações em espaços urbanos (praças) e fortalecer a participação comunitária e o pertencimento territorial.

ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis): ao incentivar reflexões sobre práticas ambientais, como descarte de resíduos e impactos da exploração de recursos naturais.

Dessa forma, a Agenda 2030 tem potencialidades de cumprir suas metas por meio da mediação da informação ambiental. Tendo como exemplo o estudo realizado em uma intuição de ensino e pesquisa, os autores destacam a importância das bibliotecas e de suas ações para alcançar as ODS, "ao passo que oportunizam o acesso à informação, possibilitando a conscientização ambiental por meio de diversas ações, como o desenvolvimento de projetos, a disponibilização de recursos informacionais" (SILVA, OLIVEIRA e SANTOS NETO, 2025).

Ademais, é importante ressaltar que as ações do Instituto podem contemplar outros ODS de forma direta ou indireta; todavia, o objetivo não é medir e constatar tais dados de contemplação, mas sim apresentar que mesmo ONG e projetos menores de mediação podem contribuir com os ODS e com a divulgação da informação ambiental.

Considerações finais

Por conseguinte, em resultado, foi possível identificar projetos de divulgação científica, que fazem essa interligação entre o ensino técnico e os saberes locais, descentralizando o acesso ao conhecimento, além de tornar essa experiência como um aprendizado mútuo, ou seja, ensinando e aprendendo ao mesmo tempo. Em apresentação ao Instituto Mapinguari, em sua trajetória, é visível a força de vontade na realização de mudanças sociais e ambientais, promovidas e organizadas por jovens amazônidas.

Suas ações em contato direto com a natureza e com as pessoas que vivem dela são diferenciais na luta contra as mudanças climáticas e preservação do meio ambiente. No âmbito das conferências climáticas, em específico as conferências das partes, é notório que são discutidas grandes ações que resultem em grandes resultados, porém, ficou claro que as pequenas ações realizadas pelo instituto têm impacto socialmente receptivo, tendo um olhar humano e ambiental para a região Amazônica.

Em suma, o presente trabalho teve um objetivo maior do que apresentar as ações do Instituto Mapinguari, mas também se fazer refletir sobre a necessidade de mais projetos semelhantes e questionar-se sobre o devido acesso às informações ambientais. Em 2025, tendo Belém como centro do mundo para receber a Conferência das Partes de número 30 (COP30), é importante ter um olhar crítico e argumentativo, sem esquecer dos verdadeiros agentes que salvam a Amazônia e a sociedade amazônida de forma geral. Portanto, ao pensar em mudanças climáticas e ambientais, é necessário mudar a forma de agir e pensar, sendo em prol da sociedade e da Amazônia, para um futuro promissor.

A partir da experiência relatada, fica evidente que, quando se trata de informação ambiental, o maior desafio nem sempre é a falta de informação, mas sim a maneira como esses dados chegam (ou não) às pessoas. Muitos conteúdos importantes sobre o meio ambiente estão disponíveis, mas ainda permanecem distantes da realidade de grande parte da população, seja pela linguagem técnica, pelo formato ou pela falta de canais acessíveis de mediação.

Nesse cenário, ações como as realizadas pelo Clube HQ por meio da produção do Instituto Mapinguari mostram que é possível romper essas barreiras. Utilizar um produto digital em formato de história em quadrinhos como ponto de partida para conversas em praças públicas foi uma escolha adequada, pois aproximou temas complexos da vida cotidiana das pessoas, respeitando suas vivências e saberes. Os encontros realizados revelaram o poder da escuta e do diálogo. Ao perguntar "O que A Voz da Foz disse a você?", abriu um espaço para que cada participante pudesse refletir e se expressar a partir de sua própria perspectiva.

Em suma, a atuação do Instituto reforça a relevância de coletivos locais e independentes na difusão científica. O sucesso dessas ações demonstra que a eficácia da informação ambiental depende da articulação horizontal entre a produção acadêmica e o saber popular. Assim, a mediação informacional consolida-se não apenas como a entrega de dados, mas como um processo social dinâmico, fundamental para estimular o protagonismo comunitário e fortalecer a consciência ambiental na região.

Referências bibliográficas

ALMEIDA JUNIOR, O. F.
2015 Mediação da informação: um conceito atualizado. In *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina. Org. Sueli Bortolin, João Arlindo Santos Neto, Rovilson José da Silva. Londrina: ABECIN, p. 9-32.

ALMEIDA JUNIOR, O. F.
2009 Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*. [Em linha]. 2:1 (2009) 89-103. [Consult. 10 fev. 2026]. Disponível em: https://scispace.com/pdf/mediacao-da-informacao-e-multiplas-linguagens-2w75xqwz28.pdf.

ANDRADE, T. N.; GOBBI, M. C.
2026 Narrativas visuais na era da atenção: Divulgação científica nas redes digitais. *Revista Espaço Pedagógico*. [Em linha]. 33 (2026). [Consult. 1 jun. 2026]. Disponível em: https://ojs.upf.br/index.php/rep/article/view/17183.

ARNOLD, C. M.
2019 *O Status normativo do direito à informação sobre meio ambiente no direito internacional e no direito brasileiro*. [Em linha]. Caxias do Sul, 2019. [Consult. 10 fev. 2026]. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/items/f18ec150-0d91-46bb-b940-1a952b632bea.
Dissertação de mestrado em Direito - Universidade de Caxias do Sul.

ASSESSORIA DA REVISTA CENARIUM AMAZÔNIA
2023 *Organizações alertam para perigos da exploração de petróleo na foz do rio Amazonas*. Manaus, 4 ago. 2023. [Consult. 19 mar. 2026]. Disponível em: https://revistacenarium.com.br/organizacoes-alertam-para-perigos-da-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-rio-amazonas/.

BARROS, L. V.
2017 Sustentabilidade ambiental e direito de acesso à informação verdadeira: de Estocolmo aos dias atuais. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 13 (2017) 2.923-2.940. [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/860/979.

BODNAR, Z.; PASSOS, V. F.; SILVA, K. C.
2016 A Epistemologia interdisciplinar da sustentabilidade: por uma ecologia integral para a sustentação da casa comum. *Revista Brasileira de Direito*. [Em linha]. 12:2 (2016) 59-70. [Consult. 25 mar. 2026]. Disponível em: https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1558.

BORTOLIN, SUELI
2010 *Mediação oral da literatura: a voice dos bibliotecários lendo ou narrando*. [Em linha] São Paulo, 2010. [Consult 20 maio 2026]. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103349.
Tese de doutoramento em Ciência da Informação - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho.

BULLARD, R.
2002 Confronting environmental racism in the twenty-first century. *Global Dialogue*. [Em linha]. 4:11 (2002) 1-8. [Consult. 10 fev. 2026]. Disponível em: http://www.worlddialogue.org/content.php?id=179.

CLUBE HQ BELÉM
2025 Hoje foi dia de HQ, reflexão e conexão! [Em linha]. In *Instagram*. 14 jun. 2025. [Consult. 20 set. 2025]. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DK5kLHWu1BJ/.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
1991 *Nosso futuro comum*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

DIEGUES, A. C.
2019 Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. [Em linha]. 50 (2019). [Consult. 17 fev. 2026]. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/66617.

DUARTE, W. J. B.
2022 Tratados e conferências climáticas: uma cronologia geral e da participação do Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. [Em linha]. 8:8 (2022) 110-132. [Consult. 4 ago. 2025]. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6635.

FERNANDES, A. F.; MINORI, A. M.; SILVA, J. G. M.
2025 A Crise climática e seus impactos socioeconômicos e ambientais na Amazônia. *Aracê* [Em linha]. 7:4 (2025) 18.188-18.209. [Consult. 30 jan. 2026]. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/4423.

FREIRE, P.
2019 *Educação como prática da liberdade*. 45ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
GIL, A. C.
2017 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, H. F.
2014 A Biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. N.º esp. [Consult. 1 jun. 2026]. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/198906.

GOMES, H. F.
2020 Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. *Informação & Sociedade: Estudos*. [Em linha]. 30:4 (2020) 1–23. [Consult. 12 jun. 2026]. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/57047.

GUERREIRO, I. C. F.; VASCONCELLOS, M.; CONDURÚ, M. T.
2021 Transparência ambiental: da disponibilidade ao acesso à informação ambiental. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 26:4 (2021) 3-37. [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/fhQJmjnWggZWynGxSXYd9Qw/.

INSTITUTO MAPINGUARI
2025a *Acervo*. [Em linha]. Macapá, 2025. [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: https://mapinguari.org/acervo/.

INSTITUTO MAPINGUARI
2025b *Linhas de Atuação*. [Em linha]. Macapá, 2025. [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: https://mapinguari.org/linhas-de-atuacao/.

INSTITUTO MAPINGUARI
2025c *Nossa história*. [Em linha]. Macapá, 2025. [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: https://mapinguari.org/nossa-historia/.

INSTITUTO MAPINGUARI
2025d *Projetos Iniciativas*. [Em linha]. Macapá, 2025. [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: https://mapinguari.org/projetos-e-iniciativas/.

JARDIM, J. M.
2012 A Lei de acesso à informação pública: dimensões politico-informacionais. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*. [Em linha]. 5:1 (2012) 1-22. [Consult. 1 jun. 2026]. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/266.

JORGE, L. S.
2005 *Narrativas intergeracionais: o papel educativo da narrativa e a importância da mediação dialógica na relação idoso-criança-adolescente*. São Paulo, 2005. Tese de doutoramento em Educação - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B.
2015 *A Queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, AILTON
2019 *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFF, E.
2001 *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MASCARENHAS, M. B.; SILVA, J. S.
2024 A Cena artística na Amazônia brasileira: entre resistência, identidade e inovação. *Interference: a journal of audio culture*. [Em linha]. 10:2 (2024) 11-17. [Consult. 2 ago. 2025]. Disponível em: https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/17/17.

MEDEIROS, R.
2022 Sustentabilidade. In *Dicionário ambiental* [Em linha]. [Consult. 25 mar. 2026]. Disponível em: https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/sustentabilidade/.

MOURA, J. [et al.]
2024 Difusão e fortalecimento da agroecologia na comunidade quilombola do Rio Curiaú em Macapá-AP. *Cadernos de Agroecologia*. [Em linha]. 19:1 (2024) 1-7. [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/9544/7112.

PHILIPPI JUNIOR, A. [et al.]
2000 *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo: Signus, 2000.

PITANGA, A. F.
2015 O Enfrentamento da crise socioambiental: um diálogo em Enrique Leff sobre a racionalidade e o saber ambiental. *REMEA: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. [Em linha]. 32:1 (2015) 158-171. [Consult. 11 fev. 2026]. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/4997/3266.

PORTO, D. F. P.; PAVÃO, C. M. G.
2025 A Presença dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ods) da agenda 2030 da organização das nações unidas no repositório institucional guaiaca da ufpel. In FÓRUM DE ESTUDOS EM INFORMAÇÃO, CIÊNCIA E SOCIEDADE, 7ª, Porto Alegre, 2025 - *Anais*. [Em linha]. Porto Alegre: UFRGS, 2025. [Consult. 20 mar. 2026]. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/384133.

RODRIGUES, D. M.
2023 *Dimensões da mediação da informação nos programas e projetos da Rede Cuca*. [Em linha]. Fortaleza, 2023. [Consult. 20 set. 2025]. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/75916/1/2023_dis_dmrodrigues.pdf. Dissertação de mestrado em Ciência da Informação - Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal do Ceará.

SANTOS, E. B.; TALGATTI, D. M.
2023 Ciência na praça: conhecer para conservar. *Revista de Extensão da Integração Amazônica*. 4:1 (2023) p. 23-27.

SILVA, F. C. G.; ALVES, A. P. M.
2025 Justiça informacional antirracista: um olhar para a prática bibliotecária. *Revista Interamericana de Bibliotecología*. [Em linha]. 48:3 (2025). [Consult. 1 jun. 2026]. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/365111.

SILVA, T. C.; REIS, M. A. G. S.
2023 Mediação cultural e informacional como responsabilidade social. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23ª, Aracajú, 2023 – *Anais*. [Em linha]. Aracajú: UFS, 2023. [Consult. 11 jun. 2026]. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/258238.

SILVA, Y.; GUEDES, F.; LIMA, T.
2025 *A Voz da Foz: o lucro é deles, o prejuízo é nosso*. Manaus: Ed. dos autores, 2025.

SILVA, Y. [et al.]
2024 Política de agroecologia no Amapá: incertezas e oportunidades. Cadernos de Agroecologia [Em linha]. 19:1 (2024). [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/104lGtbDebytYU2ZTfQMcwM9MRFef_8ut/view.

SOUZA, R. I. M; CASTRO, J. L.
2024 Narrativas em quadrinhos na Amazônia paraense: a mediação cultural e do conhecimento através do Clube HQ. *Revista Sumaúma*. 10 (2024) 51-60.

VIGOTSKII, L. S.
2001 Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. Org. L. S. Vigotskii; A. N. Leontiev; A. R. Luria. São Paulo: Ícone, 2001.

WERNECK, R. P.; CARVALHO, F. A.
2012 *Visualidade e cognição: os quadrinhos como ferramentas no ensino de ciências*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

WITKOSKI, A. C.
2007 *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

Renan Ismael Martins de Souza| renan35souza@gmail.com
Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

Marise Teles Conduru| marise@ufpa.br
Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

POTENCIALIDADES E DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL SOB UMA PERSPECTIVA DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

POTENTIAL AND CHALLENGES OF SUSTAINABILITY IN UNIVERSITY LIBRARIES IN THE NORTHERN REGION OF BRAZIL FROM AN INSTITUTIONAL PLANNING PERSPECTIVE

Carinna Jeffres de Lima | Felipe Vlaxio | Amanda de Queiroz Bessa

https://doi.org/10.21747/21836671/pagesp2026a9

Resumo: O artigo analisa a sustentabilidade no planejamento institucional de bibliotecas universitárias públicas da Região Norte do Brasil. Seu objetivo é identificar potencialidades e desafios das bibliotecas universitárias a partir da incorporação da sustentabilidade nos planos de desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, fundamentada na análise de conteúdo em planos de desenvolvimento institucionais. A análise se concentra na identificação de diretrizes, objetivos e ações relacionadas à sustentabilidade. Os resultados indicam que a sustentabilidade está presente nos documentos como princípio, valor e diretriz estratégica vinculada ao desenvolvimento regional amazônico. Entretanto, observa-se uma lacuna no planejamento específico das bibliotecas que limita a operacionalização das diretrizes. Diante disso, embora as bibliotecas universitárias apresentem potencial para contribuir com o desenvolvimento sustentável, esse papel ainda carece de maior institucionalização no planejamento das unidades de informação.

Palavras-chave: Amazônia Legal; Bibliotecas universitárias; Sustentabilidade.

Abstract: The article analyses sustainability in the institutional planning of public university libraries in the Northern Region of Brazil. The objective is to identify the potential and challenges of university libraries based on the incorporation of sustainability in the development plans of Higher Education Institutions considering the Sustainable Development Goals. This is a qualitative study with an exploratory and descriptive approach, based on the content analysis of institutional development plans. The analysis focuses on identifying guidelines, objectives, and actions related to sustainability. The results indicate that sustainability is present in the documents as a principle, value, and strategic guideline linked to regional development in the Amazon. However, there is a gap in the specific planning of libraries that limits the operationalisation of the guidelines. Therefore, although university libraries have the potential to contribute to sustainable development, this role still needs to be further institutionalised in the planning of information units.

Keywords: Legal Amazon; University libraries; Sustainability.

Introdução

As bibliotecas universitárias são atores relevantes na criação, organização e disseminação do conhecimento em benefício dos usuários, aí incluídos docentes, discentes, pesquisadores, técnicos administrativos, colaboradores e pessoas da sociedade civil. Suas funções educativas, informacionais e sociais permitem a incorporação da sustentabilidade em uma perspectiva sistêmica. Sob esta noção, Rossi e Pinto (2023) destacam que as bibliotecas universitárias brasileiras estão historicamente vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, assumindo responsabilidade com o atendimento qualitativo das necessidades informacionais e socioculturais da comunidade acadêmica.

Entretanto, os serviços oriundos dessas necessidades demandam constantes adequações para acompanhar as transformações tecnológicas, curriculares, sociais, bem como devem levar em conta a diversidade geracional dos usuários. Nesse contexto, apresentamos a perspectiva de Gama e Zaninelli (2023), para quem a biblioteca universitária constitui um espaço propício para o estabelecimento de parcerias e para a contribuição efetiva ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Mamtora e Pandey (2018), por sua vez, reforçam que as bibliotecas atuam no fortalecimento da educação, da pesquisa, da disseminação do conhecimento e do acesso aberto à informação, elementos estes fundamentais para a Agenda 2030.

Diante dessas considerações, este estudo pretendeu responder à seguinte questão de pesquisa: Quais potencialidades e desafios se apresentam às bibliotecas universitárias para que se adequem aos aspectos de sustentabilidade pautados nos planos de desenvolvimento das instituições das quais fazem parte? Responder ao questionamento enunciado configura-se como um passo essencial para de fato esclarecer a viabilidade do tema da sustentabilidade em bibliotecas públicas da Região Norte do Brasil, nos estados da Amazônia Legal. Partindo dessas inquietações, o objetivo da pesquisa se formalizou em identificar as potencialidades e os desafios das bibliotecas universitárias da Região Amazônica a partir da incorporação da sustentabilidade aos planos de desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior (IES) à luz dos ODS.

Além desses apontamentos, a justificativa desta pesquisa se expressa na necessidade de ampliar e atualizar a produção de conhecimento sobre a atuação das bibliotecas universitárias no âmbito da Agenda 2030, especialmente no contexto amazônico, ainda pouco explorado na literatura científica. A relevância da investigação reside no potencial das bibliotecas universitárias para promover a democratização do acesso à informação, a inclusão social e o fortalecimento da cidadania, aspectos diretamente relacionados aos ODS, tais como educação de qualidade, redução das desigualdades e promoção de parcerias institucionais. Desta feita, a pesquisa também contribui para a discussão sobre políticas institucionais e o aprimoramento de práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável no ensino superior público amazônico.

Referencial teórico

As subseções a seguir se debruçam sobre uma breve reflexão acerca das temáticas que atravessam esse estudo, quais sejam bibliotecas universitárias, sustentabilidade, Amazônia e planejamento institucional. A angulação dessas disciplinas se corporifica de modo transversal a fim de fomentar um paralelo circunstancial, ou seja, um aporte misto construído no diálogo dessas temáticas para as inferências destacadas na seção de resultados.

Bibliotecas universitárias e sustentabilidade na agenda 2030

As bibliotecas universitárias, enquanto unidades estratégicas de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, têm ampliado progressivamente seu papel institucional diante das demandas contemporâneas relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a ONU, formada por 193 países-membros, instituiu, em 2015, o plano de ação intitulado *Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*,

popularmente conhecido como Agenda 2030. Essa proposta estrutura-se em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desdobrados em 169 metas universais voltadas ao desenvolvimento econômico, ambiental e social, tendo como principais desafios a erradicação da pobreza, o enfrentamento das crises climáticas e a redução das desigualdades sociais.

A Agenda 2030, ao estabelecer os 17 objetivos, reconhece a educação e o acesso à informação, assim como a produção do conhecimento, como eixos transversais para a construção de sociedades mais justas e ambientalmente responsáveis. Nesse cenário, somos levados a concluir que as bibliotecas universitárias podem, de modo bastante adequado, emergir como espaços privilegiados para a promoção da sustentabilidade, especialmente por meio da democratização da informação e do fortalecimento da cidadania informacional.

Em relação ao contexto brasileiro, Rossi e Pinto (2023) ressaltam que as bibliotecas universitárias se vinculam ao conhecido tripé da universidade, ou seja, ao ensino, à pesquisa e à extensão desenvolvidos por estas instituições, assumindo funções que extrapolam o suporte informacional tradicional. Essas unidades passam, portanto, a incorporar ações educativas, culturais e sociais, alinhadas às políticas institucionais das universidades e às demandas da sociedade, reforçando seu potencial como agentes ativos na implementação da sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e informacional.

No âmbito desta pesquisa, a articulação entre as bibliotecas universitárias e a Agenda 2030 é operacionalizada a partir da identificação de ODS diretamente relacionados às funções e práticas dessas unidades de informação. Destacamos, a seguir, os objetivos que concluímos possuir maior aderência à premissa que argumentamos, isto é, à prospecção de atuação das bibliotecas universitárias nas questões da sustentabilidade. As citações diretas apresentadas nos tópicos adiante foram retiradas da página oficial da ONU Brasil (2015)[1].

- **ODS 4 (Educação de Qualidade):** visa "assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos". Nesse sentido, interessou a esta pesquisa compreender de que formas o planejamento institucional das bibliotecas universitárias pode se expressar como uma potencialidade ou como um desafio para a promoção da educação inclusiva e equitativa e qual o seu papel na democratização do conhecimento científico;

- **ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura):** tem como propósito "construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação". A partir desse objetivo, tentamos compreender em que medida as bibliotecas universitárias podem agir nas camadas de inovação, particularmente no apoio a pesquisas voltadas ao desenvolvimento sustentável e ao uso de tecnologias informacionais aplicadas ao contexto acadêmico e territorial;

[1] Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs.

- **ODS 10 (Redução das Desigualdades):** busca "reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles". No contexto das bibliotecas universitárias, este ODS pode ser observado a partir da identificação de tecnologias assistivas utilizadas para ampliar o acesso ao conhecimento por pessoas com deficiência, bem como das ações de diversidade e inclusão social promovidas no âmbito do ensino superior;

- **ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis):** propõe-se a "assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis". Relaciona-se, em um esquema horizontal das bibliotecas universitárias, à existência de iniciativas voltadas à infraestrutura sustentável, ao uso racional de recursos, à adoção de práticas de consumo consciente no ambiente das bibliotecas universitárias, dentre outras ações que possam ser traduzidas neste escopo; e

- **ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação):** intenta "fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável", enfatizando a importância da cooperação institucional. Nesse objetivo, especulamos se há articulações nas bibliotecas universitárias para promoção eventos, cursos, oficinas, projetos e parcerias interinstitucionais que incentivem a pesquisa, a inovação e a disseminação de conhecimentos orientados à sustentabilidade.

Os objetivos ora destacados são aqueles que, em nossa avaliação, se expressam como os mais frutíferos para a elaboração, implementação e gestão de ações caras ao desenvolvimento sustentável em bibliotecas universitárias. Na seção de resultados, portanto, discutiremos mais a fundo o vínculo temático e operacional entre estes objetivos e o funcionamento dessa tipologia de biblioteca considerando o plano de desenvolvimento das IES na Região Norte.

Bibliotecas e suas prátcas para o desenvolvimento sustentável

A incorporação da sustentabilidade nas bibliotecas universitárias exige transformações que vão para além de iniciativas isoladas, demandando integração efetiva às estratégias de gestão e de planejamento institucional. Com efeito, Feil e Schreiber (2017:10) apresentam um esclarecimento bastante pertinente a este respeito, conforme segue:

O desenvolvimento sustentável pode ser conceituado como uma estratégia utilizada em longo prazo para melhorar a qualidade de vida (bem-estar) da sociedade. Essa estratégia deve integrar aspectos ambientais, sociais e econômicos, em especial considerando as limitações ambientais, devido ao acesso aos recursos naturais de forma contínua e perpétua. O conceito de estratégias, ou seja, o ato de gerenciar, é elaborado com base nos resultados das avaliações da sustentabilidade, e tem como foco os aspectos negativos, recuperando ou normalizando até o ponto em que o processo evolutivo do sistema ocorra normalmente.

Na mesma linha, Dutra, Pinto e Geraldo (2017) argumentam que os desafios enfrentados por essas unidades incluem limitações orçamentárias, carência de recursos humanos, necessidade de atualização tecnológica e a exigência de alinhamento às políticas institucionais das universidades. Nesse sentido, a adoção de práticas sustentáveis deve considerar tanto a racionalização de recursos quanto o fortalecimento do papel social das

bibliotecas. Na prática, um não funciona sem o outro, de modo que a sustentabilidade se estabelece no equilíbrio desses fenômenos.

Gama e Zaninelli (2023), por sua vez, enfatizam que as bibliotecas universitárias constituem ambientes propícios ao desenvolvimento de serviços informacionais orientados aos ODS, especialmente quando estabelecem parcerias com setores acadêmicos e administrativos das instituições. Ações como a realização de atividades educativas, eventos temáticos, curadoria de informações sobre sustentabilidade e apoio à pesquisa interdisciplinar são exemplos de práticas que contribuem para a integração da Agenda 2030 no cotidiano universitário.

Além disso, a sustentabilidade em bibliotecas universitárias talvez possa ser compreendida de forma sistêmica, ou seja, contemplando aspectos ambientais (como a redução do consumo de recursos e a gestão de resíduos), sociais (como a inclusão, a acessibilidade e o atendimento a públicos diversos), e informacionais (relacionados ao acesso aberto, à preservação da memória científica e à ética da informação). Essas abordagens ampliam o entendimento do papel das bibliotecas como espaços de formação crítica e de promoção do desenvolvimento sustentável.

Bibliotecas e suas prátcas para o desenvolvimento sustentável

A atuação das bibliotecas universitárias localizadas na Amazônia Legal assume contornos específicos em razão das características socioambientais, culturais e territoriais da região. A Amazônia Legal representa uma das regiões mais estratégicas do planeta em termos de biodiversidade, riqueza cultural e potencial de sustentabilidade, mas também uma das mais vulneráveis a processos de espoliação territorial e degradação ambiental. Composta por nove estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), essa região concentra 59% do território nacional e abriga cerca de 28 milhões de habitantes, dentre os quais se destacam populações tradicionais, indígenas, ribeirinhas, quilombolas e urbanas periféricas (NASCIMENTO e GONÇALVES, 2023 *apud* SILVA *et al.*, 2025). Ainda assim, convém apontar para um marcador bastante característico, que evidencia a especificidade amazônica a partir de um contexto socioterritorial, que acaba alargando os argumentos de desigualdade informacional e desafios na logística da região.

Nesse cenário, as IES instaladas na Amazônia Legal enfrentam desafios estruturais e contextuais que impactam diretamente suas unidades de informação. As bibliotecas universitárias, inseridas nesse contexto, lidam com limitações relacionadas à infraestrutura física, à falta de acesso a recursos tecnológicos, à delicada distribuição geográfica dos *campi* e às desigualdades socioeconômicas regionais. Tais fatores reforçam a necessidade de estratégias institucionais que considerem as especificidades territoriais e sociais da região, ampliando o papel das bibliotecas como espaços de inclusão, acesso à informação e apoio à formação acadêmica e cidadã.

Com base nessas ponderações, podemos argumentar que a sustentabilidade se deflagra como um desafio bastante presente nos mais diversos contextos da sociedade e nas diferentes estruturas organizacionais das instituições. Todavia, na camada institucional em que se situam as bibliotecas universitárias, "a aplicação da sustentabilidade está frequentemente direcionada a propostas de construções sustentáveis, buscando aliar as necessidades de funcionamento à redução dos impactos ambientais causados" (SIQUEIRA,

TRINDADE e TRINDADE, 2022:9). Na Amazônia Legal, essa perspectiva adquire relevância ampliada, considerando a sensibilidade ambiental da região e a necessidade de práticas institucionais alinhadas à conservação dos recursos naturais.

Adicionalmente, Silva *et al.* (2025:5) ressaltam que "a sustentabilidade no ensino superior requer mais do que práticas isoladas ou discursos normativos; demanda uma transformação paradigmática que permeie a gestão institucional [...] e a integração entre universidade e sociedade". Nesse contexto, as bibliotecas universitárias da Região Norte se apresentam como espaços estratégicos para a promoção do desenvolvimento sustentável, articulando ações informacionais, educativas e institucionais alinhadas às demandas regionais e aos ODS.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi realizada caracterizando-se por sua natureza qualitativa, partindo de uma abordagem exploratória e descritiva, sobretudo com base na análise de conteúdo de Bardin (2015). Este desenho metodológico permitiu uma investigação sistemática de documentos institucionais oficiais, a fim de compreendermos aspectos como diretrizes, estratégias e compromissos relacionados à sustentabilidade em bibliotecas universitárias públicas da Região Norte do Brasil.

O *corpus* documental da investigação foi construído a partir dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) das IES públicas localizadas nos estados da Região Norte integrantes da Amazônia Legal, bem como pelos Planos de Desenvolvimento das Unidades (PDU), documentos estes específicos das bibliotecas ou sistemas de bibliotecas universitárias. Foram consideradas especificamente universidades federais e estaduais, excluídos, portanto, os Institutos Federais (IF), com o intuito de manter uma maior homogeneidade institucional e organizacional para a análise.

A identificação das instituições e das bibliotecas ocorreu por meio de levantamento em *sites* institucionais, priorizando-se informações públicas disponíveis entre o período de agosto a dezembro de 2025, temporalidade esta tocada pela pesquisa. Inicialmente, foi realizado um mapeamento das bibliotecas universitárias públicas existentes na Região Norte, com a finalidade de identificar a instituição mantenedora, a esfera administrativa (estadual ou federal), e o arranjo adotado, isto é, sistema de bibliotecas ou biblioteca central. Em seguida, foram localizados e selecionados os documentos de planejamento institucional das bibliotecas e universidades (especificamente PDU e PDI), para registro das versões e período de vigência.

A operacionalização da análise foi realizada por meio de leitura sistemática e interpretativa dos documentos selecionados, usando a técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 2015) e tendo como foco a identificação de menções explícitas e implícitas à sustentabilidade, bem como a presença de diretrizes, objetivos estratégicos, valores institucionais e ações relacionadas aos ODS. Para fins analíticos, foram priorizados os ODS 4, 9, 10, 12 e 17, por apresentarem maior aderência às funções e práticas das bibliotecas universitárias.

Os dados obtidos nas etapas anteriores foram organizados de forma comparativa, permitindo a identificação de convergências, lacunas, potencialidades e desafios no tratamento da sustentabilidade considerando aqueles documentos analisados. Assim, a

interpretação dos resultados foi orientada pelo referencial teórico adotado, o que nos possibilitou articular os achados empíricos com a literatura sobre bibliotecas universitárias, Amazônia e Agenda 2030.

Resultados e discussões

Para a identificação das bibliotecas universitárias mantidas por IES públicas na Amazônia, realizamos o levantamento das bibliotecas universitárias públicas da Região Norte, identificando instituições, nível administrativo e arranjo organizacional (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Bibliotecas universitárias públicas da Região Norte do Brasil

UF	IES	Esfera	Arranjo
AC	Universidade Federal do Acre (UFAC)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
AM	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
AM	Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	Estadual	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
AP	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
AP	Universidade do Estado do Amapá (UEAP)	Estadual	Biblioteca Central (BC)
PA	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
PA	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
PA	Universidade do Estado do Pará (UEPA)	Estadual	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
PA	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
PA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
RO	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
RR	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
RR	Universidade Estadual de Roraima (UERR)	Estadual	Biblioteca Central (BC)
TO	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
TO	Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
TO	Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)	Estadual	Sistema de Bibliotecas (SiBi)

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Foram consideradas exclusivamente IES públicas situadas na Região Norte do Brasil (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), integrantes da Amazônia Legal, excluindo-se os IF para uma amostra mais reduzida, homogênea e padronizada. Os dados apresentados foram coletados a partir de informações disponibilizadas nos *sites* institucionais das universidades e de suas bibliotecas, considerando o conteúdo público acessível no período da pesquisa.

O Quadro 1 integra um levantamento de caráter exploratório e descritivo, cuja finalidade é oferecer um panorama quantitativo das bibliotecas universitárias públicas, excetuando-se aquelas vinculadas aos IF, existentes na Região Norte. Trata-se de um diagnóstico que nos possibilitou identificar as instituições, seus níveis administrativos e os arranjos organizacionais adotados, servindo como base para análises interpretativas.

A leitura dos dados evidencia que a maior parte das bibliotecas universitárias se encontra vinculada a universidades situadas em capitais estaduais, como Manaus, Belém, Rio Branco, Macapá, Porto Velho, Boa Vista e Palmas. Essa concentração revela a histórica centralização das IES nos grandes centros urbanos, o que pode contribuir para a ampliação das desigualdades no acesso à informação, à formação acadêmica e aos serviços informacionais em municípios do interior da Amazônia Legal. Embora algumas universidades possuam *campi* em municípios do interior, a gestão das bibliotecas, em geral, permanece centralizada nas capitais, o que pode limitar a autonomia administrativa e a implementação de ações locais contextualizadas às realidades territoriais específicas.

No que se refere ao arranjo organizacional, observa-se a predominância do modelo de Sistema de Bibliotecas (SiBi), adotado pela maioria das universidades federais e por parte das estaduais, ainda que com variações nas siglas utilizadas. Esse modelo organizacional possibilita uma maior padronização de processos, integração de acervos, compartilhamento de recursos informacionais e fortalecimento da gestão administrativa. Tais características podem favorecer a institucionalização de políticas e práticas voltadas à sustentabilidade, uma vez que permitem ações articuladas em rede, planejamento estratégico conjunto e maior capilaridade institucional.

Em contrapartida, algumas universidades estaduais organizam suas bibliotecas sob a estrutura de Biblioteca Central, que se configura em um modelo mais centralizado. Embora esse arranjo possa garantir maior autonomia decisória local, concluímos que também pode apresentar limitações quanto à padronização de serviços, à integração *intercampi* e à captação de recursos institucionais. Dessa forma, as bibliotecas "autônomas" tendem a depender mais fortemente de iniciativas pontuais e da atuação individual de gestores e equipes técnicas para o desenvolvimento de ações alinhadas aos ODS.

Observamos que os diferentes modelos de organização administrativa impactam diretamente na capacidade das bibliotecas universitárias de desenvolver, institucionalizar e manter práticas sustentáveis. Sistemas de bibliotecas podem favorecer a racionalização de recursos, o fortalecimento institucional e a implementação de políticas integradas, enquanto modelos centralizados podem apresentar uma maior flexibilidade para atender demandas locais, ainda que enfrentem restrições estruturais e orçamentárias.

Tomando por base essas considerações, o Quadro 2, a seguir, apresenta os documentos que foram analisados em vista do cumprimento do objetivo desta pesquisa. A organização do quadro foi dividida de acordo com a ordem das IES constantes do Quadro 1, contendo

informação sobre as versões dos PDU das bibliotecas destas instituições e de seus PDI. Embora todas as IES apresentem PDI, apenas cinco de suas bibliotecas ou sistemas de bibliotecas apresentam PDU. Para facilitar a consulta, cada documento foi arrolado por número da última versão (em vigência), com o *hiperlink* que direciona para o documento digital.

Quadro 2 – Planos de Desenvolvimento (PD) das bibliotecas e das instituições

SIGLA IES	PDU das Bibliotecas (versão e *hiperlink*)	PDI (versão e *hiperlink*)
UFAC	Não há ou não foi localizado	2025–2029
UFAM	2023-2025	2026–2030
UEA	Não há ou não foi localizado	2023–2027
UNIFAP	Não há ou não foi localizado	2020–2024
UEAP	Não há ou não foi localizado	2024–2029
UFPA	2022–2025	2016–2025
UEPA	Não há ou não foi localizado	2017–2027
UFRA	2025–2027	2025–2030
UFOPA	2025–2027	2024–2031
UNIFESSPA	2024	2020–2026
UNIR	Não há ou não foi localizado	2025–2029
UFRR	Não há ou não foi localizado	2021–2025
UERR	Não há ou não foi localizado	2023–2027
UFT	Não há ou não foi localizado	2021–2025
UFNT	Não há ou não foi localizado	2024–2027
UNITINS	Não há ou não foi localizado	2023–2027

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Um dos princípios institucionais preconizados no estatuto da UFAC destaca o "compromisso com a preservação e conservação do meio ambiente e desenvolvimento autossustentável" (UFAC, 2024:26). A instituição apresenta no documento do PDI, especificamente na passagem sobre sua missão, o horizonte de "produzir, sistematizar e difundir conhecimentos, integrando ensino, pesquisa, extensão e inovação, para a formação de cidadãos críticos e para o desenvolvimento sustentável da região Amazônica" (UFAC, 2024, p.26).

Adicionalmente, um dos projetos estratégicos apresentados no PDI da UFAC se intitula UFAC Sustentável, e se propõe à "elaboração de um plano de sustentabilidade da Ufac com a finalidade de promover a redução do impacto ambiental, atender as normas de sustentabilidade vigentes e promover uso racional dos recursos públicos atrelados à educação ambiental [...]" (UFAC, 2024:33). Como autocrítica, o documento do PDI da

UFAC sinaliza como fraqueza do ambiente interno da instituição uma "ausência de política de gestão sustentável" (UFAC, 2024:36), mas também destaca como uma oportunidade relacionada aos fatores ambientais externos o "interesse mundial em questões de meio ambiente e desenvolvimento sustentável" (UFAC, 2024:38).

No caso da UFAM, um dos objetivos estratégicos delineados em seu PDI formaliza o compromisso de "implementar os princípios e diretrizes da sustentabilidade da Administração Pública Federal alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)" (UFAM, 2025:113). Este compromisso acaba incidindo em todos os documentos analisados, sobretudo na constatação do uso dos ODS como instrumento para fomentar o aporte teórico para a elaboração dos textos.

Outro dos objetivos estratégicos da UFAM se expressa em "consolidar a imagem institucional da UFAM como uma universidade diversa, sustentável e que valoriza os saberes tradicionais" (UFAM, 2025:122). Aqui podemos verificar a menção da ancestralidade como uma cepa da sustentabilidade, algo que, na Região Amazônica, não apenas se apresenta como indispensável, mas também como uma forma de reparação histórica que deve ser cada vez mais incentivada nos dispositivos legais.

Curiosamente, a versão atual do PDU do SiBi UFAM (2023) não contempla nenhum aspecto especificamente voltado para a sustentabilidade. Entretanto, o documento cuja temporalidade contempla o período de 2023 a 2025 encontra-se em atualização, constando na listagem da Pró-Reitoria de Planejamento da UFAM com o *status* de "aguardando a conclusão do documento". Esta é uma oportunidade de a unidade da biblioteca realizar uma autocrítica para confrontar as fragilidades de seu planejamento em relação à sustentabilidade.

Seguindo-se às análises, em um cenário mundial pós-pandemia, o PDI da UEA alerta para

> [...] a perspectiva de uma crise climática global que tem preocupado a humanidade e reforçado o caráter de urgência de ações que promovam a sustentabilidade com apostas ousadas em tecnologias de baixo carbono, energias alternativas e inovações de dimensões multiescalares e multitemporais que conservem os ecossistemas, a socio, bio e geodiversidades (UEA, 2023:16).

A urgência imbuída de significados retrata um destino para o qual se encaminha a humanidade, isto é, o das discussões, cada vez mais necessárias, sobre nossas pegadas no planeta. Essas pegadas, sobretudo ambientais, impactam principalmente nos recursos naturais, e o conhecimento pode ser uma arma necessária para realizar esses enfrentamentos. Em vistas disso, no campo das diretrizes estratégicas, a UEA estabelece como missão a de "promover ações de ensino, pesquisa e extensão, por meio de inovação científica, cultural, tecnológica e social, para atender às demandas por desenvolvimento sustentável na Amazônia" (UEA, 2023:22).

O PDI da UNIFAP encontra-se desatualizado, uma vez que seu planejamento contemplou até o ano de 2024 e não há nenhuma nova versão disponível. No documento (UNIFAP, 2019:73), a instituição apresenta como missão "construir e compartilhar saberes e práticas de forma inovadora, com qualidade, nas ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo com o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica", e como visão estabelece o

intuito de "ser referência em educação superior e inovação tecnológica na Região Amazônica, fomentando o desenvolvimento sustentável e a integração social".

Um dos destaques do PDI da UNIFAP se expressa no Projeto Piloto de Sustentabilidade Ambiental, que se pauta no Plano de Gestão de Logística Sustentável, seguindo o Decreto n.º 7.746/2012, para elaboração de planejamento "quanto aos serviços contratados, ao consumo de energia elétrica, aos serviços de água e esgoto, o gerenciamento de resíduos e outros" (UNIFAP, 2019:119). Essas legislações complementares acabam dando robustez aos PDI, haja vista que podem legitimar a exequibilidade dos ODS nas instituições.

O PDI da UEAP apresenta como um dos diferenciais da instituição o potencial para a área da Bioeconomia, conforme o texto do documento: "Devido à sua localização na Amazônia, a UEAP tem um papel crucial no desenvolvimento da bioeconomia do Amapá, explorando de forma sustentável a biodiversidade local" (UEAP, 2024:37). Isso é bem verdade se considerarmos a localização como estratégia facilitadora para avançar em direção à sustentabilidade. Mas, seguindo a lógica da instituição, todas as outras universidades também podem usufruir da mesma característica geográfica, implicando em uma diferenciação para quaisquer das instituições localizadas na Região Amazônica, e não somente a UEAP.

Dentre os princípios institucionais e dimensões da UEAP consta o próprio princípio de sustentabilidade, que se presta ao compromisso de "integrar práticas sustentáveis em todos os aspectos da universidade, dos *campi* às salas de aula, e promover a conscientização ambiental" (UEAP, 2024:41). Por conseguinte, o documento alude também a outro instrumento de gestão institucional, nomeadamente seu Projeto Pedagógico da Instituição (PPI), a fim de assegurar a "ética social e a sustentabilidade ambiental como eixos formativos" (UEAP, 2024:60) para os âmbitos da instituição.

No PDU do SiBi da UFPA, encontramos com o eixo da sustentabilidade como uma das fraquezas da Biblioteca Central que precisa ser endereçada a fim de se tornar uma força. O autodiagnóstico aponta que, "dentre os subeixos que precisamos melhorar, estão: 'critérios socioambientais nas diretrizes estratégicas e normativos reguladores', 'comprometimento dos dirigentes', 'sensibilização e capacitação de servidores', 'economia de água' e 'economia de energia'" (UFPA. Biblioteca..., 2022:56).

Atualmente, a UFPA está trabalhando na atualização de seu PDI para a década de 2026-2035, por isso o PDI considerado nesta investigação compreende o documento que ainda se encontra em vigência, que compreende a década de 2016-2025. Seguindo perfil das outras instituições, sua missão se formaliza em "produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável" (UFPA, 2016:31).

O documento da UFPA destaca uma gestão ambiental para a sustentabilidade, afirmando que a universidade, "no seu cotidiano, tem a preocupação com a sustentabilidade, não só local, mas principalmente regional, tratando-a de forma estratégica, uma vez que está diretamente envolvida neste contexto" (UFPA, 2016:58). Nesse intento, a instituição apresenta forte preocupação com a infraestrutura, estabelecendo ações para um plano de promoção de acessibilidade física e sustentabilidade.

Na sequência das análises, dentre os princípios gerais que norteiam as práticas acadêmicas, o PDI da UEPA apresenta a "contribuição com a transformação da realidade regional com

justiça social e desenvolvimento sustentável" (UEPA, 2017:39). O documento da UEPA tece ainda um alerta pertinente ao declarar que "desenvolver a ciência e pesquisa com foco em sustentabilidade que exige uma política de expansão institucional de cooperação bilateral e multilateral com instituições nacionais e internacionais com avanços de intercâmbios [...]" (UEPA, 2017:41).

Dentre os valores elencados no PDU da Biblioteca Universitária da UFRA, destacam-se:

Responsabilidade social, ambiental e administrativa – oferecer serviços e atividades socioculturais a comunidade interna e externa que favoreçam a adoção de práticas que minimizem os danos ambientais e promovam a sustentabilidade, além da atuação pautada na responsabilidade pública dos agentes pelos seus atos [...]. Sustentabilidade – fortalecer conceitos que envolvem o uso consciente dos recursos naturais e o equilíbrio entre o crescimento econômico, o respeito pelo meio ambiente e o bem-estar social (Biblioteca Universitária UFRA, 2025:35-36).

Seguindo essa mesma linha textual, um dos objetivos estratégicos constantes do PDU da Biblioteca Universitária da UFRA (2025:74), isto é, "vincular as publicações disponibilizadas no RIUFRA aos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)", poderia ser uma iniciativa replicada em todas as outras bibliotecas e sistemas, a fim de manter um cruzamento de informações que possibilite uma recuperabilidade mais efetiva de produção acadêmico-científica no âmbito dos ODS. Nenhum outro documento menciona a integração com os repositórios institucionais, de modo que esta se apresenta como uma fragilidade para as IES.

Uma das forças relacionadas a fatores externos no PDI da UFRA (2025:72) está registrada como "ter ações e eventos institucionais com foco na valorização do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável da Amazônia". Quanto aos fatores externos, uma das forças jaz na "demanda crescente por produtos e serviços relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade" (UFRA, 2025:73).

Consolidando essas concepções, e visando ao alcance dos ODS, a UFRA delineia em seu PDI uma política institucional de sustentabilidade, na tentativa de "aplicar percepções e otimizar os debates e dinâmicas capazes de moldar atitudes organicamente mais sustentáveis, principalmente no âmbito regional e nas questões que afetam a própria responsabilidade ambiental" (UFRA, 2025:218). O mesmo ocorre, em maior ou menor escala, nos PDI das outras instituições analisadas, fazendo deste um aspecto similar entre as IES da região.

No PDU do SiBi da UFOPA, destaca-se a gestão de riscos em um de seus objetivos estratégicos, que se manifesta em "ampliar e aprimorar a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com critérios de acessibilidade e sustentabilidade" (SIBI UFOPA, 2025:43). Em justaposição, no PDI da UFOPA (2024:21), a instituição estabelece como resultados para a sociedade "apoiar o desenvolvimento sustentável e contribuir com a redução das desigualdades na região amazônica por meio de soluções práticas e inovadoras".

Também vale destacar o que segue:

> A Ufopa tem se preocupado de forma estratégica com a sustentabilidade na região do oeste do Pará. O desenvolvimento sustentável é capaz de suprir as

> necessidades da geração atual, garantindo a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro [...]. A implementação de políticas de sustentabilidade que abranjam aspectos socioeconômicos e ambientais na comunidade acadêmica deve ser priorizada entre as estratégias da Instituição. Ações direcionadas à transparência e governança também devem estar inseridas no âmbito da sustentabilidade (UFOPA, 2024:65).

Em outra IES do Pará, vê-se uma similaridade:

> Na Unifesspa, as oportunidades identificadas que podem ser exploradas para o avanço da sustentabilidade ambiental são, sobretudo, aquelas que convergem para a redução do desperdício no uso de recursos; para a ampliação da eficiência na utilização de energia; para a redução do volume de resíduos e de poluição via gestão de resíduos; e para a ampliação gradativa da proporção de energia renovável no total da energia consumida [...] (UNIFESSPA, 2020:241).

Em relação ao orçamento dentro das questões de sustentabilidade, o PDI da UNIFESSPA (2020:273) pontua que é necessário que a instituição "disponha de boas práticas de gestão e governança de forma a instituir um processo de desenvolvimento institucional sólido e sustentável". Assim, pautada no PDI de sua instituição mantenedora, o Centro de Biblioteca Universitária da UNIFESSPA (2024:4) define como um de seus objetivos estratégicos "promover ações de incentivo à leitura e utilização dos acervos com foco na integração e na sustentabilidade".

Em outro estado, a questão da sustentabilidade está aportada em três dimensões do PDI da UNIR, isto é, na promoção da sustentabilidade e da inclusão, na responsabilidade socioambiental, e na sustentabilidade ambiental. Na primeira dimensão destacada, o documento define que a instituição deverá "incorporar práticas sustentáveis na gestão dos espaços e serviços [...] reduzindo impactos ambientais e promovendo a conscientização da comunidade acadêmica e garantir acessibilidade plena nos equipamentos e serviços, eliminando barreiras físicas e digitais" (UNIR, 2025:94).

O documento da UNIR declara que "a universidade já desenvolve programas de empreendedorismo local [...] com foco na sustentabilidade e no uso responsável dos recursos naturais — questões essenciais para a preservação e o desenvolvimento sustentável da Amazônia" (UNIR, 2025:100). O PDI também demonstra uma preocupação institucional com a sustentabilidade voltada para a inclusão e para a diversidade, e por isso se compromete a firmar políticas afirmativas que democratizem o "acesso ao ensino superior e com a construção de uma sociedade mais equitativa e sustentável" (UNIR, 2025:102).

O PDI da UFRR apresenta a sustentabilidade como um de seus "princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição" (UFRR, 2021:34). Por intermédio de uma política de meio ambiente, "a UFRR se compromete com a sustentabilidade socioambiental, consoante às iniciativas e ações institucional e economicamente sustentável" (UFRR, 2021:42), incentivando, para este fim, "a inserção dos conhecimentos concernentes à educação ambiental [...] mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental".

No caso da UERR, o princípio geral de interiorização é apresentado no PDI da instituição no intento de "auxiliar o desenvolvimento econômico, cultural e social do Estado de Roraima, buscando, ao mesmo tempo, alcançar maior autonomia e sustentabilidade da UERR, enquanto instituição pública de educação superior" (UERR, 2023:16). Nesse intento, a própria missão da UERR se compromete com "o desenvolvimento sustentável do Estado de Roraima, atuando como força transformadora das desigualdades sociais e regionais [...] e consolidar-se como Instituição de Ensino Superior capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável" (UERR, 2023:17).

Na análise de outro documento, como missão, o PDI da UFT (2021:37) define "formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade". Em seu texto, o documento também cita a responsabilidade social associada ao tema da sustentabilidade, incorporando às práticas da universidade os aspectos delineados pelos ODS, perpassando aí uma preocupação latente com o desenvolvimento econômico com a região em que está inserida.

Há de se destacar que o PDI da UFT é o único que coaduna, formalmente através do texto do documento, a participação propriamente dita da biblioteca para alcançar suas diretrizes para a sustentabilidade, ancorada justamente em sua missão, declarando que

> [...] para alcançar estes objetivos as bibliotecas são [ou podem vir a ser, se se estabelecer nos documentos de planejamento objetivos dentro desse escopo] espaços fundamentais, pois se caracterizam como áreas de catalisação e difusão de conhecimento que favorecem a inovação e contribuem para apoiar o tripé ensino, pesquisa e extensão, eixos equivalentes que sustentam a razão de ser da universidade (UFT, 2021:169).

No caso da UFNT, também no Tocantins, uma das declarações mais fortes constantes de seu PDI determina que "[...] os princípios da sustentabilidade devem estar presentes na formação de todos os estudantes da UFNT, pois [...] os princípios da sustentabilidade deverão orientar os procedimentos de todos os profissionais formados pela Instituição" (UFNT, 2023:18). Ainda no documento, o texto alerta que "persiste o debate acerca das maneiras pelas quais o desenvolvimento sustentável pode ocorrer e, dentre estas maneiras, ressalta-se a interdisciplinaridade do conhecimento" (UFNT, 2023:95).

Seguindo, dentre os pressupostos contidos no PDI da UNITINS, destaca-se o terceiro deles, que trata da "[...] contribuição para o desenvolvimento regional com o objetivo de fortalecer a relação entre a academia e as necessidades específicas da região, promovendo inovação, sustentabilidade e progresso socioeconômico e cultural [...]" (UNITINS, 2023:64). Vale destacar também o décimo primeiro pressuposto, cujo texto disserta sobre a "[...] incorporação dos princípios da sustentabilidade [...] para a conscientização ambiental, responsabilidade social e a integração de práticas sustentáveis [...]" (UNITINS, 2023:65).

Com base nessas discussões, oferecemos o Quadro 3, que sintetiza as potencialidades e os desafios identificados pelos autores a partir da análise dos documentos.

Quadro 3 – Potencialidades e desafios da sustentabilidade nas bibliotecas universitárias

Dimensão	Potencialidades	Desafios
Planejamento institucional	A incidência frequente da sustentabilidade como diretriz, valor ou princípio nos documentos	Ausência e fragilidade de PDU específicos para as bibliotecas na maioria das instituições consideradas
Governança e gestão	A predominância do modelo SiBi, o que favorece um planejamento integrado e a racionalização de recursos	Centralização na tomada de decisões que pode limitar certas ações locais no contexto das realidades regionais
Educação e inclusão	O reconhecimento do papel das bibliotecas na promoção da educação de qualidade, na inclusão social e na democratização do acesso à informação	Baixa ocorrência nos PDU de ações voltadas para a acessibilidade, diversidade e inclusão
Infraestrutura e inovação	A presença nos PDI de ações voltadas para a sustentabilidade socioambiental, o uso racional de recursos e a modernização das infraestruturas	Pouquíssima operacionalização dessas ações constante nos documentos das bibliotecas
Produção e acesso à informação	O potencial das bibliotecas universitárias como mediadoras do acesso aberto, da preservação da memória científica e da informação sustentável	Falta de integração entre os repositórios institucionais e as estratégias informacionais com os ODS
Parcerias institucionais	O reconhecimento nos PDI da importância de parcerias entre as instituições e a sociedade	Escassez de ações nos documentos que articulem as bibliotecas como administradoras dessas parcerias estratégicas

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

A principal potencialidade identificada reside na centralidade da sustentabilidade nos planos das universidades analisadas. Os PDI incorporam a sustentabilidade como um princípio orientador, valor institucional ou objetivo estratégico, especialmente vinculada ao desenvolvimento regional amazônico. Esse dado revela um ambiente institucional favorável à implementação de ações sustentáveis, uma vez que o planejamento em nível macro reconhece a importância da Agenda 2030 e dos ODS como referenciais estruturantes da atuação universitária.

Outra potencialidade relevante está relacionada ao modelo organizacional predominante de SiBi. Esse arranjo favorece a padronização de processos, estabelece um compartilhamento de recursos, promove a integração de serviços e estimula a formulação de políticas comuns, e isso tudo cria condições institucionais mais propícias para a adoção de práticas sustentáveis. Sob essa perspectiva, o planejamento em rede pode contribuir para ações alinhadas aos ODS 9 e 12, especialmente no que diz respeito à racionalização de recursos, à inovação em serviços informacionais e à melhoria da infraestrutura.

No campo da educação, inclusão e redução das desigualdades, os documentos analisados reconhecem o papel estratégico das bibliotecas universitárias na promoção da educação de qualidade (ODS 4) e na democratização do acesso à informação (ODS 10). As bibliotecas são frequentemente mencionadas como espaços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, e isso reforça seu potencial como agentes de inclusão social, formação cidadã e difusão do conhecimento científico, sobretudo em uma região marcada por desigualdades territoriais como é o caso da Amazônia Legal.

Destacamos, também, o potencial informacional das bibliotecas no que se refere ao acesso aberto, em simultâneo à preservação da memória científica e à organização do conhecimento. Esses aspectos, em nosso entendimento, estão diretamente relacionados aos ODS 12 e 16. Além disso, iniciativas pontuais, como a vinculação de repositórios institucionais aos ODS, podem permitir evidenciar possibilidades concretas de atuação das bibliotecas enquanto mediadoras entre a produção científica e os desafios do desenvolvimento sustentável.

Os PDI analisados demonstram uma valorização das parcerias institucionais, alinhada ao ODS 17. As universidades sempre reconhecem a importância da cooperação interinstitucional na articulação com a sociedade e na integração entre diferentes setores acadêmicos e administrativos. Nesse contexto, as bibliotecas universitárias adquirem, em nossa interpretação, um grande potencial para atuar como núcleos articuladores de ações educativas, culturais e informacionais voltadas para a sustentabilidade.

Por outro lado, apesar dessas potencialidades, o principal desafio que identificamos é a fragilidade e a ausência de PDU específicos para as bibliotecas universitárias. A maioria das instituições analisadas não dispõe de documentos próprios de planejamento para as bibliotecas, e isso, de acordo com o que apuramos ao longo da pesquisa, limita a tradução das diretrizes institucionais em ações concretas no âmbito dessas unidades. Essa lacuna, portanto, compromete a operacionalização da sustentabilidade em um nível micro-organizacional, tornando-a dependente de iniciativas isoladas ou individuais, que concluímos não serem sustentáveis a longo prazo.

Outro desafio significativo se refere à distância entre o discurso institucional e a prática efetiva. Embora os PDI apresentem, sim, um forte alinhamento retórico com a sustentabilidade e os ODS, essa orientação nem sempre se materializa em metas, indicadores ou ações claramente definidas nos PDU. Essa falta de esclarecimento dificulta a avaliação e a continuidade de práticas sustentáveis no cotidiano das bibliotecas universitárias.

No que concerne à inclusão, à acessibilidade e à diversidade, observamos que esses temas são amplamente mencionados nos PDI, mas raramente são detalhados de fato nos documentos específicos das bibliotecas. Como consequência disso, a ausência de ações estruturadas voltadas para a acessibilidade física, digital e informacional acaba se tornando um desafio grande, ainda mais diante do compromisso assumido pelas instituições com os ODS 4 e 10 e com a redução das desigualdades regionais.

A infraestrutura e a inovação tecnológica também são desafios persistentes. Embora os documentos reconheçam a necessidade de uma modernização, da sustentabilidade ambiental e do uso racional de recursos, as bibliotecas comumente enfrentam grandes limitações orçamentárias, tecnológicas, logísticas que dificultam a implementação de

práticas alinhadas aos ODS 9 e 12. Por conta disso, inferimos que essas limitações são agravadas pelas especificidades territoriais da Amazônia Legal, como a dispersão geográfica dos *campi* e a desigualdade no acesso a tecnologias.

Além disso, a baixa formalização da atuação das bibliotecas em parcerias estratégicas constitui também um desafio que vale destacarmos. Ainda que os PDI enfatizem a importância das parcerias para o desenvolvimento sustentável, os PDU raramente esclarecem o papel das bibliotecas nesse processo. Isso, por certo, reduz a visibilidade institucional dessas unidades e limita seu potencial de contribuição efetiva para o alcance do ODS 17, especialmente no que tange à articulação entre universidade e sociedade.

Considerações finais

A pesquisa analisou a incorporação da sustentabilidade nos PDI das IES públicas da Região Norte e nos PDU de suas bibliotecas universitárias, à luz dos ODS. Os resultados evidenciaram que a sustentabilidade ocupa um lugar central nos documentos, e vem sendo associada às missões institucionais, aos valores organizacionais e ao compromisso com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, mesmo que de forma tímida.

Entretanto, identificamos uma lacuna significativa entre o planejamento institucional das universidades e o planejamento específico das bibliotecas universitárias. A maioria das bibliotecas não dispõe de PDU próprios ou apresenta documentos que pouco operacionalizam as diretrizes institucionais relacionadas à sustentabilidade e aos ODS. Essa assimetria, no nosso entendimento, acaba limitando a tradução das intenções estratégicas em ações concretas no âmbito das bibliotecas, e isso torna a implementação de práticas sustentáveis dependente de iniciativas muito pontuais nas instituições.

Diante disso, concluímos que as bibliotecas universitárias possuem um bom potencial para atuar como agentes estratégicos do desenvolvimento sustentável na Região Norte, especialmente na promoção da educação de qualidade, da inclusão social e do acesso à informação. Contudo, o fortalecimento desse papel depende em grande medida de uma articulação efetiva entre PDI e PDU, da incorporação explícita dos ODS no planejamento das bibliotecas e do reconhecimento institucional dessas unidades como espaços centrais para a implementação da sustentabilidade no ensino superior e no contexto amazônico.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence
2015 *Análise de conteúdo*. 7ª ed. São Paulo: Edições 70, 2015.

DUTRA, S. K. W.; PINTO, M. D. S.; GERALDO, G.
2017 Agenda 2030: uma proposta de advocacy junto às bibliotecas das universidades públicas de Florianópolis-SC. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 13 (2017). [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/939/960.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D.
2017 Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. *Cadernos EBAPE.BR*. [Em linha]. 15:3 (2017) 667-681. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395157473.

GAMA, M. C. F.; ZANINELLI, T. B.
2023 Serviços informacionais e a agenda 2030 em bibliotecas universitárias. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓSGRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23º, Aracajú, 2023 – *Anais*. [Em linha]. Aracajú: ENANCIB, 2023. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1341/1090.

MAMTORA, J.; PANDEY, P.
2018 Identifying the role of open access information in attaining the UN Sustainable Development Goals. In IFLA GENERAL CONFERENCE AND ASSEMBLY, 84ª, Kuala Lumpur, 2018 – *Anais*. [Em linha]. Seattle: IFLA, 2018. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://repository.ifla.org/rest/api/core/bitstreams/aac04ee7-98a2-4fd0-b699-8fc1452c5add/content.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL
2015 *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. [Em linha]. Brasília (DF): Nações Unidas Brasil, [s.d.]. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs.

PATRI, E. C.
2011 Relações governamentais, Lobby e advocacy no contexto de publicaffairs. *OrGAnICoM*. [Em linha]. 14 (2011). [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://revistas.usp.br/organicom/issue/view/10222.

ROSSI, T.; PINTO, M. D. S.
2023 Framework serviços fundamentais para BU com enfoque nos objetivos de desenvolvimento sustentável. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 22º, Florianópolis, 2023 – *Anais*. [Em linha]. Florianópolis: SNBU, 2023. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://portal.febab.org.br/snbu2023/article/view/3015.

SIBI UFAM
2023 *Plano de Desenvolvimento da Unidade 2023-2025*. [Em linha]. Manaus: SiBi UFAM, 2023. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://edoc.ufam.edu.br/handle/123456789/8041.

SIBI UFOPA
2025 *Plano de Desenvolvimento do Sistema Integrado de Bibliotecas 2025-2027*. [Em linha]. Belém: SiBi UFOPA, 2025. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://pdi.ufopa.edu.br/pdi/pdu/documentos-pdus/.

SILVA, L. M. V. [et al.]
2025 Educação superior e sustentabilidade na Amazônia Legal: desafios e perspectivas para a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*. [Em linha]. 18:9 (2025) e20879. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/20879.

SIQUEIRA, T. G. S.; TRINDADE, T. O.; TRINDADE, T. L.
2022 Biblioteca universitária 2 em 1: desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 18 (2022) 1-17. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1693.

UEA. Universidade do Estado do Amazonas
2023 *Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027*. [Em linha]. Manaus: UEA, 2023. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://pdi.uea.edu.br/.

UEAP. Universidade do Estado do Amapá
2024 *Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2029*. [Em linha]. Macapá: UEAP, 2024. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://ueap.edu.br/pagina/plano_de_desenvolvimento_institucional_pdi.html.

UEPA. Universidade do Estado do Pará
2017 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UEPA 2017-2027*. [Em linha]. Belém: UEPA, 2017. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://prograd.uepa.br/wp-content/uploads/2022/01/PDI-2017-2027_compressed.pdf.

UERR. Universidade Estadual de Roraima
2023 *Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano Pedagógico Institucional: vigência 2023-2027*. [Em linha]. Boa Vista: UERR, 2023. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://uerr.edu.br/downloads/.

UFAC. Universidade Federal do Acre
2024 *Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2029*. [Em linha]. Rio Branco: UFAC, 2024. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://www.ufac.br/site/ufac/proplan/plano-de-desenvolvimento-institucional.

UFAM. Universidade Federal do Amazonas
2025 *Plano de Desenvolvimento Institucional 2026-2030*. [Em linha]. Manaus: UFAM, 2025. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://proplan.ufam.edu.br/pdi-menu.html.

UFNT. Universidade Federal do Norte do Tocantins
2023 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UFNT 2024-2027*. [Em linha]. Araguaína: UFNT, 2023. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://sistemas.ufnt.edu.br:5001/sau/none/files?path=./PROPESQ/PPGeo/Documentos/PDI%20UFNT.pdf.

UFOPA. Universidade Federal do Oeste do Pará
2024 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOPA 2024-2031*. [Em linha]. Santarém: UFOPA, 2024. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://pdi.ufopa.edu.br/pdi/.

UFPA. Universidade Federal do Pará
2016 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA 2016-2025*. [Em linha]. Belém: UFPA, 2016. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://pdi.ufpa.br/pdis-anteriores/pdi-2016-2025.

UFPA. Universidade Federal do Pará. Biblioteca Central
2022 *Plano de Desenvolvimento da Biblioteca Central 2022-2025*. [Em linha]. Belém: Biblioteca Central UFPA, 2022. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://bc.ufpa.br/pdu-biblioteca-central/.

UFRA. Universidade Federal Rural da Amazônia
2025 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRA 2025-2030*. [Em linha]. Belém: UFRA, 2025. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://pdi.ufra.edu.br/.

UFRA. Universidade Federal Rural da Amazônia. Biblioteca Universitária
2025 *Plano de Desenvolvimento da Unidade 2025-2027*. [Em linha]. Belém: UFRA, 2025. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://portalbiblioteca.ufra.edu.br/images/Institucional/PDU-BLJTVS_FINALIZADO_14_01_26_definitivo.pdf.

UFRR. Universidade Federal de Roraima
2021 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRR 2021-2025*. 3ª ed. [Em linha]. Boa Vista: UFRR, 2021. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://ufrr.br/proplan/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi/.

UFT. Universidade Federal do Tocantins
2021 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UFT 2021-2025*. [Em linha]. Palmas: UFT, 2021. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/l6G29vJbQ1ikIp_eqtOvgw.

UNIFAP. Universidade Federal do Amapá
2019 *Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024*. [Em linha]. Macapá: UNIFAP, 2019. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://www2.unifap.br/pdi/.

UNIFESSPA. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
2020 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFESSPA 2020-2026*. [Em linha]. Marabá: UNIFESSPA, 2020. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://seplan.unifesspa.edu.br/pdi.html.

UNIFESSPA. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Centro de Biblioteca Universitária
2024 *Plano de Desenvolvimento da Unidade 2024*. [Em linha]. Marabá: UNIFESSPA, 2024. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://cbiu.unifesspa.edu.br/images/documentos/PDU-CBIU2024.pdf.

UNIR. Universidade Federal de Rondônia
2025 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIR 2025-2029*. [Em linha]. Porto Velho: UNIR, 2025. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://pdi.unir.br/pagina/exibir/25806.

UNITINS. Universidade Estadual do Tocantins
2023 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UNITINS 2023-2027*. [Em linha]. Palmas: UNITINS, 2023. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://www.unitins.br/nPortal/pdi.

Carinna Jeffres de Lima | carinna.jeffres9@gmail.com
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil

Felipe Vlaxio | felipevlaxio@ufam.edu.br
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil

Amanda de Queiroz Bessa | amandabessa@ufam.edu.br
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil

PRÁTICAS BIBLIOTECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS: uma revisão de literatura sobre a aplicabilidade dos ODS pelas bibliotecas em prol da sustentabilidade

SUSTAINABLE LIBRARY PRACTICES: a literature review on the applicability of SDGs by libraries in favour of sustainability

Guilhermina de Melo Terra | Márcio Adriano Costa dos Santos | Rosilene Agapito da Silva Llarena

https://doi.org/10.21747/21836671/pagesp2026a10

Resumo: Objetiva-se mapear, por meio da literatura científica, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável incorporados às práticas biblioteconômicas em prol da sustentabilidade. Trata-se de uma revisão de literatura, de caráter descritivo e natureza qualitativa, realizada na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, no período de janeiro a março de 2026, por meio dos descritores "Bibliotecas", "Bibliotecas Verdes", "Sustentabilidade", "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" e "ODS", combinados pelo operador booleano AND. Consideraram-se artigos publicados entre 2017 e 2025, nos idiomas português e inglês, disponíveis na íntegra e localizados exclusivamente na respectiva base de dados, resultando em uma amostra de oito artigos. Os resultados evidenciaram que não só bibliotecas públicas e comunitárias vêm incorporando progressivamente às suas práticas a Agenda 2030, articulando as dimensões ambiental, econômica, social e cultural. Foram identificadas práticas relacionadas à educação ambiental, acesso à informação, mediação da informação, acessibilidade, gestão de recursos e ações comunitárias. Conclui-se que a sustentabilidade vem ampliando seu espaço no fazer biblioteconômico, independentemente de sua tipologia, ultrapassando a perspectiva exclusivamente ambiental e fortalecendo o papel social das bibliotecas como agentes de informação, educação e transformação das comunidades.

Palavras-chave: Agenda 2030; Bibliotecas; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; ODS; Sustentabilidade.

Abstract: The goal is to map, through the scientific literature, the Sustainable Development Goals incorporated into library practices in favor of sustainability. This is a literature review, descriptive in nature and qualitative, conducted in the Reference Database of Periodical Articles in Information Science, from January to March 2026, using the descriptors "Libraries," "Green Libraries," "Sustainability," "Sustainable Development Goals," and "SDGs," combined with the Boolean operator AND. Articles published between 2017 and 2025, in Portuguese and English, fully available and located exclusively in this database were considered, resulting in a sample of eight articles. The results showed that not only public and community libraries are progressively incorporating the 2030 Agenda into their practices, connecting environmental, economic, social, and cultural dimensions. Practices related to environmental education, access to information, information mediation, accessibility, resource management, and community actions were identified. It is concluded that sustainability has been expanding its role in library work, regardless of its type, going beyond purely environmental perspectives and strengthening the social role of libraries as agents of information, education, and community transformation.

Keywords: 2030 Agenda; Libraries; Sustainable Development Goals; SDGs; Sustainability.

Introdução

A sustentabilidade vem se consolidando, cada vez mais, como um dos principais eixos orientadores das políticas públicas e das estratégias organizacionais, em prol da melhoria da qualidade de vida da população e do planeta. Ao mesmo tempo em que a humanidade

apresenta tecnologias, com avanços representando resultados significativos para o bem-estar coletivo, é responsável pela degradação ambiental, social, política e econômica como um todo, interferindo, diretamente, na qualidade de vida da população, sobretudo, dos grupos sociais mais vulneráveis.

O cenário contemporâneo mundial se torna marcado por desafios ambientais urgentes, exigindo dos governos, das organizações e da sociedade civil mudanças radicais, de modo a despertar a conscientização socioambiental, no sentido das pessoas se educarem e se sensibilizarem, em prol da sustentabilidade, ou seja, da preservação da geração atual e conservação das futuras (CÂMARA, 2024).

A preocupação global com a sustentabilidade deve constar nos discursos e ações humanas, pois as consequências da degradação ambiental afetam todo o planeta. Assim, a luta por um futuro mais sustentável, equilibrará a preservação do meio ambiente e o que ele pode oferecer em consonância com a qualidade de vida da população.

Nessa perspectiva, as bibliotecas, enquanto espaços educativos e formativos, tornam-se fundamentais, junto à conservação ambiental, à valorização e à inclusão das populações locais, em virtude do papel social que necessitam cumprir. Tais espaços necessitam atuar com vista à promoção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis, por meio da implantação ou implementação de suas ações, no sentido de incorporarem a gestão sustentável e a educação ambiental ao planejamento institucional, no sentido das práticas biblioteconômicas passarem a ser mais sustentáveis.

Para isso, as bibliotecas não podem mais assumir a imagem de edifícios frios e distantes, responsáveis exclusivamente, pela guarda de livros, assumindo uma postura passiva. Pelo contrário, Terra (2013), defende a ideia de que, enquanto espaços educativos, as bibliotecas necessitam atuar como organizações abertas, isto é, de forma integral e integrada ao meio em que se encontram inseridas, exercendo suas práticas de forma proativa, ou seja, diagnosticando os problemas locais e, de forma antecipada, apresentar ações voltadas para discussões ou soluções para eles, visando, sempre, a melhoria da qualidade de vida da comunidade que servem.

Isso implica frisar que, por fazerem parte da comunidade, as demandas locais precisam ser inseridas à missão das bibliotecas, fazendo com que a população do entorno não só se enxergue nas programações ofertadas, mas também percebam que o espaço informacional se preocupa com seus problemas e, portanto, deixarão se envolver com a atividades realizadas e, por meio do processo dialógico, as informações disseminadas se transformarão em conhecimento.

Dessa forma, as bibliotecas passam a ser locais de comunicação e aprendizagem, atuando como instrumentos capazes de despertar a conscientização do público, quanto ao que é preciso ser melhorado, em prol do bem-estar social e, consequentemente, do planeta. Corroborando com o exposto, Cardoso e Machado (2022), afirmam que as bibliotecas possuem a responsabilidade de atuar como agentes de mudança, com a missão de formar pessoas reflexivas e críticas.

Como a meta é fazer com que a comunidade local aja de forma consciente, em prol do seu próprio bem-estar e bem-estar do planeta, cabem às bibliotecas atuarem como agentes de desenvolvimento sustentável onde, pelo letramento ambiental, contribuirão para a "[...] consciência ambiental mais ampla e [...] para a construção de um futuro sustentável ao

apoiarem objetivos globais de desenvolvimento sustentável, tal como a Agenda 2030" (GERALDO e PINTO, 2023:7).

Enquanto agentes de mudança, tais bibliotecas necessitam ofertar ações contínuas, inovadoras e integradas, em prol do equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação, tornando a ideia de sustentabilidade algo que perpasse o cumprimento de metas, estando voltado para a transformação de mentalidades e sistemas, já que o desenvolvimento sustentável é concebido como sendo o desenvolvimento que atende as necessidades atuais, sem prejuízos às gerações futuras, quanto ao atendimento de suas próprias necessidades (ORGANIZAÇÃO..., 2020; MORAES e Ferreira, 2022; MARTINEZ, 2025).

Ao oferecer serviços informacionais, desenvolver programas educativos, preservar o patrimônio documental e atuar como espaços de aprendizagem e convivência, as bibliotecas se voltam para o cumprimento da missão educativa e formativa, bem como atuar de forma integral e integrada ao meio em que são parte integrantes, pois só contribuirão com a atuação da comunidade de forma mais consciente e sustentável à medida que se moldarem aos indivíduos e aos objetivos da comunidade (LANKES, 2016). Uma vez feito isso, a atuação desses espaços, como contributo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tornar-se-á possível.

A partir de 2015, essa compreensão foi reforçada pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), a qual passou a defender o protagonismo das bibliotecas na implementação da Agenda 2030, destacando que tais espaços informacionais desempenham papel estratégico na democratização do acesso ao conhecimento e no desenvolvimento sustentável das comunidades em que estão inseridas (INTERNATIONAL..., 2015).

Desde então, observa-se um crescimento das discussões nacionais e internacionais acerca da atuação das bibliotecas, em contribuição aos ODS, contemplando desde práticas de educação ambiental e competência em informação (CoInfo) até ações voltadas à inclusão social, preservação cultural, inovação e participação cidadã.

No âmbito da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, a sustentabilidade vem sendo abordada sob diferentes perspectivas, incluindo gestão sustentável de bibliotecas, bibliotecas verdes, responsabilidade socioambiental, mediação da informação, acesso aberto, CoInfo e fortalecimento das comunidades. Estudos recentes evidenciam que as bibliotecas têm ampliado seu papel social, assumindo funções que extrapolam a organização e disponibilização da informação para atuar como agentes de transformação social e promoção do desenvolvimento sustentável. Entretanto, embora a produção científica sobre sustentabilidade em bibliotecas tenha crescido de forma significativa, observa-se que os estudos ainda se encontram dispersos quanto às práticas desenvolvidas e aos ODS efetivamente contemplados.

Posto isto, o estudo partiu da seguinte problemática: Tomando por base as produções científicas, no período de 2019 a 2025, quais ODS estão sendo introduzidos e aplicados às práticas biblioteconômicas? Frisa-se que a proposta se torna relevante, pois por meio dela será possível sistematizar os resultados obtidos, no sentido de permitir à comunidade biblioteconômica identificar as tendências, as potencialidades e as oportunidades para o fortalecimento de suas próprias práticas. Para responder a essa questão, o objetivo geral

consiste em mapear, por meio de um estudo bibliográfico, quais ODS estão sendo implantados e aplicados às práticas biblioteconômicas.

Desenvolvimento sustentável e Agenda 2030

Apesar de ser notório a necessidade de intensificar cada vez mais as ações em prol do desenvolvimento sustentável, afirma-se que nas últimas décadas, a preocupação com tal desenvolvimento vem ganhando proporções significativas. De fato, o modelo econômico utilizado em nível mundial durante grande parte do século XX, manteve-se preocupado apenas com a lucratividade, mesmo tendo consciência das consequências maléficas ao meio ambiente. Isso implica frisar que, ao mesmo tempo em que esse modelo econômico foi responsável por significativos avanços tecnológicos e aumento da capacidade produtiva mundial, trouxe consigo a intensificação dos problemas ambientais, sociais e econômicos, resultando no comprometimento da qualidade de vida da população e do equilíbrio dos ecossistemas (VEIGA, 2010; SACHS, 2008).

Em nível histórico, afirma-se que o termo "desenvolvimento sustentável", assim como a ideia de sustentabilidade ganharam força no cenário mundial, por meio de episódios que tiveram como motivação central tanto o impacto ambiental, quanto os problemas decorrentes da lógica mecanicista e racionalista empregados pelo modo de produção capitalista após a revolução industrial. Dentre tais episódios, citam-se: a partir dos seguintes episódios: o Relatório Nosso Futuro Comum, publicado em 1987; o Evento Rio 92, ocorrido no ano de 1992; a Assinatura do Protocolo de Quioto, em 1997; o Pacto Global, no ano de 1999 e a Criação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em 2000 (SALA *et al.,* 2020).

Com o crescimento populacional e, sobretudo, as consequências que a ação humana está trazendo negativamente ao meio ambiente, tem-se a ampliação das discussões internacionais acerca da necessidade de repensar os modelos tradicionais de desenvolvimento. Em resposta a tais discussões, cita-se a Agenda 2030, criada no ano de 2015, com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, as quais visam estabelecer um plano de ação global voltado para a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades, a proteção ambiental e a promoção da prosperidade.

Esperou-se que toda a sociedade adotasse este plano de ação, de modo a contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população e do planeta até 2030. Isso implica destacar que o conceito de desenvolvimento sustentável, progressivamente, perpassou a ideia ligada, exclusivamente, às questões ambientais, uma vez que se incorporou no plano às dimensões ambiental, social e econômica. Como resultado, o esperado seria que todas as organizações de todas as esferas estabelecerem ações destinadas ao combate à pobreza, à redução das desigualdades sociais, à promoção dos direitos humanos, à educação, ao acesso à informação, à participação cidadã e ao fortalecimento das instituições democráticas.

Nessa perspectiva, Sachs (2008) defende o posicionamento de que o desenvolvimento sustentável deve ser compreendido de maneira sistêmica, considerando a interação entre múltiplas dimensões, já que o crescimento econômico somente produz desenvolvimento à medida que ocorrer de forma articulada com a inclusão social, a proteção ambiental, o fortalecimento institucional e a valorização da diversidade cultural. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento sustentável passa a exigir não só políticas ambientais, mas também

mudanças culturais capazes de promover novas formas de relacionamento entre sociedade, economia e natureza.

Cabe resgatar a visão de Veiga (2010), a qual compreende a sustentabilidade não apenas como um estado permanente a ser alcançado. Pelo contrário, segundo o autor, a sustentabilidade necessita ser concebida como um processo de transformação social contínuo, no sentido de acompanhar as constantes mudanças nos padrões de produção, consumo e utilização dos recursos naturais, a fim de evitar novas crises ambientais. Corroborando com o exposto, Boff (2017) destaca que a crise ambiental contemporânea está diretamente relacionada à forma como a humanidade passou a compreender sua relação com o planeta, defendendo que a sustentabilidade pressupõe uma ética do cuidado, da solidariedade e da responsabilidade coletiva.

Posto isto, destacam-se as bibliotecas como organismos, cujo papel social na contemporaneidade se volta para o desenvolvimento do meio em que se encontram inseridas. Portanto, passam a corresponde a espaços mediadores da informação, com vistas à contribuição do despertar da consciência dos usuários, quanto à importância da preservação da sociedade atual, em prol da garantia de um futuro sustentável para as novas gerações.

Assim, com a inclusão da Agenda 2030 em suas práticas, conseguirão a cada ação ofertada à comunidade, fazer uso de ODS específico, no sentido de atingir metas que se tornem nos objetivos esperados, uma vez que tal agenda apresenta caráter universal, atribuindo responsabilidades compartilhadas a todos os países, independentemente de seu nível de desenvolvimento econômico.

Bibliotecas e suas práticas para o desenvolvimento sustentável

Quando se fala em bibliotecas não se pode manter a visão de que se trata de espaços voltados, exclusivamente, para a guarda de documentos, pois devido as transformações sociais, econômicas, ambientais e tecnológicas da sociedade contemporânea, as bibliotecas ganham um papel social claro: desenvolvimento do meio em que são partes integrantes.

Nessa perspectiva, as bibliotecas necessitam ser compreendidas como instrumentos mediadores da informação, da aprendizagem, da interação social e do desenvolvimento social, a partir de ofertar ações voltadas às necessidades de suas comunidades, em prol da geração de soluções para a melhoria da qualidade de vida dos moradores locais e, consequentemente, do planeta, pois se cada território cumprir sua parte, o desenvolvimento sustentável se tornará possível.

No que diz respeito a relação entre bibliotecas e desenvolvimento sustentável, cita-se Sala *et al.* (2020), os afirmam que existe diferentes ações e práticas profissionais direcionadas à contribuição das bibliotecas para os ODS, reforçando que tais instituições atuam como equipamentos culturais e como espaços de desenvolvimento de boas práticas relacionadas à Agenda 2030.

Assim, compreende-se que as bibliotecas para trabalharem os ODS nas ações ofertadas à comunidade, necessitam fazer uso não só da dimensão dialógica, mas também das dimensões ambiental, econômica, política, social e cultural, a partir da ação mediadora, a

qual pode ocorrer diretamente com os usuários ou na ausência deles, o que é conhecido como mediação explícita e implícita, como defendido por Almeida Júnior (2015). Posto isto, afirma-se que a sustentabilidade se incorpora perfeitamente às atividades biblioteconômicas, independente da natureza da instituição.

Para Silva *et al.* (2022) a relação entre biblioteca, projetos socioambientais, educação e mediação da informação, dar-se apenas por meio da dimensão ambiental, quando defendem que a biblioteca deve atuar como espaço para o desenvolvimento de ações de sensibilização e educação ambiental. Todavia, a sustentabilidade por ser algo complexo, exigirá das bibliotecas práticas igualmente complexas, envolvendo todas as dimensões defendidas pela Agenda 2030, bem como se defende aqui que cabe a todas as bibliotecas incluírem em suas práticas a sustentabilidade, e não destinar tal responsabilidade apenas às bibliotecas públicas e comunitárias.

Cabe salientar que a sustentabilidade deve ser estabelecida tanto no âmbito interno, quanto externo da biblioteca. O primeiro âmbito corresponde à prática de gestão das bibliotecas. Nesse contexto, destacam-se Moreno *et al.* (2022), onde em seus estudos identificaram quatro temas principais que são trazidos para a atuação das bibliotecas, em prol da sustentabilidade: construção verde; tecnologias da informação e comunicação; modelos de avaliação e; práticas sustentáveis aplicadas simultaneamente. Tais resultados corroboram com o pensamento citado anteriormente, já que demonstram que a discussão da sustentabilidade na gestão de bibliotecas envolve diferentes dimensões, não se voltando, exclusivamente, à dimensão ambiental.

Quanto a este universo, não se pode deixar de frisar Cardoso e Machado (2017), as quais abordam sobre as bibliotecas verdes. Para as autoras, tais bibliotecas se tornam sustentáveis porque relacionam a sustentabilidade às características físicas das bibliotecas, preocupando-se com questões relacionadas à infraestrutura, às tecnologias, às práticas de gestão e à adoção de procedimentos sustentáveis, junto ao funcionamento das instituições. Nesse caso, a sustentabilidade não aparece apenas como conteúdo de atividades oferecidas aos usuários, mas também como elemento que pode orientar decisões e práticas institucionais, utilizando tais práticas como base para as ações a serem ofertadas à comunidade, haja vista que a ideia de bibliotecas verdes perpassa o contexto somente interno.

Isso implica frisar que as bibliotecas devem não só contribuir com o meio ambiente, por meio de suas práticas internas, mas também fazer uso de ODS específicos em suas práticas, serviços e atividades, com vistas a contribuir com o despertar da consciência dos usuários que participarão das ações. Como cada ação visará atingir determinada meta, a biblioteca fazer uso de várias estratégias, segundo a faixa etária e processo linguístico do público a atender, pois a finalidade é fazer com que os usuários se envolvam nas discussões sobre temas relacionados às necessidades presentes em seu contexto social. Assim, a dimensão dialógica que resultará na reflexão sobre problemas sociais e ambientais sentidos pelo público, de modo a pensarem em possíveis soluções de melhoria local, incluirá, também, as dimensões ambiental, econômica, social e cultural e, portanto, resultando na transformação tanto dos sujeitos, quanto do meio em que se encontram inseridos. É isso que se espera das práticas biblioteconômicas, em prol da sustentabilidade.

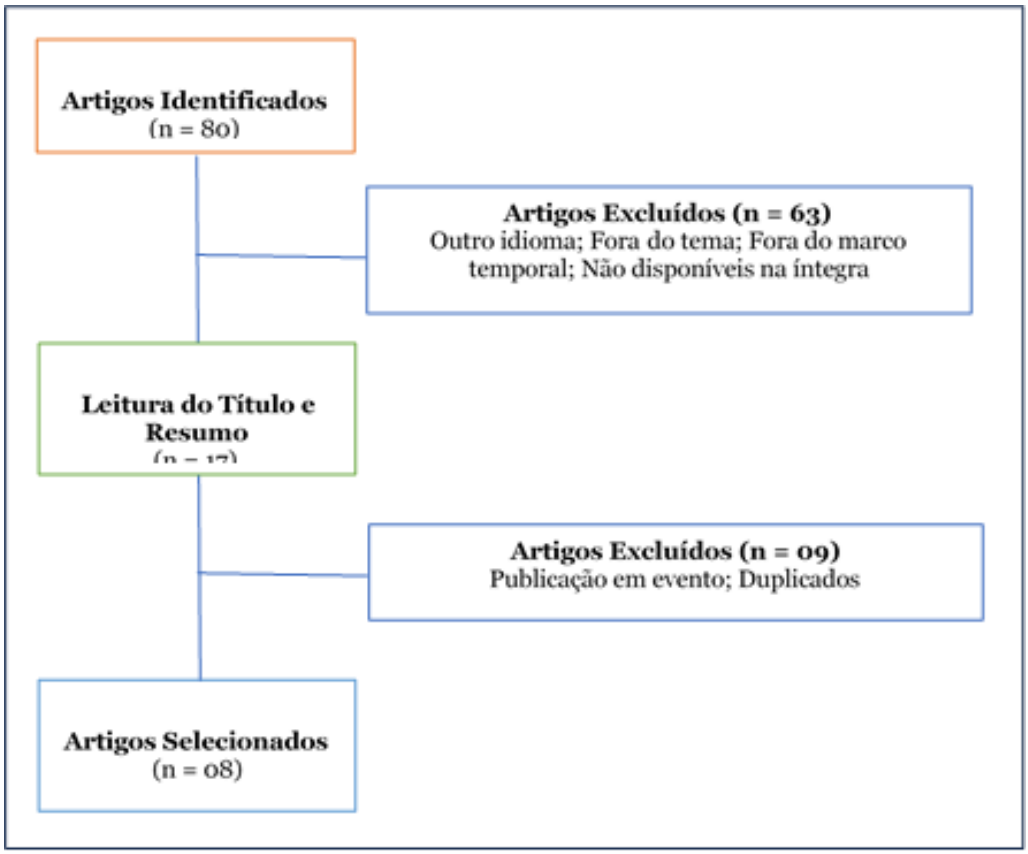
Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma revisão de literatura, de caráter descritivo, com natureza qualitativa, a qual buscou verificar quais ODS são inseridos às práticas biblioteconômicas, em prol da sustentabilidade, junto às publicações científicas divulgadas na base de dado BRAPCI, utilizando-se como descritores: "Bibliotecas", "Bibliotecas Verdes", "Sustentabilidade", "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" e "ODS", os quais foram trabalhados de forma combinada, por meio do operador booleano AND. A pesquisa foi conduzida em janeiro a março de 2026.

Dentre os critérios de inclusão, citam-se: artigos publicados no período de 2017 a 2025; artigos publicados nos idiomas português e inglês e; artigos localizados, exclusivamente, na base de dados BRAPCI. Quanto aos critérios de exclusão, foram desconsiderados os artigos publicados em eventos; artigos que apresentaram duplicidade e; artigos não disponíveis na íntegra.

Para organizar o estudo, após a identificação dos artigos que tratavam sobre a aplicabilidade dos ODS junto às ações biblioteconômicas, iniciou-se a leitura dos títulos e resumos onde, pelos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados os artigos a serem apresentados e analisados. Com o propósito de visualizar as etapas do processo, foram reunidos os dados acerca do processo de seleção dos artigos em um fluxograma (Fig, 1).

Fig. 1 – Processo de seleção dos artigos



Fonte: Os autores (2026)

Com base no fluxograma (Fig. 1), observa-se que o maior descarte ocorreu ainda no primeiro momento da coleta, uma vez que tais artigos se apresentaram fora do idioma determina como padrão para o estudo, por apresentarem temáticas que não condiziam com o estudo ou não se encontravam na íntegra e no recorte temporal. Após a leitura dos títulos e resumos, apenas 09 artigos foram excluídos. Foi feita a leitura integral dos artigos que fizeram parte da amostra selecionada.

Resultados e discussões

Conforme citado no item anterior, este estudo foi estabelecido a partir de uma amostra constituída por 08 artigos, localizados exclusivamente na base de dados BRAPCI, cuja análise permitiu ser feita a identificação de diferentes formas de práticas voltadas para a sustentabilidade estão sendo estabelecidas pelas bibliotecas. Com o propósito de facilitar a compreensão, apresenta-se o Quadro 1, o qual sistematiza os achados, favorecendo a análise comparativa.

Quadro 1 – Adoção dos ODS às práticas biblioteconômicas

Autor/Data	Título	Objetivo	Tipo de biblioteca	ODS adotado	Dimensão
Silva; Karpinski, 2019	Ações e práticas sustentáveis na Biblioteconomia: Biblioteca Univali *Campus* Balneário Camboriú	descrever as ações sustentáveis desenvolvidas pela Biblioteca	Comunitária	4, 12	Ambiental Econômica
Ramos *et al.*, 2021	Boas Práticas de Bibliotecas Brasileiras Alinhadas ao Desenvolvimento da Agenda 2030 da ONU: uma perspectiva a partir do público infanto-juvenil	analisar contribuições de bibliotecas brasileiras, junto ao público infantojuvenil, para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU	Escolar Pública Comunitária Bibliotecas Parque	3, 4, 5, 8, 12, 15, 17	Ambiental Social Econômica
Raulino; Meira, 2021	A circulação de um modelo verde no Brasil: a Biblioteca Parque Villa-Lobos	analisar de que forma a sustentabilidade e a questão das bibliotecas verdes se configuram no conceito parque na BVL e verificar os principais fatores que impactam em sua aplicabilidade e refletem em suas práticas	Biblioteca Verde	1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16	AmbientalEconômica Social

Silva; Borges, 2021	A biblioteca pública como viabilizadora da Agenda 2030 da ONU	identificar ações realizadas pela Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães (BPMJG) que podem contribuir para atingir os objetivos da Agenda 2030	Pública	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 17	Ambiental Econômica Social Cultural
Nara; Condurú, 2021	Biblioteca escolar: da educação ambiental à construção de uma cultura sustentável	compreender a educação ambiental e sustentabilidade, identificando projetos de educação ambiental em bibliotecas escolares e analisar como o bibliotecário pode contribuir na construção de uma cultura sustentável	Escolar	4, 5, 12, 13	Ambiental Social Econômico
Araújo; Feitosa; Santos, 2022	Biblioteca Central da Universidade Federal de Alagoas: um estudo das práticas de inovação e sustentabilidade	identificar e analisar as ações sustentáveis na Biblioteca Central da Universidade Federal de Alagoas, que contribuem para alcance do desenvolvimento sustentável	Universitária	4,10,12,16	Ambiental Social
Reinaldo *et al.*, 2025	Biblioteca pública no Parque da Cidade: promovendo sustentabilidade e educação ambiental	analisar as iniciativas sustentáveis da Biblioteca do Parque da Cidade Nivaldo Monte e avaliar seu impacto na promoção da educação ambiental	Biblioteca Parque	4, 10, 11, 12, 13	Ambiental Social Econômico
Silva; Oliveira; Santos Neto, 2025	A mediação da informação para a sustentabilidade ambiental na perspectiva da Agenda 2030: estudo de caso na Biblioteca do IFPA Campus Santarém	identificar ações de mediação da informação em favor do desenvolvimento sustentável realizadas na Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Santarém, à luz da Agenda 2030	Universitária	4, 9, 10, 16,17	Econômico Social

Fonte: Os autores (2026)

Tomando por base a tabela supracitada, observa-se que as bibliotecas vêm apresentando a preocupação em incorporar às suas práticas a Agenda 2030, mesmo que, majoritariamente, estreitam-se à dimensão ambiental. Embora a tal dimensão apareça com mais frequência, pode-se verificar que as demais dimensões já estão começando a surgir, o que demonstra a conscientização dos bibliotecários, no que diz respeito às questões da sustentabilidade como sinônimo de medidas voltadas apenas para a redução de resíduos, economia de energia ou utilização racional de recursos.

Isso implica frisar que as práticas biblioteconômicas, além de envolverem vários ODS, igualmente, são estabelecidas a partir da articulação de diferentes dimensões do desenvolvimento, o que atende os princípios da Agenda 2030 (ORGANIZAÇÃO..., 2015). Afirma-se isso, pois, à medida que as bibliotecas desenvolvem suas ações relacionadas aos princípios da educação ambiental, da inclusão, da cultura ou do acesso à informação, operacionalizam o que é estabelecido pela Agenda 2030, cujo plano deve ser desenvolvido de forma integrada, considerando simultaneamente as necessidades das pessoas, do planeta e da prosperidade.

Essa perspectiva pode ser observada no artigo de Silva e Karpinski (2019), desenvolvido na Biblioteca Comunitária da Universidade do Vale do Itajaí, Campus Balneário Camboriú, a qual vem atuando a partir da integração das dimensões ambiental e econômica, de modo a conscientizar tanto a comunidade interna da biblioteca, quanto a comunidade externa. Quanto à comunidade interna, pode-se ver que, desde a criação da biblioteca,

> [...] a instalação ao mobiliário moderno, teve como alicerce a sustentabilidade e eficiência energética. A obra recebeu etiqueta nacional de conservação de energia elétrica, obtendo nível de classificação A, sendo um dos primeiros edifícios do Brasil a receber o selo do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia/Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (INMETRO-PROCEL) (SILVA e KARPINSKI, 2019:181).

Como visto, a aproximação da biblioteca aos princípios da Agenda 2030, primeiramente, deu-se por projetos não voltados ainda ao público. Todavia, ao iniciar suas atividades, a comunidade externa foi presenteada com projetos pensados para trazer aos vários públicos a conscientização, quanto ao consumo e desperdício de materiais, como é o caso do Projeto "Sustentabiblio"; o Projeto *BookCrossing,* o qual objetiva transformar o território local em uma grande biblioteca. Como em suas ações, os ODS 4 e 12 são os que se destacam, a biblioteca vem atuando nas dimensões ambiental, econômica e social, agregando também a cultural, por fazer parte do contexto biblioteconômico.

Ao mencionar as dimensões ambiental, econômico e social, apresenta-se o artigo *Boas Práticas de Bibliotecas Brasileiras Alinhadas ao Desenvolvimento da Agenda 2030 da ONU: uma perspectiva a partir do público infanto-juvenil*, publicado por Ramos *et al.* (2021), o qual também evidencia a adoção de ODS às experiências de bibliotecas escolares, públicas, comunitárias e bibliotecas parque voltadas ao público infantojuvenil, cujos resultados abordam as dimensões supracitadas. Tal fato ocorre, pois, segundo o estudo, as bibliotecas analisadas relacionam às suas práticas os ODS 3, 4, 5, 8, 12, 15 e 17, abrangendo, assim, a formação para a cidadania, a educação, a igualdade, o trabalho, o consumo responsável e as parcerias também integram esse processo.

Um fator que se pode compreender como fato estratégico, liga-se à faixa etária escolhida pela biblioteca. O público infanto-juvenil representa os adultos de amanhã, logo, trabalhar nessa clientela atitudes, valores e conhecimentos relacionados à sustentabilidade, produzirá efeitos multiplicadores à comunidade em que tais públicos pertencem, fazendo com que a biblioteca venha a cumprir seu papel social, já que pelo ODS 4 assume a função educativa e a mediadora que se espera.

Com o objetivo de compreender a educação ambiental e sustentabilidade, identificando projetos de educação ambiental em bibliotecas escolares, analisando como o bibliotecário pode contribuir na construção de uma cultura sustentável, Nara e Condurú (2021) discutirem a biblioteca escolar como espaço de educação ambiental e de construção de uma cultura sustentável, todavia, é visível que tal biblioteca, apesar de sempre apontar a dimensão ambiental com o carro chefe de suas práticas, com base nos ODS que adotam, cabe salientar que também as dimensões social e econômica são abordadas, ou seja, os ODS 4, 5, 12 e 13.

A educação ambiental, quando desenvolvida no espaço da respectiva biblioteca, não se limitou à transmissão de informações sobre problemas ecológicos, o que é concebido como um aspecto positivo, pois é notório que os bibliotecários possuem a consciência de que a sustentabilidade é algo complexo, portanto, acabaram por favorecer o despertar de sujeitos capazes de interpretar de forma crítica sua própria realidade, com perspectiva de mudá-la em prol da melhoria da qualidade de vida local.

Quando se fala em melhorar a vida da comunidade, cita-se a dimensão social como foco principal. No artigo de Silva e Borges (2021), tal dimensão ganhou maior visibilidade. As autoras analisaram a Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães, a qual, dentre todas as bibliotecas estudas, esta é que mais apresentou uma postura consciente, quanto à sustentabilidade. A prova disso, liga-se aos ODS que foram identificados como parte das ações ofertadas à comunidade, isto é, ODS 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17.

A amplitude de ODS, evidentemente, faz com que a biblioteca opere com um leque de dimensões. De fato, pôde-se perceber a adoção das dimensões ambiental, econômica, social e cultural. Tal fato, certamente, ocorre devido à natureza da biblioteca. Por ser pública, a relação com a Agenda 2030 se dá mais facilmente. Todavia, defende-se aqui que, independentemente da natureza, as bibliotecas necessitam, em cumprimento da sua própria função social, estabelecer "ações sustentáveis".

O estudo de Raulino e Meira (2021), sobre a Biblioteca Parque Villa-Lobos, tem-se a apresentação de um tipo de biblioteca que grande parte da sociedade ainda não conhece: a biblioteca parque. Tais bibliotecas atuam como bibliotecas públicas (para uns) e/ou comunitária (para outros), necessitando cumprir sua missão da mesma forma. A diferença é que se encontrará em um parque e com uma arquitetura, muito provavelmente, pensada de forma sustentável.

A prova do exposto, liga-se ao respectivo artigo, onde as autoras fizeram o processo de análise da biblioteca estudada, a partir da perspectiva do conceito de "bibliotecas verdes", mas defendendo a ideia de que não se pode aqui pensar apenas na arquitetura do prédio, pois a sustentabilidade deve ir além da própria biblioteca, perpassando seus muros. Isso pode ser verificado na biblioteca em tela, pois se observou a adoção dos seguintes ODS: 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 16. Isso implica frisar que as práticas adotadas pela Biblioteca Parque

Villa-Lobos envolvem as dimensões ambiental, econômica e social, cuja sustentabilidade se encontra presente tanto no seu espaço, quanto nos seus serviços, programas e atividades oferecidos à população.

O estudo de Araújo, Feitosa e Santos (2022), realizado na Biblioteca Central da Universidade Federal de Alagoas, já resgata a variável "inovação" agregada à sustentabilidade, a partir do olhar do fazer da biblioteca universitária. Segundo os autores, tal biblioteca, em suas práticas, adota os ODS 4, 10, 12 e 16, associados às dimensões ambiental e social. Com base nesse artigo, é comprovado que a biblioteca que se insere no ambiente superior também pode incorporar a Agenda 2030 em suas práticas.

Um fator inovador no trabalho dos autores Silva, Oliveira e Santos Neto (2025), ligou-se à inclusão da "mediação da informação" como base para a aplicabilidade de ações sustentáveis não só no ambiente interno, mas também externo, com ações voltadas para a inclusão, circulação da informação e formação dos sujeitos. O estudo, também desenvolvido em biblioteca universitária, demonstrando que este espaço pode contribuir com os princípios da Agenda 2030. No caso, a biblioteca em tela adotou os ODS 4, 9, 10, 16 e 17, visando atingir as dimensões social e econômica.

É importante frisar que a biblioteca, para ajudar na questão da sustentabilidade, não precisa adotar todos os ODS e dimensões, o que não pode acontecer é a não adoção da Agenda 2030 às suas práticas, continuando espaços meramente operacionais, não contribuindo com o despertar da consciência crítica dos usuários que a frequentam. Corroborando com o exposto, tem-se os artigos mais recentes, pois conforme pode ser visto no Quadro 1, os artigos mais antigos, deram ênfase às práticas institucionais e ambientais, enquanto as demais dimensões começaram a aparecer nos recortes mais atuais, mostrando uma evolução positiva, quanto à missão das bibliotecas na contemporaneidade.

A prova disso, encontra-se no artigo de Reinaldo *et al.* (2025), onde os autores ao analisarem a Biblioteca do Parque da Cidade Nivaldo Monte, notaram que a mesma adotou em suas práticas os ODS 4, 10, 11, 12 e 13, associando às dimensões ambiental, social e econômica. De interessante, observou-se a preocupação da biblioteca com a questão da acessibilidade, sobretudo, com a população cega ou com baixa visão. Assim, a prática biblioteconômica envolve ações de gestão, educação, inclusão e preservação ambiental.

Tomando por base os artigos, pode-se destacar o uso de quatro aspectos. O primeiro, volta-se para o uso majoritário da dimensão ambiental, demonstrando que para muitos, tal dimensão deve ser a base para a prática biblioteconômica, mas no sentido de adaptação do espaço em prol da sustentabilidade, sendo que tal dimensão necessita atingir a comunidade, por meio de ações educativas, educação ambiental, educação inclusiva, pensamento crítico e de preservação. O segundo aspecto, evidencia a inclusão da dimensão social como sendo fator voltado para a diminuição das diferenças, igualdade de gênero, acesso à informação de forma equitativo, permitindo uma participação da comunidade. No que tange ao terceiro aspecto, tem-se a dimensão econômica, a qual passou a se relacionar com o uso eficiente dos recursos, inovação, trabalho, consumo responsável e gestão institucional. A dimensão cultural, por sua vez, aparece como o último aspecto detectado. Embora aparecendo claramente em apenas um artigo, sabe-se que a dimensão cultural faz parte da prática biblioteconômica desde sempre, pois a biblioteca, além de ser um espaço mediador, espaço de cultura, memória, identidade e acesso ao patrimônio simbólico, como defendido por Weber (2012), quando associa o desenvolvimento sustentável dos espaços

informacionais tanto ao desenvolvimento cultural dos indivíduos, quanto dos grupos sociais.

Analisando os ODS, destaca-se que o ODS 4 – Educação de Qualidade, consta em todos os trabalhos analisados. Tal fato se justifica pela função educativa que lhes é conferida às bibliotecas, confirmando a forte relação histórica entre biblioteca, educação e aprendizagem ao longo de sua história. Também se destacam o ODS 10 – Redução das Desigualdades, o ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis e o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, além de ODS relacionados especificamente às questões ambientais, como os ODS 11 e 13.

Cabe frisar o ODS 16, o qual também merece atenção, pois sua contribuição ocorre não só por meio de projetos temáticos, mas também pela própria garantia de acesso à informação. A meta 16.10 estabelece a necessidade de assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais. Nessa perspectiva, disponibilizar informação confiável, orientar usuários e favorecer o desenvolvimento de competências para localizar e avaliar informações são práticas que aproximam diretamente as bibliotecas da Agenda 2030.

Destarte, afirma-se por meio dos artigos estudados, que a prática biblioteconômica, progressivamente, vem trazendo para sua base a sustentabilidade, independente da sua natureza. Com isso, as bibliotecas deixam de ser concebidas como simples espaços guardadores de livros, passando a ser instituições capazes de participar de forma ativa na construção de sociedades mais informadas, inclusivas e ambientalmente responsáveis, contribuindo tanto para a preservação da história local, quanto para a conservação das histórias futuras.

Considerações finais

O estudo apresentou como objetivo estabelecer um mapeamento, através da literatura científica, acerca de quais ODS e suas respectivas dimensões estão sendo introduzidos às práticas biblioteconômicas em prol da sustentabilidade. Todos os artigos levantados se encontraram, exclusivamente, na base de dados BRAPCI.

Os resultados mostraram um avanço progressivo, junto à compreensão que sustentabilidade no âmbito da Biblioteconomia, no que diz respeito às dimensões a serem desenvolvidas, a cada ODS escolhido para a oferta das atividades frente à comunidade, haja vista que, a ideia de que a sustentabilidade deve ser aplicada à biblioteca, enquanto prédio, avançou significativamente, ganhando destaque as dimensões econômica e social, já que antes o predomínio se dava apenas para a dimensão ambiental.

Nessa perspectiva, as práticas identificadas contemplam educação ambiental, mediação da informação, acesso à cultura, inclusão, formação de usuários, gestão de recursos e ações direcionadas às comunidades, dando destaque à aproximação entre as funções tradicionalmente desempenhadas pelas bibliotecas e os princípios da Agenda 2030, especialmente pela capacidade dessas instituições de promover acesso à informação, conhecimento, educação e participação social, já que a sustentabilidade deve ser aplicada junto às práticas biblioteconômicas, em benefício da própria comunidade.

Ademais, notou-se que o ODS 4, manteve-se presente em todos os artigos analisados, o que é perfeitamente compreensível, pela própria natureza das bibliotecas. Cabe salientar que os ODS 10, 12 e 16 se mantiveram constantes de forma alternadas. Também foram identificadas relações com os ODS 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13 e 17, demonstrando que a atuação das bibliotecas pode alcançar diferentes frentes da Agenda 2030.

Cabe salientar que o estudo observou, também, que a ideia de que apenas bibliotecas públicas e comunitárias é que necessitam trabalhar as questões de sustentabilidade vem, positivamente, ampliando-se, já que os estudos abordaram sobre vários tipos de biblioteca, as quais vem atuando como agentes de desenvolvimento sustentável, sobretudo por meio da articulação entre informação, educação, cultura, inclusão e responsabilidade socioambiental.

Como limitação, destaca-se o número de estudos que compuseram a amostra, o que não permite generalizar os resultados para a realidade das bibliotecas em sua totalidade. Recomenda-se, nesse contexto, para pesquisas futuras, ampliar o levantamento bibliográfico e desenvolver estudos empíricos que possibilitem compreender os impactos dessas práticas nas comunidades atendidas.

Destarte, mais do que mapear quais ODS são adotados pelas bibliotecas em prol da sustentabilidade, precisar-se-á ampliar o estudo, no sentido de ser possível a compreensão de como a sustentabilidade pode ser ampliada no fazer biblioteconômico, a fim de fortalecer o papel social exigido na contemporaneidade.

Referências bibliográficas

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco
2015 Mediação da informação: um conceito atualizado. In *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina. Org. Sueli Bortolin; João Arlindo Santos Neto; Rovilson José da Silva. Londrina: ABECIN, p. 9-32.

ARAÚJO, Nelma; FEITOSA, Anne Evelly Odilon; SANTOS, Karoline Kenele
2022 Biblioteca Central da Universidade Federal de Alagoas: um estudo das práticas de inovação e sustentabilidade. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*. [Em linha]. 17:1 (2022) 27-38. [Consult. 15 jan.2026]. Disponível em: https://revistas.usp.br/pbcib/article/view/252747/225842.

BOFF, Leonardo
2017 *Sustentabilidade: o que é: o que não é*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, [2017].

CÂMARA, Ádja de Fátima Lima Figuerôa
2024 Práticas de educação ambiental em bibliotecas verdes: trilhando o caminho do desenvolvimento sustentável. [Em linha]. Recife, 2024. [Consult. 15 jan. 2026]. Disponível em: https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1465/Pr%c3%a1ticas%20de%20educa%c3%a7%c3%a3o%20ambiental%20em%20bibliotecas%20verdes%20-%20trilhando%20o%20caminho%20do%20desenvolvimento%20sustent%c3%a1vel.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
Dissertação de mestrado em Gestão Ambiental - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

CARDOSO, Nathalice Bezerra; MACHADO, Elisa Campos
2017 Bibliotecas verdes e sustentáveis no Brasil. *TransInformação*. [Em linha]. 29:2 (2017) 141-149. [Consult. 15 jan. 2026]. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/7dRCtJTvNCHqMzSJQbfMqYy/?format=html&lang=pt&ilang=pt_BR.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza
2023 Gestão estratégica da sustentabilidade em bibliotecas universitárias: contribuições para os objetivos do desenvolvimento sustentável. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 22º, Florianópolis, 2023 – *Anais*. [Em linha]. Florianópolis: SNBU, 2023. [Consult. 15 jan. 2026]. Disponível em: https://portal.febab.org.br/snbu2023/article/view/2944.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS
2015 *The International Advocacy Programme (IAP): Libraries, Development and the United Nations 2030 Agenda*. The Hague: IFLA, 2015. [Consult. 15 jan. 2026]. Disponível em: https://www.ifla.org/publications/international-advocacy-programme-iap-brochure/.

LANKES, R. David
2016 *Expect more: melhores bibliotecas para um mundo complexo*. São Paulo: FEBAB, 2016.

MARTINEZ, Luzia
2025 Agenda 2030 e os ODS: metas, desafios e conexões com os tipos de sustentabilidade. In *BLOG ECOS*. [Em linha]. 2025. [Consult. 16 nov. 2025]. Disponível em: https://123ecos.com.br/docs/ods-agenda-2030/.

MORAES, J. L.; FERREIRA, L. M.
2022 Sustentabilidade ambiental em bibliotecas universitárias: realidades e desafios. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 51:2 (2022) 1-18. [Consult. 19 nov. 2025]. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5581.

MORENO, Edinei Antônio [et al.]
2022 Abordagem da sustentabilidade no contexto da gestão de bibliotecas: revisão da literatura internacional. *RDBCI*. [Em linha]. 20 (2022). e022025. [Consult. 16 jan. 2026]. Disponível em: https://edubase.sbu.unicamp.br/items/1e6ccfe2-919b-42b9-a168-55fa93224c3a/full.

NARA, Fernanda May de Assis; CONDURÚ, Marise Teles
2021 Biblioteca escolar: da educação ambiental à construção de uma cultura sustentável. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 17 (2021) 1-21. [Consult. 16 jan. 2026]. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1437.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
2020 Nações Unidas do Brasil. [Em linha]. 2020. [Consult. 17 nov. 2025]. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
2015 *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. [Em linha]. Nova York: ONU, 2015. [Consult. 17 nov. 2025]. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf.

RAMOS, Juliana Marques [et al.]
2021 Boas práticas de bibliotecas brasileiras alinhadas ao desenvolvimento da Agenda 2030 da ONU: uma perspectiva a partir do público infantojuvenil. *Revista ACB*. [Em linha]. 26: 3 (2021) 1-21. [Consult. 17 jan. 2026]. Disponível em: https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1829/0.

RAULINO, Cleide Elis da Cruz; MEIRA, Roberta Barros
2021 A Circulação de um modelo verde no Brasil: a Biblioteca Parque Villa-Lobos. *Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información*. [Em linha]. 35:88 (2021) 13-28. [Consult. 15 jan. 2026]. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0187-358X2021000300013&lng=pt.

REINALDO, Arthécia Rayane Ferreira [et al.]
2025 Biblioteca pública no Parque da Cidade: promovendo sustentabilidade e educação ambiental. *Revista Bibliomar*. [Em linha]. 24:2 (2025) 1-16. [Consult. 13 jan. 2026]. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/25276.

SACHS, Ignacy
2008 *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALA, Fabiana [et al,]
2020 Agenda 2030 da ONU e desenvolvimento sustentável: qual o papel das bibliotecas?. *Revista ACB*. [Em linha]. 25:2 (2020) 325–339. [Consult. 17 jan. 2026]. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1703.

SILVA, Danielle Pinho; KARPINSKI, Cezar
2019 Ações e práticas sustentáveis na Biblioteconomia: Biblioteca Univali Campus Balneário Camboriú. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 24:3 (2019) 169-193. [Consult. 13 jan. 2026]. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/JZzRTFsyh7j55P8dxQxMTSm/?format=html&lang=pt&ilang=pt_BR.

SILVA, Eddie Carlos Saraiva da [et al.]
2022 Biblioteca, projetos socioambientais e educação: sugestões de práticas lúdicas para a mediação da informação ambiental. *Revista Bibliomar*. [Em linha]. 21:1 (2022) 47--61. [Consult. 15 jan. 2026]. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/18433.

SILVA, Fabiane Simões da; BORGES, Jussara
2021 A Biblioteca pública como viabilizadora da Agenda 2030 da ONU. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 17 (2021) 1-23. [Consult. 16 jan. 2026]. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1456.

SILVA, Josanne Jean de Assiz da; OLIVEIRA, Hamilton Vieira de; SANTOS NETO, João Arlindo dos
2025 A Mediação da informação para a sustentabilidade ambiental na perspectiva da Agenda 2030: estudo de caso na Biblioteca do IFPA Campus Santarém. *Ciência da Informação em Revista*. [Em linha]. 12 (2025) e19299. [Consult. 17 jan. 2026]. Disponível em: https://periodicos.ufal.br/cir/issue/view/789.

TERRA, Guilhermina de Melo Terra
2013 *Atuação do museu enquanto sistema aberto: uma realidade possível*. [Em linha]. Porto: FLUP, 2013. [Consult. 20 jan. 2026]. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br.
Tese de doutoramento em Museologia - Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

VEIGA, José Eli da
2010 *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WEBER, Claudiane
2012 As Bibliotecas e o aporte para o desenvolvimento sustentável. In CONGRESSO INTERNACIONAL RESPONSABILIDADE E RECIPROCIDADE, 1º, Restinga Seca, 2012 – *Anais*. [Em linha]. Restinga Seca: Reciprocidade, 2012. [Consult. 25 set. 2025]. Disponível em: https://ciodh.emnuvens.com.br/rr/article/view/64.

Guilhermina de Melo Terra | guilherminaterra@ufam.edu.br
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil

Márcio Adriano Costa dos Santos | mestremarcio14@gmail.com
Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil

Rosilene Agapito da Silva Llarena | rosileneagapito@gmail.com
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

PRESERVAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DOS JOGOS ELETRÔNICOS: modelos e estratégias a partir do Sega Channel sob a perspectiva da arqueologia digital

SUSTAINABLE PRESERVATION OF VIDEO GAMES AS CULTURAL HERITAGE: models and strategies based on the Sega Channel from the perspective of digital archaeology

Victor Cavalier de Oliveira | Samuel Souza da Silva | Célia Maria da Silva Carvalho

https://doi.org/10.21747/21836671/pagesp2026a11

Resumo: Este estudo aborda a preservação digital de jogos eletrônicos como patrimônio cultural, enfatizando a necessidade de estratégias sustentáveis capazes de garantir a longevidade e o acesso a esses objetos digitais diante da obsolescência tecnológica. O objetivo consiste em analisar modelos de preservação de jogos que garantam a longevidade e o acesso a esses objetos digitais. A investigação foi realizada em duas fases: a primeira fundamentou-se em um levantamento bibliográfico de natureza qualitativa acerca dos jogos como patrimônio cultural, do preservacionismo sustentável e da preservação digital; a segunda baseou-se na análise do resgate histórico do catálogo do Sega Channel. Os resultados destacam a importância da emulação e da arqueologia digital para a salvaguarda dos jogos como conteúdos voláteis. Evidencia-se que a preservação sustentável de jogos digitais depende de redes colaborativas interdisciplinares voltadas a assegurar o acesso à cultura, à pesquisa e ao entretenimento para as futuras gerações.

Palavras-chave: Arqueologia digital; Jogos eletrônicos; Patrimônio cultural; Preservação digital sustentável.

Abstract: This study addresses the digital preservation of electronic games as cultural heritage, emphasising the need for sustainable strategies capable of ensuring the longevity and access to these digital objects in the face of technological obsolescence. The objective is to analyse preservation models that guarantee the long-term access and durability of electronic games. The investigation was conducted in two phases: the first consisted of a qualitative bibliographic review on games as cultural heritage, sustainable preservation, and digital preservation; the second was based on the analysis of the historical recovery of the Sega Channel catalog. The results highlight the importance of emulation and digital archaeology for safeguarding games as volatile digital content. It is demonstrated that the sustainable preservation of digital games depends on interdisciplinary collaborative networks aimed at ensuring access to culture, research, and entertainment for future generations.

Keywords: Digital archaeology; Videogames; Cultural heritage; Sustainable digital preservation.

Introdução

Os jogos eletrônicos, também conhecidos como *games*, consolidaram-se como uma das formas de expressão cultural mais complexas da contemporaneidade (SALVADOR, 2023), amalgamando narrativas literárias e engenharia de *software* de ponta. No Brasil, o setor demonstra um crescimento robusto, movimentando aproximadamente US$ 12 bilhões ao ano e ocupando posições de destaque no *ranking* mundial de mercado (BRITO, 2024). A preservação e o acesso aos jogos eletrônicos têm suscitado debates em âmbito internacional, especialmente no que se refere à precariedade da propriedade digital desses objetos por parte dos usuários, à elaboração de projetos de armazenamento e ao papel de arquivos, museus e bibliotecas nesse contexto (WASZKIEWICZ e FRELIK, 2025).

Esse trabalho discute a preservação digital sob a égide da sustentabilidade do patrimônio cultural, buscando alinhar a gestão desses acervos aos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável (ODS), garantindo que o patrimônio digital não seja perdido para a obsolescência tecnológica. O objetivo deste estudo é analisar os modelos e as estratégias de preservação de jogos eletrônicos, por meio da digitalização e da preservação de componentes físicos, com vistas a garantir o acesso e a manutenção desses artefatos culturais. Como objetivos específicos, busca-se: demonstrar o processo de recuperação de jogos fora de catálogo, tomando como referência o caso do Sega Channel; e identificar os desafios associados à preservação sustentável para a salvaguarda dos jogos eletrônicos.

A preservação de jogos eletrônicos apresenta-se, na atualidade, como um desafio significativo, sobretudo em relação à recuperação de títulos indisponíveis comercialmente e dependentes de infraestruturas tecnológicas descontinuadas. Torna-se necessária a análise sistemática dos desafios, das potencialidades e das limitações envolvidas na preservação sustentável por meio de processos de digitalização, considerando sua relevância para a garantia de acesso e para a longevidade desses objetos digitais enquanto patrimônio cultural.

O texto inicia-se com a delimitação do problema da preservação digital de jogos eletrônicos como patrimônio cultural, situando a discussão no campo da sustentabilidade informacional e da memória digital. Em seguida, apresentam-se os fundamentos teóricos que sustentam a análise, com ênfase na caracterização dos jogos eletrônicos como objetos culturais e na aplicação da Arqueologia Digital à recuperação de dados históricos. Posteriormente, descrevem-se os procedimentos metodológicos, baseados na análise documental e na investigação técnica de fontes relacionadas ao sistema Sega Channel. A partir desse percurso, desenvolve-se a análise das estratégias de preservação digital, destacando-se a relevância de práticas como documentação técnica, recuperação de dados e emulação para a manutenção do acesso a esses objetos digitais. Por fim, o estudo sintetiza os principais resultados e aponta implicações para o desenvolvimento de estratégias sustentáveis de preservação no âmbito das instituições de memória.

Jogos eletrônicos, patrimônio cultural sustentável

A discussão sobre jogos eletrônicos como patrimônio cultural sustentável exige a articulação entre três dimensões fundamentais: o reconhecimento dos jogos como bens culturais, a definição de modelos de preservação compatíveis com a natureza digital desses artefatos e a compreensão dos processos técnicos que permitem sua salvaguarda ao longo do tempo. Nesse sentido, a fundamentação teórica apresentada nesta seção estabelece o referencial conceitual necessário para compreender os jogos eletrônicos não apenas como produtos tecnológicos ou mercadológicos, mas como artefatos culturais cuja preservação depende da integração entre suportes físicos e registros digitais.

Inicialmente, discute-se o reconhecimento dos jogos eletrônicos como patrimônio cultural, destacando sua inserção no campo das expressões artísticas e das práticas sociais contemporâneas, bem como os desafios associados à sua legitimação institucional e à limitação do acesso a jogos históricos. Em seguida, abordam-se os princípios da preservação sustentável do patrimônio cultural, com ênfase nas especificidades dos objetos digitais e nos riscos associados à obsolescência tecnológica e à volatilidade das plataformas

de distribuição. Por fim, apresentam-se os fundamentos da Arqueologia Digital como abordagem metodológica capaz de viabilizar a recuperação de conteúdos digitais perdidos, tomando-se como referência o caso do Sega Channel, cuja análise permitirá evidenciar, os limites dos modelos tradicionais de preservação e as potencialidades das estratégias digitais.

Os jogos eletrônicos como patrimônio cultural

Os *videogames* emergiram como um dos principais meios culturais do século XXI e merecem ser preservados por razões artísticas e econômicas (SALVADOR, 2023). Nesse sentido, museus têm exibido esses artefatos internacionalmente como objetos de arte, a exemplo do Museum of Modern Art (MoMA), nos Estados Unidos (SALVADOR, 2023). No Brasil, destaca-se o Museu do Videogame Itinerante, voltado especificamente a essa temática. Ademais, a indústria dos *games* superou a indústria cinematográfica, alcançando US$ 180 bilhões em nível mundial (SALVADOR, 2023).

No contexto das mídias em geral, o *videogame*, como produto final, representa apenas uma parte física do ecossistema cultural que o cerca, no entanto, coletivamente, esses elementos transmitem o fenômeno cultural devido aos seus objetos físicos e arquivos digitais (WASZKIEWICZ e FRELIK, 2025). Sendo nativos digitais, os jogos exigem estratégias próprias para sua preservação, seu arquivamento, e transforma a relação entre seus produtores e consumidores, fazendo com que os jogadores exerçam um papel mais ativo em relação às mídias tradicionais, como no caso de inclusão de mapas, de módulos, criação de guias passo a passo visuais e textuais de como jogar ou completar um jogo, gravação de *gameplay* e modificações nos jogos de maneira não oficial (WASZKIEWICZ e FRELIK, 2025).

Embora os jogos eletrônicos sejam compreendidos como produtos culturais e formas de expressão artística, sua legitimação como arte institucionalizada ainda encontra resistência, sobretudo em função de sua origem associada ao entretenimento (BOBANY, 2008). A interatividade e a singularidade da experiência de jogo conferem ao jogador um papel ativo no interior da obra, ultrapassando a condição de mero espectador e modificando os modos de acesso e interpretação das formas de arte tradicionais quando estas são representadas em jogos (BOBANY, 2008). A manifestação artística ocorre nos jogos quando estes são capazes de suscitar catarse no jogador, de modo semelhante ao efeito produzido pelas obras de arte em seus apreciadores, uma vez que a centralidade da experiência estética não se encontra no objeto em si, mas nos significados que este revela ao sujeito (PELIZZON, 2014).

> Para qualquer jogador de videogame seria absurda a ideia de viver num mundo sem arte. Arte é como estar apaixonado, não se explica, apenas sabe-se, sente-se. Nas duas últimas décadas jogadores do mundo inteiro têm absorvido, vivenciado e admirado arte, apaixonando-se por ela sem saber (BOBANY, 2008:11).

A limitação na disponibilidade dos jogos históricos torna-se um problema crítico para o campo do patrimônio cultural à medida que o acesso aos games para a pesquisa é restrito (SALVADOR, 2023). Isso acontece devido a inúmeros fatores, como “limitações técnicas, questões complexas de direitos autorais, desinteresse dos detentores de direitos e a volatilidade a longo prazo das plataformas de distribuição digital” (SALVADOR, 2023:1).

Mesmo com a recomercialização e a disponibilização de *games* antigos, cerca de 90% da produção histórica dos jogos eletrônicos são inacessíveis sem a utilização de *hardware* antigo, o que leva o interessado no produto a visitar pessoalmente coleções de bibliotecas, devido às restrições impostas por direitos autorais, ou a recorrer à pirataria (SALVADOR, 2023).

Preservação sustentável do patrimônio cultural

O termo patrimônio deriva do latim *patrimonium* e está relacionado à propriedade herdada do pai ou dos antepassados, bem como ao conjunto de bens e monumentos oriundos de gerações precedentes (FUNARI e CARVALHO, 2005). As concepções de patrimônio cultural estão relacionadas à memória e às lembranças, constituindo uma categoria basilar no âmbito das ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função dos significados que evocam e dos vínculos que estabelecem com as identidades culturais dos indivíduos (PELEGRINI, 2006).

A redefinição da cultura sob uma perspectiva antropológica consolidou-se, sobretudo, a partir da década de 1980, no contexto das convenções internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com destaque para a Declaração do México (1982), a qual ampliou significativamente o escopo conceitual da cultura (PELEGRINI, 2006). Nesse marco, a cultura passa a ser concebida de forma abrangente, incorporando dimensões que transcendem as produções artísticas tradicionais e alcançam os modos de vida e os sistemas simbólicos que estruturam a experiência social (UNESCO, 1982), conforme se explicita a seguir:

> A cultura pode ser considerada, atualmente, como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 1982:43).

A incorporação dessa perspectiva ampliada de cultura repercute diretamente na redefinição do patrimônio cultural, que passa a ser compreendido para além de sua dimensão material, incorporando manifestações de natureza antropológica, produções culturais anônimas constituídas no âmbito da cultura popular e as formas de existir, pensar e se expressar, abrangendo, assim, manifestações simbólicas, sistemas de valores, tradições e práticas artísticas e cerimoniais (PELEGRINI, 2006). Tal inflexão conceitual encontra respaldo nas formulações internacionais consolidadas na Declaração do México, que explicita a amplitude e a complexidade do patrimônio cultural nos seguintes termos:

> O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, bem como as criações anônimas, oriundas da cultura popular, e o conjunto de valores que atribuem sentido à vida. Trata-se, portanto, das obras materiais e imateriais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a literatura, as obras de arte, os arquivos e as bibliotecas (UNESCO, 1982:45).

Considerando os jogos eletrônicos como parte da cultura moderna, parcela significativa do patrimônio cultural corre o risco de desaparecer ou de continuar existindo apenas

parcialmente, desprovida de seus contextos originais, não apenas por possuírem vida útil inferior à de livros e filmes, mas também por estarem relacionados a fatores como o envelhecimento tecnológico, a obsolescência de *software* e de *hardware* e os ciclos de produção e distribuição (WASZKIEWICZ e FRELIK, 2025).

Conforme a pesquisa da Video Game History Foundation (VGHF), nos Estados Unidos da América, apenas 13% dos jogos eletrônicos clássicos publicados no país antes do ano de 2010 estão em lançamento (SALVADOR, 2023). Nesse contexto, esses *games* permanecem fora dos catálogos de bibliotecas e arquivos, evidenciando lacunas significativas na preservação desses acervos (WASZKIEWICZ e FRELIK, 2025).

A preservação sustentável de jogos eletrônicos requer modelos que garantam não apenas a guarda dos arquivos digitais, mas também a manutenção das condições necessárias para a reprodução da experiência de jogo. A VGHF destaca a importância de uma documentação abrangente dos jogos eletrônicos, incluindo elementos como o código-fonte, bem como materiais associados, tais como manuais e peças publicitárias (VIDEO..., 2025).

A vulnerabilidade e obsolescência dos jogos são mais associadas até a década de 1990 devido ao uso de disquetes para armazenamento das mídias (WASZKIEWICZ e FRELIK, 2025). O caso do *Spacewar!*, de 1962, um dos primeiros jogos eletrônicos lançados, que podia ser jogado apenas em uma única cópia no Museu da História da Computação, na Califórnia, no ano de 2014, representa a falta de consciência quanto ao entendimento dos jogos como artefatos culturais que merecem ser preservados (WASZKIEWICZ e FRELIK, 2025).

No aspecto do preservacionismo sustentável do patrimônio cultural, Pelegrini (2006) aponta que a integração de políticas em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e de atividades turísticas, resulta na ampliação do exercício da cidadania e do desenvolvimento sustentável, e que políticas públicas nos três campos são fundamentais para a sua manutenção. A pesquisadora destaca que "a integração simultânea dessas áreas pode vir a corroborar a reafirmação de códigos visuais das identidades cívicas, patrióticas ou étnicas, na medida em que consiga agregar a população residente ao 'legado vivo' da história de sua cidade ou região" (PELEGRINI, 2006:124).

Arqueologia digital e recuperação do Sega Channel

A Arqueologia Digital estava inicialmente relacionada a trabalhos que utilizavam computadores; atualmente, porém, com a evolução da pesquisa nesse campo, a nomenclatura mais apropriada se apresenta como "Arqueologia do Digital", em que não há limitação ao uso de sistemas digitais, e compreende o processo integrado em seus aspectos internos e externos que estruturam todo o fenômeno digital (EVANS e DALLY, 2006 *apud* PINA, 2023). A Ciberarqueologia integra a cibernética à arqueologia em seus aspectos teóricos e práticos, por meio de recursos como a modelagem tridimensional de artefatos arqueológicos, o uso de *scanners* em sítios e a análise ambiental baseada na captura de imagens aéreas (FLEMING, 2017).

O *Archaeogaming* define-se como a aplicação de métodos arqueológicos em espaços artificiais ou imateriais, por meio da realização de caminhadas de campo dentro do jogo, nas quais são efetuadas a coleta de artefatos e de tipologias, a compreensão do contexto e a captação de imagens aéreas ou de satélite (PINA, 2023). Além disso, o *Archaeogaming* tem

como objeto de estudo o mundo imaterial relacionado a quaisquer aspectos dos jogos eletrônicos, e não a cultura material de civilizações, tratando-se, portanto, de patrimônios intangíveis situados no metaespaço (REINHARD, 2018).

Em novembro de 2025, um caso paradigmático de Arqueologia Digital ocorreu: o resgate da biblioteca de jogos digital Sega Channel. Lançado nos anos de 1990, o serviço inovador para a época distribuía jogos via cabo de TV, não possuindo cartuchos ou discos físicos. Por ser um conteúdo puramente efêmero transmitido via rede, com a descontinuidade do serviço em 1998, ele foi considerado "*software* perdido" por décadas.

O processo de resgate desse patrimônio teve início em 2024, por meio de uma parceria entre a VGHF e o ex-vice-presidente de programação do Sega Channel, Michael Shorrock, com o objetivo de preservar e valorizar a história da biblioteca de jogos. Durante esse processo, um colecionador e membro da comunidade de *videogames*, identificado como Ray, sob o pseudônimo "Sega Channel Guy", entrou em contato com ex-funcionários da Sega e obteve acesso a um volume significativo de fitas de backup contendo dados internos, bem como ROMs de jogos e de sistema.

Fig. 1 – Capturas de tela dos jogos Garfield: *The Lost Levels* e *The Flintstones*, preservados no sistema Sega Channel

Fonte: Salvador (2025).

A coleção de Shorrock proporcionou o resgate de documentos internos, correspondências e apresentações que contribuíram a compreender o público do Sega Channel e como serviço foi concebido, operado e planejado para evoluir. Ademais, a equipe recuperou 144 ROMs de jogos exclusivos e variantes, abrangendo protótipos, versões alternativas e jogos considerados perdidos, incluindo Garfield: *The Lost Levels*, provou que a recuperação de dados é vital para a história da computação (SALVADOR, 2025). O Sega Channel representa, historicamente, o nascimento do *streaming* de *games*; a perda definitiva desses comprometeria a preservação de uma etapa fundamental da evolução tecnológica e da memória de uma geração.

As equipes da comunidade de *videogames* colaboraram com o projeto de recuperação, contando com a participação de diferentes grupos e pesquisadores. Destacam-se Sega Retro, The Cutting Room Floor e Hidden Palace, responsáveis pela documentação histórica e técnica do Sega Channel; RisingFromRuins e Nathan Misner, pesquisador associado ao *site* Infochunk, que contribuíram para a reconstrução e a decifração dos formatos de dados;

Dustin Hubbard, da Gaming Alexandria, que colaborou com o compartilhamento de dados de ROM; e Chuck Guzis, responsável pela digitalização dos *backups* do Sega Channel. Os materiais foram digitalizados com o apoio de especialistas em preservação de dados e posteriormente analisados por grupos dedicados à documentação de jogos clássicos. Os dados resultantes foram disponibilizados, ampliando as possibilidades de acesso aos arquivos preservados.

Procedimentos metodológicos

Para realizar este estudo, optou-se por uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando o método de estudo de casos múltiplos. Essa escolha permitiu analisar de perto como a preservação de jogos eletrônicos acontece na prática, indo além da teoria para entender os desafios reais de manter esses objetos digitais acessíveis. A pesquisa foi construída unindo a base teórica da Ciência da Informação com exemplos práticos de conservação, buscando sempre responder como podemos proteger essa memória digital cultural de forma sustentável.

A primeira parte do trabalho prático envolveu uma análise detalhada de relatórios da VGHF. Ressalta-se que tais materiais foram acessados por meio do *site* oficial da fundação, disponível ao público, o que contribui para a transparência e reprodutibilidade da pesquisa. O objetivo foi compreender as estratégias utilizadas pela instituição, como a emulação e a migração de dados, para preservar jogos ameaçados pela obsolescência tecnológica. Ao examinar esses registros, foi possível identificar quais métodos se mostram mais eficazes para garantir que o jogo, sua interatividade, seu contexto cultural e histórico sejam mantidos, mesmo quando o suporte original deixa de funcionar.

O estudo também focou no caso real do resgate do Sega Channel, um sistema de distribuição de jogos via cabo dos anos 1990 que não possuía cópias físicas e, por isso, era considerado um patrimônio digital perdido. Acompanhou-se o processo técnico de recuperação desse catálogo, observando como a colaboração entre especialistas de preservação e o uso de técnicas de arqueologia digital permitiu resgatar mais de 100 jogos que estavam inacessíveis há décadas.

Como etapa final, todas as informações coletadas foram cruzadas e organizadas em um quadro comparativo. Esse quadro foi elaborado para colocar lado a lado o modelo de preservação física tradicional e a proposta de preservação digital sustentável, facilitando a visualização de como as estratégias modernas podem garantir a longevidade desses acervos digitais. Essa síntese serve como a base principal para as análises e discussões apresentadas a seguir no artigo.

Resultados e discussões

A investigação do resgate técnico do Sega Channel e de seus 144 ROMs evidencia que a gestão de acervos digitais alcançou um ponto de inflexão, no qual os modelos tradicionais de preservação se mostram insuficientes para garantir a salvaguarda e o acesso contínuo aos jogos eletrônicos. Nesse contexto, a preservação de *games* não deve ser compreendida sob a lógica restrita do objeto físico ou do suporte material, sobretudo em razão da

obsolescência tecnológica programada e da fragilidade física desses suportes, fatores que comprometem a longevidade e a acessibilidade desses bens culturais digitais.

Entretanto, ainda que a recuperação digital dos jogos represente um avanço significativo para a preservação desse patrimônio, o acesso amplo a esses conteúdos permanece incerto em função de limitações jurídicas e mercadológicas. Entre essas limitações destacam-se as restrições impostas pelos direitos autorais, que asseguram às empresas a propriedade intelectual sobre tais produtos, bem como as estratégias comerciais que frequentemente condicionam ou restringem a disponibilização pública desses materiais preservados.

O resgate do Sega Channel, em 2025, é um exemplo paradigmático de que a sustentabilidade informacional na contemporaneidade depende, intrinsecamente, da capacidade técnica de realizar a arqueologia digital em sistemas de rede fechados e voláteis. Se esse esforço de recuperação não tivesse ocorrido, haveria uma lacuna irreparável na história da conectividade mundial, privando historiadores da computação de evidências sobre o nascimento do consumo de mídia por fluxo de dados (*streaming*).

A eficácia da Arqueologia Digital aplicada pela VGHF manifesta-se na recuperação de obras que, até então, existiam apenas na memória fragmentada de ex-assinantes do serviço. Títulos inéditos e exclusivos desenvolvidos para o ecossistema Genesis/Mega Drive, como BreakThru, The Flintstones, Iron Hammer e Waterworld, foram resgatados de um estado de obsolescência latente.

Especial relevância historiográfica reside na recuperação de Garfield: *Caught in the Act – The Lost Levels*, que apresenta variações de design nunca disponibilizadas em suportes físicos tradicionais, bem como na recuperação de protótipos raros, como *Popeye in High Seas High-Jinks*. O resgate da continuação nunca lançada do clássico *Pit-Fighter* evidencia o papel da gestão da informação na recuperação de conteúdos anteriormente sujeitos ao esquecimento corporativo.

Fig. 2 – Captura de tela do jogo raro *Popeye in High Seas High-Jinks*

Fonte: Salvador (2025)

Os resultados confirmam que a gestão sustentável para a preservação de *games* deve ser proativa, tratando o código-fonte como um documento histórico sensível que carrega a identidade de um povo (SANTOS, COELHO e BEZERRA, 2023). Graças a essa iniciativa de custódia proativa, esse patrimônio lúdico, antes restrito a redes proprietárias extintas, agora pode ser acessado globalmente, permitindo que pesquisadores e entusiastas analisem a evolução das mecânicas de jogo e das narrativas interativas da década de 90 em seu estado original de desenvolvimento.

A análise evidencia que a perda desses acervos transcende a mera destruição de códigos digitais, configurando-se também como o silenciamento de espaços de produção de sentidos e de interações lúdicas essenciais à constituição da memória social. Nesse contexto, torna-se necessário superar os limites do modelo de custódia passiva por meio de sua articulação com estratégias de preservação digital sustentáveis, capazes de assegurar a salvaguarda, a continuidade histórica e o acesso a esses bens culturais digitais, conforme sintetizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Comparativo entre modelos de preservação

Critério de Análise	Preservação Física (Tradicional)	Preservação Digital Sustentável (Proposta)
Objeto de Foco	Consoles, cartuchos e discos, disquetes, cartões de memória	Código-fonte e ROMs
Principais Riscos	Obsolescência, degradação química e mofo	Queda de servidores, remoção de jogos nas plataformas, direitos autorais
Estratégia de Acesso	Uso de *hardware* original	Emulação em nuvem e virtualização
Valor Patrimonial	Raridade do item comercial, preservação física, narrativa, memória e identidade cultural	Preservação digital, acesso público total ou parcial, narrativa, memória e identidade cultural

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Objeto de Foco: Enquanto a museologia tradicional se detém no "corpo" do objeto (*hardware*), a preservação sustentável prioriza o código e os metadados. Isso garante que a "alma" do jogo (sua lógica e sua interatividade) sobreviva ao fim da vida útil dos componentes eletrônicos.

Riscos Principais: A volatilidade das redes, evidenciada pelo caso do Sega Channel, é o maior perigo atual. Sem registros físicos, a descontinuidade de um servidor pode apagar décadas de inovação cultural e técnica se não houver protocolos de arqueologia digital ativos.

Estratégia de Acesso: A emulação surge como a solução sustentável por excelência. Ao recriar o comportamento de sistemas antigos em plataformas modernas, democratiza-se o acesso ao patrimônio lúdico, eliminando a dependência de dispositivos poluentes ou inacessíveis. Por outro lado, é possível que ocorra a desativação do sistema operacional da

plataforma, bem como a remoção do conteúdo dos jogos parcialmente ou completamente. O fechamento de servidores e a inacessibilidade do conteúdo digital constituem um risco para a preservação patrimonial.

Valor Patrimonial: O foco desloca-se do valor de troca (raridade) para o valor de uso simbólico. Preservar a memória das produções brasileiras e amazônidas é garantir que os discursos sociais e a sensibilidade histórica contida nos jogos permaneçam como fontes para o *Archaeogaming*.

No âmbito institucional, observa-se que a disponibilização oficial desses conteúdos permanece fortemente condicionada a interesses corporativos, o que evidencia limites estruturais para a preservação sustentável de jogos eletrônicos. Entre os fatores envolvidos destacam-se a dependência de plataformas digitais orientadas à comercialização e à distribuição por download de jogos, suas expansões, seus conteúdos adicionais, bem como a oferta de serviços de acesso *online*, os quais estão diretamente vinculados a estratégias mercadológicas associadas ao lançamento de novas versões de jogos e de consoles. Nesse cenário, a descontinuidade de serviços e plataformas tende a restringir a permanência do acesso aos jogos eletrônicos, evidenciando a fragilidade dos modelos institucionais baseados exclusivamente em iniciativas comerciais para a preservação em longo prazo.

Em termos teóricos, as mídias digitais contribuem para a ampliação da disponibilidade de produtos sem a necessidade de custos associados a materiais e suportes físicos, eliminando a dependência de mídias como discos ou cartuchos; entretanto, tal condição não garante a permanência ou a disponibilidade contínua dos itens digitais ao longo do tempo (SALVADOR, 2023). Ademais, observa-se o encerramento recorrente de plataformas de distribuição de jogos digitais, as quais acompanham os ciclos de vida dos consoles e, por razões técnicas e orçamentárias, acabam sendo descontinuadas, comprometendo o acesso ao conteúdo anteriormente disponibilizado (SALVADOR, 2023).

Embora a digitalização favoreça a fragmentação do processo produtivo dos jogos eletrônicos, ao viabilizar não apenas o lançamento de versões iniciais das obras, mas também sua atualização contínua e a incorporação de conteúdos adicionais frequentemente associados à disponibilização de materiais exclusivos em plataformas digitais, como as da Sony e do Xbox (WASZKIEWICZ e FRELIK, 2025), observa-se que, mesmo após a aquisição do produto digital, não há garantias de permanência do acesso, uma vez que tais conteúdos podem ser retirados das plataformas, descontinuados ou ter seu uso posteriormente restringido. Nesse sentido, a recuperação e a preservação desses materiais passam a depender, em grande medida, de iniciativas conduzidas por profissionais das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Ciência da Informação e Arqueologia, bem como pela atuação colaborativa da comunidade de *videogames* interessada na salvaguarda desse patrimônio digital, como no caso da recuperação do Sega Channel.

Nesse contexto, a educação patrimonial constitui um elemento fundamental para a ampliação da compreensão dos jogos eletrônicos para além de sua dimensão estritamente lúdica, reconhecendo-os como produções culturais complexas inseridas nos processos históricos e tecnológicos da sociedade contemporânea. Sob essa perspectiva, os jogos podem ser compreendidos como artefatos culturais dotados de densidade simbólica e estética, capazes de produzir linguagens próprias, sistemas de representação social e universos ficcionais estruturados em metaespaços digitais. Tal compreensão contribui para

o reconhecimento dos jogos eletrônicos como objetos legítimos de preservação no âmbito do patrimônio cultural digital, reforçando a necessidade de iniciativas educativas que promovam a valorização e a salvaguarda dessas produções.

Considerações finais

A preservação digital de jogos eletrônicos constitui um desafio relevante para a salvaguarda da memória digital e do patrimônio cultural contemporâneo. A perda de um jogo eletrônico implica não apenas o desaparecimento de um artefato tecnológico, mas também a descontinuidade de registros culturais associados a práticas sociais e experiências interativas específicas de determinado contexto histórico. Nesse sentido, a coexistência entre suportes físicos e ambientes digitais voláteis evidencia a necessidade de estratégias sistemáticas que garantam a longevidade e o acesso a esses objetos digitais.

A natureza efêmera dos suportes digitais e a rápida obsolescência tecnológica representam obstáculos centrais à preservação de jogos eletrônicos. Diferentemente de outros objetos documentais, os jogos dependem de infraestruturas técnicas específicas, incluindo *hardware*, *software* e ambientes de execução, o que torna sua preservação mais complexa em razão da degradação desses componentes. Essa característica reforça a necessidade de modelos de preservação que contemplem não apenas a guarda de arquivos digitais, mas também a manutenção das condições técnicas necessárias para sua utilização futura.

A análise do Sega Channel demonstrou que iniciativas baseadas exclusivamente em plataformas proprietárias apresentam elevada vulnerabilidade à descontinuidade tecnológica e institucional, o que evidencia a necessidade de uma atuação proativa das instituições de memória na preservação de jogos eletrônicos. Estratégias fundamentadas na Arqueologia Digital e no uso de técnicas como a emulação constituem alternativas relevantes para a preservação da experiência de jogo, permitindo a reconstrução de ambientes digitais que já não se encontram disponíveis em suas formas originais. Dessa forma, verifica-se que a preservação sustentável de jogos eletrônicos depende da adoção de práticas que considerem simultaneamente os aspectos técnicos, informacionais e culturais desses objetos digitais.

Observou-se ainda que a preservação de jogos eletrônicos demanda a atuação articulada de diferentes agentes institucionais e sociais. A cooperação entre instituições de memória, centros de pesquisa, indústria tecnológica e comunidades de preservacionistas mostrou-se fundamental para ampliar as possibilidades de documentação, recuperação e acesso aos jogos digitais. Nesse contexto, iniciativas colaborativas contribuem para reduzir riscos associados à perda de acervos digitais e favorecem a construção de modelos mais sustentáveis de preservação.

À luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os resultados deste estudo evidenciam que a preservação digital de jogos eletrônicos ultrapassa o campo técnico, configurando-se como uma ação estratégica para a salvaguarda do patrimônio cultural contemporâneo, em consonância com o ODS 11. Ao mesmo tempo, as práticas de emulação, digitalização e arqueologia digital demonstram a centralidade da inovação e das infraestruturas tecnológicas, em alinhamento ao ODS 9, enquanto a ampliação do acesso a esses acervos contribui diretamente para a promoção do conhecimento e da educação, conforme previsto no ODS 4.

Ademais, ao reduzir a dependência de suportes físicos e mitigar os impactos da obsolescência tecnológica, tais estratégias dialogam com os princípios do ODS 12, ao favorecer modelos mais sustentáveis de produção e consumo no âmbito cultural. Destaca-se, ainda, que a efetivação dessas práticas depende da atuação articulada entre instituições de memória, pesquisadores e comunidades colaborativas, evidenciando a relevância das parcerias e redes de cooperação previstas no ODS 17. Nesse sentido, a preservação sustentável dos jogos eletrônicos reafirma-se como um compromisso intergeracional, essencial para assegurar a continuidade da memória digital, o acesso à cultura e o desenvolvimento de sociedades mais informadas e culturalmente conscientes.

Os objetivos propostos neste estudo foram alcançados ao analisar os modelos e as estratégias de preservação de jogos eletrônicos por meio da digitalização e da preservação de componentes físicos, evidenciando sua contribuição para a garantia de acesso e manutenção desses artefatos culturais. Os resultados indicaram que os modelos tradicionais, centrados predominantemente na conservação de suportes físicos, mostram-se insuficientes diante da obsolescência tecnológica e da degradação material, o que reforça a necessidade de estratégias complementares baseadas na preservação digital.

A análise do resgate técnico do Sega Channel e de seus 144 ROMs evidenciou que a digitalização, a recuperação de dados e a emulação constituem estratégias fundamentais para a preservação de jogos eletrônicos, permitindo a reconstrução de ambientes digitais e a continuidade do acesso ao conteúdo anteriormente inacessíveis. Ao mesmo tempo, verificou-se que a preservação de componentes físicos permanece relevante como fonte de documentação técnica e histórica necessária à reconstituição dos sistemas digitais originais, demonstrando o caráter complementar entre preservação física e digital.

Os resultados também evidenciaram que a garantia de acesso aos jogos eletrônicos não depende exclusivamente de soluções técnicas, sendo influenciada por fatores institucionais, jurídicos e mercadológicos, como a descontinuidade de plataformas digitais e as restrições associadas aos direitos autorais. Nesse contexto, conclui-se que a preservação sustentável de jogos eletrônicos exige modelos integrados que articulem digitalização, preservação física, recuperação de dados e cooperação institucional, de modo a assegurar a longevidade e o acesso a esses artefatos culturais digitais. Como perspectiva futura, sugere-se o aprofundamento de pesquisas voltadas à consolidação de repositórios digitais confiáveis e de políticas institucionais específicas para a preservação de jogos eletrônicos, de modo a fortalecer a sustentabilidade informacional desse patrimônio digital.

Referências bibliográficas

BOBANY, Arthur
2008 *Videogame Arte*. Teresópolis: Novas Idéias, 2008.

BRITO, Daniel
2024 *SBGames 2024: Amazonas sedia, pela primeira vez, principal evento de jogos eletrônicos do Brasil*. [Em linha]. Manaus: UEA, 2024. [Consult. 2 jan. 2026]. Disponível em: https://www.uea.edu.br/index.php/2024/09/11/sbgames-2024amazonas-sedia-pela-primeira-vez-principal-evento-de-jogos-eletronicos-dobrasil/.

FERREIRA, Miguel
2006 *Introdução à preservação digital conceitos, estratégias e actuais consensos*. Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de
2005 O Patrimônio em uma perspectiva crítica: ocaso do Quilombo dos Palmares. *Revista Diálogos*. [Em linha]. 9:1 (2005) 33-47. [Consult. 2 jan. 2026]. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41416/21732.

LIMA, FLEMING, M. I. D'A. [et al.]
2017 A Importância das novas tecnologias para a arqueologia e suas possibilidades de uso: a impressão 3D e os projetos do LARP. *Revista Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. [Em linha]. 11:01 (2017) 1-25. [Consult. 2 jan. 2026]. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11796.

PELEGRINI, Sandra C. A.
2006 Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista Brasileira de História*. [Em linha]., São Paulo 26:51 (2006) 115-140. [Consult. 3 jan. 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-01882006000100007.

PELIZZON, Nei "Azdak"
2014 *Arte dos games: 81 razões artísticas para jogar sem culpa*. Florianópolis: Pandion, 2014.

PINA, Amanda Daltro de Viveiros
2023 Arqueologia e tecnologia: o desenvolvimento de um archaeogame. *Revista Caderno 4 Campos*. [Em linha] 7:1 (2023) 76-79 [Consult. 5 jan. 2026]. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/caderno4campos/article/view/18970.

REINHARD, Andrew
2014 *Archaeogaming: an introduction to archaeology in and of video games*. Oxford: Berghahn Books, 2018.

SALVADOR, Phil
2025 *The Secrets of Sega Channel: VGHF recovers over 100 Sega Channel ROMs (and more)*. USA: Video Game History Foundation, 2025. [Consult. 2 jan. 2026]. Disponível em: https://gamehistory.org/segachannel/.

SALVADOR, Phil
2023 *Survey of the Video Game Reissue Market in the United States*. [Em linha]. USA: Video Game History Foundation; Software Preservation Network, 2023. [Consult. 21 fev. 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.8161056.

SANTOS, Christiano Britto M. dos; COELHO, George L. S.; BEZERRA, Rafael Zamorano
2023 Memórias sensíveis da guerra e a percepção da história em narrativas de jogos de videogames. *Revista Estudos históricos*. [Em Linha]. 36:78 (2023) 201-224 [Consult. 5 jan. 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S2178149420230111.

UNESCO
1982 *Conferencia Mundial sobre las Políticas Culturales: informe final*. [Em linha]. Paris: UNESCO, 1982. [Consult. 13 jun. 2026]. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000052505.

VIDEO GAME HISTORY FOUNDATION
2025 *Our mission*. [Em linha]. USA: Foundation Video Game History, 2025. [Consult. 2 jan. 2026]. Disponível em: https://gamehistory.org/our-mission/.

WASZKIEWICZ, Agata; FRELlK, Paweł
2025 *Video game preservation and its challenges*. [Em linha]. Polônia: Przeglad Kulturoznawczy, 2025. [Consult. 5 jan. 2026]. Disponível em: https://www.proquest.com/scholarly-journals/video-game-preservationchallenges/docview/3231828958/se-2.

Victor Cavalier de Oliveira | victorcavalier9@gmail.com
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil

Samuel Souza da Silva | samuel.souza.sec@gmail.com
Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Amazonas, Brasil

Célia Maria da Silva Carvalho | ccarvalho@ufam.edu.br
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil

PROPOSTA DE ELEMENTOS DE ACESSIBILIDADE PARA O PADRÃO DE METADADOS DUBLIN CORE

PROPOSAL OF ACCESSIBILITY ELEMENTS FOR THE DUBLIN CORE METADATA STANDARD

Janicy Rocha | Shirley Silva Araújo dos Anjos | Brunna Carla Archanjo Alves da Silva

https://doi.org/10.21747/21836671/pagesp2026a12

Resumo: Metadados de acessibilidade descrevem características de acessibilidade de documentos, possibilitando buscas mais equitativas para pessoas com deficiência. Padrões de metadados como o Dublin Core, utilizado em bibliotecas e repositórios digitais, não dispõem de metadados para este fim. Assim, a pesquisa objetiva propor metadados de acessibilidade para o referido padrão, contribuindo para ampliar o acesso a todas as pessoas, considerando as diversidades físicas, sensoriais e intelectuais. Caracteriza-se como pesquisa aplicada, exploratória e qualitativa, com levantamento bibliográfico e documental e análise das especificações dos elementos do Dublin Core. Propõe a adição de sete metadados de acessibilidade ao Dublin Core, permitindo a descrição de características de acessibilidade gerais e adaptáveis a diferentes tipos e formatos de documentos. Apresenta uma solução tecnicamente viável, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e de baixa complexidade para bibliotecas e repositórios digitais. Ademais, evidencia a incipiência da temática dos metadados de acessibilidade na literatura.

Palavras-chave: Dublin Core; Metadados de acessibilidade; Pessoas com deficiência; Repositórios.

Abstract: Accessibility metadata describe the accessibility features of documents, enabling more equitable search and retrieval for people with disabilities. Metadata standards such as Dublin Core, widely used in libraries and digital repositories, do not provide specific elements for this purpose. Accordingly, this study aims to propose accessibility metadata for this standard, contributing to the expansion of access for all individuals, considering physical, sensory, and intellectual diversity. The research is characterized as applied, exploratory, and qualitative, involving bibliographic and documentary review and analysis of the specifications of the Dublin Core elements. It proposes the addition of seven accessibility metadata elements to Dublin Core, enabling the description of general accessibility features applicable to different types and formats of documents. The study presents a technically feasible, low-complexity solution for libraries and digital repositories, aligned with the Sustainable Development Goals. Furthermore, it highlights the incipient nature of accessibility metadata as a research topic.

Keywords: Dublin Core; Accessibility metadata; People with disabilities; Repository.

Introdução

Dados do *Censo Demográfico* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2022, indicam que havia à época 14,4 milhões de pessoas com deficiência no Brasil (INSTITUTO..., 2025). Destas, entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade, 2,9 milhões eram analfabetas; 63,1% das pessoas de 25 anos ou mais não tinham instrução ou não haviam completado o ensino fundamental e apenas 7,4% haviam concluído o ensino superior (INSTITUTO..., 2025). Estes dados indicam que, apesar das políticas públicas para acesso ao sistema educacional, a escolarização das pessoas com deficiência ainda é um desafio.

O *Censo da Educação Superior*, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), mostra crescimento do número de matrículas de pessoas com deficiência em instituições de ensino superior. No intervalo de dez anos, houve um aumento de 63.722 matrículas, passando de 33.377 em 2014 (0,4% do total de matrículas na graduação) para 95.572 em 2024 (0,9% do total de matrículas na graduação) (BRASIL, 2025). Apesar desse avanço, os percentuais indicam que o acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior ainda é reduzido, se comparado proporcionalmente ao de pessoas sem deficiência.

Embora não haja dados oficiais sobre permanência e conclusão dos cursos por pessoas com deficiência, revisão de literatura conduzida por Porte, Rocha e Pereira (2022) identificou a existência de diferentes barreiras estruturais, institucionais e pedagógicas impostas às pessoas com deficiência por instituições de ensino superior brasileiras, o que contribui para a evasão. Ao analisar 45 artigos publicados entre 2002 e 2019, os autores alertam para o fato de que a barreira de acessibilidade mais prevalente é a barreira nas comunicações e na informação, relatada em 39 estudos. Conforme a Lei 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), as barreiras nas comunicações e na informação são quaisquer obstáculos que dificultem ou impossibilitem a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por meio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação (BRASIL, 2015).

Nesse contexto, ambientes digitais das instituições de ensino superior, tais como repositórios e bibliotecas digitais, são espaços nos quais as barreiras nas comunicações e na informação manifestam-se frequentemente. Esses ambientes constituem infraestruturas de acesso à informação científica, acadêmica e administrativa, apoiando atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, sendo essenciais para a participação de discentes, docentes e servidores no cotidiano acadêmico, além de possibilitar o acesso da comunidade externa à produção técnico-científica derivada dessas atividades.

Para não imporem barreiras de acesso e uso às pessoas com deficiência, esses ambientes, em todas as suas camadas, devem estar em conformidade com diretrizes de acessibilidade. Atualmente, as interfaces desses ambientes, ainda que em pequena proporção, seguem diretrizes de acessibilidade tais como as *Web Content Accessibility Guidelines* (CAMPBELL *et al.*, 2024) e o *Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico* (BRASIL, 2014). Já os documentos neles depositados, em sua maioria, não contemplam requisitos de acessibilidade (SHINTAKU *et al.*, 2024).

Da mesma forma, a representação desses documentos, por meio dos metadados, na maioria das vezes, não explicita as características e/ou barreiras de acessibilidade de cada documento (BEYENE, 2017; BEYENE e GODWIN, 2018). Isso faz com que, ao realizar buscas nesses ambientes, pessoas com deficiência precisem "[...] vasculhar pilhas de conteúdo que não correspondem às suas necessidades" (CHEETHAM *et al.*, 2014:101, *tradução nossa*), abrindo documentos, para, só então, descobrirem que possuem barreiras de acessibilidade.

Ainda são poucos os padrões de metadados que possuem elementos destinados a representar a acessibilidade de documentos nos registros bibliográficos. O Online Information Exchange (ONIX), utilizado na indústria do livro digital, possui alguns elementos para a descrição de livros acessíveis (EDiTEUR, 2026). O *Schema.org*, vocabulário de metadados genérico utilizado no contexto da *web* semântica, possui sete

propriedades de acessibilidade para descrição de diferentes obras (SCHEMA.ORG, 2025). Desde 2018, o MARC-21, formato para dados bibliográficos usado por bibliotecas, tem campos para a descrição de características de acessibilidade, sendo os principais o 341 (*Accessibility Content*) e o 532 (*Accessibility Note*) (LIBRARY..., 2025). O Dublin Core, um dos padrões de metadados mais utilizados por repositórios digitais das instituições de ensino superior brasileiras, ainda não tem metadados de acessibilidade.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo geral propor metadados de acessibilidade a serem adicionados ao padrão de metadados Dublin Core com o intuito de contribuir para ampliar o acesso a todas as pessoas, considerando as diversidades físicas, sensoriais e intelectuais. São objetivos específicos: a) discutir a função dos metadados de acessibilidade na superação de barreiras de acesso por pessoas com deficiência em ambientes digitais de bibliotecas; b) evidenciar as principais características de acessibilidades de documentos digitais; c) definir qualificadores, valores prováveis e notas orientadoras para os elementos de acessibilidade propostos.

A relevância da pesquisa fundamenta-se na compreensão de que a promoção da acessibilidade em ambientes digitais das instituições de ensino superior é requisito para o desenvolvimento sustentável, em sua dimensão social, ao favorecer a equidade no acesso à informação. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas estabelece, no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, o acesso à educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todas as pessoas; no ODS 8, crescimento econômico inclusivo e trabalho digno para todas as pessoas; no ODS 10, a redução das desigualdades; e no ODS 16, a promoção de instituições eficazes responsáveis e inclusivas (ORGANIZAÇÃO..., 2015).

A ausência de metadados de acessibilidade em repositórios e bibliotecas digitais de instituições de ensino superior perpetua desigualdades informacionais que comprometem esses objetivos, na medida em que impõe às pessoas com deficiência barreiras estruturais ao acesso à produção técnico-científica, seja no contexto educacional ou laboral. Nesse sentido, qualificar os registros bibliográficos com informações sobre a acessibilidade dos documentos não é apenas uma ação técnica, mas uma prática de responsabilidade social das instituições e dos profissionais da informação, alinhada ao eixo "Educação, Acesso e Inclusão para a Sustentabilidade", que orienta a III Jornada de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Para alcançar os objetivos delimitados, este artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na seção 2 e subseções são discutidas as características de acessibilidade de documentos digitais e como elas podem ser representadas por meio dos metadados de acessibilidade, junto à apresentação do Dublin Core. Na seção 3 são apresentados os procedimentos metodológicos. Na seção 4 estão os resultados e, na seção 5, as considerações finais.

Acessibilidade em ambientes digitais: em foco os documentos e suas representações

Ambientes digitais, como os repositórios e as bibliotecas aqui abordados, são constituídos por camadas, em estrutura semelhante a uma cebola (ROTHBERG, 2018). No centro estão os elementos de conteúdo, como textos, imagens, áudios, vídeos e outros. Esses elementos estão envoltos por uma estrutura denominada formato de publicação (Portable Document

Format - PDF; HyperText Markup Language - HTML; Electronic Publication - EPUB e outros). Adjacente ao formato de publicação está a representação, composta por marcações semânticas e metadados, comuns ou específicos de cada formato ou elemento de conteúdo. Na parte exterior está a estrutura de apresentação e acesso às camadas internas: a interface de usuário.

Diretamente relacionada a esta estrutura está a Tecnologia Assistiva, entendida como *software* ou *hardware* utilizados por pessoas com deficiência para promover a autonomia (BRASIL, 2015) na interação com os ambientes digitais e seus conteúdos – por exemplo, ampliadores e leitores de tela, ferramentas de ditado, tradutores de línguas de sinais e outros. Entretanto, o uso da Tecnologia Assistiva, por si só, não garante a acessibilidade, pois seu funcionamento é limitado em ambientes digitais nos quais um ou mais componentes não atendem a requisitos de acessibilidade.

Nesse contexto, a acessibilidade é uma teia de componentes interconectados, cada um deles tendo implicações nos demais, assim como no todo (SCOTT, 2022). Portanto, cada componente deve atender a requisitos de acessibilidade, pois, caso contrário, a inacessibilidade de um elemento pode comprometer a acessibilidade de todo o ambiente. Para cada componente, há diretrizes específicas, que devem ser compatíveis entre si, sob pena de os componentes não operarem corretamente quando utilizados em conjunto.

Embora essas diretrizes venham sendo progressivamente incorporadas às interfaces dos repositórios e bibliotecas digitais, o mesmo avanço não ocorre, na mesma proporção, nos elementos de conteúdo (SHINTAKU *et al.*, 2024). Com frequência, ambientes com interfaces acessíveis disponibilizam documentos cuja estrutura, formatação e organização impõem barreiras às pessoas com deficiência. Essa dissociação entre a acessibilidade da interface e a acessibilidade do conteúdo evidencia a necessidade de direcionar o foco para o documento digital, enquanto elemento de conteúdo. Nesse sentido, é importante explicitar de forma geral o que caracteriza um documento digital acessível. Para orientar formas de aplicação em documentos digitais de diferentes formatos, existem diversas diretrizes e orientações técnicas: BRASIL, 2014; ASSOCIAÇÃO..., 2016; SALTON, DALL AGNOL e TURCATTI, 2017; BALESTERO *et al.*, 2023; CAMPBELL *et al.*, 2024; ASSOCIAÇÃO..., 2025; e outros.

Uma das tipologias mais comuns em repositórios e bibliotecas digitais são os documentos textuais, elaborados por meio de arranjos de letras e registrados em arquivos de diferentes formatos, tais como .pdf, .odt, .docx, etc. De forma geral, as características de acessibilidade para esses documentos referem-se à estruturação lógica do conteúdo, à organização hierárquica que possibilita a navegabilidade, à adoção da linguagem simples, ao uso de fontes não serifadas, a resoluções que possibilitem ampliação sem perda de qualidade e à associação de texto alternativo a elementos gráficos, dados que leitores de tela leem apenas textos (ROCHA, 2021; SANCHES e BUENO, 2023).

Muitas dessas características são inseridas via editores de texto, no momento de elaboração e formatação dos documentos, mas é preciso cuidado no momento de conversão para outros formatos de publicação para que marcas estruturais não sejam perdidas (ROCHA, 2021). Adicionalmente, há formatos de publicação considerados mais ou menos acessíveis, destacando-se positivamente HTML, EPUB 3, PDF/UA e outros, se comparados a outros tipos como .pdf, .docx, .odt, etc.

Já os documentos imagéticos, como fotografias, ilustrações, gráficos, mapas e outros, devido à natureza predominantemente visual, não podem ser percebidos por pessoas com deficiência visual e não são lidos por leitores de tela. Portanto, inseridos ou não em um documento textual, precisam ser descritos por meio de texto alternativo ou, em situações aplicáveis, por áudio (CAMPBELL *et al.*, 2024). Essa descrição deve atender a parâmetros de qualidade, expressando de forma clara o conteúdo da imagem, em conformidade com seu contexto comunicativo (SILVA e ROCHA, 2025; WORLD..., 2022). Ainda, é fundamental que cores não sejam a única forma de transmitir informações, já que usuários com daltonismos não as distinguem; as imagens devem ter resoluções que possibilitem ampliação sem perda de qualidade significativa; e o contraste entre as cores dos elementos deve atender a valores específicos a depender do tamanho da imagem (BRASIL, 2014; CAMPBELL *et al.*, 2024).

Por fim, documentos sonoros e audiovisuais, nos quais predominam formas auditivas e visuais de comunicação, compartilham alternativas textuais como característica de acessibilidade (BRASIL, 2014; CAMPBELL *et al.*, 2024; ASSOCIAÇÃO..., 2025). A legendagem para surdos e ensurdecidos, ou legenda descritiva, além da transcrição textual do áudio, contempla descrições de personagens e efeitos sonoros. Em documentos audiovisuais, a audiodescrição é uma narração adicional que descreve ambientação, figurinos, linguagem corporal, ações e semelhantes, para ampliação do entendimento das cenas e atende a critérios específicos estipulados na Norma Brasileira Regulamentadora 16.452 (ASSOCIAÇÂO..., 2016). A janela de interpretação em língua de sinais, um espaço destinado à tradução entre uma língua de sinais e uma língua oral ou entre duas línguas de sinais, também é uma característica de acessibilidade importante.

Nessa tipologia documental, nenhum áudio deve tocar automaticamente e durar mais que três segundos; deve haver mecanismo para pausar, parar, silenciar ou ajustar volume; sons de fundo não devem interferir no som principal ou precisam ter mecanismos para serem desligados (CAMPBELL *et al.*, 2024; ASSOCIAÇÃO..., 2025). Conteúdos que transmitem sensação de movimento devem possuir mecanismos para pausar, parar ou ocultar a animação, e conteúdos com flash intermitente não devem piscar mais de três vezes no período de um segundo (CAMPBELL *et al.*, 2024; ASSOCIAÇÃO..., 2025).

Em repositórios e bibliotecas digitais, esses diferentes tipos de documentos são disponibilizados junto a descrições estruturadas que viabilizam organização, recuperação e uso. Assim, além da acessibilidade do conteúdo, a adoção de metadados que explicitem características e/ou barreiras de acessibilidade de cada documento é importante para a redução de barreiras nas comunicações e na informação. Repositórios e bibliotecas digitais são infraestruturas de longa duração, cujas decisões de modelagem repercutem por décadas sobre a experiência de milhões de usuários. Incorporar metadados de acessibilidade a essas estruturas é, portanto, uma escolha de sustentabilidade: possibilita que a ampliação do acesso não dependa de adaptações pontuais, mas se consolide como um compromisso ético das instituições com o acesso equitativo. Nesse sentido, na seção 2.1 são apresentados os metadados de acessibilidade.

Metadados de acessibilidade

Se a função primária dos metadados é descrever documentos, e a função adicional é permitir a pesquisa (BUCKLAND, 2017), eles devem descrever aquelas características dos

documentos que são relevantes para seus usuários potenciais no momento da recuperação. Para tanto, há metadados de diferentes tipos: administrativos; de autenticação; de preservação; de proveniência; técnico; meta-metadados; descritivos; de direitos; de acesso e uso; estruturais; e linguagens de marcação (ARAKAKI, 2019). Ainda pouco abordados na literatura, os metadados de acessibilidade não são contemplados por esta tipologia, originária de ampla revisão de literatura feita pelo autor supracitado. Metadados de acessibilidade são usados para descrever características de acessibilidade de documentos, podendo ser compreendidos como metadados técnicos e/ou descritivos que indicam o quanto o acervo digital das instituições está acessível para pessoas com deficiência (BEYENE e GODWIN, 2018; ROTHBERG, 2020).

O uso dessa tipologia de metadados, também ainda incipiente, possibilita que pessoas com deficiência identifiquem rapidamente documentos com ou sem barreiras de acessibilidade e façam buscas mais equitativas (BEYENE, 2017). Metadados de acessibilidade podem indicar, por exemplo, se um documento textual possui imagens com ou sem texto alternativo associado; se um vídeo possui legendas e/ou janelas de língua de sinais, se um audiobook é gravado em voz humana ou sintetizada; se o documento é compatível para acesso por meio de Tecnologia Assistiva, etc. (ROCHA, 2021; SHINTAKU *et al.*, 2024). Da mesma forma, barreiras de acessibilidade presentes nos documentos devem ser informadas, de forma a evitar que um usuário precise abrir o documento para descobrir que ele não é acessível. Por exemplo, metadados de acessibilidade podem indicar que há flash intermitente em um vídeo, alertando pessoas com epilepsia fotossensível ou distúrbios vestibulares.

Apesar da relevância, a adoção de metadados de acessibilidade em registros bibliográficos, com o intuito de facilitar a descoberta de documentos digitais acessíveis ainda é uma prática pouco disseminada (BEYENE e GODWIN, 2018). Entre os desafios para adoção estão o desconhecimento por muitos profissionais e instituições; a necessidade de que contemplem características e barreiras de acessibilidade dos documentos, o que exige informações confiáveis, detalhadas e complexas; e, por outro lado, que essas informações sejam compreensíveis para os usuários (GUSEVA, 2025).

Recentemente, além de pesquisas, alguns movimentos institucionais em prol da adoção de metadados de acessibilidade vêm sendo observados. Em 2018, o Metadata Standards Committee (MSC)[1], seção da American Library Association (ALA), iniciou uma pesquisa sobre como a Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade (DEIA) tem sido contemplada por padrões de metadados e por instituições que os criam e utilizam. Os resultados parciais indicam: ausência de metadados descritivos para características de acessibilidade nos principais padrões utilizados; falta de equilíbrio entre necessidades de usuários e padrões de metadados; diferentes barreiras de recuperação e acesso para usuários com deficiência; entre outros (BOLAM *et al.*, 2018).

Em 2024, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) criou a Rede de Metadados de Acessibilidade IFLA[2] com o intuito de identificar e

[1] Disponível em: https://www.ala.org/core/member-center/sections/metadata-and-collections/metadata-standards-committee. Consult. 11 fev. 2026.
[2] Disponível em: https://www.ifla.org/news/the-ifla-accessibility-metadata-network/. Consult. 11 fev. 2026.

desenvolver orientações, e melhorar a experiência de busca de recursos por usuários com deficiência em bibliotecas. Já em 2025, a Seção de Bibliografia da IFLA divulgou um survey[3] para coletar informações sobre como as agências bibliográficas nacionais estão enfrentando os desafios relacionados aos metadados de acessibilidade e à descrição bibliográfica de formatos acessíveis. Resultados ainda não foram divulgados.

Em janeiro de 2026, a Dublin Core Metadata Initiative (DCMI), responsável pelo Dublin Core, publicou em seu site oficial uma chamada pública para comentários sobre a proposta de inclusão do elemento *Accessibility Note* (*dcterms:accessibilityNote*) no conjunto *DCMI Metadata Terms*, no contexto do desenvolvimento de um Perfil de Aplicação para Recursos Acadêmicos[4]. A proposta define o novo termo como destinado a descrever características ou limitações de um recurso que ampliam ou restringem sua usabilidade e acessibilidade, abrangendo aspectos relacionados à Tecnologia Assistiva, formatos alternativos e escolhas de design. Essa iniciativa converge com a proposta deste artigo, cuja pesquisa da qual ele se origina teve início em 2024, no Brasil, evidenciando a atualidade e a relevância da temática no cenário internacional e nacional.

Também no Brasil, a busca conduzida no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) identificou o grupo de pesquisa Observatório de Tendências: Interoperabilidade e Metadados para Organização do Conhecimento[5], sediado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com uma linha de pesquisa sobre a temática "Metadados de acessibilidade e acesso equitativo". A exemplo das demais iniciativas apresentadas, esta reforça a pertinência e a emersão da temática.

Na seção 2.2 é abordado o Dublin Core, padrão de metadados objeto da proposta aqui apresentada e que intenta se somar às iniciativas relatadas.

O padrão de metadados Dublin Core

O Dublin Core Metadata Element Set, referido neste artigo como Dublin Core, é um padrão de metadados cujo objetivo é possibilitar a descrição de recursos informacionais de forma simples e interoperável em ambientes digitais. A DCMI é a organização responsável por sua manutenção e desenvolvimento ao longo dos anos. As origens de ambos remontam a 1995, quando um *workshop* realizado em Dublin, Ohio, reuniu 52 convidados para discutir um conjunto básico de semântica para recursos digitais, que pudesse ser compreendido e aplicado por diferentes comunidades (ONLINE..., 2009; WEIBEL, 2009). A principal motivação foi o contexto de expansão da *web* e o consequente aumento da dificuldade de encontrar recursos nesse ambiente, conforme discussões iniciadas em 1994 na 2ª Conferência Internacional da World Wide Web (WEIBEL, 2009).

Desde o *workshop* inicial de 1995, são realizados anualmente *workshops*, transformados em conferências a partir de 2001, com o intuito de evoluir o Dublin Core, levando ao alcance de marcos significativos ao longo dos anos. Um histórico dos principais acontecimentos

---

[3] Disponível em: https://www.ifla.org/survey-on-accessibility-in-national-bibliographies-2/. Consult. 6 maio 2025.

[4] Disponível em: https://www.dublincore.org/news/2026/01-21_accessibility-note-comment/. Consult. 9 fev. 2026.

[5] Disponível em: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1743644727138681. Acesso em: 9 fev. 2026.

dos primeiros 10 anos do Dublin Core é apresentado por Arakaki, Alves e Santos (2018). No *workshop* de 1996, o conjunto de 13 elementos de metadados, proposto em 1995, foi ampliado para os atuais 15 elementos, com a adição dos elementos *Rights* (Direitos) e *Description* (Descrição), compondo o denominado Dublin Core Simples (WEIBEL, 2009). Em 2000 aconteceu a aprovação formal dos 15 elementos básicos, bem como dos termos e qualificadores que compõem o Dublin Core Qualificado (WEIBEL, 2009), no qual são utilizados refinamentos em elementos, o que torna os significados mais restritos ou mais específicos.

Atualmente, o Dublin Core Simples é composto por 15 elementos de metadados, todos opcionais, repetíveis e sem ordem definida (HILLMANN, 2005; RÜHLE, BAKER e JOHNSTON, 2026). Já o Dublin Core Qualificado contém, além destes 15, outros sete elementos. Contém, ainda, os elementos de refinamento; e os esquemas de codificação, que auxiliam na interpretação de um valor de elemento (HILLMANN, 2005; RÜHLE, BAKER e JOHNSTON, 2026). Elementos, qualificadores e esquemas de codificação do Dublin Core são apresentados no Quadro 1. Os 15 primeiros elementos compõem do Dublin Core Simples e, quando acrescidos dos elementos de refinamento e/ou de esquemas de codificação, compõem também o Dublin Core Qualificado. Os sete últimos elementos compõem apenas o Dublin Core Qualificado.

Dentre os 22 elementos de metadados não há nenhum destinado originalmente à descrição das características de acessibilidade de documentos. O elemento *Description*, indicado para conter a descrição do conteúdo do recurso, pode incluir "[...] um resumo, um sumário, uma representação gráfica ou uma descrição em texto livre [...]" (DUBLIN CORE..., 2020, *tradução nossa*). Em repositórios e bibliotecas digitais ele, usualmente, contém o resumo, no caso de documentos textuais. Para outras tipologias documentais, é comum que ele contenha uma descrição em texto livre.

Em alguns repositórios, o *Description* costuma ser repetido, recebendo um elemento de refinamento (*dc.description.accessibility*) para ser utilizado como metadado de acessibilidade. Apesar disso, não há essa indicação de uso na documentação original do Dublin Core. Esse uso pode levar a indicações genéricas de acessibilidade, se o elemento for preenchido com valores como "parcialmente acessível", o que não é informativo o suficiente para os usuários, já que não elenca quais características de acessibilidade o documento possui ou para qual perfil de usuário ele está acessível. Por exemplo, um documento descrito como acessível pode ter descrição textual associada às imagens, mas também pode ter tabelas com células mescladas, sem célula de cabeçalho marcada e sem descrição textual associada. Isso o torna parcialmente acessível apenas para usuários de leitor de tela.

Duas características do Dublin Core, a extensibilidade e a flexibilidade, permitem tanto a incorporação de novos elementos de metadados quanto o desenvolvimento de perfis de aplicação voltados para domínios específicos (Hillmann, 2005; Rühle; Baker; Johnston, c2026). Dada essa possibilidade, na seção 3 são apresentados os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa cujos resultados propõem a adição de metadados de acessibilidade ao Dublin Core.

Quadro 1 – Elementos, elementos de refinamento e esquemas de codificação do Dublin Core

Nº	Elemento	Elemento de refinamento	Esquema de codificação
1	Title	Alternative	-
2	Creator	-	-
3	Subject	-	LCSH; MeSH; DDC; LCC; UDC
4	Description	Table Of Contents; Abstract	-
5	Publisher	-	-
6	Contributor	-	-
7	Date	Created; Valid; Available; Issued; Modified; Date Accepted Date; Copyrighted; Date Submitted	DCMI Period; W3C-DTF
8	Type	-	DCMI Type Vocabulary
9	Format	Extend; Medium	IMT
10	Identifier	Bibliographic Citation	URI
11	Source	-	
12	Language	-	ISO 639-2RFC 3066
13	Relation	Is Version Of; Has Version; Is Replaced By; Replaces; Is Required By; Requires; Is Part Of; Has Part; Is Referenced By; References; Is Format Of; Has Format; Conforms To	URI
14	Coverage	Spatial; Temporal	DCMI Point; ISO 3166; DCMI Box; TGN; DCMI Period; W3C-DTF
15	Rights	Access Rights; License	URI
16	Audience	Mediator; Education Level	-
17	Provenance	-	-
18	Rights Holder	-	-
19	Instructional Method	-	-
20	Accrual Method	-	-
21	Accrual Periodicity	-	-
22	Accrual Policy	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026), a partir de Hillmann (2005) e de Rühle, Baker e Johnston (2026).

Procedimentos metodológicos

Pesquisa aplicada quanto à natureza; exploratória quanto aos objetivos; bibliográfica e documental quanto aos procedimentos técnicos e qualitativa quanto à forma de abordagem do problema (PRODANOV e FREITAS, 2013). A primeira etapa contemplou as pesquisas bibliográficas e documental com o intuito de estabelecer o estado da arte acerca dos metadados de acessibilidade e constituir o referencial teórico, levando ao alcance do primeiro objetivo específico.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida em dezembro de 2025 na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e no Portal de Periódicos da Capes, com login institucional CAFe[6], sem delimitação de bases de dados, com a expressão de busca: "accessibility metadata" OR "metadados de acessibilidade" OR "metadatos de accesibilidad". Como critérios de inclusão foram considerados: artigos de periódicos e eventos científicos; nos idiomas português, inglês e espanhol; com textos integrais disponíveis e que abordassem especificamente os metadados de acessibilidade no contexto de bibliotecas ou repositórios digitais. Após aplicação dos filtros de tipologia documental e idioma e a remoção de duplicatas, os artigos recuperados tiveram os títulos, resumos, palavras-chave e títulos de seções lidos com o intuito de identificar se abordavam a temática definida e, caso contrário, foram excluídos da amostra. Ao fim dessa etapa, foram selecionados apenas quatro artigos, conforme Quadro 2. Para apresentação de conceitos afins no referencial teórico, foram utilizados textos recuperados na BRAPC, no Portal Capes e nas referências dos artigos elencados no Quadro 2.

Quadro 2 - Síntese dos resultados da pesquisa bibliográfica sobre metadados de acessibilidade

Ano	Artigo	Autoria	Base de dados
2017	Metadata and universal access in digital library environments	Beyenne	Portal Capes
2018	Accessible search and the role of metadata	Beyenne e Godwin	Portal Capes
2020	Accessibility metadata statements	Rothberg	Portal Capes
2024	Acessibilidade ao conteúdo de objetos digitais informacionais em bibliotecas digitais implementadas com o DSpace	Shintaku, Nakano, Nobre e Costa	BRAPCI

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

A pesquisa documental foi feita prioritariamente no *website* da Dublin Core Metadata Initiative (DCMI), mantenedora do padrão Dublin Core, sendo selecionadas as especificações dos elementos de metadados do referido padrão (HILLMANN, 2005; RÜHLE, BAKER e JOHNSTON, 2026). Complementarmente, para complementação do referencial teórico, foram consultados os websites de instituições como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

[6] A Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) é uma federação de identidade que permite a membros de instituições brasileiras de ensino e pesquisa acessar remotamente, com suas credenciais institucionais, serviços e recursos acadêmicos disponibilizados por instituições participantes.

Teixeira, International Federation of Library Associations and Institutions, American Library Association, Associação Brasileira de Normas Técnicas, Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil e World Wide Web Consortium. Na segunda etapa, a especificação de cada um dos 15 elementos do Dublin Core simples foi analisada, em busca de relações entre cada elemento e as características de acessibilidade de documentos digitais, em múltiplos formatos. O objetivo foi identificar aqueles elementos com potencial para receber o refinamento com o intuito de representar características de acessibilidade de documentos digitais.

Na terceira etapa, foram propostos sete elementos de refinamento, nomeados de forma coerente com características de acessibilidade a serem representadas, para adição a quatro elementos originais do Dublin Core Simples identificados na etapa anterior. Para cada metadado de acessibilidade proposto foram atribuídos rótulos de interface, valores prováveis, notas orientadoras e exemplos. No Quadro 3 é apresentada a síntese das etapas, relacionadas aos objetivos do artigo e, na seção 4, a seguir, são apresentados e discutidos os resultados da proposta.

Quadro 3 - Síntese metodológica

Etapa	Objetivo	Procedimento
1ª	Elaborar a fundamentação teórica sobre metadados de acessibilidade; características de acessibilidade em documentos digitais e padrão de metadados Dublin Core.	Pesquisas bibliográfica e documental.
2ª	Identificar elementos com potencial de uso como metadado de acessibilidade.	Pesquisa documental.
3ª	Propor elementos de acessibilidade a serem adicionados ao padrão de metadados Dublin Core.	Análise e relação entre elementos do Dublin Core e características de acessibilidade de documentos digitais.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Resultados e discussões

Esta pesquisa propõe uma extensão do Dublin Core com a adição de sete metadados de acessibilidade, apresentados no Quadro 4. Os metadados propostos são amplos, permitindo a descrição de características de acessibilidade gerais aplicáveis a diferentes tipos e formatos de documentos, em vez de se restringirem a contextos específicos. Objetivou-se maior flexibilidade para oferecer alternativas e ampliar o potencial de adoção em bibliotecas e repositórios digitais que lidam com acervos heterogêneos. A repetição de elementos, como ocorre nessa proposta é prevista nas especificações do padrão: "cada elemento é opcional e pode ser repetido" (HILLMANN, 2005, *tradução nossa*).

Conforme discutido na seção 2.1, a acessibilidade tem muitas facetas originárias das muitas características e barreiras possíveis em um documento. Isso faz com que o nível de detalhamento das informações de acessibilidade varie e que informações relacionadas à acessibilidade possam constar em diferentes metadados a depender das características da

coleção de documentos (GUSEVA, 2025). Nesse sentido, haver opções em diferentes elementos de metadados pode contribuir para mitigar o desafio relativo ao detalhamento e à complexidade das informações.

Quadro 4 - Proposta de metadados de acessibilidade para o Dublin Core

Elemento	Qualificador sugerido	Rótulo da Interface	Valor provável	Nota orientadora
dc.description	accessibility	Resumo de acessibilidade	Resumo em linguagem natural com as principais características de acessibilidade do documento. Se o documento não é acessível, informar.	O texto deve ser objetivo, claro e de leitura simples, sem jargões ou termos técnicos. Evitar descrições genéricas como "parcialmente acessível".
dc.description	Accessibility-Features	Recursos de acessibilidade	Lista dos recursos de acessibilidade presentes no documento. Se não houver tais recursos, informar.	Enumerar todas as características que tornam o documento acessível a diferentes tipos de deficiência. Tais características variam conforme o formato do documento.
dc.description	Accessibility-Barriers	Barreiras de acessibilidade	Lista das barreiras de acessibilidade presentes no documento. Se não houver tais barreira, informar.	Enumerar todas as barreiras que comprometem o acesso ao documento por pessoas com diferentes tipos de deficiência.
dc.audience	Accessibility-Target	Público	Tipos de deficiência conforme legislação vigente.	Enumerar para qual público o documento está acessível.
dc.relation	hasAccessible-Version	Tem versão acessível	Identificador do documento adaptado.	Usar na descrição do documento original para indicar que ele tem versão adaptada.
dc.relation	isAccessible-VersionOf	É versão acessível de	Identificador do documento original.	Usar na descrição do documento adaptado para indicar sua versão original.
dc.rights	Accessibility	Condições de acesso à versão acessível	Direito de acesso conforme legislação vigente.	Informar as condições legais ou institucionais para acesso ao conteúdo adaptado/acessível.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026)

Assim, cada instituição pode desenvolver seu perfil de aplicação, considerando contexto e políticas individuais, e incluir nele aqueles elementos de metadados de acessibilidade aplicáveis a seu acervo. Por exemplo, um repositório que tenha apenas documentos digitais acessíveis pode adotar apenas o elemento *dc.description.accessibility* na descrição de cada documento. Um repositório no qual não há documentos acessíveis pode adotar o *dc.description.accessibilityFeatures* para informar a ausência de características de acessibilidade. Repositórios nos quais documentos acessíveis e inacessíveis coexistem podem fazer suas próprias combinações de elementos ou adotar todos os sete.

Para o metadado *dc.description*, três elementos de refinamento foram propostos, resultando em três metadados. Porém, dependendo das características do documento ou do acervo, apenas um deles pode ser suficiente. O primeiro elemento de refinamento, *accessibility*, é um campo cujo valor deve ser um resumo em linguagem natural das características de acessibilidade do documento. Nesse campo, o texto deve ser objetivo e claro para o usuário, podendo indicar tanto a presença quanto a ausência de características de acessibilidade. O segundo, *accessibilityFeatures*, é mais objetivo e lista os recursos de acessibilidade presentes no documento, como marcadores de navegação, texto alternativo para elementos gráficos, versão em libras, entre outros. O terceiro, *accessibilityBarriers*, possui função complementar ao segundo, listando barreiras identificadas, como contraste insuficiente, vídeos sem legenda ou sem legenda descritiva, entre outras. O preenchimento dos campos associados a estes elementos de refinamento é exemplificado no Quadro 5.

Quadro 5 - Exemplos de aplicação do metadado *description* com refinamentos

Metadado de acessibilidade	Rótulo da Interface	Exemplo
dc.description.accessibility	Resumo de acessibilidade	Texto estruturado com marcadores de navegação, tem imagens com descrições textuais. É navegável por teclado, exceto no gráfico interativo que requer uso do mouse.
dc.description.accessibilityFeatures	Recursos de acessibilidade	**[Para textos]** Marcadores de navegação; texto alternativo nas imagens. **[Para vídeos]** Legendas; janela de Libras.
dc.description.accessibilityBarriers	Barreiras de acessibilidade	**[Para textos]** Contraste de cores insuficiente; células de tabelas mescladas. **[Para vídeos]** Sem janela de Libras.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Para o elemento *dc.audience* foi proposto o elemento de refinamento *accessibilityTarget*, destinado a indicar o grupo de usuários para o qual determinado documento apresenta recursos de acessibilidade, como pessoas com deficiência visual, auditiva ou de outro tipo. Em repositórios com coleções acessíveis apenas para determinado tipo de deficiência, esse metadado é dispensável. Recomenda-se, nesses casos, que essa particularidade seja informada claramente como aplicável a toda aquela coleção, podendo haver uma declaração de acessibilidade que descreva as características de acessibilidade da coleção.

O preenchimento do campo associado a este elemento de refinamento é exemplificado no Quadro 6.

Quadro 6 - Exemplos de aplicação do metadado *audience* com refinamentos

Metadado de acessibilidade	Rótulo da Interface	Exemplo
dc.audience.accessibilityTarget	Público	Pessoas com deficiência visual.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Para o elemento *dc.relation* foram propostos dois qualificadores: *hasAccessibleVersion*, para indicar que um documento original e inacessível possui versão acessível, gerada por algum tipo de adaptação, e *isAccessibleVersionOf*, para informar que um documento é uma versão adaptada de outro documento original inacessível. Esses qualificadores permitem estabelecer relações entre versões acessibilizada/adaptadas e originais/inacessíveis de um mesmo documento. É um indicativo importante para que se saiba que existem diferentes versões de um mesmo documento na biblioteca ou repositório digital. Essas versões são resultado da "filosofia de adaptação" em vez da "filosofia da acessibilidade desde o nascimento" dos documentos (WENTZ, JAEGER e LAZAR, 2011). Quando não existirem versões diferentes, os dois elementos não devem ser utilizados.

Ressalta-se que todos os documentos deveriam ser acessíveis a todas as pessoas; entretanto, ainda é comum que em bibliotecas e repositórios digitais sejam depositadas versões adaptadas de materiais originalmente inacessíveis. Embora essa prática deva ser superada, por representarem práticas segregadoras, enquanto persistirem essas versões, é relevante identificá-las e indicá-las a seus usuários potenciais.

Quadro 7 - Exemplos de aplicação do metadado *relation* com refinamentos

Metadado de acessibilidade	Rótulo da Interface	Exemplo
dc.relation.hasAccessibleVersion	Tem versão acessível	[URI ou URL do documento adaptado].
dc.relation.isAccessibleVersionOf	É versão acessível de	[URI ou URL do documento adaptado].

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Por fim, para o elemento *dc.rights* foi proposto o qualificador *accessibility*, que descreve as condições legais ou institucionais de acesso ao documento adaptado. Essa característica é importante, pois versões adaptadas de documentos em acesso aberto permanecem em acesso aberto. Porém, podem ser produzidas versões adaptadas de documentos com restrições de acesso previstas na legislação e estas possuem acesso restrito apenas a pessoas com deficiências (BRASIL, 2018).

Quadro 8 - Exemplos de aplicação do metadado *rights* com refinamentos

Metadado de acessibilidade	Rótulo da Interface	Exemplo
dc.rights.accessibility	Condições de acesso à versão acessível	Acesso aberto. [OU] Acesso restrito a pessoas com deficiência.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

A proposição de rótulos simples, acompanhados de orientações de preenchimento e de exemplos visa facilitar tanto o trabalho das equipes responsáveis pela gestão dos repositórios e bibliotecas digitais quanto a compreensão dos registros pelos usuários. Porém, os exemplos apresentados apenas ilustram algumas possibilidades, não contemplando todas os valores possíveis. Como todos os elementos do Dublin Core original, estes também são opcionais, porém recomendados, dada a relevância dessa tipologia de metadados para mitigar barreiras nas comunicações e na informação. Cabe à política da biblioteca ou repositório a definição de quais são adequados à tipologia documental a ser descrita; quais serão obrigatórios e quais serão opcionais naquele contexto.

Considerações finais

Diante do atual cenário, no qual barreiras nas comunicações e na informação dificultam o acesso à produção técnico-científica depositada em repositórios e bibliotecas digitais, nesta pesquisa são propostos metadados de acessibilidade para o Dublin Core com o intuito de contribuir para que as buscas sejam mais equitativas para pessoas com deficiência e, ao fazer isso, cumpre o objetivo geral estabelecido. Ela justifica-se pela necessidade premente de eliminar barreiras de acesso às pessoas com deficiência que, cada vez mais chegam às instituições e ensino superior e enfrentam dificuldades na descoberta de documentos acessíveis, o que compromete sua participação em igualdade de condições com as demais pessoas.

A descrição de características de acessibilidade nos registros bibliográficos de repositórios e bibliotecas digitais articula-se diretamente com os ODS 4, 8, 10 e 16. O ODS 4, ao preconizar educação inclusiva e equitativa, requer que os ambientes informacionais de suporte ao ensino, pesquisa, extensão e gestão não imponham barreiras a nenhum usuário. Metadados que explicitem se um documento possui, por exemplo, audiodescrição, legendas ou texto alternativo para imagens permitem que pessoas com deficiência identifiquem previamente sua acessibilidade, tornando o acesso ao conhecimento mais equânime.

O ODS 8, voltado ao trabalho decente e ao crescimento econômico, relaciona-se à questão na medida em que o acesso qualificado à informação técnico-científica é condição para a formação, para a inserção e para a permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Repositórios que descrevem a acessibilidade de seus documentos ampliam as possibilidades de participação dessas pessoas em processos de aprendizagem, de qualificação e de exercício profissional. O ODS 10 aponta para a redução das desigualdades: ao não explicitar características de acessibilidade, repositórios e bibliotecas digitais distribuem de forma desigual o custo da busca e acesso à informação, onerando aqueles que já enfrentam maiores obstáculos. Por fim, o ODS 16 demanda instituições inclusivas e transparentes: descrever sistematicamente as características de acessibilidade dos documentos operacionaliza esse compromisso institucional.

A pesquisa não objetivou criar elementos de metadados, mas qualificar alguns dos já existentes com o acréscimo de elementos de refinamento. Essa alternativa apresenta menor complexidade técnica para aplicação por equipes já familiarizadas com o Dublin Core, o que pode incentivar a adoção de metadados de acessibilidade. Cada biblioteca ou

repositório digital pode continuar utilizando os elementos do Dublin Core definidos em suas políticas, acrescidos destes aqui propostos, em sua totalidade ou não.

Como principal contribuição, é apresentada uma solução tecnicamente viável e de baixa complexidade para bibliotecas e repositórios digitais. Como contribuição adicional é evidenciada a temática dos metadados de acessibilidade, ainda pouco abordada na literatura, conforme pesquisa bibliográfica relatada nos métodos. Diferentemente da literatura revisada que se centra na discussão teórica sobre a relevância dos metadados de acessibilidade e nas características de acessibilidade de documentos digitais, esta pesquisa traz também a proposição de metadados de acessibilidade aplicáveis a diferentes tipologias documentais e situações.

Por ser uma pesquisa preliminar sobre uma temática ainda pouco abordada, apresenta limitações: a proposta ainda não foi validada em repositório ou biblioteca digital, nem testada por usuários e a maioria dos valores propostos, por privilegiarem a compreensão humana, se baseiam em linguagem natural. Trabalhos futuros podem contemplar: (i) a ampliação de discussões sobre as funções e relevância dos metadados de acessibilidade; (ii) a aplicação da proposta na descrição de acervo em um repositório ou biblioteca digital; (iii) a validação da proposta junto a equipes e usuários de repositórios e bibliotecas digitais; e (iv) a viabilidade do uso de vocabulários controlados para os valores dos metadados:

- dc.description.accessibilityFeatures;
- dc.description.accessibilityBarriers;
- dc.description.accessibilityTarget e dc.rights.accessibility.

Referências bibliográficas

ARAKAKI, Felipe Augusto
2019 *Metadados administrativos e a proveniência dos dados: modelo baseado na família PROV*. [Em linha]. Marília, 2019. [Consult. 8 fev. 2026] Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/180490.
Tese de doutoramento em Ciência da Informação - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade do Estado de São Paulo.

ARAKAKI, Felipe [et al.]
2018 Dublin Core: state of art (1995 to 2015). *Informação & Sociedade: Estudos*. [Em linha]. 28:2 (2009). [Consult. 9 fev. 2026]. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/38012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
2025 *ABNT NBR 17225: Acessibilidade em conteúdo e aplicações web: Requisitos*. [Em linha]. Rio de Janeiro: ABNT, 2025. [Consult. 9 fev. 2026]. Disponível em: https://www.abntcolecao.com.br/mpf/norma.aspx?ID=567818.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
2016 *ABNT NBR 16452: Acessibilidade na comunicação: Audiodescrição*. [Em linha]. Rio de Janeiro: ABNT, 2016. [Consult. 9 fev. 2026]. Disponível em: https://www.abntcolecao.com.br/mpf/norma.aspx?ID=359735.

BALESTERO, Mirella [et al.]
2023 *Guia prático do português simplificado para documentos acessíveis*. [Em linha]. Brasília, DF: IBICT, 2023. [Consult. 10 fev. 2026]. Disponível em: https://www.livroaberto.ibict.br/bitstream/123456789/1092/2/Guia%2Bpr%C3%A1tico%2Bdo%2Bportugu%C3%AAs%2Bsimplificado_digital.pdf.

BEYENE, Wondwossen Mulualem
2017 Metadata and universal access in digital library environments. *Library Hi Tech*. [Em linha]. 35:2 (2017) 210-221. [Consult. 8 fev. 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.1108/LHT-06-2016-0074.

BEYENE, Wondwossen Mulualem; GODWIN, Thomas
2018 Accessible search and the role of metadata. *Library Hi Tech*. [Em linha]. 36:1 (2018). [Consult. 8 fev. 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.1108/LHT-08-2017-0170.

BOLAM, Michael R. [et al.]
2018 Current work in diversity, inclusion and accessibility by metadata communities: a working report from the ALA/ALCTS metadata standards committee. *Technical Services Quarterly*. [Em linha]. 35:4 (2018) 367-376. [Consult. 12 fev. 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.1080/07317131.2018.1509439.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
2025 *Censo da Educação Superior: resultados*. [Em linha]. Brasília, DF: INEP, 2025. [Consult. 13 fev. 2026]. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados.

BRASIL. Leis, decretos, etc.
2018 Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018. *Diário Oficial da União. Seção 1*. [Em linha]. (9 out. 2018). [Consult. 8 fev. 2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9522.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.
2015 Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Diário Oficial da União. Seção 1*. [Em linha]. (7 jul. 2015). [Consult. 8 fev. 2026]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.

BRASIL. Ministério do Planejamento
2014 *Modelo de acessibilidade em Governo Eletrônico*. [Em linha]. Brasília: Ministério do Planejamento, 2014. [Consult. 10 fev. 2026]. Disponível em: http://emag.governoeletronico.gov.br.

BUCKLAND, Michael
2017 *Information and Society*. Cambridge: MIT Press, 2017.

CAMPBELL, Alastair [et al.]
2024 Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.2. [Em linha]. In WORLD WIDE WEB CONSORTIUM - *Accessibility Guidelines Working Group: W3C Recommendation*. [Consult. 10 fev. 2026]. Disponível em: https://www.w3.org/TR/WCAG22/.

CHEETHAM, Anastasia [et al.]
2014 Accessible metadata generation. In *Universal access in Human-Computer Interaction: Universal access to information and knowledge: Lecture notes in Computer Science*. Org. C. Stephanidis., M. Antona. [Em linha]. 8514 (2014) 101-110. [Consult. 16 fev. 2026]. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-07440-5_10.

DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE
2020 *DCMI metadata terms: description*. [Em linha]. 2020. [Consult. 9 fev. 2026]. Disponível em: https://www.dublincore.org/specifications/dublin-core/dcmi-terms/#description.

EDITEUR
2026 *ONIX for Books: Codelists Issue 72*. [Em linha]. 2026. [Consult. 16 fev. 2026]. Disponível em: https://www.editeur.org/files/ONIX%20for%20books%20-%20code%20lists/ONIX_BookProduct_Codelists_Issue_72.html.

GUSEVA, Maria
2025 Accessibility metadata: making accessible content in repositories discoverable. In THE MUNIN CONFERENCE ON SCHOLARLY PUBLISHING, 20th, Tromsø, 2025 – *Proceedings*... [Em linha]. Tromsø: UiT The Arctic University of Norway, 2025. [Consult. 12 fev. 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.7557/5.8187. Apresentação de slides.

HILLMANN, Diane
2005 *Using Dublin Core*. [Em linha]. [S.l.]: Dublin Core Metadata Initiative, 2005. [Consult. 9 fev. 2026]. Disponível em: https://www.dublincore.org/specifications/dublin-core/usageguide/.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
2025 *Censo demográfico 2022: resultados*. [Em linha]. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. [Consult. 16 fev. 2026]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html.

LIBRARY OF CONGRESS
2025 *MARC 21 format for bibliographic data*. [Em linha]. 2025. [Consult. 16 fev. 2026]. Disponível em: https://www.loc.gov/marc/bibliographic/.

ONLINE COMPUTER LIBRARY CENTER RESEARCH
2009 *OCLC Research and the Dublin Core Metadata Initiative*. [Em linha]. Atualizado em 15 mar. 2010. [Consult. 9 fev. 2026]. Disponível em: https://www.oclc.org/research/activities/dublincore.html.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
2015 *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. [Em linha]. New York: United Nations, 2015. [Consult. 26 mar. 2026]. Disponível em: https://docs.un.org/en/A/RES/70/1.

PORTE, Marcelo de S.; ROCHA, José D. Trindade; PEREIRA, Cleber Augusto
2022 Barreiras de acessibilidade para pessoas com deficiência no ensino superior. *Administração Pública e Gestão Social*. [Em linha]. 14:4 (2022) 1-18. [Consult. 8 fev. 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.21118/apgs.v14i4.13376.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de
2013 *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2ª ed. Novo Hamburguer: Universidade Feevale, 2013.

ROCHA, Janicy A. Pereira
2021 Acessibilidade digital para pessoas com deficiência nos acervos digitais produzidos durante a pandemia causada pela COVID-19. *Revista Brasileira de Humanidades Digitais*. [Em linha]. 1 (2021) 23-41. [Consult. 8 fev. 2026]. Disponível em: https://abhd.org.br/ojs2/ojs-3.3.0-9/index.php/rbhd/article/view/59/27.

ROTHBERG, Madeleine
2020 Accessibility metadata statements. In BASILKAGE: THE MARKUP CONFERENCE, Washington, 2020 – *Proceedings*… [Em linha]. Washington: The Markup Conference, 2020, vol. 25. [Consult. 11 fev. 2026]. Disponível em: https://www.balisage.net/Proceedings/vol25/html/Rothberg01/BalisageVol25-Rothberg01.html.

ROTHBERG, Madeleine
2018 Publishing with accessibility standards from the inside out. *Learned Publishing*. [Em linha]. 31:1 (2018) 45-47. [Consult. 11 fev. 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.1002/leap.1149.

RÜHLE, Stefanie; BAKER, Tom; JOHNSTON, Pete
2026 *Dublin Core user guide* [Em linha]. 2026. [Consult. 9 fev. 2026]. Disponível em: https://www.dublincore.org/resources/userguide/creating_metadata/.

SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson; TURCATTI, Alissa
2017 *Manual de acessibilidade em documentos digitais*. [Em linha]. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017. [Consult. 10 fev. 2026]. Disponível em: https://cta.ifrs.edu.br/livro-manual-de-acessibilidade-em-documentos-digitais/.

SANCHES, Emília Christie Picelli; BUENO, Juliana
2023 Uso da linguagem simples como prática no design da informação e design inclusivo. In *Coletânea de estudos do PPGDesign/UFPR: novos horizontes da pesquisa em design*. [Em linha]. São Paulo: Blucher, 2023, p. 231-242. [Consult. 11 fev. 2026]. Disponível em: https://pdf.blucher.com.br/openaccess/9786555502312/14.pdf.

SCHEMA
2025 *Homepage*. [Em linha]. 2025. [Consult. 16 fev. 2026]. Disponível em: https://schema.org.

SCOTT, Stacy
2022 The 'Long and winding road' for digital accessibility. *Learned Publishing*. [Em linha]. 35:S1 (nov. 2022) 690-696. [Consult. 7 fev. 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.1002/leap.1501.

SHINTAKU, Milton [et al.]
2024 Acessibilidade ao conteúdo de objetos digitais informacionais em bibliotecas digitais implementadas com o DSpace. *Inclusão Social*. [Em linha]. 14:2 (2024). [Consult. 9 fev. 2026]. Disponível em: https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/6389.

SILVA, Jaqueline Ângela Casaes e; ROCHA, Janicy A. Pereira
2025 Acessibilidade de usuários com deficiência visual: análise da audiodescrição em periódicos. *Biblios*. [Em linha]. (2025) 1-21. [Consult. 9 fev. 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.5195/biblios.2025.1223.

WEIBEL, Stuart L.
2009 Dublin Core Metadata Initiative: a personal history. In *Encyclopedia of library and information science*. Ed. Marcia J. Bates, Mary Niles Maack. 3rd ed. [Em linha]. Boca Raton, FL: CRC Press, 2009. [Consult. 9 fev. 2026]. Disponível em: https://www.oclc.org/content/dam/research/publications/library/2009/weibel-elis.pdf.

WENTZ, Brian; JAEGER, Paul. T.; LAZAR, Jonathan
2011 Retrofitting accessibility: the legal inequality of after-the-fact online access for persons with disabilities in the United States. *First Monday*. [Em linha]. 16:11 (2011). [Consult. 13 fev. 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.5210/fm.v16i11.3666.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM
2022 *Complex images*. [Em linha]. 2022. [Consult. 10 fev. 2026]. Disponível em: https://www.w3.org/WAI/tutorials/images/complex.

Agradecimento

À Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), concederam bolsa de Iniciação Científica ao projeto de pesquisa do qual se deriva este artigo.

Janicy Rocha | janicy.rocha@unirio.br
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil

Shirley Silva Araújo dos Anjos | shirleyanjos@edu.unirio.br
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil

Brunna Carla Archanjo Alves da Silva | brunnacarla@edu.unirio.br
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil

REGIME DE INFORMAÇÃO E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: desafios para o alcance dos objetivos da agenda 2030 em instituições arquivísticas

INFORMATION REGIME AND THE ETHNIC-RACIAL ISSUE: challenges to achieving agenda 2030 goals in archival institutions

Roseli Leal Ribeiro | Bianca Rodrigues de Oliveira | Kátia de Oliveira Rodrigues

https://doi.org/10.21747/21836671/pagesp2026a13

Resumo: O diálogo entre regime de informação, Agenda 2030 e questões étnico-raciais em instituições arquivísticas no campo da Ciência da Informação torna-se necessário para que seja possível acompanhar as pautas sociais. O objetivo do artigo consiste em analisar, na produção científica da Ciência da Informação, a articulação entre regime de informação em instituições arquivísticas e os objetivos da Agenda 2030, no que concerne às questões étnico-raciais. A pesquisa classifica-se como descritiva, bibliográfica e qualitativa, com dados coletados na Base de Dados em Ciência da Informação. Os resultados evidenciam presença de articulação entre regime de informação e instituições arquivísticas, contudo, ausência na convergência destas instituições com questões étnico-raciais e Agenda 2030. Concluímos a necessidade de ampliar os estudos na área, reforçando a importância do regime de informação das instituições arquivísticas, comprometido com a equidade étnico-racial e com a promoção da justiça racial, alinhadas aos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Agenda 2030; Informação étnico-racial; Instituição Arquivística; Regime de Informação.

Abstract: The dialog between information regime, Agenda 2030, and ethnic-racial issues in archival institutions in the field of Information Science becomes necessary to keep up with social agendas. The objective of the article is to analyse, in the scientific production of Information Science, the articulation between the information regime in archival institutions and the goals of the 2030 Agenda, concerning ethnic-racial issues. The research is classified as descriptive, bibliographic, and qualitative, with data collected from the Information Science Database. The results show the presence of articulation between the information regime and archival institutions; however, there is an absence of convergence between these institutions and ethnic-racial issues and the 2030 Agenda. We conclude the need to expand studies in the area, reinforcing the importance of the information regime of archival institutions, committed to ethnic-racial equity and the promotion of racial justice, aligned with the sustainable development goals.

Keywords: 2030 Agenda; Ethnic-Racial Information; Archival Institution; Information Regime.

Introdução

O termo regime de informação refere-se à estrutura, sistema ou conjunto de regras, princípios e procedimentos que regulam a coleta, armazenamento, processamento, disseminação e uso da informação em determinado contexto. Seja ele uma organização, uma instituição, um país ou até mesmo um setor específico da sociedade. Nesse cenário, um ecossistema que envolve atores sociais, artefatos e dispositivos.

O entendimento conceitual de regime de informação sustenta-se na perspectiva de González de Gómez (2002; 2019), e, para questões étnico-raciais, de autores como Oliveira e Aquino (2012), Santos e Aquino (2016) e Sá e Francelin (2021). Justifica-se a inclusão da

temática do presente artigo na pauta de discussão das pesquisas na Ciência da Informação (CI) pela pertinência das questões étnico-raciais ao uso, acesso e difusão da informação, perpassando pela temática memória, políticas informacionais e redes de informações, atreladas aos regimes de informação. Observa-se que estudos voltados para questões de democratização e direitos civis e humanos demandam nova abordagem para a disseminação das informações étnico-raciais.

O presente trabalho dialoga com os estudos sobre regime de informação, Agenda 2030 e questões étnico-raciais em instituições arquivísticas. Tendo como pergunta de partida: como as pesquisas da Ciência da Informação se articulam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente em diálogo com regime de informação e questões étnico-raciais presentes em instituições arquivísticas? Respondendo a esta questão, elaboramos o objetivo de analisar a produção científica da Ciência da Informação quanto ao regime de informação em instituições arquivísticas para o alcance dos objetivos da Agenda 2030, no que concerne às questões étnico-raciais.

O artigo é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, que faz análise do levantamento bibliográfico de artigos que dialogam sobre regime de informação, Agenda 2030 e informações étnico-raciais em instituições arquivísticas. Para tanto, elegeu-se realizar revisão na literatura da Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). A escolha da BRAPCI para essa pesquisa se deu pelas suas características e singularidades. A BRAPCI compreende citações sobre literatura no campo da Ciência da Informação indexadas desde a década de 1970 até os dias atuais, e é considerada uma das maiores bases de dados.

Este levantamento visa analisar especificamente a prática de informações étnico-raciais e os regimes de informação; evidenciar os pontos relevantes abordados nos artigos das ações e/ou considerações que autores descrevem como primordiais; elencar as relações dos regimes de informação e as práticas de informações étnico-raciais aos objetivos da Agenda 2030.

Buscamos nosso levantamento a partir do entendimento conceitual de regime de informação de González de Gómez e, para questões étnico-raciais, os autores Oliveira e Aquino; Santos e Aquino; Sá e Francelin. Consequentemente, adentraremos o foco da pesquisa, a Agenda 2030, especificamente três objetivos: 10 Combate às Desigualdades; 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes; e 18 Igualdade Étnico-Racial.

Compreendemos que a "inovação tecnológica e os consequentes processos de globalização foram, particularmente, fatores importantes para estimular a transformação do regime global de informação" (BRAMAN, 2004:20; *tradução nossa*), mas o enfoque desta pesquisa buscou a relação conceitual de regime de informação descrita nos artigos com os ODS da Agenda 2030 nas instituições arquivísticas. Percebemos que as tecnologias digitais demandariam múltiplas fronteiras para o entendimento do trabalho aqui proposto, merecendo um estudo à parte.

Justifica-se a inclusão da temática da pesquisa na Ciência da Informação por sua pertinência ao uso, acesso e difusão da informação, perpassando a memória, políticas informacionais e redes de informações, atreladas aos regimes de informação. Estudos voltados para questões de democratização e direitos civis e humanos são necessários ao debate de uma nova abordagem à menção e disseminação das informações étnico-raciais.

Por fim, as considerações finais, com os principais pontos evidenciados na pesquisa, colaboram para outras discussões e uma sociedade mais humana, cidadã, justa e igualitária.

Regime de informação, informação étnico-racial e Agenda 2030

Nesse sentido, González de Gómez (2002:34) esclarece que regimes de informação:

> [...] designaria um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição.

Na perspectiva de González de Gómez (2002), os regimes de informação comportam tanto políticas informacionais que regulamentam a disposição das informações, quanto recursos físicos, o sujeito em si, e recursos normativos na organização e estrutura informacional, independentemente do ecossistema informacional.

Assim, podemos aferir que os sistemas de informações arquivísticos se retroalimentam de políticas informacionais, isto é, "uma política de arquivo está contida numa política de informação, pois é parte integrante dos sistemas regionais ou nacionais que regulam esse campo" (SILVA e VENÂNCIO, 2018:8).

Desde 2003, o governo federal sancionou a Lei nº 10.639/2003[1] e, posteriormente, em 2008, a Lei nº 11.645/2008,[2] que altera a Lei nº 9.394/1996[3], de 20 de dezembro de 1996, e que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" (BRASIL, 2008). Ao citar "História e Cultura Afro-Brasileira" como temática, a ser dialogada no ecossistema educacional, compreende-se que, entre outros aspectos, as informações étnico-raciais estão diretamente entrelaçadas.

Neste trabalho, compreendemos informações étnico-raciais de acordo com Oliveira e Aquino (2012:22):

> Operacionalmente, o conceito de informação etnicorracial [sic] incorpora dois aspectos: um objetivo e um subjetivo. O primeiro diz respeito aos conteúdos disponibilizados nos diversos suportes informacionais. O segundo refere-se ao potencial de produção de conhecimento acerca dos fundamentos sociais, históricos, políticos e culturais de um grupo étnico.

As características e aspectos relacionados à diversidade étnico-racial da população, grupo ou sociedade. Essas informações são fundamentais para compreender e analisar as

[1] A lei que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica (fundamental e médio), pública e privada.

[2] A lei que inseriu o estudo da história e cultura indígena e povos originários no currículo oficial.

[3] A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece as normas, princípios e fins da educação brasileira.

dinâmicas sociais, a distribuição de recursos, as desigualdades e a representatividade dos diferentes grupos étnico-raciais e, assim, fomentar a equidade social.

A representatividade de diferentes grupos étnico-raciais em cargos políticos, em instituições governamentais, empresas e organizações, nas manifestações culturais, refletindo a liderança, são informações necessárias para identificar e compreender as desigualdades étnico-raciais existentes em uma sociedade e fomentar políticas públicas direcionadas à promoção da igualdade, à inclusão e ao combate à discriminação e ao racismo. Santos e Aquino (2016:48), discorrem que:

> [...] não se restringe a temática étnico-racial, mas é cabível de aplicação para as questões relacionadas ao gênero, identidade, classe social e adjacentes. Mediante o conceito de informação étnico-racial acrescido da concepção das fontes de informação alcançamos o ápice na discussão das fontes de informação voltadas a temática étnico-racial. Sendo as fontes de informação o lugar de procedência de seleção, extração e acesso de informação.

No que tange à representatividade de grupos étnico-raciais nas manifestações culturais, o acesso às informações étnico-raciais advindas dos registros culturais torna-se evidente. Dialogar acerca das manifestações culturais desses grupos é essencial para desconstruir barreiras que impedem o reconhecimento e a valorização. O conhecimento gerado a partir deste diálogo oferece uma visão mais profunda e autêntica das contribuições culturais, permitindo que as pessoas compreendam e apreciem a diversidade e a riqueza da cultura negra.

Sá e Francelin (2021:10), em artigo intitulado *Afrocentricidade, memória e informação* elucidam que "a afrocentricidade coloca a população negra no centro das discussões sobre o processo histórico de produção de conhecimentos e saberes, valorizando sua memória, cultura e ancestralidade para além do processo de escravização". Logo, preservar a memória da cultura afrocêntrica se faz inescusável para reconhecer não apenas a influência significativa que essa cultura teve na formação da sociedade brasileira, mas também para promover a valorização, respeito e inclusão das narrativas e contribuições das comunidades de diferentes etnias, colaborando para uma sociedade igualitária.

Uma sociedade igualitária é uma das propostas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, pois, "esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade" (ORGANIZAÇÃO..., 2015). Realizada em setembro de 2015 com países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), a referida agenda propôs inicialmente 17 objetivos e 169 metas com diretivas para concretizar Direitos Humanos, englobando 3 alicerces para desenvolvimento sustentável: economia, meio ambiente e o social, a serem alcançados.

Em 2023, o Brasil propôs acréscimo do ODS 18 Igualdade Étnico-Racial[4], a proposta foi apresentada em evento paralelo ao G20 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2023

[4] ODS 18 Igualdade Étnico-Racial a proposta é uma iniciativa voluntária e pioneira do Brasil que adiciona um 18º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável à Agenda 2030 da ONU. Seu foco central é a Igualdade Étnico-Racial, visando erradicar o racismo estrutural, promover equidade e garantir direitos para populações negras, indígenas e comunidades tradicionais.

na ONU. Tatiana Dias – Câmara dos Deputados (2024) afirma sobre a criação do ODS 18 Igualdade Étnico-racial:

O Brasil é um país de maioria negra e com um número significativo de povos indígenas, mas isso não vinha sendo representado de uma forma condizente no âmbito da Agenda 2030. Foi a partir dessa constatação que veio a decisão presidencial de adotar voluntariamente o ODS 18. Dez metas estão propostas envolvendo as áreas de segurança pública, acesso à Justiça, educação, saúde, representatividade de povos migrantes e patrimônio material e imaterial.

Ao analisarmos a CI, campo científico inserido na grande área de Ciências Sociais Aplicadas, constata-se que a CI e os 18 objetivos elencados na Agenda 2030 podem ser objeto de investigação neste campo científico; contudo, para esta pesquisa, optou-se por trabalhar três objetivos: 10 Combate às Desigualdades; 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes; e 18 Igualdade Étnico-racial. Sobre a Agenda 2030, Costa e Alvim (2021:618) afirmam que:

> Mais do que uma Agenda ideológica, a Agenda 2030 é um compromisso de um ideal comum para a melhoria da condição humana em todos os (sic) aspetos, visando acima de tudo a justiça e igualdade social. E aqui as bibliotecas e centros de documentação assumem-se como parceiros fundamentais no e para o desenvolvimento sustentável e implementação da Agenda 2030.

A implementação da Agenda 2030 remete a um redirecionamento para a CI frente a um posicionamento na análise de seus afazeres técnicos e reformulação das políticas de informação para as bibliotecas, os centros de memória, centros de documentação e as instituições de arquivos.

Procedimentos metodológicos

O diálogo com regime de informação, Agenda 2030 e questões étnico-raciais em instituições arquivísticas na Ciência da Informação justifica-se por sua pertinência com o campo científico, pois acesso, uso e disseminação da informação perpassam a discussão sobre os regimes de informação. O objetivo é analisar na produção científica da CI como vem sendo representada a articulação entre regime de informação em instituições arquivísticas e os objetivos da Agenda 2030, no que concerne às questões étnico-raciais. A pesquisa caracteriza-se, quanto aos objetivos, como descritiva, que, conforme Gil (2002:42) "As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...]". Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa enquadra-se como pesquisa bibliográfica, "[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas" (GIL, 2002:44).

A pesquisa adota abordagem qualitativa, utiliza observação estruturada com suporte de tabelas para o levantamento de dados. Para o tratamento e interpretação do material coletado, aplicou-se a técnica de análise temática, percorrendo rigorosamente as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos.

Elegeu-se para realizar a coleta de dados a Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI), pelas características e singularidades da base e por ser uma fonte de informação relevante no campo da Ciência da Informação. A BRAPCI indexa produções científicas desde a década de 1970 até os dias atuais, e é considerada uma das maiores bases de dados nacionais no referido campo científico.

Na etapa de recuperação das produções científicas a serem analisadas, buscou-se visualizar artigos selecionados cujo embasamento teórico recorria a autores como González de Gómez (2002, 2019) para conceito de regime de informação, Oliveira e Aquino (2012), Santos e Aquino (2016) para informações étnico-raciais, e Sá e Francelin (2021) com conceito de afrocentricidade e possíveis relações postas em prática em instituições arquivísticas, para alcançar os objetivos da Agenda 2030.

No que se refere aos objetivos da Agenda 2030, elegemos três ODS, especificamente ODS 10, ODS 16 e ODS 18, e suas respectivas metas:

- ODS 10: Combate às desigualdades: 10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra; 10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas;

- ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes : 16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; 16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis; 16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento; 16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais; 16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime; 16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável;

- ODS 18: Igualdade Étnico Racial[5].

Como estratégia de buscas, atendendo à pergunta desta pesquisa: como as pesquisas da Ciência da Informação se articulam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente em diálogo com regime de informação e questões étnico-raciais presentes em instituições arquivísticas? Decidiu-se empregar termos para análise temática como: “regimes de informação”, “informação étnico-racial”, “Agenda 2030” e “informação étnico-racial - instituições arquivísticas”. A coleta dos dados ocorreu no dia 5

[5] Todas as metas do ODS 18.

de maio de 2025, quando foram recuperados 185 artigos distribuídos conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Artigos recuperados

Temática	Quantidade e % de artigos recuperados
Regimes de informação	19 (12,0%)
Informação étnico-racial	33 (18,0%)
Agenda 2030	129 (70,0%)
Informação étnico-racial e instituições arquivísticas	0 (0,0%)
Total	185 (100,0%)

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

Após primeira análise dos artigos recuperados, quando se realizou a leitura das características principais dos artigos (título e palavras-chave), 87 artigos foram pré-selecionados para segunda análise e 98 foram excluídos. Os artigos selecionados para segunda análise, que ocorreu com a leitura dos resumos e objetivos gerais dos estudos, 14 artigos foram excluídos e 73 artigos foram definidos para análise, os quais compuseram o corpus da pesquisa.

Nessa etapa, os artigos selecionados ou descartados, passaram por um refinamento de entendimento conforme nosso referencial teórico, entrelaçados e dialogando no quarteto de regimes de informação/instituições arquivísticas/informação étnico-racial/Agenda 2030. A princípio, o recorte de data lógico seria a partir de 2015, ano da promulgação da Agenda 2030; no entanto, foi necessário ampliar o escopo de pesquisa devido a não termos encontrado na base de dados informações quantitativas que respondessem ao estudo. Principalmente na temática de regimes de informação ampliamos o ano base para 2000.

Para os critérios de exclusão, elaborou-se eliminação: dos documentos repetidos e dos que não fizessem inferências com diálogo ao tema proposto dentro dos quatro eixos temáticos. E nos artigos inclusos adentraram os que correspondiam intrinsecamente ou extrinsecamente às metas dos ODS 10, 16 e 18.

Quadro 2 – Artigos selecionados para análise

Temática	Quantidade e % de artigos recuperados
Regimes de informação	9 (12,0%)
Informação étnico-racial	14 (19,0%)
Agenda 2030	50 (69,0%)
Informação étnico-racial e instituições arquivísticas	0 (0,0%)
Total	73 (100,0%)

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

Na análise de dados, totalizaram 73 artigos, assim distribuídos: regimes de informação (9), informação étnico-racial (14), Agenda 2030 (50). Na terceira fase da coleta dos dados, os metadados dos artigos selecionados foram inseridos em uma planilha Excel, para que pudessem responder ao objetivo da pesquisa. Conforme as informações sintetizadas no Quadro 2.

Resultados e discussões

Nesta seção apresentamos a compilação da análise temática e interpretação dos 73 artigos selecionados na observação do levantamento bibliográfico. Busca-se sintetizar as informações, evidenciando os artigos de maior relevância em cada eixo. Para tanto, a seção foi estruturada em quatro eixos, assim distribuídos: eixo 1 – regimes de informação; eixo 2 – informação étnico-racial; eixo 3 – Agenda 2030; e eixo 4 – informação étnico--racial e instituições arquivísticas.

Eixo 1-Regimes de Informação

Neste eixo foram selecionados 9 artigos e, durante a análise, identificou-se uma leve prevalência da importância do papel estratégico da Ciência da Informação na formulação de políticas de informação e de memória. Os artigos abordam o conceito de regimes de informação, definidos como os modos predominantes de produção e disseminação de informações em um determinado contexto social e econômico. Este resultado é um reflexo das características dos artigos pesquisados sobre a temática 'regimes de informação', os quais abordam questões culturais e sua relação com estrutura, políticas e práticas de preservação, difusão e acesso às informações culturais, como patrimônio histórico, artístico e linguístico.

O resultado evidencia que os regimes de informação são considerados fluxos estruturais de predominância de aparato estatal que as "micropolíticas inscritas nos dispositivos de informação e as macropolíticas que – direta ou indiretamente – exprimiam conflitos e interesses em figuras hegemônicas organizadas pelo Estado" (González de Gómez, 2002:34).

Embora o resultado tenha revelado que o artigo *Construção de regimes de informação para acesso à memória: a Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA – UNESCO/ICA, 2010*[6]*) e a Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011)*" de Zammataro e Albuquerque (2021) aborda o papel social dos arquivos, constatou-se que na produção científica há ausência de referência às instituições arquivísticas e de informações étnico-raciais. Quanto à educação relacionada à informação étnico-racial, recuperou-se apenas um artigo intitulado *A Lei nº 10.639/2003: educação antirracista e regime de informação*, de Oliveira (2022). Neste artigo, a autora discorre sobre o contexto histórico da referida lei, como política pública informacional, e não a lei como dispositivo do regime de informação propriamente dito.

[6] A Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA), adotada pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA) em setembro de 2010 e endossada pela UNESCO em 2011, é um documento fundamental que define os arquivos como essenciais para a administração, a democracia, os direitos humanos e a memória coletiva. Ela defende a preservação, o acesso e a gestão adequada dos documentos.

Nas suas considerações finais, a autora enfatiza: "entretanto, a aprovação da lei não é garantia do ensino do conteúdo" (OLIVEIRA, 2022:13).

Eixo 2 – Informações étnico-raciais

Sobre o eixo 'informações étnico-raciais', analisaram-se 14 artigos que colaboram com a perspectiva da presente pesquisa. Embora nestes artigos não mencionassem o termo regime de informação, foi perceptível no escopo tal abordagem. Colaborando com González de Gómez (2019) sobre as lacunas dos regimes de informação e vácuos regulatórios, observa-se que, como resultado, surgem normas e padrões tácitos e indiretos, frequentemente exercidos por meio do *design* e controle privatizado dos meios sociais de comunicação e informação.

No que se refere às informações étnico-raciais em arquivos ou instituições arquivísticas, foram identificados três artigos que abordavam o tema indiretamente: *A Informação étnico-racial em fontes iconográficas do arquivo histórico da Paraíba*, de Aquino e Santos (2012); *Informação étnico-racial: a contribuição de arquivos, bibliotecas e museus na luta antirracista*, de Lima (2022); e *Memória da população negra e informação étnico-racial: percebendo limites*, de Lima *et al.* (2014).

Estes textos discorrem sobre a função sociocultural dos arquivos, e todos propõem conhecer e sugerir ações que insiram essas instituições e seus profissionais na mediação da informação étnico-racial dentro de suas comunidades, visando o (re)conhecimento da História Africana e Afro-Brasileira e engajando as comunidades na contribuição para a agenda antirracista e a transformação social. Ao apresentar esta abordagem, os autores dos artigos corroboram com o que Oliveira e Aquino (2012) afirmam sobre as especificidades da história, memória e cultura sobre as informações étnico-raciais. Questionam e sugerem o conceito de "afrocentricidade" de Sá e Francelin (2021), fortalecendo a memória afro a partir dos dispositivos e registros documentais arquivísticos.

Seguindo o nexo de regime de informação discutido por González de Gómez (2002), o artigo de Lima et al. (2014) é o que mais se aproxima das questões relacionadas a dispositivos e instituições pedagógicas informacionais. O referido artigo não aborda instituições arquivísticas propriamente ditas, mas discorre sobre os cursos de graduação e pós-graduação em arquivologia e demonstra como é tratada a informação étnico-racial no período de 2000-2013, em fontes de informação como bibliotecas digitais, repositórios digitais e periódicos eletrônicos.

Eixo 3 – Agenda 2030

No eixo 3 da Agenda 2030 foram analisados 50 artigos, e a totalidade aborda concomitantemente disseminação e competência em informação, na perspectiva da referida agenda. Os artigos analisados possuem como *locus* de pesquisa bibliotecas e centros de informação, validando as pesquisas de Costa e Alvim (2021), que afirmam a orientação desde 2014 da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) sobre a importância da disseminação e acesso à informação nas bibliotecas e centros de informação. Os artigos excluem os arquivos. Contudo, a ampliação destes ambientes informacionais com a inclusão das instituições arquivísticas faz-se necessária, pois

disponibiliza "serviços em rede que sustentam o desenvolvimento sustentável" (COSTA e ALVIM, 2021:628).

Foram mapeados 14 artigos: dois artigos sobre regimes de informação (política de informação, gestão da informação); três artigos contemplando informações étnico-raciais, em especial abordavam a temática raça, etnia, grupos raciais específicos (negros, indígenas) ou discutiam a redução de desigualdades ou inclusão relacionadas a esses grupos no contexto da Agenda 2030. Destaca-se que os artigos possuem análises em contexto de bibliotecas; 9 artigos sobre arquivos ou instituições arquivísticas, os quais relatavam diretamente o papel dos arquivos ou instituições arquivísticas e o acesso à informação. Quanto à informação étnico-racial em instituições arquivísticas, não foi recuperado nenhum artigo sobre essa temática.

O artigo *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Políticas Arquivísticas: o papel dos arquivos municipais na Agenda 2030*, de Vitoriano (2021), propõe um diálogo com os objetivos 11 e 16 da Agenda 2030, por meio de políticas arquivísticas e informacionais no âmbito dos arquivos municipais para salvaguarda da memória. Vitoriano (2021:360) aborda a disseminação e a competência da informação, legitimando a priorização do acesso por meio de políticas públicas. Contudo, o trabalho não menciona informações étnico--raciais explicitamente, mas foi o único que discorreu sobre acesso à informação em uma interlocução com o ODS 16 da Agenda 2030.

Eixo 4 – Informação étnico-racial e instituições arquivísticas

Quanto ao eixo 'informação étnico-racial e instituições arquivísticas', nenhum artigo foi recuperado na BRAPCI, o que torna necessários investimentos de pesquisadores nesta lacuna científica. Apesar dos resultados importantes para a discussão, evidenciou-se vasta literatura sobre bibliotecas e alguns artigos apresentavam pequenas inferências sobre instituições arquivísticas. Em regimes de informação, encontramos mais pesquisas para a área de arquivos, centralizadas no acesso e preservação da memória, pouco sobre a Agenda 2030 em instituições arquivísticas e praticamente nenhuma literatura sobre informações étnico-raciais.

Artigos que discorrem acerca de informações étnico-raciais foram recuperados quatorze resultados, porém, em sua grande maioria, o foco está centralizado em bibliotecas, livros e educação afrodescendente. Sobre o conceito de informação étnico-racial, Oliveira e Aquino recorrem ao termo "grupo étnico" (OLIVEIRA e AQUINO, 2012:22), fazendo-nos refletir em relação a outros grupos étnicos, como os ciganos, judeus, entre outros, porém apenas um artigo mencionava questões indígenas.

Ao observarmos os artigos sobre a Agenda 2030, prevaleceu o ODS 4 Educação de qualidade, o que era esperado pelas evidências dos resultados e grande volume de estudos voltados às bibliotecas. Os demais ODS observáveis foram 16 Paz, justiça e instituições eficazes, seguido de 10 Combate às desigualdades e 11 Cidades e comunidades sustentáveis.

Os ODS – 10 Combate às desigualdades; 16 Paz, justiça e instituições eficazes; e 18 Igualdade Étnico Racial – pré-definidos para este estudo, mesmo com poucas evidências no levantamento bibliográfico, ressaltamos sua relevância para diretrizes em instituições arquivísticas no que concerne às questões étnico-raciais de regime de informação,

considerando as especificidades das metas atreladas aos conceitos teóricos que sustentam esta pesquisa.

Outro fato importante a ser mencionado é sobre o ODS 18 Igualdade Étnico-Racial, o qual foi inserido em setembro de 2023 a nível Brasil. Ressalva pois este ODS, que é exclusivamente brasileiro. Obtivemos zero artigos abordando este ODS; no entanto, em se tratando de informações étnico-raciais, interpretamos ser imprescindível nos processos de produção, acesso e disseminação da informação deste estudo.

Considerações finais

Conforme proposto, este trabalho buscou analisar como a produção científica da Ciência da Informação quanto ao regime de informação em instituições arquivísticas para o alcance dos objetivos da Agenda 2030, no que concerne às questões étnico-raciais. Os resultados evidenciaram que, na BRAPCI, é reduzida a incidência de trabalhos que abordem esta articulação, além de ser demasiadamente subjetiva. Nos artigos recuperados, evidenciamos a convergência destas temáticas em instituições não arquivísticas, a exemplo de bibliotecas.

No eixo 1, 'regimes de informações', recuperamos um quantitativo substancial de artigos na área arquivística, mas muitos destes artigos discorriam sobre gestão de documentos e acesso à informação, proporcionando entendimento intrínseco com os ODS 10 e ODS 16 e suas respectivas metas. Em meio ao diálogo entre sociedade e poder público, nota-se falta de transparência na normatização, destacando apenas os ODS 10 e 16. Recomendamos critérios para uma proposta que viabilize a implementação dos ODS 18, incluindo instituições arquivísticas, visando ao desenvolvimento sustentável no Brasil.

Artigos sobre o eixo 4, 'informações étnico-raciais e instituições arquivísticas', quiçá tiveram artigos recuperados. Encontramos alguns artigos na área da biblioteconomia e da educação afrocêntrica, o que é um avanço pela luta do movimento negro. Porém, precisamos ampliar o escopo tanto nas normativas arquivísticas, pois a Arquivologia possui critérios, fundamentos e descritores próprios da área, quanto em questão étnico-raciais para ampliar o entendimento para além da afrodescendência encontrada no levantamento desta pesquisa.

Necessária uma reavaliação do conceito regulatório jurídico frente à importância dos regimes de informação e às variações e padronizações nos diferentes sistemas estatais, ressaltando as especificidades locais e tensões existentes. Atender às demandas críticas de diversos contextos de justificação, como: o moral, o ético, o jurídico e o político, considerando a construção de novos recursos de evidências no discurso público de uma sociedade igualitária, no uso, acesso e disseminação de informação étnico-racial.

Embora os resultados evidenciem uma sólida articulação teórica sobre o regime de informação nas instituições arquivísticas, constata-se uma nítida ausência de convergência quando este é cruzado com as questões étnico-raciais e as diretrizes da Agenda 2030 da ONU. A existência dessa lacuna é significativa nas pesquisas que exploram especificamente como tais regimes informacionais dialogam com as dinâmicas étnico-raciais no contexto arquivístico brasileiro. De fato, os estudos identificados chegam a priorizar o ODS 4, mas conferem pouca atenção às dimensões da equidade étnico-racial; de igual modo, o ODS 10 é acionado para o combate às desigualdades, porém com escassa aplicação prática em

arquivos que, frequentemente, ainda reproduzem vieses coloniais em suas práticas informacionais.

Sugerimos análises mais minuciosas no que tange o entrelaçamento entre regimes de informação e as políticas de informação que atendam às questões étnico-raciais, no contexto de instituições arquivísticas. Faz-se necessário aprofundar o tema nas especificidades do Estado brasileiro, sem as amarras contundentes dos regimes hegemônicos eurocêntricos, pois a busca da sustentabilidade perpassa a inclusão social.

Referências bibliográficas

AQUINO, M. A.; SANTOS, T. H. N. A
2012 A Informação étnico-racial em fontes iconográficas do arquivo histórico da Paraíba. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13º, Rio de Janeiro, 2012 - *Anais*.... Rio de Janeiro: ANCIB, 2012, p. 1-8.

BRAMAN, S.
2004 The Emergent global information policy regime. In BRAMAN, S. - *The Emergent global information policy regime*. New York: Palgrave Macmillan, 2004, p. 12-38.

BRASIL. Leis, decretos, etc.
2008 Lei nº 11.495, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF, 2008. [Em linha]. *Diário Oficial da União*. *Seção 1*. 145:48 (11 mar. 2008) 1. [Consult. 25 maio 2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.
2003 Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. [Em linha]. *Diário Oficial da União*. *Seção 1*. 140:8 (10 jan. 2003) 1. [Consult. 18 maio 2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.

COSTA, T.; ALVIM, L.
2021 A Agenda 2030 e a Ciência da Informação: o contributo das bibliotecas e centros de informação. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*. [Em linha]. 14 (2021) 617-628. [Consult. 1 nov. 2023]. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/37380.

GIL, A. C.
2002 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.
2019 Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. *Informação & Sociedade: Estudos*. [Em linha]. 29:1 (2019) 137-158. [Consult. 1 nov. 2023]. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/44357.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.
2002 Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 31:1 (2002) 27-40. [Consult. 1 nov. 2023]. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/fqMHsc5GNhFTgczMMnNkvDS/abstract/?lang=pt.

LIMA, A. C. S.
2022 Informação étnico racial: a contribuição de arquivos, bibliotecas e museus na luta antirracista. *Revista Fontes Documentais*. [Em linha]. 5:nº especial (2022) 84-86. [Consult. 4 jan. 2023]. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/RFD/article/view/58005/31378.

LIMA, I. F. [et al.]
2014 Memória da população negra e informação étnico-racial: percebendo limites. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15º, Belo Horizonte, 2014 – *Anais*. [Em linha]. Belo Horizonte: ANCIB, 2014. [Consult. 28 mar. 2016]. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/189805.

OLIVEIRA, D. S.
2022 A Lei nº 10.639/2003: educação antirracista e regime de informação. *Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*. [Em linha]. Nº Especial (2022) 1-15. [Consult. 8 dez. 2023]. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/197249.

OLIVEIRA, H. P. C.; AQUINO, M. A.
2012 O Conceito de informação etnicorracial na ciência da informação. *Liinc em Revista*. [Em linha]. 8:2 (2012) 466-492. [Consult. 5 nov. 2023]. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/90559.

OLIVEIRA, J. C.
2024 Frente Parlamentar combate ao racismo entre os objetivos do desenvolvimento sustentável. [Em linha]. Brasília, DF: Agência Câmara de Notícias, 25 set. 2024. [Consult. 30 abr. 2024]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1098704-frente-parlamentar-reforca-combate-ao-racismo-entre-os-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel/.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
2015 *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. [Em linha]. Rio de Janeiro: ONU, 2015. [Consult. 1 nov. 2025]. Disponível em: http://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf.

SÁ, C. A.; FRANCELIN, M. M.
2021 Afrocentricidade, memória e informação. *Liinc em Revista*. [Em linha]. 17:2 (2021) 1-22. [Consult. 18 maio 2024]. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/168568.

SANTOS, T. H. N.; AQUINO, M. A.
2016 Entre os estudos culturais e a ciência da informação: fontes de informação étnico-raciais. *Informação & Informação*. [Em linha]. 21:1 (2016) 29-55. [Consult. 8 dez. 2023]. Disponível em: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2016v21n1p29.

SILVA, D. M. F. et al.
2022 Práticas informacionais e relações étnico-raciais. *Folha de Rosto*. [Em linha]. 8:1 (2022) 104-120. [Consult. 8 dez. 2023]. Disponível em: https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/853/615.

SILVA, L. C.; VENANCIO, R. P.
2018 A Identificação da política arquivística como política de informação: os arquivos públicos municipais da região metropolitana de Vitória - ES. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19º, Londrina, 2018 - *Anais*. [Em linha]. Londrina: ANCIB, 2018, p. 3100-3118. [Consult. 8 dez. 2023]. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/102223.

VITORIANO, M. C. C. P.
2021 Objetivos do desenvolvimento sustentável e políticas arquivísticas: o papel dos arquivos municipais na agenda 2030. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*. [Em linha]. 14:1 (2021) 349-361. [Consult. 8 dez. 2023]. Disponível em: 10.26512/rici. v14.n1.2021.35691.

ZAMMATARO, A. F. D.; ALBUQUERQUE, A. C.
2021 *A Construção de regimes de informação para acesso à memória: a Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA - UNESCO/ICA, 2010) e a Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011)*. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS--GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21º, Rio de Janeiro, 2021 - *Anais*. [Em linha]. 2021. Disponível em: [Consult. 8 dez. 2023]. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/193547.

Roseli Leal Ribeiro | lyleal@gmail.com
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Bianca Rodrigues de Oliveira | bianca75300@gmail.com
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Kátia de Oliveira Rodrigues | katiarodrigues10@gmail.com
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia